

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**A NECRÓPOLE ROMANA DO CASAL DO  
REBOLO  
(ALMARGEM DO BISPO, SINTRA)**

**ALEXANDRE MARQUES GONÇALVES**  
Aluno nº 21178

**Tese de Mestrado em Arqueologia orientada pelo Prof.  
Doutor Carlos Fabião**

**2011**

A necrópole romana do Casal do Rebolo (Almargem do Bispo, Sintra)

*À memória do Daniel*

## Resumo

Trabalhos de prospecção realizados na década de 1980 identificaram no Casal do Rebolo (Sintra) materiais que indicavam a ocupação do local durante a Idade do Ferro e época romana. Recentemente, trabalhos de escavação desenvolvidos no local permitiram identificar uma necrópole e algumas estruturas que documentam a existência de uma *villa* naquele sítio, encontrando-se as duas áreas separadas por uma linha de água. Neste trabalho são apresentados os contextos funerários, como parte principal deste estudo, mas também as principais evidências da parte habitacional. A necrópole foi utilizada provavelmente desde o fim do século II d.C. até ao século IV d.C., coincidindo com uma fase de transição de rituais, com progressivo abandono da incineração e adopção da inumação como ritual principal, situação que está documentado neste conjunto de enterramentos. É também discutida a funcionalidade das estruturas hidráulicas documentadas na necrópole e a sua eventual relação com os contextos funerários.

As estruturas e materiais identificados na parte habitacional, designadamente um *hipocaustum*, a presença de centenas de *tesselae* fora do seu contexto original, de *terra sigillata* e de alguns elementos arquitectónicos, apontam para que correspondam à *pars urbana* da *villa*, não sendo de excluir a localização das termas naquele local. O estudo de materiais revelou que a *villa* teve uma ocupação praticamente contemporânea da necrópole.

**Palavras-chave:** Sintra (Portugal), rituais funerários romanos, cerâmica romana, *agri olisiponensis*.

## Abstract

Prospecting work carried out in the 1980's identified materials in Casal do Rebolo (Sintra), which bear witness to the occupation of the site during the Iron Age and the Roman times. The excavation work undertaken in the past few years on that site uncovered a necropolis and some structures that document the existence of a *villa* on that site. This paper lays down the funerary contexts as main part of this study, but also the main evidence of the habitation part. The necropolis was probably used from the end of the 2<sup>nd</sup> century AD to the 4<sup>th</sup> century AD, coinciding with a ritual transition phase, with a gradual abandonment of cremation and the adoption of inhumation as the main ritual, as documented in this set of burials. The functionality of the hydraulic structure documented in the necropolis is also discussed, as well as its eventual connection with the funerary contexts.

The structures and materials identified in the habitation part, namely a *hipocaustum*, the presence of hundreds of *tesselae* outside their original context, *terra sigillata* and some architectural elements suggest that they correspond to the *pars urbana* of the *villa*; in addition to this, we also have to consider the location of thermal baths on that site. The study of the materials revealed that the occupation of the *villa* was practically contemporary with the necropolis.

**Key-words:** Sintra (Portugal), roman funerary ritual, roman pottery, roman rural occupation.

## Índice

1. Introdução	8
2. Contexto natural e histórico	10
2.1. Enquadramento geográfico	10
2.2. A ocupação do <i>ager Olisiponensis</i>	11
2.2.1. Território	11
2.2.2. Ocupação do território: <i>vicus</i> , <i>villae</i> e casais	12
2.2.3. Vias	18
2.2.4. Actividades económicas	19
2.2.5. Sociedade	22
3. Metodologias	24
3.1. Estratégia e metodologia de escavação	24
3.1.1. Metodologia de escavação, registo e exumação dos vestígios osteológicos humano	25
3.2. Estudo de materiais	26
4. Estruturas e estratigrafia da ocupação romana no Casal do Rebolo	28
4.1. Limitações e condicionantes das leituras possíveis	28
4.2. Área habitacional	28
4.3. Outras evidências da ocupação romana (sondagens 1 e 8)	32
4.4. Sondagem 10 (necrópole)	34
4.4.1. Tanque	37
4.4.2. Aqueduto	39
5. Estruturas e contextos funerários	43
5.1. Descrição dos contextos funerários do Casal do Rebolo	45
5.1.1. Sepultura 1	45
5.1.2. Sepultura 2	45
5.1.3. Sepultura 3	46
5.1.4. Sepultura 4	47
5.1.5. Sepultura 5	47
5.1.6. Sepultura 6	49
5.1.7. Sepultura 7	49
5.1.8. Sepultura 8	49
5.1.9. Sepultura 9	50
5.1.10. Sepultura 10	50
5.1.11. Sepultura 11	51
5.1.12. Sepultura 12	51
5.1.13. Sepultura 13	51
5.1.14. Sepultura 14	52
5.2. Rituais funerários	52
5.3. Orientação das sepulturas	58
5.4. Organização espacial da necrópole e frequência do espaço	59
5.5. Análise antropológica e estatuto social: viver e morrer no Casal do Rebolo	63
5.6. A necrópole do Casal do Rebolo no contexto dos rituais funerários do <i>ager olisiponensis</i>	66
6. Análise do conjunto artefactual do Casal do Rebolo	71
6.1. Pastas e grupos de fabrico de cerâmica comum	71
6.2. Os conjuntos de oferendas funerárias	74

6.2.1. Sepultura 1-----	75
6.2.2. Sepultura 2-----	78
6.2.3. Sepultura 3-----	82
6.2.4. Sepultura 4-----	86
6.2.5. Sepultura 5-----	90
6.2.6. Sepultura 6-----	95
6.2.7. Sepultura 7-----	95
6.2.8. Sepultura 8-----	97
6.2.9. Sepultura 9-----	101
6.2.10. Sepultura 10-----	105
6.2.11. Sepultura 11-----	105
6.2.12. Sepultura 12-----	110
6.2.13. Sepultura 13-----	112
6.2.14. Sepultura 14-----	115
6.2.15. Composição do conjunto de oferendas votivas-----	117
6.2.16. Localização do espólio no interior das sepulturas-----	123
6.3. Outros materiais da necrópole e o seu enquadramento cronológico-----	127
6.4. Materiais recolhidos em contextos habitacionais do Casal do Rebolo: a cronologia da ocupação da <i>villa</i> -----	129
7. Considerações finais-----	133

Anexo I: Bibliografia

Anexo II: Cartografia

Anexo III: Estampas e fotografias de materiais

Anexo IV: Desenhos de campo

Anexo V: Fotografias de campo

Anexo VI: Tabelas

Apêndice de Materiais

## Agradecimentos

Este trabalho é o culminar de um longo processo, que não teria sido possível concretizar sem a ajuda de muitas pessoas.

Devo uma palavra especial ao meu orientador, Professor Carlos Fabião, pelas esclarecidas sugestões durante a revisão do texto, que em muito beneficiaram este trabalho. As suas palavras de apoio ao longo deste longo processo fizeram-me acreditar que era possível, mesmo quando tudo parecia conjugar-se em sentido contrário.

Os meus sinceros agradecimentos a toda a equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas que comigo escavou no Casal do Rebolo no âmbito de uma intervenção com carácter de emergência, desenvolvida por vezes em condições muito difíceis. Só a sua participação de forma dedicada permitiu a concretização dos trabalhos. Agradeço por isso a João Paulo Cardoso, Miguel Baptista, João Luís Pedro, José Dias Mateus e à Ana Mónica Rolo, que escavou também de forma paciente e meticulosa alguns enterramentos desta necrópole. Ao Joel Marteleira, que para além de ter participado nos trabalhos de escavação, é ainda o responsável pelos desenhos da escavação e cartografia que constam deste trabalho, devo também um profundo agradecimento pelo seu empenho, mostrando-se incansável para que tudo corresse bem.

Agradeço à Nathalie Antunes-Ferreira pela forma como coordenou os trabalhos de antropologia no campo e posterior estudo laboratorial dos vestígios osteológicos humanos. O extenso relatório que daí resultou foi também importante no desenvolvimento deste texto.

À Ana Isabel agradeço a realização dos desenhos de materiais apresentados neste trabalho, para além da disponibilidade demonstrada sempre que algum problema pareceu complicar estas tarefas.

Ao Dr. José Cardim Ribeiro pela ajuda na classificação das moedas e leitura das suas legendas, para além das verdadeiras aulas sobre a presença romana neste território. É o grande responsável da minha “conversão” à romanidade.

À Sara Marques, responsável pela limpeza, conservação e restauro de muitas das peças da necrópole. Só graças ao seu empenho foi possível dar forma a alguns conjuntos de fragmentos de cerâmica, recuperados em muito mau estado de conservação.

À Paula Correia, pelo tratamento, não apenas de moedas, mas de todo o conjunto de metais da escavação, além do apoio no restauro de algumas peças nesta fase final.

À Cândida Teixeira e Ana Patrícia Madeira, que trataram todo o conjunto de materiais da escavação.

À Lisete Antunes pela sua preciosa ajuda na pesquisa bibliográfica e pela facilidade concedida na consulta de algumas obras.

À Catarina Viegas e ao José Carlos Quaresma, devo a ajuda na classificação de alguma *terra sigillata* do Casal do Rebolo.

À Catarina Coelho, que comigo dirigiu os trabalhos de campo, agradeço o apoio constante ao longo deste caminho e os seus úteis conselhos durante a redacção do texto.

Ao António Carvalho, que facultou a consulta de algumas obras fundamentais, que de outra forma teria sido difícil ter acesso. Pela mesma razão, agradeço a Rodrigo Banha da Silva.

Aos meus amigos queria agradecer o apoio demonstrado ao longo deste processo e a sua ajuda em alguns aspectos em particular. À Ângela e à Manuela por permitirem a utilização da informação dos relatórios das escavações que dirigiram no Telhal (Sintra) e Almoinhas (Loures). À Sylvie também pela sua tradução para Inglês do resumo deste trabalho.

À Vânia, pelo seu olhar crítico e rigoroso e por tudo.

Devo este trabalho aos meus pais e ao meu irmão, pelo seu apoio incondicional.

Este trabalho é dedicado à Sandra e à Carolina, a quem os “romanos” tiraram muito tempo precioso em família. Nada do que possa dizer será suficiente para manifestar o quanto lhes estou grato.

## 1. Introdução

A identificação de ocupações humanas antigas no Casal do Rebolo remonta à década de 1980, quando em trabalhos de prospecção foram recolhidos alguns materiais que permitiram atestar uma ocupação do local durante a Idade do Ferro e em época romana.

A equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra) desenvolveu trabalhos arqueológicos no local de forma descontínua entre o fim de 2002 e o início de 2005, no âmbito da minimização de impactes decorrentes do projecto de construção da “Casa das Selecções”, cuja implementação implicava grandes movimentações de terra e alterações profundas da topografia do terreno. A intervenção arqueológica foi inicialmente dirigida por Catarina Coelho, que assumiu a co-direcção da mesma com o signatário deste trabalho a partir de 2003.

Os trabalhos realizados permitiram identificar um conjunto de estruturas relacionadas com uma *villa* ocupada entre a segunda metade do século I d.C./II d.C. e o V d.C. e uma necrópole com uma incineração e 13 inumações, cujo estudo constitui a parte principal deste trabalho. O espaço funerário foi utilizado, pelo menos, desde o fim do século II/inícios do III d.C. até ao século IV d.C.

As estruturas da *villa* foram apenas parcialmente intervencionada, não sendo certa a sua caracterização como espaço habitacional ou mesmo como zona de termas, uma vez que no local foi identificado um *hipocaustum*. Referimo-nos ao longo do texto a esta área como zona habitacional por oposição à necrópole.

A necrópole localiza-se numa encosta a Sul da *villa*, da qual está separada por uma linha de água. As sepulturas encontram-se dispostas em torno de um tanque abastecido através de um aqueduto, sem que tenha sido possível determinar uma relação sincrónica ou diacrónica entre estas estruturas e a utilização do espaço como necrópole.

A primeira parte do texto corresponde à apresentação do ambiente físico em que esta ocupação romana se efectuou mas também o seu contexto histórico e arqueológico, procurando enquadrar e relacionar a *villa* e necrópole do Casal do Rebolo com os contextos análogos dos *agri olisiponenses*.

No capítulo 3 é apresentada a metodologia de escavação, uma vez que a estratégia empregue foi relevante nas conclusões do trabalho de campo. É também apresentada a estratégia empregue no estudo dos materiais nas suas distintas vertentes, desde a selecção dos conjuntos estudados até às principais obras de referência consultadas.

No capítulo seguinte são descritos os principais contextos registados durante a escavação, incluindo a parte habitacional. São aqui também descritas as principais realidades identificadas na necrópole para além das sepulturas, nomeadamente as estruturas hidráulicas. É também feita uma descrição da estratigrafia registada e discutidos os problemas acerca da diacronia ou sincronia entre as diferentes estruturas.

A descrição mais detalhada dos contextos funerários é feita no Capítulo 5, onde são também discutidas todas as questões relacionadas com os rituais funerários, nomeadamente a técnica de construção e orientação das sepulturas, bem como a dinâmica interna da utilização da necrópole e sua possível organização interna. Tendo

por base o estudo antropológico realizado aos 13 esqueletos exumados durante esta intervenção, é feita uma apresentação das principais características físicas dos indivíduos sepultados e apresentadas algumas propostas com base nesses dados. Ainda neste capítulo, procurei relacionar os dados recolhidos nesta necrópole com os rituais funerários conhecidos à escala regional e supra regional.

O Capítulo 6 destina-se a apresentar os materiais recolhidos, com particular incidência para os conjuntos votivos de cada sepultura, analisando outros aspectos relativos aos mesmos, designadamente a composição de cada um deles e a sua localização dentro das valas de sepultura. São também analisados alguns materiais dos depósitos escavados na necrópole e na *villa*, no sentido de aferir a cronologia de ocupação dos distintos espaços.

Finalmente, nas considerações finais é feito um balanço da informação apresentada ao longo do texto e apontadas algumas perspectivas para o futuro da investigação destas realidades no *agri olisiponensi*.

Em apêndice ao trabalho segue o catálogo dos materiais dos conjuntos votivos, cujos desenhos e fotografias constam do anexo III deste trabalho, onde se encontram também representados em desenho os principais materiais que permitiram aferir a cronologia da utilização da necrópole e da *villa*. No anexo IV encontram-se os desenhos das principais realidades identificadas na intervenção arqueológica. O anexo V tem algumas fotografias da escavação e no VI encontram-se as tabelas que sintetizam alguma informação referida ao longo do texto. A cartografia encontra-se no anexo II.

## 2. Contexto natural e histórico

### 2.1. Enquadramento geográfico

A *villa* do Casal do Rebolo localiza-se na Freguesia de Almargem do Bispo, Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa. A geografia desta região é claramente marcada pelo maciço da Serra de Sintra, com uma altitude de cerca de 500 m, e que constitui uma barreira natural de aproximadamente 10 km de comprimento por 5 km de largura, orientada no sentido aproximado Este – Oeste e com um perfil irregular. Este acidente montanhoso é responsável pelo microclima da região, com uma densidade de humidade bastante elevada, particularmente evidente quando comparada com as zonas localizadas a Sul do mesmo.

O sítio arqueológico está implantado no sopé de uma vertente a uma altitude média de 200 m, localizada a Noroeste do monte onde se encontra implantado o marco geodésico do Rebolo, que tem uma altitude de 326 m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 402). Aquele monte faz parte de uma linha de relevo marcadamente acidentado, de que se destacam a Nordeste a Serra de Monfirre (390 m), a Sudeste a Serra da Sardinha (330 m) e a Sudoeste Olelas (317 m). A zona a Norte e Noroeste é também marcada por este relevo, com vales encaixados onde têm origem vários cursos de água da bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros/Rio Lizandro.

Este relevo acidentado assinala precisamente a zona de transição entre as bacias hidrográficas do Rio Lizandro/Ribeira de Cheleiros e do Trancão. O primeiro desagua no Oceano Atlântico, a Noroeste, transportando a água de inúmeras pequenas ribeiras subsidiárias que correm através de uma vasta e fértil várzea que se estende para Oeste. A bacia do Trancão desenvolve-se no sentido oposto, em direcção a nascente, tendo como principal afluente o Rio de Loures, que através da várzea epónima desaguando no estuário do Tejo, que é visível a partir do cume do monte do Rebolo.

Aquele monte faz parte do Complexo Vulcânico de Lisboa, que tem uma extensão de cerca de 200 km<sup>2</sup>, entre Lisboa, Sintra, Mafra e Runa, em que os basaltos são as rochas mais abundantes, sendo por isso em alguns casos designado de “complexo ou manto basáltico de Lisboa” (RAMALHO *et alli*, 1993: 39). O substrato geológico da área onde foi definida a ocupação romana é marcado por uma zona de transição de calcários com Rudistas e calcários e margas do Balesiano. O terreno é ainda atravessado pela cascalheira do “Complexo de Benfica”, e por filões e massas de Andesito, labradorito e lamprófiro (conforme Carta Geológica de Portugal, folha 34-A).

O Casal do Rebolo localiza-se relativamente perto de Pero Pinheiro, local onde estão identificados afloramentos de rocha carbonatada do Cretácico (Cenomaniano Superior), que de um modo geral são formadas por calcários microcristalinos bioclásticos e finamente intraclásticos. Estas rochas apresentam uma grande recristalização, que pode ser elevada, provocada provavelmente pela instalação do Maciço Subvulcânico de Sintra (Carta Geológica de Portugal, folha 34-A). Esta matéria-prima foi explorada como rocha ornamental desde a antiguidade, abastecendo não apenas a região, mas a própria cidade de *Olisipo*.

As estruturas foram construídas precisamente numa zona de meia encosta, em solos do tipo E (esqueléticos), que correspondem às zonas de relevo mais acidentado atrás descritas, e que de um modo geral delimitam as áreas de várzea, onde são predominantes os solos das classes A e B, com manchas frequentes de solos C, estando também presentes, mas menos frequentes, os solos de classe D. Na área Oeste da encosta do Casal do Rebolo desenvolve-se a várzea do Almargem, formada por aluviões holocénicos (conforme carta de Capacidade de Uso do Solo, folha 34-C). Estas áreas de várzea, dada a fertilidade dos seus solos, são ainda hoje ocupadas por culturas agrícolas de forma intensiva.

O local encontra-se bem servido de água, quer através de várias fontes, poços e nascentes localizadas a montante das estruturas romanas, algumas ainda hoje em utilização, mas também através das várias linhas de água já referidas. A área habitacional é separada da necrópole precisamente por uma pequena linha de água subsidiária da Ribeira de Mourão, pertencente à bacia hidrográfica do Rio Lizandro/Ribeira de Cheleiros.

## 2.2. A ocupação do *ager Olisiponensis*

### 2.2.1. Território

A *villa* do Casal do Rebolo situa-se no *territorium* do *municipium olisiponense*. De acordo com Plínio (IV 35.117, *apud* Ribeiro, 1994: 76) *Felicitas Iulia Olisipo* foi elevada à categoria jurídico-administrativa de *municipium civium Romanorum* (ALARCÃO, 1994: 58), estatuto que terá sido concedido cerca de 30 a.C., provavelmente por Octaviano (ALARCÃO, 1994: 58; MANTAS, 1994: 70; RIBEIRO, 1994: 77). A evolução do estatuto político e jurídico de *Olisipo* tem sido alvo de debate entre vários investigadores (RIBEIRO, 1994: 76), questão que não entra directamente no âmbito deste trabalho e que por essa razão não será aqui desenvolvida.

*Olisipo* teria uma localização estratégica no estuário do Tejo, que constitui uma importante via fluvial de acesso ao interior do território para além de, segundo Mantas, dispor do melhor porto natural da Hispânia, que a tornam quase como “a capital litoral da Lusitânia” (MANTAS, 1990: 160). O seu importante porto constitui também um relevante apoio à navegação atlântica (FABIÃO: 2004b: 31).

A cidade corresponde sobretudo a um centro de poder político e administrativo de um território, sendo por isso naturalmente um centro de consumo (MANTAS, 1990: 150), o que implicava a existência de uma base económica estável de abastecimento (*Idem*: 151), que poderia ser providenciado pela exploração do seu *territorium*. Neste âmbito, as grandes *villae* terão sido fundamentais para o abastecimento dos mercados urbanos locais (FABIÃO: 2004c: 498), gerando-se uma relação de complementaridade entre a cidade e o espaço rural, uma vez que ao porto da cidade chegavam também produtos de variadas origens, que são distribuídos pelo território, funcionando as cidades como verdadeiros centros redistribuidores (RIBEIRO, 1982-83: 157; MANTAS, 1990: 169; FABIÃO: 2004b: 26).

A definição da área do *territorium olisiponense* tem também sido alvo de algum debate (ALARCÃO, 1994: 61; RIBEIRO, 1994: 79). O seu termo a Norte passaria pelo paralelo de Torres Vedras (ALARCÃO, 1994: 61) ou talvez um pouco mais a Norte, a Sul da Serra de Montejunto (MANTAS, 1990: 162; RIBEIRO, 1994: 79). A fronteira oriental poderia incluir eventualmente ainda algumas terras da margem esquerda do

Tejo (ALARCÃO, 1994:61), limite contestado por J.C. Ribeiro (1994:80), que aponta, entre outros argumentos, a inscrição funerária de *Iulius Rufinus, Olisiponensis*, encontrada na margem Norte do Tejo, concretamente da Póvoa de Santo Adrião. A referência da origem *olisiponense* levou o autor em causa a colocar em causa que o limite do *territorium* tivesse chegado sempre ao rio (RIBEIRO, 1994:80). Os limites meridionais incluíam provavelmente parte da península de Setúbal (MANTAS, 1990: 162; ALARCÃO, 1994:61; RIBEIRO, 1994: 79).

No âmbito da caracterização do território do *municipium olisiponense*, José Cardim Ribeiro destaca ainda uma área particular daquele espaço que designa como “zona W do *Município Olisiponense*” (RIBEIRO: 1982-83: 156), com uma certa unidade cultural, social e económica, de que a epigrafia recolhida constitui um bom testemunho. Os limites deste território correspondem aproximadamente à área territorial actual dos Concelhos de Sintra e grande parte do de Mafra. O mesmo autor define duas linhas teóricas centradas nas pedreiras de Pero Pinheiro e Lameiras, com 6 e 8 km de diâmetro, tendo por base a presença de monumentos epigráficos na região, onde se localiza cerca de 80% de toda a epigrafia da designada “zona W” (*Idem*: 164). O Casal do Rebolo localiza-se precisamente no limite daquela área geográfica e entre as duas linhas de transição que assinalam a dispersão de monumentos epigráficos.

### 2.2.2. Ocupação do território: *vicus*, *villae* e *casais*.

A dimensão do território *olisiponense* teria certamente outros aglomerados urbanos de menores dimensões, os *vici*, sendo um deles *Crethina*, referida por Ptolomeu, que Jorge de Alarcão localiza em Torres Vedras<sup>1</sup> (ALARCÃO, 1994: 61) e que J. Cardim Ribeiro situa na zona de Sintra, concretamente sob a actual povoação do Faião (1982-83: 161). O mesmo autor avança também com a possibilidade da existência de um outro *vicus* na zona de Belas, concretamente na área do Monte Suímo, povoação que, tal como o Faião, se localiza na designada área ocidental do *municipium olisiponensis* (*Idem*, 1994: 82).

A estes dados devem acrescentar-se os resultados das escavações arqueológicas de 2005 e 2006 nas Almoinhas (Loures), que revelaram estruturas que podem corresponder precisamente a uma ocupação do tipo *vicus* (COELHO *et alii*, 2006). Para além das estruturas identificadas, destaca-se a sua localização estratégica relativamente às principais vias romanas que ligavam *Olisipo* às capitais, provincial e conventual do território, bem como a *Bracara Augusta*. A sua posição é também estratégica em relação ao Tejo, a que se acederia facilmente através do Rio Trancão, pela da várzea de Loures. Apesar de ter sido colocada a possibilidade de o sítio corresponder a uma ocupação distinta de uma *villa*, no estado actual da investigação essa questão não está ainda esclarecida (*Idem*).

Apesar das várias propostas da localização de *Vici* na região, nenhum deles está comprovado do ponto de vista arqueológico, pelo que não é possível determinar

---

<sup>1</sup> Alarcão refere ainda os *vici de Ierabriga e Equabona* neste território (ALARCÃO, 1994: 61). A possibilidade de um *vicus* em Sacavém, nos limites de Lisboa, é também apontada (MANTAS, 1998: 19).

em qual deles se integraria a *villa* do Casal do Rebolo, que pela sua localização poderia integrar o território de um destes núcleos localizado no Faião, em Belas ou mesmo nas Almoinhas.

Para além dos aglomerados de carácter mais urbano, a ocupação deste território seria feita sobretudo através de ocupações rurais do tipo *villae* e unidades dependentes de menores dimensões, granjas e casais (ALARCÃO, 1998), cuja localização obedece a vários factores, designadamente a qualidade das terras, a presença de água e proximidade com as vias (CARVALHO, 2004: 52). No território português é durante o século I a.C. que se verificam as primeiras instalações de colonos que, através de distintos processos, conduzem à construção das primeiras grandes casas senhoriais no Sul de Portugal, localizadas na periferia de cidades importantes (ALARCÃO, 1988: 108; CARVALHO, 2004: 54). A Norte do Tejo este processo deverá situar-se já no século I d.C., sendo no século IV d.C. que assistimos ao momento de apogeu deste tipo de ocupações rurais (CARVALHO, 2004: 55).

No território *olisiponense*, particularmente na sua área mais ocidental, encontram-se identificadas uma quantidade considerável de ocupações rurais romanas, muitas apenas por trabalhos e notícias antigas, recolhidas de superfície, e por vezes através de achados isolados, frequentemente elementos epigráficos ou arquitectónicos reaproveitados. A caracterização dos vestígios de uma determinada ocupação como *villa* sem recurso a trabalhos de escavação, mais ou menos extensos, implica sempre alguma margem de erro. No Casal do Rebolo, apesar das limitações da área escavada, os vestígios identificados correspondem provavelmente a uma unidade de exploração rural do tipo *villa*. No local foram reconhecidas algumas das características geralmente consideradas como definidoras deste tipo de ocupações com base em trabalhos de superfície, ou escavações de áreas reduzidas, (ALARCÃO, 1990), designadamente uma grande área de dispersão de vestígios arqueológicos, a presença significativa de materiais de importação (*terra sigillata* e ânforas), elementos arquitectónicos, vestígios da existência de pavimentos de mosaico policromos e a identificação de um *hipocaustum*. A estes elementos deve ainda juntar-se a sua localização junto de solos favoráveis à exploração agrícola, a abundância de água e proximidade de vias romanas.

Nos *agri olisiponenses* outras *villae* foram também já intervencionadas, contribuindo para a caracterização da ocupação e actividades económicas em época romana. Dos locais intervencionados destacam-se as *villae* das Abóbadas (CORREIA, 1972), São Miguel de Odrinhas (COELHO, 2007), Santo André de Almoçageme (SOUSA, 1989) Granja dos Serrões (BELCHIOR, 1995 e 1996) e Telhal (FERREIRA, 2009) (Sintra), Frielas (SILVA, 2000) e Almoinhas (OLIVEIRA, 1998; COELHO, 2008), (Loures), Casais Velhos (CARVALHO, 2004), Freiria (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1991) e Alto do Cidreira (NOLEN, 1988; NETO e REBELO, 2007) (Cascais) e mesmo a *villa* da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo, já em Vila Franca de Xira (BATALHA *et alli*, 2009). No âmbito da dinâmica e estratégia de ocupação da zona onde se encontra o sítio apresentado neste trabalho, merecem destaque as *villae* da Granja dos Serrões e Telhal e a necrópole do Casal do Silvério.

Na Granja dos Serrões, situada a cerca de 3,5 km em linha recta do Casal do Rebolo, as escavações dirigidas por Claudia Belchior em meados da década de 1990 permitiram identificar uma ocupação do local que terá inícios possivelmente ainda no século I a.C. e que se prolonga até à Alta Idade Média (BELCHIOR, 1995). A fase

mais antiga está documentada por cerâmica campaniense A, com cronologias entre de 220 a.C. a 40/50 d.C. (*Idem*: 12). A presença de *terra sigillata* itálica, sudgálica, hispânica bem como moedas de Cláudio e Trajano documentam a ocupação dos séculos I e II d.C. A esta fase está também associada uma necrópole de incineração, de que foi escavada apenas um contexto, que corresponde a uma deposição em urna, datada por C<sup>14</sup> entre os séculos II a.C. e I d.C.<sup>2</sup>, contendo os restos osteológicos humanos de um indivíduo adulto e de um indivíduo não adulto (SILVA, 1999). Nos terrenos da Granja dos Serrões foi recuperada, fora dos seus contextos originais, uma significativa quantidade de epigrafia dos séculos I e II d.C., constituindo o terceiro maior conjunto da zona ocidental dos *agri olisiponenses*, apenas suplantada pelos conjuntos do Faião e de Odrinhas (RIBEIRO, 1982-83: 164). Esta *villa* teria sido a casa de família de *L. Iulius Maelo Caudicus*, ali nascido cerca de 10 a.C., que viria a ocupar os cargos de *questor*, *duunviro* e mais tarde de *flamen*, altura em terá mandado erigir o fontanário de Armês (Sintra), com uma inscrição monumental dedicada a Augusto (RIBEIRO, 1990).

A *villa* da Granja dos Serrões tem ainda uma importante ocupação entre os séculos III e V/VI d.C. (BELCHIOR: 1995: 6), como demonstram a presença de produções africanas, particularmente de *terra sigillata* clara C e D, além de um conjunto numismático enquadrado dos séculos III-IV d.C. As estruturas romanas identificadas nas escavações revelaram uma ocupação relacionada com a *pars rustica* da *villa*, designadamente um corredor com aceso a vários compartimentos, num deles, em contexto selado, foram recuperadas centenas de tesselas brancas talhadas e outras por talhar, associadas a instrumentos de ferro, interpretados como possível local de produção daqueles materiais (*Idem*, 1995:5).

As estruturas do local documentam várias fases de construção e reformulação do espaço (*Idem*: 7), de que se destaca a intervenção tardia, que consiste na construção de uma muralha muito larga com recurso a grandes blocos de pedra e cerâmica, estruturada sobre uma camada de terra negra com *terra sigillata* clara D (*Idem*: 6).

Desta fase mais tardia destaca-se a recolha de um punhal e dois cinturões visigóticos (1995: 8) e a escavação de uma necrópole do século VIII<sup>3</sup>, datada por C<sup>14</sup>. Todas as sepulturas se encontravam relativamente bem conservadas e sem qualquer tipo de espólio associado aos enterramentos, não sendo possível relacionar as peças de metal atrás referidas com os mesmos (*Idem*: 1996: 13). As limitações dos trabalhos ali desenvolvidos não permitiram atestar uma continuidade entre a época romana e a construção da necrópole no local, bem como determinar a localização de um eventual templo associado a este cemitério (*Idem*: 14).

O Casal do Silvério encontra-se igualmente próximo do Casal do Rebolo, a apenas 2 km em linha recta, e com visibilidade para o mesmo. O sítio foi também

---

<sup>2</sup> Datação inédita realizada no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, disponível no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra).

<sup>3</sup> Datação inédita, disponível no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra).

prospectado na década de 1980, tendo sido ali recolhidos alguns materiais atribuíveis à Idade do Ferro, de tipologia análoga aos recolhidos no Casal do Rebolo na mesma época. Do local são também provenientes dois monumentos epigráficos, designadamente uma estela funerária datada do século I d.C.<sup>4</sup>, com a inscrição: CASSIA C F AMOENA. H.S.E (Cassia Amoena, filha de Cassio, está aqui sepultada). O segundo elemento corresponde a uma *cupa* com a inscrição P. SULPICIVS P F GAL SEVERUS H S E (Publio Sulpício Severo, filho de Publio, da tribo Galéria, está aqui sepultado) (FERREIRA, 1977). Atente-se no típico nome indígena de Amoena, indicado na inscrição da estela (MANTAS, 1994: 165).

Trabalhos de emergência realizados recentemente no local permitiram caracterizar melhor a ocupação do sítio, através da realização de escavações que permitiram escavar vários contextos funerários de incineração depositados em urna, associados a uma construção (GONÇALVES, 2011). Apenas em dois daqueles contextos se encontravam vestígios de espólio associados às urnas funerários, precisamente em sepulturas que se encontravam em pior estado de conservação. A análise das dezenas de materiais em reserva no Museu Arqueológicos de São Miguel de Odrinhas (Sintra), complementados com trabalhos de prospecção no local, permitem caracterizar o local como área funerária, provavelmente sem outros vestígios de ocupação doméstica. Entre os materiais recolhidos destaca-se a raridade da presença de *terra sigillata*, representada apenas por produções itálicas. Nos trabalhos de escavação recentes, foi recuperada uma ânfora do tipo Dressel 14 que terá sido utilizada como urna funerária, associada a duas lucernas praticamente desfeitas, de produções emeritenses. Entre os materiais provenientes das recolhas de superfície, destaca-se a presença de formas associadas a urnas, além de fragmentos de carvão e restos de vestígios osteológicos humanos com evidências de exposição ao fogo, indiciando a presença de incinerações no local. Nos conjuntos escavados recentemente, com excepção das referidas lucernas, não foi recolhido outro espólio associado às urnas com incineração no interior. No mesmo sentido, verifica-se que entre o conjunto dos já referidos materiais, não se encontra praticamente nenhuma cerâmica que se possa relacionar com uma ocupação doméstica, designadamente loiça de serviço ou de mesa. A área de dispersão de materiais é também relativamente pequena para que se possa considerar uma outra ocupação no local, para além da funerária.

O ritual utilizado, com deposição dos restos da incineração em urna indica uma cronologia que poderá ser anterior ao século II d.C. A presença de uma ânfora Dressel 14 enquadra-se neste âmbito cronológico. Desta forma, é possível que esta necrópole fosse ainda contemporânea da incineração da Granja dos Serrões atrás descrita, mas provavelmente não se encontrava já em uso quando se realizaram as primeiras sepulturas no Casal do Rebolo, designadamente uma incineração (sepultura 2) e uma inumação (sepultura 14), que podem recuar à segunda metade do século II d.C.

As escavações no Telhal (Sintra) revelaram algumas estruturas provavelmente relacionadas com as actividades produtivas, designadamente vários tanques de pequenas dimensões revestidos a *opus signinum*, sem que tivesse sido possível

---

<sup>4</sup> Segundo informação oral de José Cardim Ribeiro.

determinar exactamente quais as actividades ali desenvolvidas (FERREIRA, 2009). Uma observação não sistemática da *terra sigillata* recolhida no local, permite apontar para uma ocupação, pelo menos em parte, contemporânea do Casal do Rebolo. Estão representadas produções hispânicas e africanas, designadamente *terra sigillata* clara A (formas 6 e 14/17 de Hayes), clara C (forma Hayes 50) e clara D (Hayes 44), que correspondem a formas geralmente bem representadas nas ocupações romanas da região, como se verificou no Casal do Rebolo. A presença de uma necrópole islâmica no local levanta a questão da possível continuidade da ocupação do local durante a Alta Idade Média, como aparentemente se verifica na Granja dos Serrões, situação que apenas um estudo mais exaustivo dos materiais pode ajudar a esclarecer (FERREIRA, 2009).

A zona a Norte do Casal do Rebolo (Concelho de Mafra) foi estudada no âmbito de um projecto sobre a ocupação romana da área. A proposta de trabalho apresentada em 1995 aponta no sentido de uma ocupação estruturada especialmente com base em estabelecimentos rurais de pequena e média dimensão, para além das *villae*. São ainda reavaliados alguns sítios que antes tinham sido classificados como possíveis *villa*, mas que poderão efectivamente corresponder a unidades de menores dimensões. O facto de nenhum desses locais ter ainda sido intervencionado não permite a tomada de conclusões definitivas (ALMEIDA e SOUSA, 1995: 212). No trabalho referido atrás, é ainda destacada a intensa ocupação verificada na bacia hidrográfica do Rio Lizandro/Ribeira de Cheleiros, com particularmente incidência no sítio da Mata Pequena, que no âmbito da possível utilização desta via fluvial para escoamento dos materiais extraídos das pedreiras da região (RIBEIRO, 1982-83: 158), poderia ter desenvolvido actividades específicas relacionadas com a troca de produtos à escala regional, para além da exploração agro-pecuária (ALMEIDA e SOUSA, 1995: 214). Para além daquele sítio, ainda no Concelho de Mafra são referidas as possíveis *villae* da Rólia e da Godinheira (*Idem*: 208).

Naturalmente, a ausência de trabalhos de maior envergadura na generalidade dos locais referidos impede não apenas a sua correcta caracterização, mas também a percepção de eventuais dinâmicas de povoamento da região, já que temos de assumir que apesar de estarem documentados vestígios de ocupação romana em vários locais, aqueles não têm necessariamente de ser todos contemporâneos. A reconstrução ou reestruturação de muitas *villae* a partir do século III d.C. condicionam a percepção que podemos ter destes estabelecimentos rurais, na medida em que frequentemente arrasam os níveis mais antigos. A presença de mosaicos em muitos destes locais e a necessidade da sua conservação impedem também muitas vezes o desenvolvimento de trabalhos nos níveis mais antigos. Desta forma, em alguns estabelecimentos rurais desta região onde esta fase mais antiga está documentada pela recolha de materiais, não foram ainda identificadas estruturas consistentes que a elas se possam associar. Situação documentada em Santo André de Almoçageme (Sintra) (SOUSA, 1986), onde se encontraram algumas importações sugálicas, ou na Granja dos Serrões (Sintra), onde a presença de *sigillata* itálica e gaulesa atestam também ocupações mais antigas (BELCHIOR, 1995). O mesmo se verifica nas *villae* de Oeiras (CARDOSO, 2011: 134) e de Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) (BATALHA *et alli*, 2009).

Os trabalhos recentemente realizados em Leião (Oeiras) permitiram identificar uma pequena exploração rural, ocupada desde a Idade do Ferro até meados do

século I d.C., altura em que o local foi abruptamente abandonado (CARDOSO, 2011). Entre os materiais recolhidos no local documenta-se cerâmica cinzenta na tradição da Idade do Ferro (*Idem*: 132), campaniense, *terra sigillata* itálica e sudgálica, paredes finas e moedas que atestam claramente uma ocupação entre o século I a.C. e a primeira metade do I d.C. (*Idem*: 133). A não reconstrução das estruturas permitiu a conservação das evidências daquela fase mais antiga (*Idem*: 134) que noutros locais, como se viu, são geralmente arrasadas pelos novos e maiores edifícios.

A zona de trabalho associada à pedreira romana de Colaride (Sintra) terá sido utilizada também exclusivamente até ao século II d.C., ainda que no local a ocupação esteja documentada noutras áreas para fases mais tardias (COELHO, 2008: 533).

No Casal do Rebolo, a riqueza dos solos e as boas condições para fixação de populações no local onde mais tarde viria a ser construída a *villa* romana, é comprovada pela presença de materiais que testemunham uma diacronia de ocupação naquela área desde a Pré-história até aos nossos dias. Nos últimos trabalhos ali realizados, foram recolhidos vários materiais do Calcolítico, incluindo fragmentos de cerâmica campaniforme, sem que tenham sido identificados níveis arqueológicos ou estruturas conservadas daquela fase. A presença de ocupações da Pré-história recente, designadamente do Calcolítico e da Idade do Bronze, nas áreas posteriormente ocupadas por *villae* romanas é relativamente frequente. Nesta região verificou-se também em Santo André de Almoçageme (GONÇALVES e MENDES, 2011), no Alto do Cidreira (NETO e REBELO, 2007: 36) e Freiria (Cascais) (CARDOSO, 1999) ou na *villa* de Oeiras (CARDOSO, 2001: 126). Situação semelhante verificou-se na área mais interior da Lusitânia, onde uma ocupação da Pré-história recente subjaz sob a *villa* da Quinta das Longas (GONÇALVES, CARVALHO e POMBAL, 2003).

No Casal do Rebolo, igualmente de recolhas de superfície efectuadas na década de 1980 pelos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Sintra, são provenientes alguns materiais que atestam uma ocupação da Idade do Ferro onde mais tarde viria a ser implantada a *villa* romana. A pouca quantidade de materiais da daquela cronologia recolhidos e a sua ausência nos trabalhos mais recentes ali realizados, apontam para uma ocupação de pequenas dimensões, eventualmente um casal, ou para a sua localização em zonas distintas das intervencionadas. Esta continuidade de ocupação em locais com ocupação na Idade do Ferro tem também paralelos à escala regional, designadamente em Freiria (Cascais) (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1991: 17) e Oeiras (CARDOSO, 2011: 136).

No mesmo sentido de continuidade se podem considerar as ocupações tardias que têm vindo a registar-se em muitos destes sítios na sequência das presenças romanas, normalmente mais bem documentadas. Em São Miguel de Odrinhas foram recolhidos materiais que atestam a ocupação do local entre os séculos VII-X d.C., ainda que sem associações concretas a estruturas ou níveis de ocupação (COELHO, 2007: 134). Outros vestígios apontam para uma certa continuidade de ocupação dos edifícios, ou pelo menos do território, das antigas explorações rurais romanas, designadamente a já referida necrópole da Alta Idade Média da Granja dos Serrões (BELCHIOR, 1996), o cemitério islâmico escavado no Telhal (FERREIRA, 2009), os silos islâmicos do Alto do Cidreira (Cascais), com materiais dos séculos IX-X (NETO e REBELO, 2007: 76), provavelmente também na sequência da ocupação da Alta Idade

Média que se encontra mal caracterizada naquele local (NOLEN, 1988: 63), com paralelos nas realidades documentadas na *villa* de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) (BATALHA *et alli*, 2009).

Esta sobreposição de ocupações está naturalmente relacionada com a natureza dos solos e sua apetência para a prática da agricultura nos locais onde se localizaram as *villae*, frequentemente na sequência de ocupações mais antigas.

### 2.2.3. Vias

A região de *Olisipo* é servida por uma rede viária importante, com destaque para as vias principais que ligavam a cidade à capital provincial e às capitais conventuais (MANTAS, 1990: 161), que correspondem a vias bem estruturadas, algumas delas referidas nas fontes da Antiguidade e também documentadas por marcos miliários e troços de calçada. Deste conjunto destaca-se a Via XVI (*Item ab Olisippone Bracaram*), pela proximidade do seu traçado em relação à área em estudo que ligava a cidade a *Conimbriga* e *Bracara Augusta*, com acesso a outras cidades do eixo atlântico da Lusitânia. A zona a Este da área de estudo, correspondendo ao estuário do Tejo, era ainda atravessada pela via que ligava *Olisipo* a *Emerita* (RODRÍGUEZ MARTÍN e CARVALHO, 2005: 303).

A rede principal seria complementada por uma extensa rede de caminhos vicinais, menos estruturados e por isso mais difíceis de detectar, situação agravada pela circunstância de raramente terem marcos miliários (MANTAS, 1998: 17).

A “zona W dos *agri olisiponenses*”, particularmente na área do Casal do Rebolo seria servida por uma rede de caminhos com alguma relevância, se considerarmos a quantidade de vestígios de povoamento ali identificados. Nesta área assume particular relevância a exploração das pedreiras na zona de Pero Pinheiro e Lameiras, cuja actividade teria necessariamente de ser alicerçada na existência de uma eficaz rede de vias de comunicação para escoamento da produção. Esta actividade económica está naturalmente associada a uma rede de povoamento, de que se conhecem alguns sítios, incluindo várias *villae*, que seriam também ligadas por caminhos secundários entre si e que ligavam os locais à rede de estradas principal.

Vários autores têm apresentado propostas de traçados de vias que atravessam a área em causa, sendo o estudo mais recente da autoria de Inês Byrne, dedicado exclusivamente às vias vicinais da região (BYRNE, 1993). Os diversos estudos apresentados coincidem praticamente todos na passagem das vias precisamente pela zona das pedreiras de Pero Pinheiro, considerando a importância das actividades económicas ali desenvolvidas em época romana (*Idem*: 43).

Esta rede viária secundária seria provavelmente complementada e estruturada em articulação com as vias fluviais, no sentido de aproveitar a sua navegabilidade, factor a ter em consideração particularmente se tivermos em conta a eficácia e os custos consideravelmente mais baixos deste tipo de transporte quanto comparado com o transporte terrestre (MANTAS, 1998: 18).

A produção das pedreiras da região em época romana poderia ser precisamente escoada através desta rede viária em complementaridade com as vias fluviais, particularmente através do Rio Lizandro/Ribeira de Cheleiros (RIBEIRO, 1982-83: 165). Neste âmbito, assume particular relevância a localização do já referido sítio da Mata Pequena (Mafra), na sua relação com esta actividade e com o transporte fluvial (ALMEIDA e SOUSA, 1995: 213).

Num estudo sobre a rede viária da área localizada a nascente do Casal do Rebolo, no Concelho de Loures, Vasco Mantas descreve o traçado de um caminho secundário que sai da zona de Loures em direcção a Noroeste, seguindo aproximadamente o vale onde corre a Ribeira de Loures. A proposta de caminho termina um pouco a Noroeste da povoação de Ponte da Lousa, situada a cerca de 5 km em linha recta do sítio aqui estudado (MANTAS, 1998: 24, fig. 1). Nesse trabalho é também salientada a estreita relação entre as vias terrestres e as fluviais no sentido de facilitar a circulação de pessoas, mas também de escoamento dos produtos das pedreiras da região até *Olisipo*, designadamente através dos rios de Loures e Trancão (*Idem*: 18).

A *villa* do Casal do Rebolo está situada, como se viu, precisamente entre as bacias hidrográficas do Rio Lizandro/Ribeira de Cheleiros e do Trancão, ambas servidas de redes viárias que ligam os povoados rurais de toda a região entre si e com a cidade. Naturalmente este sítio teria também uma via vicinal que ligava o sítio à rede local. Apesar de todas as dificuldades já enumeradas na identificação destes caminhos pouco estruturados, é possível apontar algumas possibilidades acerca da sua localização, que apesar de verosímeis, carecem de dados que as confirmem. Uma possibilidade passaria pela continuidade do traçado já proposto para aceder ao Casal do Silvério (BYRNE, 1993), que continuaria seguindo a linha de água que atravessa a várzea, passando a Sul daquele sítio arqueológico em direcção a Sudeste. Naquela zona existe ainda um caminho de terra que constituía o antigo acesso ao moderno Casal do Silvério e que prossegue precisamente na direcção do Casal do Rebolo.

Outra possibilidade para o percurso de acesso à *villa* corresponde ao antigo caminho que sai do Casal do Rebolo para Norte, em direcção a Santa Eulália, passando por uma pedreira actualmente em actividade, localizada a cerca de 1, 5 km da *villa*. Uma variante deste caminho inflecte para Nordeste até Covas de Ferro. Estes caminhos situam-se a meia encosta, sensivelmente na linha da cota de 200 m, evitando as terras mais baixas da várzea, ao contrário do percurso atrás sugerido (anexo II: 1).

Outras vias serviam este território, das quais destacamos a que sairia do norte de Lisboa em direcção a Belas e daí para a zona das pedreiras de Pero Pinheiro e Lameiras, seguindo depois em para São Miguel de Odrinhas. Outro caminho secundário faria a ligação com a zona mais ocidental deste território, no sentido do Santuário dedicado ao Sol e à Lua localizado na foz da Ribeira de Colares (RIBEIRO, 2002). Este caminho serviria naturalmente as *villae* que estão identificadas na zona, designadamente Santo André de Almoçageme. No âmbito da relação de complementaridade entre as vias terrestres e fluviais e o seu papel no abastecimento e transporte de mercadorias, é relevante assinalar a presença de várias ânforas inteiras (Dressel 14) num depósito de areia junto à povoação do Mucifal (Colares), próximo do Rio de Colares, que na época seria navegável (PIMENTA, 1982-83: 146). Esta via fluvial, cuja foz se localiza junto do Santuário Imperial da Praia das Maças (RIBEIRO, 2002) corresponde provavelmente a um canal privilegiado de comunicação e ligação para o interior do território.

#### **2.2.4. Actividades económicas**

As actividades relacionadas com a agricultura, que constituiriam provavelmente a principal actividade económica, estão documentadas nesta região pela identificação

de estruturas relacionadas com o armazenamento e processamento de produtos, mas também através de algumas ferramentas de ferro, como a pequena foice da sepultura 12 da necrópole em análise neste trabalho, cuja utilização agrícola não levanta grandes dúvidas. Apesar de se verificar uma tendência para direccionar as intervenções arqueológicas para a parte habitacional das *villae*, nesta região conhecem-se já alguns dados relativos às *pars fructuaria e rustica* das ocupações romanas. Na *villa* de Freiria (Cascais) foram identificados vestígios de um celeiro, testemunho directo das actividades agrícolas relacionadas com a produção de cereais (ENCARNAÇÃO e CARDOSO, 1991).

Outros trabalhos mais recentes, no âmbito de escavações de emergência, têm incidido também nos sectores produtivos das *villa*, por exemplo no Telhal (Sintra) (FERREIRA, 2009), no Alto do Cidreira (Cascais) (NETO e REBELO, 2007: 80) e talvez mesmo nas Almoinhas (Loures) (COELHO *et alli*, 2006). Limitações próprias da natureza dos trabalhos condicionam a interpretação das estruturas identificadas quanto à sua funcionalidade específica.

A presença de grandes elementos de mós e grandes pesos de pedra romanos na região é também um indicador da realização de algumas actividades, designadamente as relacionadas com a produção de vinho e de azeite. Estas actividades estão documentadas na *villa* de Freiria (Cascais), onde foram identificados dois lagares, um deles interpretado como sendo destinado à produção de azeite e o outro eventualmente para vinho (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1991). Também em Casais Velhos a associação entre uma grande pia e um peso de lagar remete para a existência de um lagar no local (CARVALHO, 2004: 137).

Para além daquelas estruturas, J. Cardim Ribeiro refere ainda vários elementos pétreos, mós e pesos de lagar, todos recolhidos fora dos seus contextos originais, que se podem relacionar com a produção de azeite. A sua tipologia arcaica sugere que a actividade seria praticada desde cedo na região (1994: 90), de acordo com o referido nas fontes clássicas, designadamente por Estrabão (III 3.1, *apud*, RIBEIRO, 1994: 89).

A origem Bética do azeite que abastece esta região está documentada nos séculos I e II d.C., altura a partir da qual deixa de haver indícios da importação de azeite daquela região, que aparentemente não foi substituído pelos produtos africanos (PIMENTA, 1982-83: 146). Tal facto poderá estar relacionado com o incremento da sua produção no âmbito regional, que dispensa a sua importação, a partir de inícios do século III d.C. (*Ibidem*). Esta situação constata-se também no Casal do Rebolo, onde foram recolhidos vários exemplares de Dressel 20, e onde estão ausentes, até ao momento, contentores de conteúdo oleícola mais tardios. A presença destes contentores Béticos foi também documentada nos trabalhos realizados recentemente no Telhal<sup>5</sup> (FERREIRA, 2009) e em São Miguel de Odrinhas (COELHO, 2007: 133).

O epitáfio do *olisiponensis M. Casius Sempronianus, diffusor olearius*, encontrado no *Conventus Hispalensis* e datado da primeira metade do século II d.C., poderá ser o exemplo de um comerciante de azeite de *Olisipo* na Bética, ainda que seja discutível que a sua actividade naquele local se destinasse à exportação de

---

<sup>5</sup> Com base numa observação de carácter não sistemático dos materiais em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

azeite de *Olisipo*, ou pelo contrário, à sua importação para uma região, que apesar de produzir, não seria ainda auto-suficiente (RIBEIRO, 1994: 90), situação que os vestígios arqueológicos, designadamente a presença de ânforas Dressel 20, parecem confirmar.

Nas áreas mais interiores da Lusitânia, assiste-se a uma alteração das actividades económicas motivada por vários factores, entre eles a forte concorrência nos mercados dos produtos norte africanos. Naquela zona da província verifica-se durante os séculos I e II d.C. uma maior preponderância de produção de azeite, situação que se inverte entre o fim do século III e o IV d.C. quando a produção oleica parece ter sido substituída pela produção de vinho (RODRÍGUEZ MARTÍN e CARVALHO, 2005: 318).

Na região *olisiponense* a produção de vinho está também documentada através de várias evidências, nomeadamente por ferramentas relacionadas com a poda, como sucede na sepultura 12 do Casal do Rebolo, ou pelas estruturas de Freiria (Cascais), onde um dos lagares identificados pode ter servido precisamente para produção de vinho (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1991: 18).

A ânfora Lusitana 3, cujo conteúdo poderá estar relacionada com o transporte de vinho (DIOGO, 1987; FABIÃO, 1998), encontra-se presente no Casal do Rebolo. A confirmar-se o seu conteúdo vinícola, a importação daquele produto estaria assim documentada apenas nos contextos mais antigos do sítio, ainda que a sua presença não signifique necessariamente a ausência de produção local.

Situação semelhante parece verificar-se na *villa* de São Miguel de Odrinhas, onde as ânforas de transporte de vinho estão associadas à fase mais antiga da ocupação, levantando a questão da eventual auto-suficiência deste produto no Baixo-Império, época de maior pujança do local, ainda que o carácter reduzido dos elementos em análise daquele sítio recomendem alguma precaução nesta conclusão (COELHO, 2007: 133).

A ausência de contentores de vinho numa fase mais tardia de ocupação nestas duas *villae* poderá estar naturalmente relacionada com a sua auto-suficiência nesse aspecto. No entanto, essa ausência poderá ser ilusória, se for considerada a utilização de outro tipo de contentores, cujos vestígios no registo arqueológico dificilmente se conservam, designadamente os odres de pele ou tonéis de madeira, que poderiam ter desempenhado funções análogas na sua distribuição à escala local e regional (FABIÃO, 1998: 171).

Para além das actividades agro-pecuárias, a “zona W dos *agri olisiponense*” é conhecida também pela sua riqueza de matérias-primas, designadamente de pedra, que pelo que se sabe seria maioritariamente explorada nas pedreiras na zona de Pero Pinheiro, Armês e Lameiras, constituindo uma actividade económica relevante que proporcionou um elevado desenvolvimento económico da região (RIBEIRO, 1983: 157). Paralelamente às pedreiras existiriam certamente oficinas de corte e trabalho da pedra, que os vestígios identificados na Granja dos Serrões, relacionados com a produção local de *tesse*lae parecem testemunhar (BECHIOR, 1995).

Não obstante a relevância da exploração de pedra em época romana nesta zona em particular, a única pedreira romana identificada na região localiza-se na área do actual Cacém, onde se registou, para além do local da exploração propriamente dito, uma área de trabalho a ela associada (COELHO, 2008). O local foi utilizado entre o século I d.C. e o fim do século seguinte, coincidindo a actividade com a cronologia

de maior parte dos monumentos funerários da região (*Idem*: 538), apesar de a ocupação no local estar documentada pelo menos até ao século VII d.C. (*Idem*: 532).

Para além do abastecimento regional, onde naturalmente se inclui *Olisipo*, a possível presença de calcário conífero desta região no *opus sectile* da *orchestra* do teatro romano de Mérida alarga a escala de distribuição destes materiais, facilitado pela rede viária que ligava *Emerita* a *Olisipo* (*Idem*: 529).

Uma outra actividade relacionada com a exploração deste tipo de recursos em época romana, neste caso de pedras semi-preciosas, está documentada no Monte Suímo (Belas), que se prolongou durante as épocas Medieval e mesmo Moderna (RIBEIRO, 1994: 82).

Outras actividades, para além da exploração dos recursos terrestres, podem ter sido desenvolvidas em Casais Velhos (Cascais), onde foram identificados dois tanques, inicialmente relacionados com a produção de púrpura, ainda que a sua utilização para fabrico de preparados de peixe ou mesmo conservação de outro tipo de alimentos deva ser também considerada (CARVALHO, 2004: 138).

A presença de fornos em Santo André de Almoçageme (Sintra), Almoinhas (Loures), em Casais Velhos e em Mafra, retrata a existência de pequenas produções de cerâmica em meio rural, provavelmente para consumo local. Apesar de em alguns destes fornos não ter sido possível determinar o tipo de material produzido, o exemplar de Mafra provavelmente destinar-se-ia à produção de cerâmica de construção (SOUSA, 2007). Naturalmente a realidade e enquadramento destas pequenas unidades não se pode comparar com os centros produtores identificados nos vales do Tejo, enquadrados por uma actividade económica distinta.

### 2.2.5. Sociedade

A ocupação de um território onde as *villae* constituem o principal elemento da sua organização, apresenta uma estrutura social hierarquizada, particularmente entre os proprietários e os trabalhadores deles dependentes, onde se incluíam os escravos e os libertos.

As inscrições dos dois primeiros séculos da nossa Era revelam populações distintas na *urbe* e nos seus *agri*. A população urbana apresenta uma grande quantidade de indivíduos com onomástica latina, seguindo-se um grupo com antropónimos grecizantes e apenas cerca de 10% de antropónimos indígenas. Na área rural, verifica-se uma maior quantidade de nomes indígenas relativamente aos grecizantes, mantendo-se, no entanto, uma quantidade equiparável ao conjunto urbano de antropónimos exclusivamente latinos (RIBEIRO, 1994: 86).

A composição do tecido social deste território, a partir daquelas inscrições, reflecte uma romanização precoce e profunda das populações urbanas mas também rurais (MANTAS, 1990: 164). As inscrições recolhidas na cidade, com grande quantidade de referências aos governadores provinciais, revelam a sua importância política e mesmo económica (MANTAS, 1994: 71). Os proprietários das *villae* seriam descendentes da aristocracia local romanizada, que ocupam importantes cargos na administração municipal (RIBEIRO, 1982-83: 157).

A raridade de inscrições romanas no território *olisiponense* a partir de meados do século II d.C., altura em que a necrópole e *villa* do Casal do Rebolo são ocupadas, limita o tipo de análises acerca da sua sociedade, que se baseia particularmente na epigrafia (MANTAS, 1994: 73; RIBEIRO, 1994: 86). No entanto, a reformulação ou

construção de algumas *villae* nesta fase posterior ao século II d.C., nomeadamente com a pavimentação de salas com painéis de mosaico, reflecte uma continuidade no modelo de ocupação do território, e provavelmente consequente organização social.

### 3. Metodologias

#### 3.1. Estratégia e metodologia de escavação

A estratégia definida para a intervenção arqueológica no Casal do Rebolo foi fortemente condicionada pelos objectivos em que a mesma se enquadrava, no âmbito de uma intervenção de minimização de impactes. Os objectivos visavam aferir a presença de vestígios em toda a área afectada pelo já referido projecto da “Casa das Selecções”, através da realização de sondagens por toda a área. Nos locais onde foram detectados vestígios mais consistentes da ocupação romana, procedeu-se ao alargamento da área de escavação, concretamente na sondagem 7.

Numa fase inicial destes trabalhos, o objectivo foi identificar as zonas com presença de vestígios arqueológicos conservados, de forma a definir os locais em que a obra poderia avançar e a área *non aedificandi*. Nesse sentido, na área da designada sondagem 7, onde foram identificados os vestígios mais bem conservados, os trabalhos de escavação foram apenas desenvolvidos até à identificação do topo das estruturas ou dos níveis de derrube mais consistentes. Pretendia-se apenas registar a presença de vestígios, que seriam intervencionados numa segunda fase dos trabalhos.

Nas sondagens em que os vestígios identificados eram mais frágeis, os contextos romanos foram escavados até ao substrato geológico, caso das sondagens 1 e 8.

Apesar de não se terem identificado materiais à superfície, a encosta onde viria a ser identificada a necrópole romana foi também alvo de várias sondagens, nas quais não foram identificados quaisquer tipos de vestígios, estratigrafia conservada ou mesmo materiais que indicassem a presença de uma ocupação romana naquele local. Os contextos funerários foram apenas registados no acompanhamento arqueológico da remoção de terras do local.

Aqueles trabalhos consistiam na remoção de todas as designadas “terras vegetais” da área, no sentido da sua utilização para fins de arranjos paisagísticos, designadamente nos jardins da Câmara Municipal de Sintra. Foram empregues para o efeito veículos pesados de grandes dimensões, cuja circulação sobre a área de necrópole afectou profundamente os contextos arqueológicos.

As primeiras acções no local, imediatamente após a suspensão dos trabalhos, passaram por tentar caracterizar a natureza dos vestígios identificados, particularmente dos vestígios osteológicos humanos identificados em conexão anatómica e o conjunto de cerâmicas associadas a uma mancha de cinzas, que se revelariam como dois contextos funerários romanos. Assim, os dados iniciais apontavam já para a presença de uma necrópole romana, associada a uma estrutura de planta quadrangular, cuja funcionalidade era ainda indeterminada, que seria mais tarde confirmada como tanque.

Perante estas evidências, foi definido um perímetro inicial de escavação que englobava todos os vestígios visíveis, nomeadamente o tanque e várias lajes, então já percebidas como prováveis indícios de sepulturas, criando uma área de trabalho com cerca de 500 m<sup>2</sup>. Foi ainda marcada uma segunda zona, com aproximadamente 1

hectare, onde os trabalhos e a circulação de veículos foram suspensos, que incluía grande parte da encosta onde a necrópole se encontra implantada, onde mais tarde se viriam também a desenvolver trabalhos arqueológicos.

Na área de escavação propriamente dita, foram removidas e crivadas todas as terras que já tinham sido directamente mexidas, tendo sido recuperados alguns materiais, nomeadamente fragmentos de cerâmica, entre eles alguns pertencentes a peças dos conjuntos votivos das sepulturas 1 e 2.

O facto de algumas sepulturas escavadas no substrato argiloso em valas simples terem sido cheias com o mesmo tipo de sedimento, dificultou muito a sua identificação. A presença de uma camada de terras argilosas compactadas pela passagem de veículos na encosta ocultou ainda mais a existência daquelas estruturas. Nesse sentido, houve necessidade de proceder a vários alargamentos da área de escavação para remover aquelas terras e aferir a presença de mais enterramentos noutras partes da encosta, o que em alguns casos efectivamente aconteceu. Estes trabalhos desenvolveram-se em todos os sentidos a partir da área inicial de escavação.

Depois de definida uma grande área sem presença de enterramentos, foram ainda realizados vários alargamentos com recurso a meios mecânicos, uma vez que a área deveria ser liberta para as obras, mas que se revelaram igualmente estéreis relativamente à presença de vestígios arqueológicos.

A escavação arqueológica foi desenvolvida de acordo com o método definido por Philip Barker (BARKER, 1978), com a aplicação da leitura estratigráfica definida por Edward Harris (HARRIS, 1989). Todas as realidades arqueológicas foram desenhadas à escala 1:20 e pontualmente 1:10.

Os materiais arqueológicos recuperados integram a reserva do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

### **3.1.1. Metodologia de escavação, registo e exumação dos vestígios osteológicos humanos**

Os vestígios osteológicos humanos encontrados em todas as sepulturas de inumação, 13 no total, foram intervencionados sob coordenação da especialista em antropologia física Nathalie Antunes-Ferreira. O mau estado de conservação de alguns restos esqueléticos obrigou à aplicação pontual de consolidante para permitir que a sua exumação fosse possível. Foram sempre salvaguardadas partes dos esqueletos, no sentido de não inviabilizar no futuro análises de ADN ou a retirada de amostras amostra para datação.

Previamente à remoção dos esqueletos, foram feitos todos os registos numa ficha específica, onde foram anotados os dados sobre cada um dos indivíduos exumados, de modo a garantir a sua caracterização, nomeadamente o sexo e a idade à morte, as patologias, os dados osteométricos e as perturbações pós-deposicionais (ANTUNES-FERREIRA, 2005b).

Numa segunda fase, restos osteológicos humanos foram limpos em laboratório, onde foram também concluídas as análises que resultaram na elaboração do relatório antropológico referido (*Idem*). Ao longo do texto, todas as referências às características físicas da população inumada no Casal do Rebolo resultam da análise do relatório atrás referido.

### 3.2. Estudo de materiais

O estudo de materiais foi realizado de forma distinta de acordo com a sua proveniência, do conjunto votivo das sepulturas ou de depósitos escavados na necrópole e na área habitacional. Uma vez que os contextos funerários constituem o tema central deste trabalho, os materiais associados a cada enterramento são descritos individualmente e apresentados em desenho e fotografia. Alguns destes materiais encontravam-se em contextos bem conservados e em alguns casos associados a materiais de datação mais fina, designadamente *terra sigillata* clara mas também a algumas moedas que permitem definir melhor o âmbito cronológico das sepulturas. A associação destes materiais a cerâmica comum permitiu apontar algumas cronologias para estas peças, que de um modo geral têm uma cronologia bastante larga.

A apresentação dos conjuntos de oferendas votivas é feita de acordo com o seu contexto, ou seja, por sepultura, independentemente das categorias dos materiais (cerâmicas, vidros, moedas e outros objectos em metal), mantendo a coerência interna dos conjuntos. Para além da análise e proposta de cronologia para aquelas peças em capítulo próprio deste trabalho, as descrições mais detalhadas sobre cada uma delas são apresentadas num catálogo de materiais, onde são indicadas as suas dimensões e as características das pastas (apêndice deste trabalho).

No final da descrição de cada um dos conjuntos é apresentada uma tabela de síntese de cada um deles, com a caracterização funcional e proposta cronológica. Uma vez que as informações ali contidas são necessariamente um resumo do que foi dito no texto, recorreu-se ao emprego de algumas abreviaturas:

**CC:** indica uma produção de cerâmica comum, com a indicação das formas de *terra sigillata* ou de vidro que procuram imitar ou nas quais se inspiram; **H:** forma da tipologia de Hayes (1972); **Bon:** forma da tipologia de Michel Bonifay (2004); **Den.:** forma da tipologia das lucernas de Jean Deneauve (1969); **Pons:** forma da tipologia de lucernas de Michel Ponsich (1961); **D-L:** forma da tipologia de lucernas de Dressel-Lamboglia; **+**: a presença deste sinal à frente de uma data significa que a cronologia da peça em causa pode prolongar-se um pouco para além dos limites propostos.

Do conjunto de materiais proveniente dos depósitos escavados na parte habitacional da *villa* e dos possíveis níveis de frequência da necrópole, constituído por cerâmica comum, fragmentos de ânfora e de *terra sigillata*, foi feita uma selecção dos materiais a estudar. O objectivo foi determinar, com base nos materiais de cronologia mais bem definida, o âmbito cronológico da ocupação romana do sítio. Nesse sentido, foram analisados os fragmentos de *terra sigillata* e as ânforas, excluindo-se as produções de cerâmica comum. Do conjunto daqueles materiais, para os quais foi possível determinar a forma específica dentro de cada fabrico, são representados apenas algumas peças a título ilustrativo.

São ainda apresentados elementos arquitectónicos específicos pela sua relevância na caracterização funcional do tipo de *habitat* romano, nomeadamente dois fragmentos de coluna.

A análise das cerâmicas finas, em concreto da *terra sigillata*, segue as propostas de classificação recorrentemente utilizadas por vários autores, nomeadamente as de John Hayes (1972) e Michel Bonifay (2004) relativamente às

produções norte africanas. Para as produções hispânicas foram tidos em conta os trabalhos de Françoise Mayet (1984) e de M. A. Mezquiriz (1985), e em particular o estudo mais recente desenvolvido por Macarena Buscamante Álvarez (2010).

A nomenclatura utilizada para designar as várias formas de peças de produções de cerâmica comum seguiu, sempre que possível, a proposta apresentada por Jorge Alarcão para a cerâmica de produção local e regional de *Conimbriga* (Alarcão, 1974b: 32-34). No âmbito da análise deste tipo de materiais foram também consideradas as propostas de classificação apresentadas por Jeannette Nolen (1985 e 1995-97), mas também o trabalho de Inês Vaz Pinto (2003). Para além destas obras já referidas, são apontados paralelos para algumas peças provenientes de outros contextos, que são referidos ao longo do texto.

O estudo das lucernas romanas depara-se desde o princípio com a dificuldade de estabelecer uma tipologia que seja abrangente e válida para o Império romano, ou pelo menos para o mediterrâneo Ocidental. Estas dificuldades foram sentidas por vários autores que realizaram estudos específicos sobre conjuntos significativos de lucernas (PONSICH, 1961: 3; MORILLO CERDAN, 1990: 143; PEREIRA, 2008: 19).

Uma vez que este trabalho não se debruça exclusivamente no estudo deste tipo de materiais, representado neste conjunto apenas por 9 peças, optámos por utilizar as tipologias que na nossa perspectiva são mais abrangentes e que têm recorrentemente servido de referência aos estudos de vários autores. Assim, utilizamos a tipologia de Dressel (DRESSEL, 1899), com a introdução dos dados cronológicos revistos por Lamboglia (LAMBOGLIA e BELTRAN, 1952), mas também o trabalho de Michel Ponsich e Jean Deneauve (PONSICH, 1961 e DENEAUVE, 1969). São apontados os paralelos mais próximos para cada uma das peças desta colecção ou para motivos decorativos do disco e orla apresentados em diferentes estudos, que nalguns casos implicaram a revisão pontual das tipologias existentes, como o caso do trabalho de Michel Bonifay (BONIFAY, 2004).

O trabalho de análise de materiais é completado com o catálogo descritivo em apêndice e com as estampas no anexo III. Os anexos têm numeração individual de I a VI, cada um deles com numeração interna individual de cada página.

## 4. Estruturas e estratigrafia da ocupação romana no Casal do Rebolo

### 4.1. Limitações e condicionantes das leituras possíveis

As diferentes áreas intervencionadas no Casal do Rebolo permitiram identificar os vestígios de uma *villa*, concretamente algumas estruturas relacionadas com a parte habitacional, mas também de uma necrópole, cujo estudo constitui a parte principal deste trabalho.

A identificação de vestígios mais consistentes na sondagem 7 levou ao alargamento da área de escavação inicial até cerca de 100 m<sup>2</sup>. A metodologia utilizada neste sector, como já foi descrita atrás, que não permitiu a escavação dos contextos, já que grande parte dos níveis de ocupação e abandono não foram escavados condiciona as interpretações acerca da funcionalidade exacta daquelas, estruturas bem como a caracterização das várias fases construtivas registadas, já que grande parte dos níveis de abandono e ocupação não foram escavados.

A utilização agrícola do terreno em época moderna deixou também marcas profundas nas estruturas romanas, particularmente nos locais onde a potência estratigráfica é mais reduzida, com cerca de 30 cm. Numa grande parte da área intervencionada verificou-se que os contextos se encontravam profundamente afectados até ao que restava dos níveis de ocupação, nomeadamente dos pisos de argamassa. Encontra-se ainda documentada a presença de vários interfaces negativos de planta aproximadamente circular, cuja abertura implicou a destruição dos níveis romanos. A regularidade com que se encontram dispostas poderá estar relacionada com o plantio de vinha ou mesmo de árvores de fruto.

Na zona da necrópole, a remoção quase total das designadas terras vegetais numa fase prévia à intervenção arqueológica expôs praticamente a totalidade das estruturas. Estas intervenções condicionam de forma substancial as leituras estratigráficas do sítio arqueológico, já que na maior parte do local as terras foram praticamente removidas até à definição do substrato geológico.

Desta forma, os depósitos formados após o abandono do sítio e que cobriam as sepulturas e as estruturas hidráulicas foram quase integralmente removidos. Este facto impossibilita o estabelecimento de algumas relações, eventualmente diacrónicas, entre a construção e utilização das estruturas hidráulicas e a utilização do local como cemitério na época romana.

### 4.2. Área habitacional (sondagem 7)

A área onde foram identificadas as estruturas mais significativas localiza-se numa zona a Norte da encosta onde está situada a necrópole, separada desta por uma linha de água que corre no sentido aproximado de Este para Oeste. As referidas estruturas foram implantadas numa encosta de inclinação muito suave com uma pequena elevação de calcário a Norte onde se localizam as construções agrícolas do Casal de época Moderna, na base do monte do Rebolo.

A designação de zona habitacional serve, neste contexto, apenas para distinguir estas estruturas da zona de necrópole, mas também de outras áreas que geralmente fazem parte das explorações rurais do tipo *villa*. A recolha de inúmeras

*tesselae*, de cerâmica de mesa, designadamente de *terra sigillata*, de ânforas e a identificação de um *hipocaustum*, dificilmente se relacionam com a *pars rustica* ou *fructuaria* que integram este tipo de explorações rurais, não sendo certo que não possam corresponder a outro tipo de edifícios não habitacionais, designadamente às termas da *villa*.

Os vários muros identificados desenvolvem-se em eixos, aproximado Norte-Sul (concretamente NNE-SSO), com os restantes construídos de forma perpendicular aos primeiros. Estas estruturas encontravam-se, de um modo geral, mal conservadas, tendo sido registadas duas técnicas de construção distintas. Um dos muros, [22], que corresponde a uma das estruturas em melhor estado de conservação, foi edificado com recurso a blocos de calcário aparelhados de forma a apresentarem apenas uma face lisa e dispostos na construção de maneira a criar os dois paramentos regulares, com o tardo irregular colocado para o interior da construção. Estes elementos pétreos são ligados entre si por argamassa de argila, com presença de cascalho e pequenos calhaus de calcário a preenche o interior.

Os restantes muros conservam-se praticamente apenas ao nível das fundações, que são compostas por uma amálgama de argamassa de areia e cal, misturada com calhaus e cascalho de calcário e basalto, ocasionalmente com alguns blocos mais pequenos de calcário toscamente aparelhados.

O muro [22] tem um papel estruturante neste edifício, prolongando-se sob os cortes Este e Oeste, com um comprimento definido já superior a 16 m. Suporta o muro [7], que lhe é perpendicular, e que corresponde igualmente a uma das mais importantes construções deste edifício, delimitando praticamente todos os compartimentos identificados, uma vez que se localiza aproximadamente a meio da área escavada.

A fase preliminar em que os trabalhos foram interrompidos não permitiu esclarecer ainda as relações entre as várias fases construtivas e a forma como se articulam entre si, bem como as implicações que podem ter tido na reorganização do espaço. Na observação da planta geral das estruturas, é bem evidente a existência de pelo menos duas fases distintas de construção, particularmente evidente na relação dos muros [7] e [5]. No estado actual dos conhecimentos não é possível perceber quais as implicações que estas alterações tiveram ao nível da arquitectura do edifício, ou mesmo das suas funções.

A dinâmica construtiva nos vários edifícios que compõem as *villae* está documentada em inúmeros locais, que ao longo de séculos foram sendo reformulados ou reconstruídos, situação que parece estar também ter ocorrido no Casal do Rebolo, ainda que neste momento não seja possível determinar um enquadramento cronológico para cada uma das fases.

Os contextos escavados permitem, ainda assim, identificar 9 ambientes distintos, sendo que em pelo menos dois deles não é certo se correspondem a espaços cobertos do interior, ou já a zonas do exterior do edifício, cobertas ou não. As distintas áreas identificadas foram numeradas com os números 1 a 9 (conforme planta da sondagem 7).

#### Compartimento 1

Está situada aproximadamente no limite Sudoeste da área de escavação, correspondendo a um dos poucos locais da área habitacional onde foram escavados

todos os contextos até ao substrato geológico, que neste caso corresponde a argila. Foram identificados vestígios das quatro paredes que delimitam o espaço com uma área de 6 m X 3,5 m, onde foram escavados os restos de uma fogueira encostada a um dos muros, [8]. A lareira, que corresponde ao único vestígio de ocupação do compartimento, encontrava-se coberta por um nível de derrube de telhas e pedras muito fragmentados, misturados com materiais de cronologia moderna. A estrutura de combustão, sem qualquer tipo de estruturação, correspondia apenas a uma mancha de cinzas e encontrava-se assente directamente sobre a argila que constitui o nível de circulação do compartimento, praticamente sem diferenças relativamente ao substrato geológico, que foi apenas distinguido do piso pela ausência de materiais.

A falta de materiais associados à lareira não permite caracterizar o tipo de ocupação a que estaria associada ou apontar uma cronologia para a fase de utilização do compartimento. É possível que corresponda apenas a uma ocupação ocasional, numa fase em que as estruturas romanas se encontravam já em fase de abandono.

#### Compartimento 2

O compartimento 2 está localizado a Este do ambiente 1, verificando-se de forma clara as duas fases de construção já referidas. O muro que define o limite Este da sala 1, [7], e o que delimita o compartimento 2 a Oeste, [5], estão encostados, sem que seja possível determinar de forma segura qual das fases é mais antiga, sem recurso à realização de mais escavações. As construções [17], [13] e [28] definem este novo compartimento, cujo limite Este não foi ainda identificado, situação que não permite perceber qual o seu comprimento, que é pelo menos 4,5 m, com cerca de 4 m de largura.

#### Compartimento 3

Localiza-se a Norte da sala 1, com uma área aproximada de 6 m X 4,5 m. Foram identificados vestígios muito residuais de *opus signinum* sobre uma preparação de cascalho e de argamassa, [20], de características semelhantes às bases de preparação para assentamento de mosaicos. Precisamente naquela área foi recolhida uma grande quantidade de *tesselae* policromas, completamente descontextualizadas, já que neste compartimento a estratigrafia se encontrava revolvida praticamente até ao nível de ocupação, que neste caso corresponde ao que resta do piso ou da sua preparação.

O estado de conservação de alguns muros deste compartimento é bastante mau, com alguns encontrando-se mesmo abaixo da cota do já referido piso, designadamente o muro que define o limite Norte do espaço, do qual se conservam apenas ténues restos da argamassa da sua fundação.

#### Compartimentos 4

O ambiente 4 está localizado a Este do muro [7] e ao lado do ambiente 3, sendo definido a Sul pelas estruturas [13] e [17], que separam o espaço do compartimento 2. A Norte os seus limites não são claros, porque os trabalhos de escavação foram pouco desenvolvidos, no entanto, é possível que a estrutura que está apoiada no muro [7] e desenvolvida em direcção a Este constitua a delimitação deste espaço. A Este os seus limites não foram ainda identificados, o que não permite esclarecer o seu comprimento total, que é de pelo menos 4,5 m por 2 m de largura.

### Compartimento 5

Corresponde à sala situado no limite Noroeste do edifício, com uma largura aproximada de 4,5 m, sendo que não foram ainda atingidos os seus limites do a Oeste, que tem pelo menos 6 m de comprimento. À semelhança do que se verificou no compartimento 3, também aqui se encontram vestígios de argamassa de cal assente sobre uma preparação de cascalho de calcário, ainda que neste caso não se trate de *opus signinum*. Nas duas situações, sala 3 e 5, os vestígios de argamassa encontram-se residualmente conservados, apenas junto aos muros. Provavelmente foram destruídos pela actividade agrícola, uma vez que se encontravam cobertos por apenas cerca de 30 cm terra, uma profundidade perfeitamente ao alcance dos arados, responsáveis pela fragmentação dos materiais de derrube em pequenos fragmentos dispersos pelo terreno.

A camada de preparação de cascalho e os restos de argamassa identificados nas duas salas podem corresponder à preparação para assentamento de um pavimento de mosaico que poderia revestir o chão das mesmas. O carácter residual da argamassa nas duas situações poderá ainda testemunhar outro aspecto, designadamente operações de restauro daqueles pavimentos, executadas tardiamente, sem recurso a *tesselae*. Situações destas estão documentadas em mosaicos de várias *villae*, por exemplo em Santo André de Almoçageme (Sintra) ou em Campo Maior (BRAZUNA *et alli*, 2002: 15).

O mau estado em que aqueles vestígios se encontram não permite esclarecer acerca da existência efectiva de mosaicos, por exemplo através da presença do negativo das tesselas no topo da argamassa, no entanto, a presença de *tesselae* em grande quantidade constitui uma evidência da existência de pisos deste género.

Apesar de poderem corresponder a vestígios de pavimentos de mosaico, deve também ser considerada a possibilidade de aqueles restos de argamassa corresponderem a evidências de outras estruturas ou de simples pisos de *opus signinum* e argamassa de cal.

### Compartimento 6

Está localizado no limite Norte da sondagem, a Este do compartimento 5, com uma área já definida de aproximadamente 4,5 m de comprimento por cerca de 2,5 m de largura, que pode ser maior. Também neste espaço foi apenas definido o topo dos níveis de abandono, no entanto, e ao contrário do constatado na quase generalidade dos restantes compartimentos, foram identificados estruturas que ajudam a caracterizar a sua funcionalidade.

Foram registadas evidências de uma estrutura de *hipocaustum*, cuja planta não foi ainda totalmente definida, mas que conserva, pelo menos, o arranque de seis arcos de suporte da *suspensurae*, que não se conservou. Os arcos desenvolvem-se a partir de paredes de tijolo com cerca de 0,50 m, apoiadas nas paredes de alvenaria que definem a área lateralmente, formando depois o arco com cerca de 1 m de largura, distanciados uns dos outros aproximadamente 0,50 m.

A presença destas estruturas está naturalmente relacionada com o aquecimento, ainda que não seja neste momento possível determinar com exactidão a natureza daquele espaço, uma vez que este tipo de estruturas pode estar relacionado com um *triclinium* de inverno aquecido, mas também com o *caldarium* das termas da

*villa*. Apenas a escavação dos contextos localizados a nascente e a Sul destas estruturas permitirão caracterizar a totalidade da área ocupada por estas estruturas e a sua caracterização funcional.

#### Compartimento 7

Este espaço, localizado a Sul do compartimento 6 e a Norte do 4, encontra-se ainda muito mal definido quanto aos limites. Aproximadamente a meio da área encontra-se o alinhamento de pedras [39], cuja funcionalidade não foi ainda esclarecida. Uma vez que não foram escavados os contextos envolventes à estrutura, não é possível perceber se corresponde a uma construção tardia pouco estruturada, ou se faz mesmo parte dos níveis de derrube.

Este espaço apresenta 2,5 m de largura com pelo menos 4,5 m de comprimento, uma vez que a parede que fecha o compartimento a Este não foi ainda identificada.

#### Ambientes 8 e 9

Estes dois espaços estão situados precisamente nos limites Norte (ambiente 8) e Sul (ambiente 9) da escavação, tendo sido definidos em áreas reduzidas, entre os muros e os limites da escavação. Por essa razão, não foi ainda possível determinar se correspondem a áreas exteriores ao edifício, eventualmente cobertas por telheiro, ou mesmo a outros compartimentos. Na área Norte foram identificados vestígios de *opus signinum* bastante mal conservados, que podem corresponder a uma estrutura hidráulica ou a outro tipo de construção. No limite Sul, foi efectivamente registada a presença de um pequeno tanque de pedra e argamassa revestido no interior com *opus signinum*. A estrutura desenvolve-se sob o corte Sudoeste, não sendo por isso possível determinar a sua funcionalidade ou sequer a do espaço em que se encontra, que foi apenas residualmente intervencionado.

### 4.3. Outras evidências da ocupação romana (sondagens 1 e 8)

#### Sondagem 1

Está localizada a cerca de 100 m a Oeste da sondagem 7, com uma área escavada de apenas 16 m<sup>2</sup>, onde foram identificados os restos de um muro em muito mau estado de conservação, do qual se conservavam apenas alguns blocos ligados entre si por argamassa de cal. Estes elementos encontravam-se a preencher uma pequena vala aberta na rocha de base para as fundações do muro, que se prolonga para além da área com elementos pétreos conservados.

Naquela área foram recolhidos, entre outros materiais, um fundo e um bojo de *terra sigillata* hispânica e um fragmento de *terra sigillata* clara, sendo que todos os fragmentos são demasiado pequenos para determinar correctamente uma aproximação correcta à sua forma e respectiva cronologia. Do conjunto fazem ainda parte fragmentos de cerâmica comum e várias centenas de *tesellae* de diferentes cores, todas recolhidas em níveis de abandono, sem que se tenham recolhido evidências de um pavimento de mosaico conservado. Os ténues vestígios desta construção assinalam a área mais ocidental onde foram identificadas estruturas romanas no decorrer destes trabalhos.

## Sondagens 8

Localiza-se a Este das sondagens 1 e 7, com uma área intervencionada de 16 m<sup>2</sup>. Foi implantada numa plataforma artificial, que aproveita o desnível da encosta a Este e a Norte, sendo delimitada a Oeste e a Sul por muros de alvenaria seca, construídos com recurso aos blocos das construções romanas, que suportam a plataforma artificial. Não é clara a data da construção daqueles muros, mas o reaproveitamento de pedras romanas, nomeadamente de vários elementos arquitectónicos, indicam uma fase de construção após o abandono das mesmas, provavelmente em época Moderna, quando o casal agrícola foi edificado. Aqueles muros suportam o aterro de terras que constituem a plataforma, que se encontra cerca de 2 m mais elevada que a área onde se encontram as sondagens 1 e 7. Nesta sondagem, dada a reduzida área de intervenção, foram também escavados todos os contextos até ao substrato.

Dos contextos escavados nesta área, destaca-se um interface negativo aberto no substrato argiloso, [53], de planta aproximadamente oval, preenchido por um depósito com alguns materiais arqueológicos, dispostos de forma caótica e misturados com material de construção, nomeadamente pedra e telha, [43]. É possível que corresponda a uma lixeira doméstica romana, uma vez que o sítio se localiza a poucos metros da sondagem 7, onde foram identificadas as principais estruturas habitacionais. Estas terras cobrem um outro depósito, a [48], que se concentra na metade Sul da área de escavação e é constituído por cascalho, com presença de materiais muito residual, encontrando-se especialmente no seu topo, no interface com o depósito [43].

No limite Sul da escavação, desenvolvendo-se sob o corte, foi identificada uma possível estrutura constituída por duas lajes de calcário dispostas na vertical, aparentemente desenvolvendo-se no sentido Norte – Sul. Uma vez que os contextos associados à construção não foram intervencionados, não foi possível caracterizar melhor a sua funcionalidade. A estrutura foi edificada sobre o depósito atrás descrito, [43], onde foram recolhidos fragmentos de *terra sigillata* clara A e C (Hayes 14/17 e Hayes 50 A), indicando que a sua construção terá ocorrido pelo menos já na primeira metade do século III d.C., altura em que a lixeira terá sido desactivada.

Do conjunto artefactual recuperado nesta sondagem, destaca-se também a presença de fragmentos de canalização em cerâmica com secção circular, associados à possível estrutura com lajes de calcário, que remetem precisamente para uma funcionalidade relacionada com a água para a mesma (anexo III: 31). Este tipo de canalização foi identificado também na *villa* rústica de São Pedro de Caldelas (Tomar), relacionado com o escoamento de água de um tanque localizado num grande pátio, associado a um poço ou cisterna (PONTE, 1988: 4, fig. 17 e 53). No Cerro da Vila (Vilamoura, Quarteira), o mesmo tipo de solução foi empregue na construção de uma canalização de “rede de água fresca”, no interior de um compartimento destinado a actividades produtivas (TEICHNER, 2003: 93, fig. 6).

Perante estes dados, é provável que os elementos de canalização recolhidos neste sector da *villa* documentem precisamente o abastecimento de água às estruturas habitacionais localizadas a uma cota inferior e a poucas dezenas de metros do local.

Os restantes materiais arqueológicos ali recolhidos correspondem a vários fragmentos de *terra sigillata* clara A e C (formas Hayes 6, 14/17 e 50,

respectivamente) e produções hispânicas (Dragendorff 27), para além de fragmentos de ânfora Dressel 14 e Lusitana 3, com cronologias perfeitamente integradas na ocupação da *villa* e utilização da necrópole.

As produções de *terra sigillata* clara A e C acima descritas encontram-se presentes nos vários depósitos identificados na sondagem 8, pelo que não foi possível determinar cronologias específicas para a formação do depósito [43], sobre o qual foi edificada a possível canalização.

As estruturas identificadas nas sondagens 1, 8 e principalmente na 7, atestam uma ocupação centrada naquela área, em torno das estruturas do moderno edifício que existe no local. É provável que as construções romanas se localizem parcialmente sob as estruturas daquele casal, cujo processo de construção reutilizou elementos arquitectónicos e material de construção de cronologia claramente romana, de que foi possível recuperar algumas.

#### 4.4. Sondagem 10 (necrópole)

As estruturas identificadas neste sector encontram-se dispersas pela encosta onde a necrópole foi implantada, fisicamente próximas mas sem relações físicas entre si. Os trabalhos de remoção de terras que decorreram no local numa fase prévia à escavação arqueológica condicionam muito as leituras estratigráficas, conservando-se praticamente apenas os contextos inseridos em interfaces negativos, caso das sepulturas, ou onde se encontravam construções, nomeadamente as estruturas hidráulicas.

Durante remoção manual daquelas terras, houve uma grande preocupação na definição do topo dos depósitos considerados conservados, procurando estabelecer um interface claro entre os níveis revolvidos e os depósitos subjacentes. Este objectivo nem sempre se revelou tarefa fácil, em grande parte devido à dimensão dos meios empregues na obra, bem como pela circulação de maquinaria no local sobre terras já mexidas. Esta situação fez com que alguns depósitos, devido ao grau de compactação a que foram sujeitos, mas também por terem no seu topo as marcas características da passagem da pá mecânica, fossem interpretados como indicadores dos níveis conservados. O processo de escavação viria depois a revelar que muitos deles correspondiam igualmente a terras já revolvidas, posteriormente compactadas pela passagem dos veículos.

A remoção daquelas terras superficiais permitiu recuperar um conjunto de materiais, todos enquadrados na cronologia definida para a utilização da necrópole (Capítulo 6.2). Nestes depósitos foram ainda recolhidos pequenos fragmentos osteológicos de indivíduo(s) adulto(s), que podem corresponder a vestígios de sepulturas totalmente destruídas, ou mesmo aos elementos omissos em alguns enterramentos posteriormente identificados<sup>6</sup>.

Depois de concluídos os trabalhos de remoção manual daquelas terras soltas, no início dos trabalhos de escavação arqueológica propriamente ditos, o substrato

---

<sup>6</sup> Encontram-se em falta alguns elementos do membro inferior direito do esqueleto da sepultura 10, provavelmente removidos durante as obras no local.

geológico encontrava-se definido em grande parte da área, com as estruturas praticamente todas visíveis, nomeadamente as lajes da caixa da sepultura 4, parte da cobertura das sepulturas 3, 5 e 8, do esqueleto da sepultura 1 e também o espólio da única incineração desta necrópole. O edifício do tanque e o aqueduto encontravam-se igualmente definidos naquela fase.

Na área a Nordeste do tanque e das restantes sepulturas, numa zona em que a rocha de calcário praticamente se encontrava definida, foi recolhida, sem qualquer associação a estruturas ou outros materiais, uma lucerna fragmentada mas completa (número 67 do catálogo de materiais em apêndice, anexo III: 30), na mesma área onde foi também recolhida uma moeda em iguais circunstâncias. A área localizada a Oeste e a Sul deste tanque encontrava-se igualmente bastante alterada, mas ao contrário do verificado a Norte e Este do tanque, onde a rocha de base é constituída por calcário, nesta zona o substrato geológico corresponde a um depósito de argila, [78], que é coberto por um depósito de características semelhantes mas com presença de cascalho e calhaus de basalto, [71], também de origem natural.

Numa primeira fase do trabalho nesta zona procurámos caracterizar e estabelecer o limite dos contextos previamente identificados durante o acompanhamento da obra, designadamente das sepulturas 1 e 2. Uma grande parte dos vestígios conservados nesta área da ocupação do sítio encontra-se sobre depósitos de terra de características argilosas. Nestes contextos, revelou-se muito difícil detectar a presença de interfaces negativos, uma vez que os mesmos foram preenchidos pelo mesmo tipo de sedimento argiloso em que tinham sido abertos, com poucas diferenças de textura e coloração.

Esta situação verificou-se nas valas das sepulturas 1, 6, 7 e 9, localizadas aproximadamente a Sudoeste do tanque, todas abertas precisamente nestas terras argilosas com grande presença de calhaus e blocos de basalto. Alguns dos corpos foram depositados directamente sobre aqueles elementos pétreos, que se encontram no fundo das respectivas valas de inumação, situações que parecem denotar uma ausência de cuidado e preocupação na regularização das superfícies das sepulturas, através da remoção dos blocos de maiores dimensões, que em alguns casos condicionaram a deposição dos defuntos.

A dificuldade na identificação dos interfaces negativos abertos nestas terras argilosas condicionou a metodologia, pela necessidade de escavar parcialmente o substrato, no sentido de aferir a presença de contextos não identificados, o que viria a permitir a identificação de algumas sepulturas, que de outra forma dificilmente seriam detectadas.

Junto do muro que define o limite Sul do tanque, [62] foram ainda identificados dois núcleos de materiais, [87] e [138], que correspondem a um conjunto de fragmentos de Dressel 14, contendo cerca de  $\frac{1}{4}$  da ânfora, e alguns fragmentos de *imbrices*. Estes materiais encontravam-se dispersos por uma área de aproximadamente 3 m<sup>2</sup>, cobertos apenas pelas terras com cascalho já bastante remexidas, praticamente à superfície, encontrando-se os próprios conjuntos com sinais evidentes de terem sido já alterados. Nas terras que envolviam estes materiais foram recolhidos alguns fragmentos residuais de vestígios osteológicos humanos pertencentes a um indivíduo adulto, o que parece excluir a eventual utilização da ânfora como contentor funerário, uso relativamente frequente em inumações de

infantes. A ausência de cinzas ou restos osteológicos humanos carbonizados torna também difícil a sua utilização como urna funerária.

O depósito de telhas, [138], poderá corresponder ao que se conservou do derrube do telhado do tanque. Os fragmentos de ânfora, [87], podem estar efectivamente relacionados com o carácter funerário do espaço, não sendo de excluir a sua reutilização como elementos de cobertura de uma sepultura de inumação, eventualmente com algumas telhas ali identificadas, de que os ocasionais fragmentos de osso recolhidos poderão ser também um testemunho. É igualmente possível que a presença daquela ânfora no local resulte da frequência da necrópole, eventualmente relacionada com as oferendas ou mesmo com a realização dos banquetes funerários.

A existência de enterramentos implica geralmente uma frequência do espaço, materializada sobretudo através da presença de cerâmica mas também através de restos faunísticos, testemunhos das oferendas e da realização dos banquetes funerários no local. A análise dos eventuais vestígios de ocupação e frequência da área sepulcral é feita de forma mais detalhada no Capítulo 5.4 deste trabalho, no âmbito da descrição dos rituais funerários. Aqui são apresentados e discutidos os contextos estratigráficos em que os mesmos foram identificados.

A Sul das estruturas e relativamente afastada das sepulturas, foi localizada uma ânfora Lusitana 3, que apesar de se encontrar bastante partida, conservava todos os fragmentos que permitiram a sua reconstituição integral. A ânfora encontrava-se na horizontal, misturada com os calhaus de basalto e sem associação a qualquer estrutura ou outros materiais. Não se registaram também vestígios osteológicos humanos ou cinzas que indicassem a sua possível utilização enquanto contentor funerário. A forma como os fragmentos de bojo se encontram partidos parece resultar de factores naturais, não denunciando a existência de um corte intencional no bojo da peça que permitisse uma utilização funerária para a mesma.

Nesta necrópole foram identificados vestígios de fauna, de que se destacam dois conjuntos particularmente significativos, ambos a preencher valas abertas no substrato geológico, localizados em zonas distintas da necrópole e sem relação estratigráfica directa com as realidades envolventes, circunstância que não permite esclarecer a sua cronologia. A ausência dos depósitos superficiais impede determinar com segurança se correspondem a deposições cronologicamente distintas da ocupação romana, ou se pelo contrário, são contemporâneas e resultam da frequência do espaço no âmbito dos ritos funerários. Em nenhum dos casos foram recolhidos elementos materiais de outra natureza que permitam o enquadramento cronológico seguro dos contextos.

O depósito [139] está localizado próximo do paramento Sul do tanque, a Este das sepulturas e dos depósitos [87] e [138]. Os restos faunísticos distribuem-se por uma área de configuração aproximadamente oval, com cerca de 2 m. Como se verificou na escavação das sepulturas ali localizadas, a definição da vala com restos de fauna não se revelou tarefa fácil, devido ao contexto argiloso do depósito onde se encontrava.

Um segundo conjunto foi localizado no limite Noroeste da escavação, numa área próxima da sepultura 10. A fauna foi disposta dentro de uma vala de planta aproximadamente circular, aberta no substrato geológico. Sobre as terras argilosas

que cobriam a fauna e enchiam aquele interface negativo, encontravam-se apenas os depósitos revolvidos previamente, pelo que também não foi possível do ponto de vista da estratigrafia relacionar estes vestígios com a ocupação romana do local.

Nestas duas situações, verificamos que, ainda que seja possível que correspondam efectivamente a vestígios dos rituais funerários, as suas relações estratigráficas não permitem aferir se os interfaces negativos que preenchem foram abertos numa fase posterior à ocupação romana.

Dentro da vala de drenagem da água do tanque encontrava-se um fémur humano junto a uma cabeça de capríneo, localizados a cerca de 2 m da estrutura. Aquelas evidências faunísticas encontravam-se cobertas por terras argilosas, que preenchem a vala. Não é fácil interpretar esta associação de materiais osteológicos humanas e faunísticas, que podem corresponder simplesmente aos vestígios de destruição de uma sepultura em data incerta.

As sepulturas são descritas de forma mais detalhada no capítulo 5 deste trabalho no âmbito da análise dos rituais funerários e dos aspectos relacionados com as técnicas de construção utilizadas.

#### 4.4.1. Tanque

O tanque situa-se sensivelmente a meio da área de escavação definida inicialmente, desenvolvendo-se a canalização para Este, acompanhando o relevo da encosta, numa zona muito destruída e onde não se conservaram outras estruturas. As sepulturas estão localizadas a Norte, Oeste e Sudoeste do reservatório de água.

A sua planta é aproximadamente quadrada, com 4 m x 4,20 m, dividida em dois espaços quase simétricos, correspondendo um ao reservatório de água e o outro ao átrio de acesso. A construção daquelas duas partes do tanque implicou a utilização de técnicas distintas, de acordo com a funcionalidade de cada uma delas.

O reservatório tem uma planta rectangular com 3 m de comprimento, 1,20 m de largura e cerca de 70 cm de profundidade, alcançando 1,25 m desde o fundo até ao topo conservado dos muros exteriores. A sua construção implicou a abertura de uma vala no substrato geológico, que naquela zona corresponde a argila e margas, relativamente fáceis de escavar. As suas paredes, com cerca de 20 cm de espessura, foram construídas com recurso a blocos de calcário aparelhados e ligados por uma forte argamassa de areia e cal. Os blocos foram dispostos em fiadas e de forma a que o seu tardo encostasse directamente às paredes verticais da vala aberta no substrato.

Posteriormente, as paredes internas e o fundo foram revestidos com argamassa de características hidráulicas, *opus signinum*, conferindo-lhe as necessárias capacidades impermeabilizantes para conter a água. Esta argamassa encontra-se relativamente bem conservada, apesar de se registarem algumas lacunas nas paredes e fundo. A ausência de restos de *opus signinum* em quantidades significativas nos depósitos de abandono demonstra que o tanque terá sido utilizado numa altura em que o reboco já não se encontrava nas melhores condições de conservação, apresentando mesmo algumas lacunas que não foram colmatadas, mas sem que fossem deixados detritos a acumular-se no seu interior.

O fundo do reservatório é interrompido por um corte transversal de secção quadrada, cuja funcionalidade é desconhecida, mas que poderá estar relacionada com a necessidade de decantação da água no reservatório, através da acumulação das

partículas de resíduos na parte mais funda. Trata-se de uma solução largamente utilizada para garantir uma maior limpeza das águas que se perpetua no tempo. No Alto do Cidreira (Cascais) foi identificada uma estrutura de canalização que possivelmente transportaria água para uma área de produção, na qual foi também construída uma estrutura de decantação (NETO e REBELO, 2007).

A entrada da água no reservatório é feita através de uma interrupção no muro que delimita a construção a Este, [65], que se encontra mal conservada, faltando já uma pedra da base deste orifício e conservando-se apenas umas das lajes que a delimitam no topo. Esta entrada, com cerca de 30 cm de largura por 40 cm de altura máxima, encontra-se desnivelada em relação à cota da base da canalização que conduzia a água desde o exterior. Entre aquela estrutura e a base da entrada e água regista-se um desnível de cerca de 50 cm, correspondendo praticamente à sua altura. O aqueduto encontra-se destruído aproximadamente a 1 m do tanque, tendo sido registado nesse local a presença de uma pequena vala de secção em “V” aberta no calcário, precisamente entre o fim da canalização e a entrada do reservatório. Esta vala encontrava-se preenchida por material de derrube, incluindo *imbrices*, possivelmente da cobertura do edifício.

A saída de águas do tanque efectuava-se através de uma abertura aproximadamente quadrada, com cerca 40 cm no interior e que no exterior tem apenas cerca de 20 cm, localizada na parede [63], que delimita a estrutura a Oeste. A passagem para a água é completamente revestida com o mesmo reboco de *opus signinum* que cobre as paredes e fundo, com os cantos arredondados, encontrando-se em relativo bom estado de conservação. A vala de drenagem da água no exterior do tanque encontrava-se pouco estruturada, correspondendo a um simples interface negativo aberto no substrato argiloso. Desenvolve-se em direcção a Oeste, acompanhando a inclinação da encosta, sem vestígios de qualquer revestimento do seu interior ou estruturação, para além da simples vala. Os poucos fragmentos de material de construção que foram encontrados no seu interior, designadamente *opus signinum*, são em quantidades muito pequenas e apresentam arestas bastante roladas, correspondendo provavelmente a restos do reboco do tanque arrastados pela água.

A opção por construir o reservatório abaixo do nível da superfície permite tirar proveito da topografia natural do terreno, facilitando a condução da água, sem necessidade de altear a canalização para esse efeito. Esta estratégia permitiu também a construção de muros menos espessos, uma vez que o facto de se encontrarem soterrados permitiu que suportassem mais facilmente a carga exercida pela água no seu interior, sem necessidade de reforço das paredes, que seria necessário realizar se a estrutura se encontra-se elevada em relação ao solo.

A sua construção revela, de um modo geral, algum cuidado construtivo, materializado na utilização de blocos de calcário aparelhados e de argamassas de boa qualidade, não apenas na ligação dos seus componentes pétreos, mas também no revestimento das paredes e fundo.

Sobre as paredes do reservatório foram construídos ao nível da zona de circulação os muros que definem a planta quadrada do edifício, englobando agora também o seu átrio. Estas paredes são feitas com recurso a uma técnica de construção distinta, com a utilização de blocos de calcário de médias dimensões, toscamente aparelhados na face exterior e com o tardo mais irregular, dispostos de

forma a criar dois paramentos regulares. O seu interior é preenchido por elementos de pedra mais pequenos, nomeadamente cascalho, ligado por argamassa de argila. Apesar de não se terem conservado vestígios do reboco destas paredes, é natural que fossem cobertas por uma argamassa que conferisse maior consistência a paredes de pedra e argila. Estes muros exteriores têm cerca de 40 cm de espessura e conservam entre uma e três fiadas, definindo uma área dividida em duas zonas distintas, uma para conter a água e a outra provavelmente com funções de átrio, com um piso de terra batida.

A entrada no átrio seria feita a partir do Norte, através de uma porta assinalada por uma interrupção no muro [64] que define o limite da construção naquela zona, onde se verifica uma descontinuidade regular, cerca de 15 a 20 cm mais baixa em relação ao paramento e com 1,10 m de comprimento, [124]. As pedras que se conservam naquela área de entrada são pequenas e apresentam poucos sinais de desgaste, como seria normal numa zona de passagem. É provável que esse facto se deva à ausência da laje de soleira entretanto removida.

Os únicos elementos concretos recolhidos acerca da cobertura do edifício correspondem aos reduzidos derrubes com *imbrices* nas valas de entrada e de drenagem da água do reservatório, que constituem os únicos indícios de um telhado com este tipo de material. A quase total ausência de *imbrices* na área exterior, com excepção do conjunto [138] a Sul do edifício, pode estar relacionada com as afectações que o sítio sofreu e que destruíram alguns contextos, conservando-se melhor os materiais que se encontravam dentro das valas, o que não explica a sua ausência nos depósitos do interior do tanque.

Podemos também admitir uma estratégia de cobertura do edifício alternativa ao telhado de telha, nomeadamente através da construção de uma abóbada. O derrube de material de construção [106], no interior do reservatório do tanque, é constituído por pequenos fragmentos de tijolo, telha e elementos pétreos de pequena dimensão, associados a terras argilosas, que podem testemunhar precisamente uma solução de cobertura daquele género.

#### 4.4.2. Aqueduto

O abastecimento ao tanque era garantido por uma canalização construída com blocos de calcário aparelhados de forma a criar um paramento liso e regular no interior da estrutura, com o tardo mais irregular. Estes elementos pétreos são ligados por uma argamassa de areia e cal e foram dispostos paralelamente entre si, criando um espaço destinado à circulação de água com cerca de 20 cm de largura. A parte interna da canalização é revestida por argamassa com características hidráulica, *opus signinum*, que cobre os paramentos dos blocos, formando um revestimento de perfil aproximadamente em “U”.

A estratégia de construção parece ter implicado o enterramento parcial da canalização dentro de uma vala aberta nos depósitos de argila e cascalho, dentro da qual foram dispostos os blocos de calcário, com um das faces a encostar precisamente às paredes daquela vala, situação que dispensava assim a construção de um segundo paramento externo regularizado, já que o mesmo não é visível. No entanto, o mau estado de conservação da estrutura limita as observações acerca das técnicas construtivas empregues, bem como acerca da sua arquitectura, designadamente ao nível da sua cobertura. Ainda que não tenham sido recolhidos

elementos acerca da sua cobertura, provavelmente seria estruturada com pequenas lajes de calcário ou mesmo com *imbrices*. Um paralelo regional para esta solução encontra-se no já referido aqueduto do Alto do Cidreira (Cascais), onde foram identificadas algumas lajes de calcário ainda na sua posição original na cobertura da estrutura mais tardia, que substitui naquele sítio arqueológico outra canalização semelhante entretanto desactivada (NETO e REBELO, 2007: 29). No Telhal (Sintra), foram também identificadas várias estruturas de canalização, sendo uma delas particularmente semelhante com a do Casal do Rebolo, mas coberta com telhas (FERREIRA, 2009).

O aqueduto do Casal do Rebolo desenvolve-se aproximadamente no sentido Este-Oeste, seguindo uma linha praticamente regular em direcção ao tanque, acompanhando o desnível natural da encosta. As diferenças altimétricas entre o limite da área com vestígios de *opus signinum* e o tanque são de aproximadamente 2 metros, no sentido de favorecer a circulação da água de forma natural. A construção apresenta dois níveis distintos de conservação. Numa extensão de cerca de 14 metros a partir do tanque, encontram-se ainda alguns blocos de calcário referidos atrás, aparelhados e ligados por argamassa, dispostos sobre uma argamassa de cal branca, que em alguns locais conserva apenas o negativo dos blocos entretanto removidos do local.

Na área mais próxima do topo da colina registou-se apenas a presença do *opus signinum* já muito misturado com terras e cascalho da superfície, sem associação a qualquer outro elemento estrutural, numa extensão de cerca de 12 m, comprovando que a canalização teria pelo menos cerca de 24 m de comprimento. O fim destes vestígios da construção coincidem com a presença de um muro de limite de propriedade, onde foram reaproveitados alguns elementos arquitectónicos romanos, com cerca de 2 m de altura, destinado a suportar uma plataforma construída em aterro para fins agrícolas.

No limite da área mais bem conservada do aqueduto, foram identificados vestígios muito residuais de uma variante perpendicular à canalização principal, construída na mesma fase, mas direccionada para Norte, aproveitando igualmente a topografia da colina que tem um sentido descendente naquela direcção. Esta estrutura encontra-se muito mal conservada, apenas cerca de 1 m de comprimento, conservando-se apenas dois blocos de calcário aos quais está associado o fundo do revestimento interior de *opus signinum*. O seu mau estado de conservação e a ausência de outras estruturas naquela área dificultam a percepção da sua funcionalidade específica no âmbito deste aqueduto.

Ainda que não seja absolutamente despiciente pensar que aquela variante de destinaria ao abastecimento à *villa*, localizada a apenas algumas dezenas de metros do local, é necessário ter em conta que isso implicaria a construção de uma estrutura que permitisse vencer o desnível da encosta, para além de ter de atravessar uma linha de água que separa a necrópole da parte habitacional. A presença de elementos de canalização de cerâmica e talvez também de pedra, numa área de escavação mais próxima das estruturas habitacionais e a uma cota superior (sondagem 8), parecem fortalecer a possibilidade de um transporte da água para aquela área por outra via, contornando a encosta e acompanhando as suas curvas de nível, solução empregue no abastecimento da casa de época Moderna, que ainda hoje se encontra em funcionamento.

A montante do local onde a canalização deixa de ser perceptível, numa zona mais elevada da encosta, estão ainda hoje em funcionamento nascentes de água, que provavelmente abasteceriam também as estruturas romanas.

A escavação dos níveis de abandono do tanque revelou a única sequência estratigráfica conservada na área da necrópole, para além do interior das sepulturas. O primeiro depósito escavado, [66], é constituído por sedimentos de cor castanha, bastante argilosos com algum cascalho e conservando ainda restos de erva da superfície, resultantes da mistura de sedimentos provocados pelas acções antrópicas recentes. Estas terras encontravam-se presentes na quase totalidade da área definida pelos quatro muros do tanque, cobrindo parte da zona do átrio e o reservatório, encontrando-se conservado aproximadamente à mesma cota dos muros. O conjunto de materiais recolhido é composto por alguns materiais romanos, nomeadamente cerâmica comum, bem como por um fragmento de Dressel 14 e cerâmica de época Moderna, designadamente faiança.

Sob estas terras, foi definido um depósito constituído por cascalho, [81], conservado maioritariamente no reservatório da parte Sul do tanque, prolongando-se residualmente para o átrio. Estes dois depósitos são formados após o abandono das estruturas romanas, quando estas já se encontram em ruínas, tendo provavelmente uma origem natural, resultante da acumulação de sedimentos devido à inclinação da encosta.

No átrio foi identificado outro nível de abandono, [89], que cobre parte do muro [64] e da entrada no compartimento, tem características argilosas e assenta num depósito de características semelhantes, mas mais compacto, [99]. Estas terras cobrem o piso de circulação de terra batida [100]. O conjunto artefactual recuperado nestes depósitos é reduzido e constituído apenas por pequenos fragmentos de cerâmica comum romana.

O reservatório conservava uma sequência de depósitos de abandono mais expressivo, uma vez que tem uma maior profundidade. Depois da remoção do cascalho [81], foi definida a seguinte sequência estratigráfica:

**[90]:** Corresponde ao último nível de derrube das estruturas, constituído por alguns blocos de calcário aparelhados misturados com terra castanha e argilosa, ainda com alguns restos de argamassa de cal;

**[94]:** Tem características argilosas e contém alguns restos de material de construção, nomeadamente blocos de calcário e alguns fragmentos de telha e tijolo. Regista-se ainda a presença ocasional de calhaus de basalto;

**[97]:** Depósito de terras castanhas com presença de carvão, concentrado na metade Oeste do reservatório, a preencher uma vala aberta no depósito subjacente

**[101]:** Depósito com características argilosas, compacto e amarelo, com pouca presença de outros materiais de construção no derrube. Poderá corresponder ao colapso de estruturas de taipa;

**[106]:** Depósito de derrube constituído por cerâmica de construção bastante fragmentado, designadamente um fragmento de *tegulae* e tijolos, alguns com vestígios de argamassa, e ainda fragmentos de *imbrices*. Concentra-se na metade Oeste do reservatório, sendo já visível no limite Este o depósito argiloso anteriormente depositado;

[113]: Depósito castanho claro e argiloso, que assenta directamente sobre o fundo do tanque imediatamente após o fim da sua utilização como reservatório de água. A sua composição é praticamente apenas argila, com poucos materiais misturados. A sua origem não é clara, mas pode estar também relacionada com o colapso de estruturas de taipa.

Apesar destes contextos se encontrarem melhor preservados comparativamente à área envolvente e mesmo relativamente ao átrio, o conjunto artefactual recolhido nos depósitos de abandono é reduzido e desprovido de materiais de datação fina. Esta ausência impede que se apontem datas concretas para os diferentes momentos da estrutura, nomeadamente para a sua construção, utilização e particularmente para o seu abandono, impedindo o estabelecimento de uma relação diacrónica ou sincrónica inequívoca com a utilização da necrópole.

Os materiais correspondem, de um modo geral, a produções de cerâmica comum, a maior parte dos fragmentos apresentando dimensões reduzidas, pertencendo a peças com um âmbito cronológico bastante alargado dentro do período romano, abarcando toda a fase de utilização da necrópole.

## 5. Estruturas e contextos e funerários

As sepulturas do Casal do Rebolo podem dividir-se em quatro tipos, de acordo com a sua forma e técnicas de construção empregues, que num dos casos reflecte provavelmente apenas um ritual distinto no tratamento dado ao corpo, através do uso da incineração.

As sepulturas agrupam-se pelos seguintes tipos:

1 – Valas simples sem revestimento das paredes ou do fundo e sem vestígios de cobertura.

As valas são escavadas nas áreas onde o substrato geológico corresponde a argila e por isso é mais fácil de escavar. Têm plantas sub rectangulares com os cantos arredondados, apresentando algumas mesmo plantas ligeiramente ovais. Os seus limites são difíceis de definir, uma vez que as terras utilizadas no seu enchimento são em parte as que resultam da escavação para a sua abertura, com características argilosas. Nestas sepulturas não foram identificados vestígios de revestimento das paredes ou do fundo, nem se conservaram indícios de uma eventual cobertura estruturada que sinalizasse a sua localização. Enquadram-se neste grupo as sepulturas 1, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

Esta estratégia foi a mais utilizada nesta necrópole, com uma variante na sepultura 7, onde a presença de vários pregos dobrados indicam o enterramento com recurso a uma estrutura de madeira, provavelmente um caixão. O estado de conservação do sítio arqueológico no momento da sua descoberta não permite concluir qual a estratégia utilizada nas coberturas destes contextos funerários. Em nenhuma sepultura foi recolhido qualquer elemento que se possa relacionar com a sua cobertura ou sinalização.

As razões para a ausência destes elementos podem ficar a dever-se a várias razões, como o facto de corresponderem a estruturas simples e perecíveis, que acabam por desaparecer pouco tempo depois da sua construção. Neste contexto, é necessário ter em conta que o sítio foi profundamente afectado pela acção de meios mecânicos e conseqüentemente essa intervenção pode ser responsável pela remoção de alguns vestígios mais ténues que porventura se conservassem.

Desta forma, a cobertura destas sepulturas seria provavelmente efectuada com recurso a materiais de pequenas e médias dimensões, constituindo estruturas simples, ou poderiam ser mesmo inexistentes, podendo a sua localização ou sinalização ser feita através da fixação de uma *tegulae* na vertical, ou de um elemento de madeira com funções análogas.

2 – Valas abertas na rocha de calcário e cobertas por lajes

Estas sepulturas de inumação conservam uma profundidade maior que as do grupo 1, provavelmente devido ao facto de corresponderem a estruturas negativas escavadas em calcário e cobertas por lajes, circunstância que impediu a sua destruição parcial, como se verificou nas restantes, escavadas em depósitos argilosos. Pertencem ao segundo maior grupo representado na necrópole, as sepulturas 3, 5 e 8.

As pedras utilizadas nas coberturas são de um modo geral apenas toscamente aparelhadas, com formas e espessuras variáveis. Apenas na sepultura 3 se verificou a

utilização de uma pedra rectangular mais bem aparelhada e de maiores dimensões colocada sobre a zona da cabeça, eventualmente em consequência da reutilização de material de construção de outras estruturas. Ainda assim, a cobertura deste enterramento era completada com outras lajes de calcário mais simples, semelhantes às utilizadas nas restantes sepulturas, reforçando a ideia de uma eventual reutilização daquela laje, que claramente se destaca do conjunto pela sua maior qualidade.

As três sepulturas deste grupo encontram-se próximas umas das outras, formando um pequeno núcleo na zona Norte da necrópole, estando organizadas com uma certa coerência interna com uma quarta sepultura (sepultura 4), que apesar de ser construída com uma técnica diferente e única nesta necrópole, reflecte também um maior cuidado e investimento na sua edificação, que a distingue igualmente da generalidade dos restantes enterramentos.

### 3 – Caixa construída com lajes de calcário dispostas na vertical

A sepultura 4 é a única que se enquadra neste tipo. As pedras utilizadas nesta construção são pouco aparelhadas e foram colocadas em cutelo, com o seu eixo maior na horizontal, a formar uma caixa de planta aproximadamente trapezoidal, mais larga na zona da cabeça e mais estreita na zona dos pés. Esta sepultura encontrava-se já parcialmente destruída, estando omissas as lajes junto da cabeceira, apesar de o esqueleto e espólio localizados nessa área se terem conservado relativamente bem. Junto dos pés conservavam-se ainda caídos para o interior da caixa alguns fragmentos de imbrices, provavelmente utilizados na sua cobertura com aquele tipo de cerâmica de construção.

### 4 – Pequena vala de planta tendencialmente oval escavada na rocha

Esta estrutura negativa corresponde ao que se conservou da sepultura 2, a única associada ao ritual da incineração desta necrópole, encontrando-se já parcialmente destruída na sua parte superior no momento em que foi identificada. Os vestígios conservados indicam estarmos perante uma incineração com deposição secundária das cinzas.

O contexto funerário conservado corresponde a uma pequena fossa de planta aproximadamente circular escavada nos depósitos de argila e na rocha de calcário, com o fundo irregular e com cerca de 38 cm de diâmetro, conservando na altura da sua identificação apenas cerca de 10 cm de profundidade. Não é efectivamente possível determinar com rigor qual a área exacta ocupada inicialmente por esta sepultura, no entanto, se considerarmos as dimensões das valas de incineração de outras necrópoles, devemos admitir que neste caso se pode ter conservado apenas cerca de metade da sua área, já que os contextos análogos conhecidos possuem dimensões que se situam entre 1 m e 0,50 m. É igualmente difícil determinar qual a sua planta original, já que este tipo de sepulturas podem apresentar plantas circulares, ovais ou sub-rectangulares, com os cantos arredondados (CAETANO, 2002: 327).

Apesar de corresponder a um ritual distinto, os dados disponíveis acerca da construção desta sepultura apontam para o emprego de uma técnica simples, semelhante à utilizada nos contextos do tipo 1 e 2.

A construção do conjunto de sepulturas desta necrópole implicou de um modo geral o recurso a técnicas simples e uma tipologia pouco diversificada, situação

recorrente nos cemitérios romanos, onde não parece existir um tipo específico de sepultura (FRADE e CAETANO, 1993). Neste caso, apenas na sepultura 4 foi construída uma caixa de pedra, já que todas as outras correspondem a simples valas abertas no substrato geológico. Ainda assim, a maneira como alguns corpos foram dispostos, de forma irregular sobre grandes blocos de basalto, parece-nos denunciar o pouco cuidado que alguns enterramentos mereceram.

## 5.1. Descrição dos contextos funerários do Casal do Rebolo

### 5.1.1. Sepultura 1

A vala apresenta uma orientação de Nordeste para Sudoeste com uma planta de contornos irregulares e difíceis de definir, aproximadamente sub rectangular e de cantos arredondados. As suas paredes são tendencialmente verticais e o seu fundo é irregular, com alguns blocos e calhaus de basalto.

A vala foi escavada num depósito argiloso, com grande presença de cascalho e calhaus de basalto, que corresponde ao substrato geológico do local. O seu enchimento é efectuado com o mesmo tipo de terras argilosas do local, o que dificultou a definição dos limites exactos da mesma, sendo apenas perceptível uma menor presença de cascalho na área ocupada pela vala de inumação relativamente à sua envolvente.

O esqueleto foi inumado com a cabeça virada para ocidente, ligeiramente descaída para a sua esquerda e para a frente, com os braços ao longo do tronco e cruzados sobre o baixo-ventre, com as pernas depositadas sobre um grande bloco de basalto existente no fundo da sepultura. Esta situação parece indicar a pouca atenção dada à forma como se procedeu à inumação, sem que se tenha sentido necessidade de remover aquele elemento pétreo, que acabou por condicionar a deposição do cadáver.

Esta sepultura foi identificada numa fase inicial dos trabalhos, durante a limpeza das terras remexidas por meios mecânicos, encontrando-se o seu contexto já parcialmente afectado, nomeadamente no que respeita à localização do espólio.

### 5.1.2. Sepultura 2

A sepultura 2 corresponde ao único contexto funerário de incineração desta necrópole, que se encontrava parcialmente destruída pelos meios mecânicos que afectaram o local previamente à sua identificação, designadamente ao nível dos materiais que compõem o conjunto votivo. O seu estado de conservação impede uma caracterização mais completa da estrutura funerária, nomeadamente do seu desenvolvimento em planta e na vertical, ou perceber se a sepultura teria algum tipo de estrutura de protecção ou de sinalização que não se tivesse conservado, à semelhança do que se verifica noutras necrópoles semelhantes.

Da estrutura funerária original conservou-se apenas uma pequena fossa de planta aproximadamente circular escavada no substrato geológico de argila e de calcário, dentro da qual foi depositado o conjunto de espólio votivo bem como os restos da incineração, nomeadamente as cinzas e restos osteológicos com sinais de exposição ao fogo. A reduzida expressão daqueles vestígios dentro de algumas peças parece indicar que os restos recolhidos no local da cremação foram depositados fora do contentor, directamente dentro da vala e sobre o conjunto artefactual, acumulando-

se no espaço livre entre o espólio e as suas paredes. Apesar de provavelmente não ter sido recuperado todo o conjunto artefactual, o ritual empregue nesta sepultura terá sido o da deposição secundária das cinzas directamente na cova aberta no solo, prescindindo da urna, situação que está associada aos rituais funerários do século II d.C. em diante (FRADE e CAETANO, 1993: 864; CAETENO, 2020: 328), coincidindo neste aspecto a cronologia proposta para os materiais arqueológicos e para o ritual. Apesar do seu estado de conservação, não se registaram evidências da prática de incineração no local.

### 5.1.3. Sepultura 3

Tem uma orientação aproximadamente de Este para Oeste, de planta aproximadamente rectangular com os cantos arredondados e fundo plano, de paredes verticais e irregulares, tornando-se por vezes difícil distinguir entre o enchimento e o limite da vala. Esta estrutura está localizada a Oeste do tanque, afastada cerca de 1m daquela estrutura hidráulica. A sua cobertura é feita com 5 lajes de calcário, destacando-se uma delas por apresentar um trabalho de corte de maior qualidade relativamente às restantes lajes utilizadas na cobertura desta e de outras sepulturas da necrópole. Esta pedra de maiores dimensões não evidencia qualquer sinal de uso anterior, designadamente uma superfície mais desgastada que pudesse indicar tratar-se de uma reutilização, nomeadamente de uma pedra de soleira de porta. As restantes quatro pedras que constituem a cobertura desta sepultura apresentam um trabalho de corte bastante rudimentar, para além de terem também menores dimensões. Estas lajes tinham alguns elementos pétreos de menores dimensões a servir de cunha entre estas e o bordo da vala, encontrando-se alguns mesmo sobre a cobertura.

O facto de o sítio ter sido parcialmente afectado numa fase anterior não permite concluir se estes elementos pétreos de menores dimensões correspondem a pedras utilizadas simplesmente como cunha entre as várias lajes de maiores dimensões, encontrando-se agora deslocadas da sua posição original em virtude das acções antrópicas já referidas, ou se correspondem a vestígios de um outro tipo de estrutura de sinalização da sepultura.

O corpo foi depositado a cabeça virada para Oeste, encontrando-se descaída para a sua direita, com os braços dispostos junto ao tronco, provavelmente com as mãos cruzadas sobre o baixo-ventre, sendo que no momento da sua identificação apenas a mão esquerda se encontrava nessa posição. As pernas estavam também estendidas na sepultura com os pés a descaídos para a frente e para o exterior.

O esqueleto foi sujeito a acções pós deposicionais que afectaram a sua deposição original, nomeadamente a sua parte posterior direita, que sofreu uma pressão vindo do exterior, que deslocou o braço direito e afectou também parte do tronco. A natureza desta intrusão não é clara, mas pode ficar a dever-se a factores naturais, nomeadamente a entrada abrupta de terras para o interior da vala, numa altura em que o corpo se encontrava já em avançado de decomposição, uma vez que as lajes de cobertura estavam na sua posição original, no topo da vala.

O facto de a sepultura se encontrar no momento da sua identificação ainda coberta com lajes de calcário na sua posição original, para além de o espólio votivo a ela associada se encontrar intacto, sugere que estas acções no interior da sepultura estão relacionadas com factores naturais e não a uma intrusão de outra natureza,

nomeadamente antrópica. Apesar de não terem sido documentados, deverão também ser considerados fenómenos de bioturpação como origem daquela alteração pós deposicional.

#### 5.1.4. Sepultura 4

A sepultura 4 apresenta uma orientação análoga à da maioria, aproximadamente de Este para Oeste, localizando-se a Nordeste do tanque e paralelamente à sepultura 3. A estratégia empregue na sua construção é única no contexto desta necrópole, mas com paralelos noutras necrópoles de cronologia romana.

Apesar de as estruturas terem sido parcialmente destruídas antes do início da intervenção arqueológica, designadamente através da remoção de alguns elementos pétreos que estruturam as suas paredes, foi ainda possível reconstituir a sua tipologia com alguma segurança (ver descrição do tipo 3 acima). A cobertura desta sepultura seria estruturada com telhas, nomeadamente com *imbrices* dispostos de forma transversal sobre as lajes, dos quais foi possível recolher alguns fragmentos no seu interior, junto dos pés. É possível que se tivessem conservado outros vestígios desta cobertura no entanto, o facto de este contexto ter sido parcialmente truncado pode explicar em parte estas ausências.

O esqueleto tem o crânio apoiado na rocha e virado para o Ocidente, com os braços dispostos ao longo do corpo e as mãos cruzadas sobre o baixo-ventre.

Algumas peças destinadas ao consumo de líquidos foram dispostas em redor da cabeça, nomeadamente um púcaro, um copo de cerâmica e uma terceira peça de vidro da qual se conservou apenas a base. Estes materiais encontravam-se na horizontal, tombados para o interior da sepultura e numa posição ligeiramente mais elevada em relação ao fundo. A localização destes materiais sugere a existência de uma zona ligeiramente mais elevada dentro da sepultura, que funciona de apoio à cabeça do defunto, junto da qual foram depositados estes materiais. A existência de apoios para a cabeça estruturados desta forma mais simples, através da simples escavação da rocha de base, está também documentada na necrópole da Quinta do Marim (Olhão) (CAETANO, 2002: 329). Durante a escavação não foi recolhido ou identificado nenhum elemento que possa sugerir a existência de uma prateleira, ou outra estrutura, intencionalmente construída para deposição daqueles materiais<sup>7</sup>.

#### 5.1.5. Sepultura 5

A vala desta sepultura 5 tem uma orientação de Este para Oeste, planta rectangular, com os cantos arredondados e paredes verticais escavadas em calcário brando, com uma profundidade de cerca de 50 cm, com o fundo plano. O seu enchimento é feito com um sedimento castanho e bastante argiloso, no entanto o facto

---

<sup>7</sup> Na necrópole da Fonte da Senhora 7, de cronologia mais tardia que a do Casal do Rebolo, foram registadas 4 sepulturas em que o espólio funerário é constituído por uma única peça de cerâmica, sempre localizadas junto à cabeça e tombado para o interior, sugerindo também a existência de um suporte entretanto desaparecido (JORGE, 2003: 83).

de a vala ser escavada numa rocha mais compacta facilitou a definição dos seus limites. Localiza-se a Norte do tanque e é paralela à sepultura 8.

A cobertura foi estruturada com cinco lajes de calcário com formas aproximadamente rectangulares e com alguns calhaus mais pequenos usados como cunha entre as lajes e as paredes. Três destas lajes não se encontravam já na sua posição original, tendo caído para o interior da sepultura, encontrando-se uma delas praticamente sobre o esqueleto. O facto de pelo menos uma das lajes assentar praticamente no fundo da vala indica que a sua queda aconteceu num momento não muito distante do da realização do funeral, numa altura em que a vala ainda não se encontrava preenchida por sedimentos. O defunto foi depositado com a cabeça virada para Ocidente, ligeiramente inclinada para a frente e com o maxilar fechado e com as mãos cruzadas sobre a zona do baixo-ventre. O esqueleto encontrava-se ainda em posição anatómica, no entanto, não assentava directamente no fundo, encontrando-se parcialmente apoiado na parede lateral da vala, com uma pequena inclinação para Norte. O facto de não se terem verificado deslocações significativas da parte esquelética da sua postura anatómica original indica que esta posição em que o corpo se encontrava se deve a uma acção ocorrida antes da decomposição dos tecidos moles do corpo, que assim permitiram que o mesmo se conservasse em conexão anatómica. Ou seja, a posição do esqueleto não se deve a uma intervenção posterior de limpeza ou mesmo de pilhagem da sepultura.

O espólio votivo terá sido depositado sobre o corpo, alinhado sobre as suas pernas, mas a inclinação do corpo fez com que parte do conjunto se deslocasse para um plano ligeiramente mais baixo, assente sobre o fundo da vala e parcialmente coberto pelo esqueleto e pelas terras de enchimento. Apenas um prato se conservou sobre as pernas, possivelmente por se tratar da peça de maiores dimensões.

Várias questões se colocam perante a perspectiva de um colapso das lajes de cobertura para o interior da vala de inumação, aparentemente numa fase não muito afastada da deposição do corpo. Desde logo a possibilidade de existir uma estrutura de madeira, tipo taipal ou caixão, na qual as lajes se apoiavam e que o seu colapso tenha arrastado as pedras de cobertura para o interior da vala ainda vazia, razão pela qual uma delas praticamente caiu sobre o esqueleto. Esta solução, no entanto, não será suficiente para explicar uma movimentação do corpo contra uma das paredes da vala. A posição do esqueleto, nomeadamente a posição dos braços e dos pés, e a mandíbula ainda junto do crânio, sugerem que terá sido envolvido por uma mortalha, facto que não invalida a existência de um suporta de madeira no interior da vala para suportar as lajes.

A explicação da posição do esqueleto através de outras hipóteses, nomeadamente a reutilização da vala para mais que uma inumação, ou mesmo a violação do contexto numa fase mais tardia, são difíceis de fundamentar pela ausência de vestígios nesse sentido. Por outro lado, não se identificaram vestígios osteológicos, ou de outra natureza, que se pudessem relacionar com um segundo enterramento.

A queda das lajes, aparentemente pouco tempo após a realização do funeral, levanta algumas questões acerca do tipo de estrutura sepulcral. A construção desta sepultura implicou um esforço suplementar, uma vez que a vala foi escavada na rocha de calcário e coberta com lajes, o que não se verifica na maioria das outras sepulturas deste cemitério, que de uma forma geral apresentam construções mais simples. Desta forma, o colapso das lajes, e conseqüente deterioração da sepultura numa fase

próxima da sua edificação teria certamente motivado os seus construtores a repararem os estragos.

As razões para que tal não se tenha verificado são naturalmente difíceis de perceber, ainda que possamos admitir que as lajes não estariam visíveis por se encontrarem cobertas de terra. Durante os trabalhos de limpeza e definição das lajes de cobertura desta sepultura foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica de construção, nomeadamente telhas, cuja relação com a cobertura de pedra não foi possível estabelecer, uma vez que o sítio se encontrava já parcialmente destruído.

#### **5.1.6. Sepultura 6**

Esta sepultura tem uma orientação Nordeste - Sudoeste, com uma planta aproximadamente oval aberta num depósito argiloso. Localiza-se a Sudoeste do tanque, muito próxima da sepultura 7, apesar de terem orientações distintas. O esqueleto encontrava-se num estado de conservação médio, com o braço esquerdo sobre o baixo-ventre e o direito dobrado sobre o peito, com a cabeça descaída para a esquerda.

Não foram identificados materiais de construção ou outro tipo de elementos estruturais que pudessem estar relacionados com esta sepultura.

#### **5.1.7. Sepultura 7**

Esta sepultura tem uma orientação aproximadamente Noroeste – Sudeste, com a cabeça virada a Sudeste, ao contrário da maioria das restantes deste cemitério, orientadas para Oeste. A sua vala tem uma planta de limites e paredes muito difíceis de definir, em virtude do tipo de solo em que foi aberta, e o seu fundo é plano.

Para além da orientação distinta da generalidade das sepulturas deste cemitério, com paralelos apenas na sepultura 9, este contexto apresenta ainda a singularidade de corresponder ao único enterramento infantil desta necrópole. O corpo foi inumado em decúbito dorsal com o braço esquerdo e as pernas estendidos. O estado de conservação dos restos osteológicos deste enterramento é bastante mau, estando mesmo ausentes algumas partes do esqueleto.

Outra particularidade desta sepultura é a provável utilização de caixão, uma vez que foram recolhidos oito pregos dobrados, alguns virados para cima e cerca de 14 fragmentos de ferro de forma indeterminada, sendo possível que correspondam também a restos de pregos, ou mesmo a vestígios inclassificáveis de pequenas ferragens.

A presença de uma sepultura infantil entre inumações de adultos será discutida em capítulo próprio deste trabalho e por isso não é aqui mais desenvolvida. O mesmo é válido para a análise do conjunto artefactual associada a este enterramento, que é constituído por materiais com paralelos nos restantes conjuntos da necrópole, não parecendo haver sob este aspecto uma diferença entre esta sepultura e restantes.

#### **5.1.8. Sepultura 8**

A sepultura 8 localiza-se paralelamente ao paramento Norte do tanque, ao lado da sepultura cinco, correspondendo a uma vala aberta no substrato rochoso, coberta por cinco lajes de calcário toscamente aparelhadas. Para além daquelas lajes de maiores dimensões, foram ainda registados outros elementos pétreos de menores

dimensões, colocados a preencher os espaços vazios entre as pedras maiores e mesmo a funcionar como cunha entre estas e a parede.

A vala tem uma orientação aproximada Este-Oeste, de planta rectangular com os cantos arredondados, as paredes verticais e o fundo plano. O esqueleto encontrava-se com a cabeça virada para poente, as mãos originalmente cruzadas sobre o baixo-ventre, tendo o braço direito descaído ligeiramente, encontrando-se paralelo ao tronco.

#### **5.1.9. Sepultura 9**

A vala desta sepultura tem uma orientação Noroeste - Sudeste, com a cabeça do defunto virada para Sudeste. A sua planta é oval e foi aberta no substrato geológico argiloso com blocos de basalto, tendo-se verificado que alguns destes elementos pétreos que se encontravam no fundo da vala e não foram removidos, com o corpo depositado directamente sobre os mesmos. Esta situação foi também documentada na sepultura 1, que se encontra muito próxima e que foi aberta no mesmo tipo de sedimentos. A cabeça descaiu para o lado esquerdo e os braços estariam inicialmente cruzados sobre o ventre, tendo o membro superior esquerdo descaído ligeiramente para ficar paralelo ao corpo.

A orientação deste enterramento tem paralelos nesta necrópole apenas na sepultura sete (infantil).

#### **5.1.10. Sepultura 10**

Esta sepultura localiza-se na área a Oeste do tanque, correspondendo a um dos contextos localizados na periferia do espaço funerário. Aquela zona foi particularmente afectada pela maquinaria pesada que laborou no local previamente à intervenção arqueológica, tendo afectado profundamente algumas sepulturas ali localizadas. Esta sepultura encontrava-se parcialmente destruída, nomeadamente nos seus limites junto à cabeça e pés do esqueleto. A vala tem uma orientação de Nordeste para Sudoeste, com uma configuração aproximadamente oval, de paredes verticais e o fundo plano. Foi escavada no substrato geológico de argila a margas de calcário com algum cascalho de origem natural.

O esqueleto foi orientado com a cabeça virada para Sudoeste, com as mãos sobre o ventre, não se conservado já a parte superior da cabeça, do pé, da tibia e do perónio da perna direita. A vala conservava apenas cerca de 10 cm de sedimento, tendo o restante sido removido pelas máquinas, sendo essa a principal razão do mau estado de conservação em que a mesma se encontra.

Junto do pé esquerdo, o único conservado deste esqueleto, foram recolhidos 27 elementos em ferro, que pela forma podem ser considerados como elementos de calçado, nomeadamente tachas ou cardas de *caliga*. A presença destes elementos é relativamente comum em necrópoles romanas, tendo sido recolhidos vestígios análogos na necrópole romana da Silveirona (CUNHA, 2004: 32), em São Cucufate (Beja) (ALARCÃO, e *tal*, 1990), na Fonte da Senhora 7 (JORGE, 2003) ou na Lage do Ouro (FRADE e CAETANO, 1993: 868), ainda que no último caso a sua presença fosse interpretada como estando relacionada com algum ritual mágico religioso (*Idem*: 868). Na necrópole do Casal do Rebolo foram recolhidos elementos semelhantes também na sepultura 12.

Apesar de nestes dois casos a presença daqueles elementos metálicos poder estar relacionada com o vestuário do defunto, nomeadamente com o calçado, noutras contextos têm sido interpretados como possíveis vestígios de outros materiais ou de depósitos rituais. Na Fonte da Senhora 7 (Montemor-o-Novo) foram recolhidas tachas de metal em duas sepulturas, em quantidade de 172 e 86, localizadas nas extremidades das valas e interpretadas como restos de acessórios de vestuário, como cinturões, etc. (JORGE, 2003: 89). Na Lage do Ouro a disposição e quantidade destes elementos metálicos é associada a um significado ritual e mágico (FRADE e CAETANO, 1993: 868). No caso das sepulturas da Silveirona, a autora considera que apesar da presença de metais poder ser associada a significados religiosos, provavelmente correspondem simplesmente a elementos de calçado. Nas sepulturas de São Cucufate (Beja), estes elementos são também interpretados como vestígios de calçado (ALARCÃO, *et alli*, 1990). No caso das duas sepulturas do Casal do Rebolo onde foram recolhidos este tipo de elementos de metal junto aos pés, provavelmente correspondem também a vestígios de calçado.

#### **5.1.11. Sepultura 11**

A sepultura 11 localiza-se igualmente na área a Oeste do tanque, e encontra-se paralela ao enterramento 10, mas um pouco mais para Este. A sua vala tem a mesma orientação da generalidade, de Nordeste para Sudoeste, com a cabeça virada para Sudoeste. A vala tem uma planta oval, de paredes verticais e fundo plano. Uma vez mais a presença de terras de enchimento muito argilosas dificultou a definição dos seus limites.

O esqueleto foi sepultado com as mãos sobre o ventre, tendo o braço esquerdo descaído para o exterior, estando já omissos a maior parte dos vestígios osteológicos na área dos pés, ainda que não seja claro se tal se deve a factores naturais relacionados com a sua decomposição, ou às acções antrópicas mais recentes.

#### **5.1.12. Sepultura 12**

A vala desta sepultura tem uma planta aproximadamente oval, com as paredes verticais e o fundo plano, orientada no aproximado Este-Oeste, com um pequeno desvio para nordeste. Foi aberta no substrato geológico de margas e encontrava-se cheia com terras muito semelhantes, que se confundem facilmente com o substrato e que dificultam a definição dos seus limites exactos.

O corpo foi depositado com a cabeça virada para Ocidente, ligeiramente descaída para Sul, com as mãos juntas no baixo-ventre, encontrando-se o esqueleto relativamente bem conservado.

Para além do espólio votivo, foi possível recolher junto dos pés 28 elementos de ferro, concretamente tachas ou cardas, que provavelmente correspondem a vestígios do calçado, tal como se verificou no enterramento da sepultura 10, com paralelos em várias necrópoles da Lusitânia.

#### **5.1.13. Sepultura 13**

Sepultura orientada de Este para Oeste, com a cabeça virada para Ocidente, numa vala aberta no substrato geológico de margas, de planta sub rectangular com os cantos arredondados, as paredes verticais e o fundo plano, com uma pequena laje de calcário sob os pés. Esta pequena pedra foi apenas toscamente afeiçoada, sem

qualquer cuidado particular no seu talhe, assentando directamente sobre o fundo da sepultura, correspondendo à única situação deste género verificada nesta necrópole.

O corpo foi depositado com as mãos sobre o ventre, que posteriormente descaíram até se apoiarem nos limites da vala, estando a mão a direita ao lado da perna.

#### **5.1.14. Sepultura 14**

Esta sepultura tem uma vala orientada no sentido aproximado de Este para Oeste, com um pequeno desvio para Sudoeste, de planta sub rectangular, com os cantos arredondados, paredes verticais e fundo plano. O esqueleto tinha a cabeça virada para Ocidente, com os braços paralelos ao corpo a assentar sobre as pernas.

A vala foi escavada em depósitos de origem natural de argila com muito cascalho de basalto, encontrando-se cheia por terras semelhantes, o que dificultou a clara definição dos seus limites, perceptíveis sobretudo por uma menor presença de cascalho no interior, relativamente ao depósito em que foi escavado.

### **5.2. Rituais funerários**

Do conjunto de 14 contextos funerários identificados, apenas um corresponde a uma incineração, que se encontra entre as restantes sepulturas. A sua localização não reflecte qualquer organização interna do espaço funerário no sentido de existirem áreas específicas para as sepulturas de acordo com o tipo de ritual utilizado. No seu conjunto votivo encontram-se duas peças de importação, um prato e uma tigela de *terra sigillata* clara A, entre outras produções locais ou regionais, para além de um anel de ferro. A quantidade e qualidade destes materiais não são únicas nesta necrópole, não se registando sob esse ponto de vista uma diferença entre este enterramento e algumas sepulturas de inumação. A cronologia daqueles materiais é coincidente com a das primeiras inumações, enquadrando-se no intervalo de tempo definido para a utilização da necrópole, entre a segunda metade do século II d.C. e o século IV d. C.

Os dados recolhidos apontam para uma provável coexistência dos dois rituais na mesma necrópole, o que não corresponde a uma situação inédita no conjunto das manifestações funerárias romanas, que está documentada também noutros locais, com particular incidência para os contextos de finais do século II d.C. e inícios a meados do século III d.C.

A utilização de rituais distintos obedece a vários critérios, muitas vezes difíceis de perceber no registo arqueológico, mas que têm que ver com uma tradição cultural ou familiar, com questões de opções pessoais ou apenas razões de carácter mais económico, que se prendem com os custos diferentes que implicam a opção por cada um dos rituais (VAQUERIZO, 2002: 158). A tradição de incinerar os corpos está documentada no território português desde o período pré-romano, mantendo-se até épocas mais tardias do Império, estando presente em necrópoles romanas um pouco por todo o país (FRADE e CAETANO, 1993: 860). Da mesma forma, a prática da inumação está documentada em algumas necrópoles desde épocas precoces, no entanto apenas no Século II d.C. se assiste a uma expansão generalizada desta prática nas províncias ocidentais do Império, com uma fase de transição na utilização dos dois rituais entre os Séculos II e III d.C. (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 77).

Apesar de se verificar uma tendência para o progressivo abandono da prática da incineração, este ritual persiste ainda durante algum tempo, quando o uso da inumação se encontrava já generalizada, havendo vários exemplos tardios da sua utilização, alguns já do século IV d.C., como os casos da Laje do Ouro (Crato) (FRADE e CAETANO, 1993: 859), que os autores localizam entre os séculos III ou mesmo IV d.C., sendo que pelo menos durante os séculos II e III d.C. os dois rituais foram utilizados simultaneamente naquela necrópole (CAETANO, 2002: 331). Situação semelhante verifica-se na necrópole da Caldeira (Tróia, Setúbal), onde a fase de transição entre os dois rituais está documentada entre o fim do século II d.C. e o início do século seguinte. (ALMEIDA, 2009: 70 e 113).

Podem referir-se, sem carácter exaustivo, várias necrópoles onde está documentada a coexistência ou transição de rituais. Na área rural de *Olisipo*, os dois ritos estão também presentes em Freiria (Cascais) (CARDOSO, 1999: 6) e Almoinhas (Loures) (OLIVEIRA, 1998; COELHO *et alli*, 2006). Nos Casais Velhos (Cascais) estão documentadas também duas áreas distintas de necrópole testemunhando igualmente as duas práticas. A datação dos contextos não é segura, sendo atribuída uma cronologia posterior a meados do século V d.C. com base nas moedas recolhidas na escavação de outras estruturas (CARVALHO, 2004: 136). Neste sítio, a descontinuidade entre os dois locais parece corresponder a duas áreas de necrópole distintas, sem que seja possível determinar a prática dos dois rituais na mesma época.

A coexistência da inumação e incineração está também identificada noutros locais da Lusitânia, por exemplo na necrópole romana da Silveirona (CUNHA, 2004: 34) ou no Monte Novo do Castelinho (Almodôvar), ainda que nesta última se coloquem algumas reservas (FABIÃO *et alli*, 1998). Fora dos limites da Lusitânia, regista-se também a perduração deste ritual durante o século IV d.C. na necrópole da Fraga (Marco de Canaveses) (DIAS, 2006).

As proibições da utilização deste ritual pelo Imperador Graciano em 367 d.C. e mais tarde por Carlos Magno, em 785, são testemunho da perduração da prática em épocas bastante tardias (FRADE e CAETANO, 2004: 145). Sobre a transição entre os dois rituais, verifica-se que no caso das Almoinhas, geograficamente próxima da área em estudo, foi escavada uma sepultura de incineração que tinha entre o espólio votivo um prato de *terra sigillata* clara C da forma Hayes 50, produzido a partir do segundo quartel do século III d.C. e de um copo de vidro próximo do tipo 108 de Isings, datado dos séculos III-IV d.C. (OLIVEIRA, 1998: 35) Um contexto de incineração escavado na última intervenção neste sítio, em 2005-2006, com um conjunto votivo particularmente rico, onde se inclui um anel de mesa com inscrição e dois unguentários de vidro, que apesar de não terem ainda sido devidamente estudados apontam claramente para contextos romanos. A sua localização estratigráfica, sobre níveis de abandono de estruturas romanas, sugere igualmente uma fase avançada no âmbito da ocupação romana do local (COELHO *et alli*: 61). A deposição das cinzas dentro de uma caixa de cerâmica, sem urna, remete também para contextos do século II d.C. em diante. Apesar de estes contextos poderem ter uma cronologia tardia, podem distar cronologicamente pouco da sepultura de incineração do Casal do Rebolo, cujo limite cronológico superior é a primeira metade do século III d.C. Na necrópole de Casal de Pianos (Sintra), praticou-se exclusivamente a incineração, sendo a sepultura mais tardia também já do século III d.C. (MONTEIRO, 2003: 45), contemporânea da incineração e da primeira inumação do Casal do Rebolo.

Na *villa* da Granja dos Serrões foi escavado apenas uma sepultura de incineração, datada por C<sup>14</sup> entre o século II a.C. e o I d.C.<sup>8</sup> Tratando-se de uma intervenção de emergência, não foi possível determinar se no local existem mais sepulturas romanas, como é provável. Esta sepultura é provavelmente contemporânea da necrópole de incineração do Casal do Silvério (Sintra), onde os enterramentos mais tardios, associados a ânfora Dressel 14 e lucernas de pastas emeritenses, não parecem ultrapassar o século II d.C. (GONÇALVES, 2011), situação reforçada pela utilização de urna para deposição dos restos das incinerações naquelas duas necrópoles, atestando esta prática numa fase mais antiga nesta região.

Em Córdoba, onde o mundo funerário romano se encontra relativamente bem documentado e estudado, os dois rituais coexistem durante toda época romana, mesmo nos períodos em que a incineração era preponderante. Esta situação não corresponde a uma excepção, uma vez que se encontra documentada noutros locais do Império Romano (VAQUERIZO, 2002: 158).

Apesar de termos de considerar as afectações que a necrópole do Casal do Rebolo sofreu, verificamos que apenas foi identificada uma sepultura de incineração e na área da necrópole não foram registadas manchas de cinzas que pudessem indiciar a presença de outros contextos análogos. Os vestígios do único contexto onde se verifica a utilização deste ritual remetem para a prática de uma incineração com deposição secundária das cinzas, o que implica a utilização de um espaço específico para a realização do ritual, num *ustrinum*. Nestes trabalhos não foi identificado nenhum contexto que possa ser associado a um espaço ou estrutura deste género, que pelas suas características raramente são identificados durante a escavação de necrópoles.

Ainda que seja rara a identificação de vestígios de *ustrina* junto dos espaços funerários, a sua presença está documentada na região *olisiponense* na necrópole da actual Encosta de Sant'Ana, em *Olisipo* (COSTA *et alli*, 2004: 108), em Freiria (CARDOSO, 1999: 6) e possivelmente nas Almoinhas (COELHO *et alli*, 2006: 130), mas também noutros locais da Lusitânia. Sem pretender fazer um levantamento exaustivo deste tipo de estruturas, a sua presença foi registada em áreas rurais, designadamente em alguns cemitérios da área de Elvas, na Chaminé e Horta das Pinas (FRADE e CAETANO, 1993: 850-851) ou no Padrãozinho (Vila Viçosa) (*Idem*: 854).

No Casal do Rebolo a primeira inumação documentada situa-se entre a segunda metade do século II d.C. a inícios do III (sepultura 14), justamente no momento em que esta prática tende a generalizar-se nas províncias ocidentais, incluindo a Lusitânia. A transição de ritos e a generalização da prática da inumação reflecte uma nova atitude perante a morte, provavelmente relacionada com a influência dos cultos orientais, onde a preservação do corpo assume um papel preponderante.

Nas inumações do Casal do Rebolo verificou-se que todos os corpos foram inumados em decúbito supino, que corresponde à forma mais frequente de deposição dos defuntos em época romana. As pernas estão estendidas e os braços dispostos ao

---

<sup>8</sup> Datação inédita realizada no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, disponível no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra).

longo do corpo ou cruzados sobre o peito, com as mãos a repousarem sobre o ventre. Em alguns casos os esqueletos apresentam alterações tafonómicas, provavelmente relacionadas com os processos de decomposição dos corpos. Estas alterações manifestam-se maioritariamente nos braços que descaíram ligeiramente das suas posições originais, ficando nalguns casos paralelos ao corpo. Em vários casos, a cabeça parece ter sido intencionalmente apoiada na parede da vala, com a cara virada para a frente, não sendo raros noutras necrópoles contemporâneas, algumas nesta região, a utilização de *imbrices* ou mesmo pedras colocadas sob a cabeça, funcionando como almofada (NETO e REBELO, 2007; SOUSA, 2000: 383; CAETANO, 2002: 329). No caso desta necrópole, a solução parece ter sido a de apoiar a cabeça na vala, colocar um pequeno monte de terra sob a mesma ou escavar o fundo da vala, deixando a parte de apoio da cabeça mais alta.

A posição dos braços, mãos e pés de alguns esqueletos parece indicar uma utilização da mortalha a envolver os corpos. No entanto, em vários enterramentos existem evidências da decomposição do corpo em vazio, perceptível através da mandíbula que se encontrava descaída (sepulturas 3, 4, 6, 9 e 13) e num caso mesmo solta do crânio (sepultura 8), situações que estão geralmente associadas à presença de estruturas de protecção e cobertura ou uso de caixões (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 91; ALAPONT MARTIN e RIBERA I LACOMBA, 2006: 172), que nestes casos, a terem existido, praticamente não deixarem vestígios no registo arqueológico. Na ausência de outros elementos que se possam associar a estruturas de cobertura mais robustas (pedra ou cerâmica de construção), será de considerar a possibilidade de terem existido efectivamente construções com recurso a materiais perecíveis, designadamente de madeira, geralmente identificadas no registo arqueológico através da presença de pregos ou ferragens de ferro, e que não têm de corresponder obrigatoriamente a caixões. A ausência daqueles elementos de metal não invalida que as mesmas tivessem sido utilizadas.

A utilização de pranchas de madeira ou mesmo de cofragens construídas no local e colocadas no interior da vala e sobre o corpo está documentada em várias necrópoles, nomeadamente nos enterramentos dos séculos III-VI d.C. de Córdova (VAQUERIZO, 2002: 164) e na Gália (TRANOY, 2007: 141). Este tipo de solução com recurso a materiais perecíveis pode ser identificado no terreno, para além da já referida evidência de decomposição em vazio, pela ausência ou presença pouco consistente de pregos (*Ibidem*). Este tipo de estratégias corresponde no fundo à construção de caixas de tipologia semelhante às que se encontram relativamente bem documentadas em necrópoles da Lusitânia com recurso a outros materiais, designadamente *tegulae* ou mesmo pedra, como se verifica na sepultura 4 desta necrópole.

Mesmo nas sepulturas estruturadas com cerâmica de construção ou pedra, pode verificar-se a deposição do corpo no seu interior apoiado sobre uma prancha de madeira. Esta solução está documentada numa necrópole da Gália e foi reconhecida sobretudo através da análise antropológica de campo, designadamente pela forma como alguns ossos do esqueleto se encontravam dispostos. Naquele caso, a prancha de madeira contendo o defunto foi colocada dentro da caixa de *tegulae*, assente sobre dois elementos de material igualmente perecível, mas que deixam a madeira e o corpo alguns cm acima do solo. O colapso da madeira que sustenta o corpo provoca assim

também uma singular decomposição do mesmo, reflectida na disposição singular do esqueleto no seu interior.

Na necrópole do Casal do Rebolo apenas na sepultura 13 foi identificada uma situação em que os pés assentam directamente sobre uma pequena laje de calcário, sem qualquer associação a outros materiais arqueológicos. Apesar de durante os trabalhos de campo não ter sido considerada a possibilidade de utilização de uma estrutura de madeira semelhante à que foi descrita para a sepultura gaulesa, a disposição de alguns restos osteológicos, particularmente nos membros inferiores, podem efectivamente indicar o emprego de uma solução semelhante à referida atrás.

A utilização do caixão pode revelar uma maior preocupação na protecção do defunto, que desta forma não é colocado directamente em contacto directo com a terra. Neste sentido, o único caso em que a utilização do caixão está documentada de forma relativamente clara, na sepultura 7, pode ficar a dever-se ao facto de se tratar de um enterramento infantil, o único identificado nesta necrópole, de uma criança com 5-6 anos de idade, situada entre os enterramentos de adultos.

A presença de apenas um enterramento infantil nesta necrópole não é claramente compatível com as elevadas taxas de mortalidade infantil na época, reflexo, em grande medida, das fragilidades próprias das crianças em crescimento (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 78), mas que estará também relacionada com estratégias de controlo da natalidade (*Idem*: 79).

A morte de uma criança era objecto de rituais específicos que variam de acordo com a sua idade, ainda que até aos 3 anos de idade fosse assumida sem necessidade de luto, *sublucto* (*Ibidem*). A partir dessa idade, o funeral de uma criança obedece a ritos semelhantes aos adultos, mas proporcionais à sua idade (*Ibidem*).

O sepultamento de crianças e os rituais aplicam-se normalmente aos bebés com mais de 40 dias, já que até essa idade, e frequentemente durante o primeiro ano de vida, podem ser sepultados em espaço doméstico, nomeadamente nas casas. O rito da cremação geralmente não se pratica em crianças de terra idade, designadamente até terem dentes (GARCÍA PRÓSPER e GUÉRIN, 2002: 214), ainda que essa prescrição nem sempre se verifique (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 80).

A presença de um enterramento infantil entre os adultos na necrópole do Casal do Rebolo não constitui uma singularidade em termos de organização interna destes espaços, ainda que se conheçam alguns casos com zonas específicas para o sepultamento das mesmas. Na necrópole urbana da Calle Quart de Valencia, foi identificada uma localização específica para os enterramentos infantis, que se concentram numa área geográfica específica do cemitério, ainda que, também neste caso, o número de crianças sepultadas seja bastante reduzido em comparação com os adultos (GARCÍA PRÓSPER e GUÉRIN, 2002: 213). No Norte de África, em Thysdrus, foi também identificada uma necrópole infantil, utilizada durante o século II d.C. e inícios do século seguinte (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 80).

Apesar dos dois casos referidos, a situação mais frequente na análise das necrópoles romanas é a quase generalizada ausência de áreas específicas para sepulturas infantis, para crianças com mais de um ano de vida, que tendem a ser sepultadas entre os adultos. Esta situação, que ocorre também em necrópoles urbanas, é particularmente visível nas pequenas comunidades rurais (*Idem*: 81), como a do Casal do Rebolo.

Na necrópole do Alto do Cidreira (Cascais), verifica-se também um enterramento infantil entre sepulturas de adultos, curiosamente a única vala com orientação distinta de todas as outras, a que é atribuída uma construção mais tardia no âmbito daquela necrópole, sendo apontada uma cronologia dos séculos III-IV d.C. (NETO e REBELO, 2007: 63). A vala desta sepultura é também a única das que ali foram escavadas que tem uma caixa feita com lajes de calcário a proteger o corpo. É possível que esse tratamento se deva ao facto de ali ser sepultada uma criança, da mesma forma que no Casal do Rebolo a sepultura da única criança apresenta vestígios bem documentados do uso de caixão.

Outro tipo de sepultura infantil está documentado nesta região e corresponde à inumação de infantes de pouca idade entre dois *imbrices*, que são geralmente sepultados depois em zonas próximas dos espaços habitacionais, normalmente em ares de trabalho ou estruturas antigas e desactivadas. Nestes locais, identificaram-se apenas enterramentos infantis e geralmente em pequeno número, o que faz supor que se tratam de situações particulares, reflectindo a intencionalidade de sepultar as crianças, não propriamente no interior da casa, mas na sua proximidade imediata, aproveitando as estruturas desactivadas ali existentes. Na *villa* romana de Santo André de Almoçageme (Sintra), foram identificados dois destes enterramentos numa área industrial de uma fase mais antiga e já desactivada (SOUSA, 1986a). Uma situação semelhante foi identificada nas Almoinhas (Loures) (COELHO *et alli*, 2007), onde se registou também a presença de duas destas situações, igualmente dispostas sobre os níveis de abandono das estruturas romanas de uma fase anterior, entretanto abandonadas (COELHO *et alli*: 83). Situação análoga verifica-se igualmente no Telhal (Sintra), onde foi identificada uma sepultura infantil desta tipologia sobre um derrube de estruturas romanas (FERREIRA, 2009: 35). Também em Freiria (Cascais), foram identificadas várias sepulturas infantis com a mesma técnica e localizadas dentro do lagar de azeite, que é utilizado como necrópole depois de desactivado das suas funções originais, sendo estes contextos datados dos séculos III-IV d.C. (ENCARNAÇÃO, 2009: 484).

Ainda nas Almoinhas, registou-se uma situação particular, também relacionada com um “enterramento” infantil, mas que poderá reflectir uma outra atitude perante a morte de uma criança. O seu corpo foi depositado numa ânfora quase inteira, que posteriormente foi abandonada numa área de lixeira doméstica de grandes dimensões, possivelmente de uso comunitário, localizada no exterior das habitações (COELHO *et alli*, 2007: 143). A presença da ânfora naquele contexto corresponde apenas a mais um dos elementos que compõe o enchimento da lixeira, sem qualquer espólio ou estrutura associada ao enterramento, como se tivesse simplesmente sido abandonada. A presença naquele contexto, em níveis anteriores, de dois marcos miliários, um deles com referência ao Imperador Valério Licinius (*Idem*: 145), que reinou no primeiro quartel do século IV d.C., indica uma cronologia tardia para a deposição da ânfora no local, provavelmente numa fase avançada do século IV d.C. ou mesmo já do V.

Na necrópole da Quinta de Santo António (Almada), utilizada entre a segunda metade do século III d.C. e o século V, foram identificados 22 enterramentos, entre eles doze correspondem a indivíduos não adultos e, ainda que não sejam indicadas as datas presumíveis à morte, não é referida a existência de áreas distintas na necrópole para adultos ou crianças (BARBOSA e ALDANA, 2006).

Na Silveirona foram identificados oito enterramentos de crianças com idades entre os cinco e os doze anos, sem qualquer espaço distinto relativamente às sepulturas de adultos (CUNHA, 2004: 61).

Na análise do mundo funerário do País Valenciano, González Villaescusa regista uma quase generalizada ausência de cemitérios específicos para crianças e o facto de em todos eles este tipo de enterramentos se encontrar claramente sub-representado, situação que se verifica nas necrópoles do resto do Império. Naquela região, verifica-se uma intensificação da presença de crianças entre os adultos, particularmente a partir do século II d.C. (2001: 80).

### 5.3. Orientação das sepulturas

A orientação das sepulturas da necrópole do Casal do Rebolo apresenta alguma variação, com uma tendência mais frequente para depositar os defuntos com a cabeça virada para Ocidente. As diferenças de orientação observadas não parecem assumir particular relevância cronológica no contexto desta necrópole.

Apenas duas sepulturas apresentam uma orientação aproximadamente Noroeste – Sudeste, com a cabeça virada para Leste, perfeitamente distinta da registada na maioria das sepulturas, sendo que uma delas corresponde ao enterramento infantil (sepultura 7), onde foram registadas evidências da utilização de caixão, datada genericamente do século III d.C. A outra (sepultura 9), foi datada da primeira metade do século III d.C. através da presença de um prato de *terra sigillata* clara da forma Hayes 31.

Perante uma tendência de inumação com o defunto virado para ocidente, as pequenas variações na orientação de algumas sepulturas podem estar relacionadas com os diferentes períodos do ano em que as mesmas se realizaram, se considerarmos que foram orientadas em relação ao percurso aparente do astro solar, porventura a situação dos enterramentos 1, 6, 10 e 11, onde se verifica um ligeiro desvio em relação ao eixo predominante da necrópole (Este-Oeste), sendo nestes casos aproximadamente NO-SE.

As duas sepulturas escavadas no Magoito (Sintra) com tipo de espólio semelhante ao das sepulturas do Casal do Rebolo e cronologia de meados do século III d.C. – inícios do século seguinte, têm também uma orientação das valas de inumação em que a face dos defuntos fica virada para ocidente (SOUZA, 2000: 386). Uma orientação semelhante verifica-se em três sepulturas do Porto dos Cacos (Alcochete), onde a maior parte das valas se encontra disposta no eixo Norte-Sul (SABROSA, 1996).

No Alto do Cidreira (Cascais) as sepulturas de inumação de cronologia e tipologia análoga às do Casal do Rebolo apresentam uma orientação distinta, aproximadamente de Norte para Sul (NETO e REBELO, 2007: 62). A exceção corresponde a já referido enterramento infantil com a sepultura estruturada no eixo Oeste-Este e que poderá corresponder a uma sepultura mais tardia (*Ibidem*).

Noutras necrópoles mais extensas verificou-se que distintas orientações das valas tinham significados cronológicos. Em Tróia (Setúbal), as sepulturas orientadas no eixo SE-NO correspondem às inumações do fim do século II d.C. e seguinte, enquanto os enterramentos dos séculos IV e V d.C. foram orientados NO-SE (ALMEIDA, 2009: 73). Na Laje do Ouro (Crato), as orientações no eixo Norte-Sul estão

associadas a enterramentos dos séculos II e III d.C., enquanto as orientadas NNW-SSE e NO-SE, são já dos séculos III e IV (CAETANO, 2002: 332).

No País Valenciano parece registar-se uma preponderância de orientações para Norte numa fase mais inicial do Império, enquanto as sepulturas com cronologias posteriores ao século III d.C. tendem a ter orientações mais viradas para poente (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 68). A coexistência, no mesmo cemitério, de sepulturas orientadas para Norte e para Oeste é frequente nesta mesma região em contextos do século III d.C. e inícios do século IV d.C. (*Ibidem*). As sepulturas do Casal do Rebolo, com a as valas tendencialmente orientadas para Oeste e uma cronologia definida entre o fim do século II d.C. e o IV d.C., parecem integrar-se nesta tendência.

A orientação das sepulturas com o defunto virado para Oeste integra-se perfeitamente no ritual pagão, no sentido de proporcionar a deslocação do espírito em direcção ao Ocidente, ao *finis terrae* (Barroca, 1987: 13). Por outro lado, esta orientação associada ao ritual da inumação pode ser também relacionada com os cultos de origem oriental, nos quais também se enquadra o cristianismo. No culto de Mitra, é celebrado o solstício de Inverno como a data do nascimento de Mitra, a mesma data em que os cristãos celebram o nascimento de Jesus e que no fundo corresponde à celebração do fim das noites mais longas e o início de época dos dias maiores. Nesta perspectiva, a orientação das sepulturas aproximadamente de Este para Oeste pode estar relacionada com o ciclo aparente do astro solar, muitas vezes relacionado de forma simbólica com a vida e morte (ALMEIDA, 2009: 70).

#### 5.4. Organização espacial da necrópole e frequência do espaço

Na procura de aspectos que reflectam a organização interna de uma necrópole, vários aspectos podem ser considerados, designadamente: a existência de áreas de sepultamento específico para crianças, homens e mulheres; a separação ou eventual diacronia entre a utilização dos diferentes rituais, a incineração e a inumação; a relação das sepulturas entre si e com as outras estruturas existentes, procurando aferir eventuais associações de enterramentos, a existência de recintos ou de sepulturas diferenciadas, através da observação das estruturas e dos conjuntos votivos; a diacronia na ocupação do espaço funerário e a forma como as estruturas funerárias se relacionam com outras construções na área.

As afectações negativas que a necrópole sofreu numa fase anterior aos trabalhos arqueológicos, condicionaram irremediavelmente a interpretação do sítio e as observações de carácter estratigráfico que pudessem reflectir uma dinâmica interna do espaço, a relação dos enterramentos com as estruturas hidráulicas existentes e mesmo eventuais vestígios de carácter mais discreto de delimitação do espaço funerário ou de determinados enterramentos.

Aqueles trabalhos levantam também outras questões acerca da dimensão da área sepulcral. Nesta caso em particular, importa esclarecer se os contextos intervencionados correspondem à totalidade do cemitério, que neste caso seria de pequenas dimensões, ou se pelo contrário, se trata apenas de uma pequena parte do mesmo, apenas parcialmente conservado.

A presença de sepulturas num determinado local transforma-o em *locus religiosus*, um espaço de fronteira entre os vivos e os mortos, com os quais se podia interagir através da prática dos rituais funerários correctos. Aqueles espaços estariam, em princípio, protegidos de violações e de outro tipo de utilizações. Frequentemente, por várias razões, estas disposições acerca dos espaços funerários não eram cumpridas (RODRÍGUEZ NEILA, 1991:61). Ainda que os espaços de necrópole devessem ser respeitados, e de uma forma quase generalizada existisse a crença na vida pós-morte, a realidade demonstra como frequentemente aquelas ideias são desrespeitadas. Não são raros os casos de sobreposição física de enterramentos ou de reutilização de elementos arquitectónicos de sepulturas mais antigas. Por estas razões, não é absolutamente certo que a construção do tanque na necrópole do Casal do Rebolo não possa ser posterior à utilização do espaço como cemitério, com propósitos diferentes da utilização nos ritos.

Questões de ordem mais prática podem constituir objecções à construção de um reservatório de água naquele local. A presença de sepulturas seria certamente um elemento a ter em conta na garantia de salubridade das águas. No entanto, frequentemente, não é fácil perceber se estas construções estão relacionadas com uma utilização agrícola ou outra distinta do consumo doméstico, ou se estão integradas no conjunto das estruturas funerárias.

A presença de reservatórios de água junto de espaços funerários está documentada também em Tróia (Setúbal) na necrópole da Caldeira, onde se regista a presença de um poço e de uma cisterna no interior das estruturas funerárias. Apesar de ser colocada a possibilidade de corresponderem a construções de uma fase anterior, é também considerado a sua eventual relação com a manutenção das sepulturas e necessidade de abastecimento de água para os rituais funerários (ALMEIDA, 2009: 64).

Noutros locais peninsulares, nomeadamente na região de Córdoba, foi também registada a presença de construções relacionada com a água em contextos de necrópoles (VAQUERIZO, 2002: 161). Uma destas estruturas foi identificada na necrópole de La Constancia, e estará possivelmente relacionada com a realização dos rituais funerários e celebrações no local (*Idem*: 162, fig. 10).

Uma questão a considerar na relação das sepulturas as estruturas hidráulicas, é o investimento necessário à sua construção, que não parece ser coerente com a reduzida quantidade de enterramentos ali registados, e talvez mesmo com o estatuto social dos indivíduos sepultados, que como se viu, não é possível saber se correspondem à totalidade da necrópole.

Parece ser particularmente significativo que as estruturas não tenham sido utilizadas como locais de sepultamento, como se verificou por exemplo numa incineração das Almoinhas (Loures), localizada sobre uma estrutura desactivada, que naquele caso corresponde a um forno (COELHO *et alli*, 2006).

A relação destas construções hidráulicas com o cemitério não é clara. Se por um lado é possível que corresponda a uma estrutura desactivada que acaba por funcionar como elemento estruturador da necrópole, é também possível que a sua construção esteja desde o início relacionada com as sepulturas e a necessidade de água no local para a manutenção das mesmas e para os ritos funerários.

A análise dos conjuntos artefactuais parece revelar uma evolução na ocupação do espaço funerário, com os primeiros enterramentos a serem realizados, talvez ainda no fim do século II d.C. (sepultura 14) e outros do início do século III d.C. ou na sua primeira metade (sepulturas 2, 9 e possivelmente a 1). Estes enterramentos encontram-se localizados numa zona mais a Sul da necrópole, a Sudoeste do tanque, numa zona de cota ligeiramente mais elevada da encosta em que o cemitério se localiza. Precisamente associada a este conjunto de enterramentos mais antigos, encontra-se a única incineração do conjunto.

As sepulturas ligeiramente mais tardias encontram-se localizadas a Norte e Noroeste daquele núcleo mais antigo, numa zona mais baixa da encosta. Os materiais dos conjuntos votivos associados a alguns destes enterramentos encontram-se, de um modo geral, bem datados pela presença de materiais de cronologia fina, designadamente de *terra sigillata* clara C (sepulturas 5, 8 e 13), com inícios de produção a partir do segundo quarto do século III d.C. em diante até ao século IV, mas também por moedas cunhadas em meados do século III d.C. (sepulturas 4 e 11), facto que prolonga a cronologia de alguns enterramentos entre o final do século III d.C. e inícios do seguinte.

O cemitério está situado numa encosta de inclinação suave, numa localização típica destas realidades em meio rural (CAETANO, 2002: 331), com a ocupação a fazer-se geralmente na fase inicial a partir do topo, sendo as sepulturas localizadas na periferia as mais tardias. Na necrópole do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar), é possível que tenha existido igualmente uma dinâmica de ocupação do espaço funerário, com os enterramentos mais antigos na zona de maior altitude e os mais recentes na zona mais baixa (FABIÃO *et alli*, 1998: 202).

No Casal do Rebolo, constata-se que os conjuntos mais antigos se localizam justamente numa zona ligeiramente mais elevada, enquanto as sepulturas 10 e 12 se encontram na área mais baixa e nos limites da necrópole. São precisamente estes dois enterramentos onde foram recolhidos vestígios mais consistentes de roupa, nomeadamente de cardas de *caliga*. Para além destes dados, e apesar da afectação que o sítio sofreu, verifica-se que o espólio da sepultura 12 é constituído apenas por um conjunto de ferramentas de ferro, e associado ao enterramento 10 foi apenas recolhida uma moeda. O sepultamento dos cadáveres vestidos, incluindo calçado, e com outros adornos pessoais, é pouco frequentes até ao III d.C., situação que começa a alterar-se precisamente durante aquele século e durante o seguinte, (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 73). A deposição de objectos de carácter pessoal, como ferramentas associadas a várias profissões, sugere igualmente uma cronologia tardia para os enterramentos, situação documentada nas necrópoles de Torre das Arcas e Lage do Ouro (FRADE e CAETANO, 1993: 868).

É possível que estes dois enterramentos do Casal do Rebolo (sepulturas 10 e 12), localizados na periferia do espaço funerário, correspondam precisamente às inumações mais tardias da necrópole. A sua localização no conjunto do cemitério, designadamente a sua proximidade com outros enterramentos para os quais existem outros elementos de datação mais seguros, sugere que a sua cronologia não se afastará muito do século III d.C. e IV. A semelhança do pico da sepultura 12 com a peça análoga recolhido no Alto do Cidreira (Cascais) reforça esta cronologia em torno dos séculos III-IV d.C. para os últimos enterramentos registados nesta necrópole (NETO e REBELO, 2007).

Ainda no âmbito de eventuais organizações internas do espaço funerário, destaca-se o já referido conjunto de quatro sepulturas agrupadas na área a Norte do tanque (3, 4, 5 e 8) como possível reflexo de um agrupamento intencional, que poderá reflectir algum tipo de relação entre as pessoas ali sepultadas.

Os materiais empregues na sua construção são os que se encontram disponíveis localmente e não parecem evidenciar um estatuto social muito distinto relativamente às restantes, que no geral correspondem a simples valas abertas na rocha. Os seus conjuntos votivos também não se destacam significativamente das restantes e não permitem que se fale em sepulturas privilegiadas ou destacadas sob esse ponto de vista.

As similitudes verificadas ao nível da construção e proximidade física podem ter certamente várias interpretações, nomeadamente a existência de relações familiares entre as pessoas ali sepultadas, ainda que estas hipóteses de trabalho sejam difíceis de comprovar.

De acordo com os dados do relatório antropológico, foi possível determinar a diagnose sexual em 12 indivíduos dos 14 identificados. Aquela análise revelou que correspondem a seis homens e três mulheres, havendo ainda três situações em que aquela análise foi inconclusiva, representando eventualmente dois homens e uma mulher (ANTUNES-FERREIRA, 2005b: 23). A disposição dos enterramentos na necrópole não revela também nenhum tipo de organização específica de acordo com o sexo de cada um dos sepultados, como se viu também relativamente à idade da morte, a propósito da inumação infantil localizada entre os adultos.

Na análise da evolução interna dos espaços funerários, a orientação das valas funerárias constitui também um elemento a ter em consideração. No caso deste cemitério, verifica-se uma tendência geral de orientar os defuntos para Ocidente, ainda que duas sepulturas apresentam orientações distintas desta tendência geral. Estas duas situações não parecem ter implicações cronológicas, uma vez que uma delas, (sepultura 9), está datada da primeira metade do século III d.C. e a segunda (sepultura 7, que corresponde ao enterramento infantil), enquadra-se genericamente na fase mais tardia da necrópole, do século III d.C. ao início do século seguinte. A orientação das valas não parece, neste caso, um elemento suficientemente distinto para observar ritmos ou estratégias de utilização do espaço sepulcral.

Noutras necrópoles estão documentadas situações de coexistência de orientações distintas em enterramentos com a mesma cronologia, mas também casos em que as distintas orientações podem efectivamente testemunhar fases diferentes de utilização dos cemitérios, nomeadamente em Tróia (ALMEIDA, 2008) e Laje de Ouro (CAETANO, 2002).

Foram identificadas outras realidades durante o processo de escavação que podem estar relacionadas com a frequência do espaço, nomeadamente com a realização de banquetes funerários. Segundo o ritual romano, a deposição do corpo na cova pode ser acompanhada de orações fúnebres, de libações e do sacrifício de animais. Durante a realização do banquete funerário eram consumidos vários tipos de alimentos, incluindo vinho, com oferendas ao defunto. Os restos materiais deste ritual, vestígios de fauna e loiça utilizada, eram depositados na sepultura ou abandonados (GARCÍA PRÓSPER e GUÉRIN, 2002: 208).

Na área da necrópole, para além dos fragmentos de cerâmica e restos faunísticos que se encontravam nos depósitos superficiais revolvidos, foram ainda recolhidas uma lucerna e uma ânfora Lusitana 3 completas e uma moeda, sem associação específica a qualquer contexto funerário. A presença da ânfora Lusitana 3, que se encontra representada ainda por outros fragmentos, e cujo conteúdo pode estar relacionado com o consumo de vinho (DIOGO, 1990; FABIÃO, 1998), pode integrar-se perfeitamente no âmbito destes rituais (GARCÍA PRÓSPER, 2000: 10).

No mesmo sentido, talvez se possam relacionar os dois depósitos com concentrações mais significativas de fauna, ambos a preencher interfaces negativos abertos no substrato geológico. Ainda que as suas posições estratigráficas não se possam relacionar directamente com a ocupação funerária do local (ver Capítulo 4.4), o consumo e oferta de animais, ou de partes deles, está documentada no mundo funerário romano (COSTA *et alli*, 2006; GARCÍA PRÓSPER, 2000; LEPETZ, 1993: 40).

Infelizmente, os restos faunísticos do Casal do Rebolo não foram ainda estudados, o que inviabiliza naturalmente muitas observações possíveis, nomeadamente acerca das espécies representadas. Uma observação preliminar permite, no entanto e sem estar isenta de erros, identificar pelo menos uma cabeça de equídeo, entre outros restos faunísticos, de que se destaca a presença de ossos longos, num dos conjuntos, [139]. Uma segunda concentração tem representadas cabeças de caprinos, ossos longos de animais de grande porte e uma presa de javali. Uma segunda presa foi recolhida nas terras de enchimento da vala da sepultura 14.

A presença de restos de fauna em contextos funerários está documentada na necrópole de *Olisipo*, na actual encosta de Sant'Ana. Entre várias incinerações, foram identificadas também restos de fauna, designadamente de *equus asinus*, depositados em duas valas distintas na área funerária. Também neste caso os conjuntos não apresentam nenhuma relação estratigráfica inequívoca com as estruturas escavadas (COSTA *et alli*, 2006: 111).

Entre o conjunto de fauna desta necrópole regista-se a presença de vestígios de porco, designadamente no enterramento 14 e num dos conjuntos de fauna já referidos. Na necrópole de Casal de Pianos está também documentada a presença de um dente de javali, que é associado à realização do banquete funerário (MOTEIRO, 2003: 43). A presença de restos de porco tem paralelos no mundo itálico e pode estar relacionada com a devoção a *Ceres*, materializada na *Porca Praesentanea*, que se destina também a purificar a família declarada *funesta* pela morte de um familiar (GARCÍA PRÓSPER e GUÈRIN, 2002: 208).

Apesar de ser possível que os conjuntos com restos de fauna identificados no Casal do Rebolo tenham relação com os rituais funerários, a ausência de estratigrafia que confirme a sua relação e a falta de um estudo detalhado dos elementos ali presentes, não permitem que se avancem outras conclusões, para além das hipóteses já expostas.

##### 5.5. Análise antropológica e estatuto social: viver e morrer no Casal do Rebolo

O facto de terem sido exumados e estudados 13 esqueletos na necrópole do Casal do Rebolo, permite tecer algumas considerações acerca da caracterização física da população sepultada. Não pretendo fazer uma exposição exaustiva do relatório

antropológico (ANTUNES-FERREIRA, 2005b), mas apenas salientar alguns aspectos que possam servir para ajudar a caracterizar os indivíduos sob várias perspectivas. A análise dos esqueletos, designadamente das suas patologias ou evidências da realização de determinadas actividades ou esforços, ajudam a compreender alguns aspectos das suas vidas, e permitem discutir a sua integração num determinado ambiente económico e social, parecendo-nos necessário confrontar estas informações com os outros dados das sepulturas e com as informações conhecidas de outras necrópoles romanas.

Deste conjunto, uma das primeiras situações a realçar é a idade dos indivíduos. Com excepção da criança da sepultura 7, todos os enterramentos correspondem a adultos maduros ou já idosos. No entanto, o mau estado de conservação de alguns esqueletos não permite uma análise global das suas eventuais patologias, pelo que a ausência de determinadas evidências pode corresponder apenas à impossibilidade de realizar algumas observações (*Idem*).

Foram identificados vários indícios de patologias degenerativas, designadamente artroses. Esta patologia consiste na destruição gradual da cartilagem e das superfícies articulares dos ossos, em consequência de um stress mecânico contínuo. Sem a cartilagem os ossos entram em contacto uns com os outros, provocando o seu polimento – eburnação – e *lipping* nas margens. Quando existe eburnação significa que apesar da doença a pessoa movia a articulação até à data da sua morte. Esta doença pode ter origem em factores hereditários ou em stress mecânico, ainda que a idade e sexo sejam também factores a considerar. Consoante a sua gravidade pode ser considerada primária ou secundária, afectando particularmente a coluna vertebral, joelho, pé (falange), coxal, ombro, cotovelo e clavícula, por esta ordem (*Idem*, 2005a: 72).

Foram documentados vestígios de artroses, em diferentes graus, nos enterramentos 1, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13 e 14 (*Idem*: 2005b).

Outras patologias degenerativas bastante relevantes são as entesopatias, que são lesões que surgem nos ossos nos locais de inserção dos músculos, causadas por uma hiperactividade muscular continuada. Está comprovada a relação entre a presença de certas entesopatias e o desempenho de algumas actividades repetitivas e prolongadas, ainda que seja difícil relacionar os vestígios nos ossos com as profissões específicas tidas em vida. Esta análise permite verificar o desenvolvimento de alguns músculos e a partir daí deduzir algum tipo de actividades desempenhadas. Estas alterações resultam sempre da realização de determinadas actividades, e não podem atribuir-se a desequilíbrios metabólicos ou outros (*Idem*, 2005a: 70). Neste conjunto, foi possível identificá-las nos enterramentos 1, 3, 4, 5, 6, 8 e 14 (*Idem*: 2005b).

As patologias orais são um reflexo directo de alguns hábitos alimentares, nomeadamente do consumo de alimentos que provocam um elevado desgaste dos dentes. O enterramento infantil apresenta já um desgaste ligeiro das superfícies oclusais dos incisivos, situação que parece estar relacionada com uma dieta particularmente abrasiva consumida desde tenra idade (*Idem*, 2005a: 13) Para além daquele caso, foram identificadas situações de desgaste oclusal dos dentes nos esqueletos das sepulturas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, muitos deles com vestígios também de cáries (*Idem*: 2005b).

A análise dos dentes permite ainda identificar episódios específicos da vida dos indivíduos, designadamente episódios de stress e deficiências nutritivas ou de

situações de gravidez. O estado de conservação de alguns dentes não permitiu identificar algumas patologias, o que não significa que não tivessem ocorrido. Foram, ainda assim, registados alguns episódios de stress de crescimentos e situações de má alimentação nos esqueletos das sepulturas 3, 9, 10 e 14 (*Idem*: 2005b).

Outras evidências assinalam a presença de doenças menos frequentes, como se verifica no esqueleto da sepultura 3, com várias alterações que são características da doença de Perthes (*Idem*, 2005b: 6). Trata-se de uma doença do foro circulatório, que surge mais em homens e na primeira década de vida. É possível que esteja relacionada com populações com um estatuto económico mais baixo, já que é nesses grupos que se verifica uma maior taxa de incidência (*Ibidem*).

A apresentação, necessariamente sumária, de algumas patologias que afectaram a população do Casal do Rebolo entre o fim do século II d.C. e século IV permite-nos apontar já algumas observações. Um acentuado desgaste oclusal dos dentes reflecte muito provavelmente uma dieta particularmente abrasiva, sendo que alguns deles revelam situações de desequilíbrios fisiológicos que provocaram paragens no seu crescimento normal, situação que poderá indiciar alguns episódios de doença ou de má nutrição. (*idem*: 24).

Estas evidências biológicas devem ser confrontadas com os dados arqueológicos, designadamente o espólio e arquitectura funerária. As estruturas funerárias são muito simples, na maior parte dos casos apenas simples valas abertas no solo, sem qualquer elemento estruturante consistente a formar as caixas, para além da sepultura 4. As situações em que foram identificadas lajes de cobertura, verificam-se situações de provável reaproveitamento de material de construção e utilização de lajes irregulares de calcário. A presença de ferramentas em várias sepulturas (3 e 12) reforça na nossa perspectiva a ideia de estarmos perante enterramentos de pessoas com poucas capacidades económicas e de baixo nível social. Considerando o mau estado de conservação do sítio no início da escavação, são necessárias cautelas na interpretação deste espaço funerário, mas este parece ser um caso que reflecte a separação dos espaços funerários da *villa* de acordo com o estatuto social dos mortos. A necrópole dos *domini* normalmente encontra-se em mausoléus isolados e sem sepulturas mais humildes à sua volta (GONZALLÉZ VILLAUESCA, 2001: 66).

A confrontação dos dados biológicos, que revelam episódios de carestia nutricional e evidências de realização de trabalhos com acentuado desgaste físico, com os dados arqueológicos, reflectem uma população de um baixo estatuto social, que trabalharia na agricultura e noutras actividades artesanais, como a carpintaria ou a pedra, se considerarmos o espólio da sepultura 12. Apesar da sua condição, estas pessoas tiveram capacidade económica para adquirir cerâmica, alguma dela importada, bem como moedas para oferecer aos seus entes queridos.

Num estudo semelhante no País Valenciano, verificou-se que a maioria dos esqueletos romanos recuperados corresponde igualmente a populações de baixo estrato social, com evidências de deformações provocadas pelo trabalho, carestia alimentar e de baixa estatura (*Idem*: 66).

Uma situação análoga verifica-se em Córdova, onde através de um estudo bioantropológico acerca da população hispano-romana daquela cidade, foram identificados em cerca de 95 % do conjunto estudado episódios de stress provocados por doenças ou carências de vária ordem ocorridos durante as fases de crescimento. Aquelas evidências foram também interpretadas como reflexo de uma população de

baixo nível social, que estariam habituados a desenvolver trabalhos mais pesados e/ou repetitivos, como são algumas actividades relacionadas com a agricultura ou actividades artesanais.

Em *Baelo Claudia*, numa necrópole mais tardia, já dos séculos V-VII d.C., foram reconhecidos também situações de episódios de subnutrição ou infecciosos importantes na infância de muitos indivíduos. Muitos deles têm também evidências no esqueleto da realização de trabalhos físicas com implicações de sobrecarga de peso na coluna (ARÉVALO *et alli*, 2002: 78).

De uma cronologia também bastante mais tardia que as sepulturas do Casal do Rebolo são os enterramentos da Granja dos Serrões, e onde os esqueletos revelaram igualmente episódios de stress de crescimento, possivelmente devido a carestia alimentar (CUNHA *et alli*, 1999).

O contexto físico do Casal do Rebolo e da própria Granja dos Serrões corresponde a uma zona muito favorável à prática da agricultura, sob o ponto de vista da qualidade dos solos. A relação destes dados com a presença de materiais nas sepulturas, que revelam alguma capacidade económica, permite questionar até que ponto os sinais de aparentes dificuldades e deficiências nutritivas ao longo do crescimento e vida dos indivíduos reflectem efectivamente uma situação de carestia. Atente-se, no entanto, que apesar destes episódios, a maior parte das pessoas sepultadas é adulta madura ou mesmo já idosa.

As situações de *stress* alimentar durante o crescimento estão documentadas em várias populações antigas da Península Ibérica e reflectem provavelmente os problemas que afectam as crianças, designadamente a forma como o desmame é feito, uma vez que são mais frequentes os casos entre os dois e os três anos de idade, bem como todas as doenças próprias da primeira infância (GARRALDA e CABELLOS, 2002: 384). Como se viu, este tipo de situações verifica-se em distintos sítios arqueológicos da Hispânia romana, por vezes em populações mais tardias, tratando-se, aparentemente, de uma situação recorrente (*Idem*: 386). Neste âmbito, seria interessante confrontar os dados destas sepulturas mais humildes com enterramentos destacados, que revelem algum estatuto social e económico distinto dos indivíduos sepultados. Só uma base de estudo mais alargada permitirá aferir a verdadeira situação das populações rurais no mundo romano.

## 5.6. A necrópole do Casal do Rebolo no contexto dos rituais funerários do *ager olisiponensis*

Nos capítulos precedentes, na descrição desta necrópole, foram sendo apontados paralelos regionais e de âmbito mais alargado para estes contextos. Nesse sentido, alguns aspectos relacionados com os rituais funerários já analisados contextualizam esta necrópole no seu âmbito regional e por essa razão não serão aqui novamente desenvolvidos.

Na área correspondente ao antigo *município olisiponense* estão identificadas uma grande quantidade de necrópoles romanas. Num trabalho recente foram contabilizados e inventariados cerca de 70 locais com contextos funerários na região (MONTEIRO, 2003). De muitos deles temos conhecimento através de notícias pouco desenvolvidas, algumas bastante antigas e difíceis, ou mesmo impossíveis de confirmar hoje em dia, verificando-se assim que a grande quantidade de locais

reconhecidos não é, no entanto, complementada por escavações ou publicações extensas (*Idem*: 61).

Mais recentemente, foram desenvolvidos trabalhos de escavação em alguns sítios que contribuíram para a caracterização e compreensão das manifestações funerárias romanas nesta região. Simultaneamente, têm também sido desenvolvidos outros estudos acerca do mundo funerário romano, e ainda que grande parte seja relativo a necrópoles de outras áreas geográficas, a sua realização permitiu alargar o nosso conhecimento acerca destas manifestações no ocidente peninsular.

A cronologia definida para os enterramentos desta necrópole, entre o fim do século II d.C. e o século IV, não terá coincidido com a época em que a região terá assistido ao maior desenvolvimento político e económico, facto observável, por exemplo, na epigrafia funerária da região, em grande medida dos dois primeiros séculos da nossa era (RIBEIRO, 1982-83: 161). O estado de conservação do sítio não permite aferir acerca da presença de elementos epigráficos nestas sepulturas, no entanto, saliente-se que ao contrário do verificado no Casal do Silvério e especialmente na Granja dos Serrões (RIBEIRO, 1982-1983: 159), nas estruturas modernas e terrenos adjacentes à *villa*, de onde recolhemos vários elementos arquitectónicos, não foram registados quaisquer elementos epigráficos. As inscrições recolhidas nos dois sítios atrás referidos situam-se, do ponto de vista cronológico, nos séculos I e II d.C., numa fase anterior ou contemporânea do início da ocupação no Casal do Rebolo, altura em que, como já se viu, o número de inscrições nesta região parece diminuir. De salientar que na Granja dos Serrões, aparentemente ao contrário do constatado no Casal do Silvério, a ocupação romana não é interrompida durante esta fase, prolongando-se por uma fase mais tardia, possivelmente até à Alta Idade Média (BELCHIOR, 1995).

No Casal do Rebolo foi possível associar a necrópole à *villa* contemporânea da sua utilização, que no caso se localiza a poucas dezenas de metros, encontrando-se os dois sectores separados por uma linha de água. Não são muito frequentes os casos em que foi possível associar a *villa* a uma necrópole, no entanto, na região *olisiponense* foi possível estabelecer essa relação em Freiria (Cascais), que apresenta a particularidade de ter também os espaços habitacionais e o cemitério separados por uma linha de água, a Ribeira de Freiria (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1999). A mesma relação com as estruturas habitacionais foi estabelecida no Alto do Cidreira (NETO e REBELO, 2007) e Casais Velhos (CARVALHO, 2004), ambos em Cascais, ainda que no último sítio as sepulturas possam ser mais tardias, e talvez mesmo em Casal de Pianos (Sintra), onde só a realização de trabalhos de escavação poderão confirmar essa possibilidade (MONTEIRO, 2003). Nas Almoinhas (Loures) foi também identificada uma área de necrópole associada a um *habitat*, ainda que não seja certo que neste caso se trate de uma *villa* (COELHO, 2006). Na Granja dos Serrões, localizada muito próximo do Casal do Rebolo, foi escavada uma incineração que naturalmente fará parte de uma necrópole maior e que estará relacionada com a *villa* ali escavada na década de 1990. Esta relação entre contextos habitacionais e respectivas necrópoles foi também reconhecida noutros locais da Lusitânia, designadamente na Quinta das Longas, Carrão (Elvas), Laje do Ouro (Crato), em Milreu (Faro), e possivelmente no Castelinho (Almodôvar) e Cerro da Vila (Vilamoura) (CAETANO, 2002: 331).

A localização desta necrópole relativamente à parte habitacional da *villa* enquadra-se assim no panorama conhecido para as ocupações rurais dos *agri olisiponensis*, mas também para outras áreas da Lusitânia, onde os locais de cemitério geralmente se situam a poucas centenas de metros das estruturas habitacionais (CAETANO, 2002: 331).

Na necrópole do Casal do Rebolo possivelmente encontra-se sepultada apenas uma parte da população da *villa* a que o cemitério está associado. Os contextos funerários revelam um grupo pouco privilegiado, que provavelmente exercia funções de trabalho nos domínios da *villa*, situação aparentemente comprovada pelo conjunto de ferramentas do enterramento 12 e pela simplicidade de estruturas funerárias, extensível em certa medida aos conjuntos votivos. Ainda assim, a presença de determinados materiais de importação, designadamente *terra sigillata*, revele alguma capacidade económica. Na falta de elementos epigráficos, não é possível caracterizar melhor o estatuto jurídico e social do grupo ali sepultado.

As evidências epigráficas da região testemunham, de forma directa ou indirecta, a existência de estruturas funerárias com alguma monumentalidade nesta área, designadamente mausoléus (RIBEIRO, 1974-77: 291). A este propósito, recorde-se a proposta de interpretação de J. Cardim Ribeiro acerca de vários elementos arquitectónicos recolhidos na “zona ocidental dos *agri olisiponensis*”, que comprovam a existência destes monumentos funerários nesta área (*Idem*: 296). Os vários sarcófagos que são também conhecidos neste território testemunham igualmente a existência de sepulturas destacadas, provavelmente dos proprietários das *villae* e da sua família mais próxima (CAETANO, 2002: 316). Em Milreu (Faro) registaram-se precisamente espaços funerários distintos para os senhores da casa e para os escravos e trabalhadores (*Ibidem*). Uma situação semelhante poder-se-á ter verificado no Casal do Rebolo e nas *villae* da região, tendo sido apenas identificadas e escavadas as necrópoles mais humildes, da população que habitava e trabalhava na propriedade. A presumível existência de sepulturas diferenciadas com recurso à construção de pequenos edifícios para o efeito poderá explicar, em parte, a não conservação destes contextos, que pela sua natureza ficariam mais expostos a uma reutilização dos materiais de construção, designadamente da pedra, para outros fins numa fase posterior, como se verifica na generalidade das estruturas habitacionais e mesmo em monumentos de menores dimensões.

As sepulturas mais simples, sem elementos arquitectónicos relevantes, assumem uma posição mais discreta na paisagem, sendo muitas vezes mesmo difícil detectar estes locais sem realização de escavações arqueológicas, como se viu no Casal do Rebolo. O carácter fortuito com que muitas destas necrópoles rurais são identificadas parece reforçar esta perspectiva.

O grande número de *cupae* identificadas na área ocidental dos *agri olisiponensis*, muitas actualmente em exposição no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra), foram recuperadas em construções e muros rurais, algumas ainda adaptadas e reutilizadas para outras funcionalidades (salgadeira, pia de água, mó, peso de lagar, etc.), testemunham claramente esta reutilização de elementos epigráficos romanos. Estes elementos são reconhecíveis devido à sua forma e à existência frequente de campo epigráfico, o que não se verifica com grande parte de outros elementos arquitectónicos mais discretos que também fariam parte daquelas estruturas (RIBEIRO, 1974-76:296).

A incineração do Casal do Rebolo, com uma cronologia de meados do século II d.C. a meados do século seguinte, enquadra-se numa fase de transição de rituais, que na região de *Olisipo* estão documentados ainda em contextos do século III d.C. em Casal de Pianos (Sintra) (MONTEIRO, 2003) e Almoinhas (Loures) (OLIVEIRA, 1998; COELHO *et alli* 2006), e que noutras regiões do território português se mantêm ainda no século IV d.C. (FRADE e CAETANO, 1993: 860), altura a partir da qual o ritual da inumação se assume definitivamente como preponderante. As duas necrópoles de incineração identificadas próximas do Casal do Rebolo, o Casal do Silvério e a Granja dos Serrões, têm cronologias anteriores, que no primeiro caso não deve ultrapassar o século II d.C. e no segundo, a única sepultura escavada não deverá ser posterior ao século I d.C. Nos dois casos verificou-se que correspondem à deposição dos restos da incineração em urna, ao contrário do verificado no Casal do Rebolo.

A primeira inumação do Casal do Rebolo situa-se ainda na segunda metade do século II d.C. ou início do seguinte, cronologia que coincide com as datas geralmente apontadas para a adopção deste ritual, a partir do século II d.C. Como se viu atrás, esta fase de transição de rituais aqui registada é contemporânea do fenómeno à escala regional e enquadra-se num âmbito mais alargado de transição da postura perante a morte, que se materializa num tratamento diferente a dar ao corpo (capítulo 5.2).

Os rituais funerários aplicados às crianças nesta região reflecte pelo menos duas situações distintas. No casal do Rebolo e Alto do Cidreira as crianças foram sepultadas entre os adultos. Nesta necrópole o enterramento infantil corresponde ao único caso comprovado de uso de caixão, enquanto no Alto do Cidreira é a única sepultura da necrópole com caixa de pedra a proteger o corpo. Mesmo considerando a elevada taxa de mortalidade infantil, pelo menos no âmbito destas necrópoles, parece ter havido uma preocupação de proteger de forma distinta e mais eficaz os corpos. Registam-se também os casos de inumações infantis entre imbrices em Santo André de Almoçageme (Sintra), Freiria (Cascais) e Almoinhas (Loures), sempre em espaços desactivados das suas funções originais. Nestas situações, a estratégia e localização deverá estar relacionada com a tenra idade das crianças e reflectem distintos aspectos do ritual funerário, designadamente a idade a partir da qual as crianças detêm um estatuto social que permite o seu sepultamento entre adultos.

As sepulturas do Casal do Rebolo encontram-se orientadas predominantemente no eixo Este-Oeste, com pequenas variações em algumas sepulturas. Duas delas são mesmo orientadas aproximadamente Norte-sul, sem que tenha sido possível estabelecer relações diacrónicas entre cada uma das opções verificadas, ao contrário do verificado noutras necrópoles. Nesta região estão identificados alguns contextos com uma orientação semelhante (SOUSA, 2000: 386), mas também outros em que diferem bastante neste aspecto (NETO e REBELO, 2007). Não parece haver um padrão definido quanto à orientação das sepulturas, situação já constatada também num estudo de âmbito regional para o Alto Alentejo (FRADE e CAETANO, 1993: 863).

As estruturas funerárias identificadas nesta necrópole são relativamente simples e revelam uma utilização das matérias-primas locais, designadamente lajes de calcário, para estrutura a caixa da sepultura 4 e as tampas de outras três. A maior parte dos enterramentos, no entanto, corresponde apenas a uma vala aberta no solo, sem qualquer tipo de estruturação conservada. Esta relativa diversidade verificada na

construção das sepulturas desta necrópole é relativamente frequente no mundo funerário romano em geral, com correspondência na área de estudo, onde são utilizadas preferencialmente as matérias-primas locais (NETO e REBELO, 2007; CAETANO, 2002: 327).

Durante o estudo dos materiais que compõem os conjuntos votivos desta necrópole, foram sendo apontados paralelos relativamente ao tipo de materiais que os compõem, procurando sempre que possível, paralelos à escala local e regional para as peças de cerâmica comum. Nesse exercício, verificou-se que muitas das formas presentes têm paralelos nos conjuntos regionais, ainda que muitos desses materiais não provenham de contextos funerários. Os paralelos recolhidos também fora da região para muitas peças reflectem um gosto estético bastante abrangente para algumas formas, particularmente evidente ao nível dos púcaros.

A necrópole do Alto do Cidreira, escavada recentemente, e de cronologia parcialmente contemporânea do casal do Rebolo, revela vários paralelos relativamente aos materiais arqueológicos e à forma como são dispostos no interior das sepulturas. A comparação dos dois cemitérios revela também algumas particularidades quanto ao tipo e quantidade de materiais por enterramento.

A necrópole do casal do Rebolo integra-se, assim, no conjunto de manifestações funerárias conhecidas para a zona dos *agri olisiponenses*, com paralelos na restante província romana, entre os séculos III e IV d.C.

## 6. Análise do conjunto artefactual do Casal do Rebolo

### 6.1. Pastas e grupos de fabrico de cerâmica comum

O conjunto de materiais integrados na categoria da designada cerâmica de uso comum é constituído por apenas 28 peças, excluindo as lucernas, quantidade que constitui à partida um obstáculo na identificação e caracterização dos diferentes fabricos. A classificação e integração de materiais num determinado fabrico comporta sempre alguma margem de erro, uma vez que para além dos exemplares mais característicos de cada grupo, existem peças que podem ser consideradas menos típicas e que por essa razão podem ser enquadráveis em mais que um grupo (PINTO, 2003: 71). Nos conjuntos reduzidos, onde cada pasta está representada por uma pequena quantidade de exemplares, estas dificuldades são naturalmente acentuadas, particularmente considerando o carácter exclusivamente macroscópico das observações realizadas.

Durante a observação e descrição individual das cerâmicas, verificou-se que algumas pastas têm paralelos apenas em uma ou duas peças, havendo mesmo situações de aparente singularidade de fabrico. Considerando a proximidade verificada entre algumas pastas, e tendo em conta os condicionantes atrás expostos, foi considerada a possibilidade de em algumas situações isso se ficar a dever ao facto de corresponderem a exemplares menos características de um mesmo grupo, que como se viu são caracterizados com base em poucos exemplares.

Tratando-se de materiais recolhidos em contextos funerários associados aos enterramentos, muitos deles encontram-se inteiros, frequentemente sem fractura, ou quando existe é antiga e não permite a observação directa da pasta. Por outro lado, as características dos solos afectaram profundamente as superfícies, fazendo com que o engobe que as revestia se encontrasse, na maior parte dos casos, preso ao sedimento, situação extensível à *terra sigillata* clara. Esta circunstância impediu numa caracterização correcta dos engobes e tratamentos de superfície, mas permitiu realizar uma observação da pasta de algumas peças, que de outra forma teria sido impossível realizar. Nesse sentido, na definição de grupos de fabrico, o revestimento das superfícies e seus acabamentos, designadamente a presença de elementos decorativos, que é perfeitamente residual neste conjunto, não foram considerados. Por outro lado, muitas das observações feitas às pastas reportam-se apenas às superfícies onde o engobe não se conservou.

Na caracterização das diferentes pastas, foi considerada a natureza, forma e frequência dos componentes não plásticos que foi possível registar e a textura e dureza da pasta, aspectos que de um modo geral se reflectem também na sua cor. A observação, com as limitações já expressas, foi realizada com recurso a lupa manual com ampliação de 16X. As pastas identificadas são as seguintes:

**1A:** Entre os componentes não plásticos félsicos, destaca-se a presença de quartzo, com uma presença frequente, com tamanhos pequenos a médios e com formas sub-angulosas. A mica (moscovite) é ocasional e muito pequena. As cores apresentam alguma variedade, dentro dos tons laranja-avermelhado e mais raramente creme. É uma pasta pouco dura, com textura fina e média, por vezes mesmo porosa e

a desfazer-se ao toque, ainda que em alguns exemplares possa ser um pouco mais compacta, possivelmente em virtude do processo de cozedura.

Corresponde à pasta com maior índice de peças, com uma variante, para além do subtipo 1A já descrito.

**1B:** Esta pasta distingue-se da anterior por ter entre os componentes não plásticos cerâmica triturada de pequenas dimensões com formas arredondadas, com presença moderada. O quartzo tem uma presença moderada a frequente, com tamanhos pequenos a médios de formas sub-angulosas. Regista-se ainda a presença de mica branca ocasional e muito pequena. A pasta tem uma textura fina e porosa, característica comum à pasta 1A, com uma cor creme-alaranjada. Uma peça desta variante destaca-se por se apresentar mais compacta, em virtude de uma cozedura de melhor qualidade, conferindo um toque sonoro à pasta.

**2:** Esta pasta tem uma frequência elevada de minerais félsicos, designadamente de feldspato, de média e pequena dimensão e com formas sub-angulosas. Regista ainda uma presença menos frequente de quartzo, de dimensões e formas iguais às do feldspato. A pasta é compacta e tem uma cor castanho-avermelhada.

**3:** Pasta com uma grande presença de componentes não plásticos de quartzo de médias e pequenas dimensões, raramente maiores, com mica branca pouco frequente. Regista-se ainda de forma pouco frequente a presença de minerais negros (ferromagnesianos) e de cerâmica triturada. A presença ocasional e descontínua deste último componente pode corresponder a uma inclusão involuntária e fortuita na pasta, e não propriamente a uma inclusão intencional de desengordurante. Esta pasta é compacta e as peças apresentam uma cor creme-acastanhado.

**4:** Tem uma presença moderada de componentes não plásticos de quartzo de tamanhos médios e grandes, com formas sub-arredondadas. Os mesmos elementos, mas de pequenas dimensões são frequentes, registando-se ainda a presença de mica branca pouco frequente. A pasta apresenta uma textura grosseira e compacta. As peças apresentam uma cor creme-acastanhado, no entanto, o bom estado de conservação em que se encontram dificulta a correcta observação da pasta, especialmente do seu núcleo.

Todas as pastas são não-calcárias e foram produzidas em fornos de chama viva, algumas com evidências do contacto com o fogo, com arrefecimento oxidante, em cozeduras do tipo A. Apesar de as superfícies reflectirem um arrefecimento com presença de oxigénio, algumas peças testemunham processos de arrefecimento parcialmente redutor, resultante das condições de disposição da carga na câmara de cozedura. O caso mais evidente corresponde à tigela 11, com a superfície externa mais escura na metade inferior, provavelmente em resultado de ter sido parcialmente disposta dentro de outra peça no forno. As superfícies escurecidas de outros materiais estão relacionadas com processos posteriores, designadamente com a sua utilização junto do fogo, e não com uma cozedura com arrefecimento redutor.

As pastas do grupo 1 encontram paralelos em vários locais romanos dos *agri olisiponenses*, particularmente na sua área mais ocidental, correspondendo provavelmente a uma produção de âmbito local ou regional, sem aparente expressão diacrónica no âmbito da ocupação romana desta região, tendo sido genericamente associado às ocupações romanas de São Miguel de Odrinhas, Santo André de Almoçageme, Granja dos Serrões e Colaride (COELHO, 2007: 131) ou na necrópole de Casal de Pianos (MONTEIRO, 2003<sup>9</sup>).

Os púcaros 39 e 64 do Casal do Rebolo são os únicos desta necrópole com o bordo recto virado para o exterior, com paralelos próximos, na forma e pasta, com duas peças de Casal de Pianos. Aparentemente a pasta da variante 1B está associado a uma forma específica, representada apenas nas sepulturas mais antigas desta necrópole, que não devem ultrapassar os meados do século III d.C. As peças de Casal de Pianos com as quais se estabeleceu esta analogia são provenientes de contextos que datam de meados do século II d.C. a inícios do seguinte e do último quartel do século II d.C. ao primeiro quartel do seguinte MONTEIRO, 2003: 31 e 35).

Situação análoga verifica-se relativamente ao fabrico 2, apenas representado por duas peças, ambas da sepultura 14, datada da transição entre os séculos II e III d.C.

As pastas do tipo 1 terão sido utilizadas preferencialmente em época romana, já que uma das características que as individualizam relativamente às produções medievais desta região é a grande presença de moscovite nas últimas, ao contrário do verificado nas mais antigas (Ibidem), situação que como se viu se constata também nas peças do Casal do Rebolo.

O fabrico 3 está, por sua vez, associada a uma produção específica, os púcaros, presente em contextos mais tardios, do século III d.C. em diante, muitos deles datados pela associação a terra sigillata clara C e a moedas, estando totalmente ausente nos conjuntos onde este tipo de materiais de cronologia mais fina define cronologias até à primeira metade do século III d.C. A presença deste fabrico em contextos sem outros materiais datantes pode funcionar como indicador cronológico para os mesmos, com as devidas cautelas com que este tipo de ilações deve ser encarada.

Com excepção do prato 15, as outras peças incluídas na pasta 4 apresentam vestígios de exposição ao fogo, testemunhando provavelmente um fabrico específico para loiça culinária.

Nesta classificação de pastas foram excluídas as lucernas, que de um modo geral se apresentam inteiras, dificultando a caracterização de fabricos. Ainda assim, em algumas delas foi possível observar a pasta devido ao que estado de conservação em que as suas superfícies se encontram, e que nesses casos são descritas.

A cópia de lucernas originais para produção de cópias encontra-se bastante difundida, dada a facilidade da realização de cópias através do processo de sobremoldagem (CAETANO, 2001: 22). Este facto deve ser tido em consideração na

---

<sup>9</sup> Conforme observação dos materiais em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

proposta de cronologia destes materiais, que devem ser confrontadas com os contextos onde são recolhidos, ao contrário de utilizar estes materiais como “fósseis directores” de forma mais ou menos acrítica (PEREIRA, 2008: 29).

Nos centros produtores do vale do Sado, concretamente na olaria do Pinheiro, está comprovada a produção de lucernas, através do achado de uma peça feita em sobremoldagem a partir de uma lucerna importada, utilizando a típica pasta laranja do Sado, ainda que este local não parece ser particularmente virado para a produção destes materiais. Trata-se de uma lucerna de bico arredondado cureiforme, típica do fim do século II d.C. e inícios da centúria seguinte (MAYET e SILVA, 1998: 154, fig. 67, nº. 135). Em Tróia (Setúbal) foi identificado um conjunto de lucernas produzidas num fabrico regional (pasta L 4) (ALMEIDA, 2009: 78).

Distribuição das peças por pasta e por sepultura					
Sepultura	Pasta				
	1A	1B	2	3	4
1	1				
2	8	6; 7			
3	11				
4	17; 18			16	15
5	25?			24	22
6					
7				29	
8				33	35
9	38	39			
10					
11	44; 47			45; 46	43
12					
13	59			60	
14		64	63; 65		

Tabela 1: Distribuição das peças por fabrico e sepultura. Os números das peças têm correspondência com o catálogo de materiais (apêndice).

## 6.2. Os conjuntos de oferendas funerárias

Na análise dos conjuntos votivos de cada uma das sepulturas desta necrópole são descritas apenas as peças que foram consideradas como fazendo parte da oferenda funerária, uma vez que foram recolhidos outros objectos que, de um modo geral, não constituem oferendas. Dizem respeito a vestígios de vestuário e alguns ornamentos que acompanhavam o defunto, nomeadamente os vestígios de metal junto aos pés dos esqueletos das sepulturas 10 e 12, que correspondem a restos do seu calçado. Nesta perspectiva destacam-se ainda alguns fragmentos de metal recolhidos junto ao pulso direito do enterramento da sepultura 4, bem como outros elementos de metal, todos eles com formas indeterminadas, localizados junto à parte esquerda da cabeça do esqueleto da sepultura 11, possíveis vestígios de adornos ou mesmo alfinetes das mortalhas. O mau estado de conservação da generalidade destes elementos impede também uma correcta aproximação às suas formas.

Considerando o tipo de afectações que o sítio sofreu aquando da sua identificação - estando bem documentadas acções que destruíram parcialmente algumas sepulturas - a análise do conjunto votivo de alguns contextos funerários deve

ser encarada com algumas reservas, nomeadamente nas sepulturas onde não se conservaram vestígios de cobertura. Assim, pelo menos, nos casos das sepulturas 1, 2, 6 e 10, não podemos excluir que o conjunto artefactual fosse composto por mais materiais do que aqueles que foi possível recolher durante a escavação, sendo provável que outras sepulturas tenham também sido afectadas a este nível.

### **6.2.1. Sepultura 1**

Esta sepultura foi a primeira a ser identificada, em grande parte devido às acções antrópicas que afectaram o contexto funerário e em particular os materiais arqueológicos. Do conjunto de espólio associado a este enterramento foram recuperados vários fragmentos de um púcaro de duas asas (número 1), fragmentos de uma lucerna (número 2) e uma moeda (número 3), que são descritos no catálogo de materiais (apêndice deste trabalho), mas que não foram representados em desenho ou fotografia, devido ao seu mau estado de conservação.

O enterramento foi identificado devido à presença de fragmentos de cerâmica com fractura recente misturados com a terra remexida, que depois de removida permitiu também a identificação de ossos humanos conservados na sua posição original dentro da vala de inumação. Os primeiros fragmentos de cerâmica foram assim recolhidos depois de terem sido removidos do seu contexto original, sendo que apenas mais tarde, durante o processo de escavação arqueológica da sepultura foi possível recolher o resto daquelas peças, a que foi possível associar os primeiros materiais recuperados nas terras remexidas.

Os fragmentos do púcaro são de reduzidas dimensões e por essa razão não é possível reconstituir na totalidade o perfil da peça, no entanto, conservam-se ainda alguns elementos com características formais específicas que permitem a sua aproximação aos tipos conhecidos para estas peças. Neste caso, foi possível observar que se trata de um púcaro de bordo exvertido, com uma carena levemente arredondada e decorada por uma leve canelura, com pelo menos uma asa de fita decorada por uma canelura longitudinal. Os fragmentos recolhidos permitem concluir que as dimensões da peça estariam próximas da generalidade dos púcaros desta necrópole.

Durante o processo de escavação e recolha de materiais nas terras remexidas foi apenas encontrada uma asa, não sendo por isso possível determinar se esta peça seria provida de apenas um elemento de prensão, ou se, à semelhança da maioria das peças análogas recolhidas nesta necrópole, teria duas asas. A presença de uma ou duas asas pode coexistir nos púcaros, sem aparentes implicações cronológicas. O púcaro 46 da sepultura 11, com um perfil muito próximo de várias peças de duas asas desta necrópole, tem originalmente apenas uma asa. Os púcaros 34 e 39 desta necrópole foram depositados nos respectivos contextos votivos com apenas uma das asas, apesar de originalmente serem compostos por duas. Assim, o número de asas, que não foi possível determinar para a peça desta sepultura, parece não ter grandes implicações cronológicas, sendo mais relevante para o estudo do conjunto votivo da sepultura 1 o facto de ter sido possível perceber que, também neste caso, o espólio funerário associado a este enterramento ter pelo menos uma peça destinada ao serviço e consumo de líquidos.

Os púcaros são uma forma relativamente recorrente no conjunto da cerâmica romana, nomeadamente entre o espólio funerário, como se pode constatar pela sua

presença nesta e noutras necrópoles. Estas peças podem ser compostas de uma ou duas asas e de um modo geral a sua forma apresenta poucas variações, visíveis sobretudo ao nível da forma do bordo e do bojo, que pode ser ovóide ou mais carenado.

Para além de se tratar de uma forma recorrente, a diacronia que tem sido estabelecida para a forma é, de um modo geral, bastante dilatada. M. T. Maranbini, num estudo sobre estas peças em Itália, relaciona a forma com alguns fabricos de paredes finas da época de Cláudio-Nero. O característico ressalto no colo, presente em quase todas as peças do Casal do Rebolo, terá origens ainda mais antigas, na cerâmica da fase final de La Tène (*apud*, NOLEN e DIAS, 1981: 86).

A grande proximidade formal entre algumas características dos púcaros e de outras formas, como os potinhos, impede frequentemente uma distinção clara entre ambas, particularmente quando os conjuntos estudados são compostos por peças fragmentadas. Nesse sentido, alguns autores optam por incluir no mesmo grupo as duas formas, genericamente englobadas na categoria de potinhos. No caso dos conjuntos funerários, onde normalmente os materiais apresentam um maior grau de conservação, essa distinção é, porém, mais fácil de efectuar.

Jorge de Alarcão, define os púcaros como peças com bojo normalmente ovóide e colo contracurvado, formando um perfil em S, com uma, ou mais raramente, duas asas, que teriam como função o consumo de líquidos (ALARCÃO, 1974b: 34).

Jeannette Nolen considera duas formas distintas para potinhos e púcaros, segundo a presença ou ausência de asas. A autora descreve os “púcaros alentejanos” como pequenas peças de bojo ovóide ou levemente carenado, que podem ter duas asas, ou mais raramente apenas uma. A sua função seria a de servir à mesa, líquidos ou pequenas quantidades de outros condimentos. As suas semelhanças com algumas formas de cerâmica de paredes finas de duas asas corroboram a sua função de serviço de líquidos (NOLEN, 1985: 67). Segundo a mesma autora, os púcaros correspondem a uma forma bem documentada na área da Lusitânia central, região onde se incluem os materiais das necrópoles da região de Elvas, que apresentam de um modo geral formas com carenas decoradas por um sulco, ao contrário dos púcaros da necrópole de Santo André, de Aramenha, Farrobo e Valdoça, que apresentam os bojós mais ovóides, sem carena (*Ibidem*).

Inês Vaz Pinto incluí no grupo genérico dos potinho também as peças que têm asas, designadas por Jeannette Nolen de púcaros (NOLEN, 1985: 67), que descreve como “um recipiente relativamente pequeno, de bojo ovóide ou levemente carenado, com uma ou duas asas, ou sem elas, podendo ter um colo marcado, fundo simples ou anelar, plano ou levemente côncavo, cujo diâmetro da abertura é geralmente inferior à altura, mas pode ser igual ou ter até duas vezes o seu valor. Servia essencialmente para o consumo individual de líquidos, não se excluindo o serviço” (PINTO, 2003: 81).

A definição feita por Inês Vaz Pinto para esta forma é sem dúvida a mais abrangente, uma vez que engloba no conjunto uma diversidade de tipos com funções análogas, ainda que do ponto de vista formal possam ter algumas diferenças, como a presença ou ausência de asas. Esta solução está relacionada com o facto do conjunto estudado ser em grande medida composto por peças fragmentadas. Neste caso, a autora atribui preponderância à função dos recipientes relacionados com o consumo de líquidos, sobre a sua diversidade formal.

Para além deste uso relacionado com o serviço e consumo de alimentos, a presença de marcas de fogo em algumas peças pode também indicar uma utilização como candeias (*Ibidem*).

Na classificação dos púcaros da necrópole do Casal do Rebolo foi utilizada, sempre que possível, a proposta de classificação formal de Jeannette Nolen para os materiais de necrópoles do Alto Alentejo (NOLEN, 1985 e 1995-1997), fazendo também referência a outros trabalhos com propostas tipológicas para este tipo de materiais (ALARCÃO, 1974b; PINTO, 2003).

Desta forma, a análise das características formais do púcaro da sepultura 1 permite que o mesmo se integre genericamente no grupo dos púcaros de bordo contracurvado, o tipo 3 de Nolen, (NOLEN, 1985: 73). Os púcaros das necrópoles do Alto Alentejo que integram a variante 3 encontram-se divididos pela autora em vários subtipos, sendo que as variantes “a” e “b” assinalam sobretudo diferenças de fabrico, que se reflectem em aspectos visuais bastante distintivos, com significados cronológicos (*Ibidem*). Uma vez que não foi possível estabelecer uma relação entre os fabricos das peças do Alto Alentejo e as do Casal do Rebolo, os vários púcaros que, do ponto de vista formal, integram esta forma são apenas classificados segundo as afinidades tipológicas com as peças do tipo 3-a ou b de Nolen, que designam produções distintas da mesma forma.

Os púcaros desta variante têm uma diacronia muito larga, que se desenvolve provavelmente entre o fim do século I d.C. e meados do século III d.C. (NOLEN, 1995-97: 371), ou mesmo até ao início do século IV d.C., como se verifica na necrópole da Silveirona, onde um púcaro incluído pela autora na forma 3-a de Nolen surge associado a um conjunto com uma lucerna com cronologias do fim do século III d.C. ou inícios do século IV d.C. (CUNHA, 2004: 48). Na sepultura 20 do centro produtor do Porto dos Cacos (Alcochete) foi recolhido um púcaro de bordo contracurvado associado a *terra sigillata* clara C, num contexto já de inícios do século IV d.C. (RAPOSO, 1990: 141, fig. 27).

O conjunto artefactual recuperado nesta sepultura é composto ainda por uma lucerna, que foi encontrada em muito mau estado de conservação, completamente fragmentada e impossível de reconstruir. A sua pasta é de cerâmica comum, sendo reconhecíveis apenas pequenas partes do reservatório, sem ligação à orla ou ao fundo, para além de restos da pequena asa perfurada, sem que seja possível fazer um enquadramento da forma.

A terceira peça recolhida nesta sepultura corresponde a uma moeda, com as superfícies em mau estado de conservação, sem qualquer leitura possível.

A cronologia deste enterramento só pode ser determinada com base no púcaro de bordo contracurvado, que abarca um largo âmbito cronológico, entre o século II d.C., ou mesmo ainda do fim do século I d.C., até ao século IV.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
1	Púcaro (beber)	3 de Nolen	10.-300+
2	Lucerna	Indeterminada	Indeterminada
3	Moeda	Ilegível	

Tabela 1: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 1

### 6.2.2. Sepultura 2

Este contexto corresponde à única sepultura de incineração identificada nesta necrópole, e corresponde a um dos contextos que já não se encontrava intacto no momento da sua escavação. Por essa razão, não é possível determinar se originalmente haveria outras peças integradas no espólio votivo para além daquelas que foram recuperadas. O conjunto artefactual associado à incineração é constituído por cinco peças de cerâmica, designadamente um prato em terra sigillata Clara A, do qual se conservavam apenas alguns fragmentos, uma tigela também em *terra sigillata* Clara A, um pequeno pote com alguns restos osteológicos humanos com evidências de exposição ao calor no seu interior, uma púcara e um púcaro, ambos de duas asas. O púcaro encontra-se em mau estado de conservação, tendo sido recolhidos apenas alguns fragmentos. O conjunto tem ainda um anel em ferro e uma peça de vidro, muito partida e da qual apenas se conservam alguns fragmentos de bojo.

Apesar do prato (número 4, anexo III: 3) que integra este conjunto se encontrar em mau estado de conservação, os fragmentos recolhidos permitiram a reconstituição completa do seu perfil, correspondendo a um prato de paredes convexas e bordo de secção semicircular, sublinhado por uma leve canelura no interior, com pé baixo e dois sulcos concêntricos junto ao fundo, no interior. Trata-se de uma produção em *terra sigillata* Clara A da forma Hayes 27, cujas cronologias propostas se situam entre meados do século II d.C. e meados do século III d.C. (HAYES, 1972: 51). Corresponde ao tipo 13 de Bonifay (2004: 159), que refere a recolha de fragmentos desta forma nos níveis de circulação da necrópole de *Pupput*, do século III d.C., apesar de apenas uma peça ser proveniente de um contexto mais seguro, junto de uma lucerna que data, pelo menos, de finais do século II (*Ibidem*).

À semelhança do verificado com a generalidade das peças recolhidas nesta necrópole, incluindo a *terra sigillata*, as superfícies deste prato encontram-se muito mal conservadas, e por isso a classificação das características do engobe que originalmente as cobria é bastante difícil, uma vez que praticamente não se conserva.

A tigela (número 5, anexo III: 3) que integra este conjunto é igualmente uma produção Norte Africana de *terra sigillata* clara A, de corpo hemisférico, com bordo vertical de lábio semicircular e pequeno pé anelar, integrando-se na forma Hayes 17 B (HAYES, 1972: 42). De acordo com Bonifay, as peças da forma 17 B de Hayes (o seu tipo 10) correspondem às produções mais antigas dentro das formas tardias de *terra sigillata* clara A, que aparecem nos níveis de circulação da necrópole de *Pupput* do século III d.C. (2004: 157).

O pequeno pote é uma produção de cerâmica comum (número 6, anexo III: 4). A peça tem o bojo ovóide, o bordo revirado para o exterior a formar uma pequena aba horizontal dobrada sobre o ombro alto e o fundo é plano. Apresenta alguns vestígios de fogo no bordo e no exterior das paredes, não sendo claro se estas marcas se devem ao seu contacto com as cinzas da sepultura, ou se correspondem a marcas resultantes de uma exposição ao fogo anterior à sua deposição na sepultura.

Corresponde a uma forma relativamente comum no conjunto da loiça de cozinha romana, em que por vezes os fragmentos de pequena dimensão dificultam a correcta atribuição tipológica das peças. O perfil e a dimensão desta peça aproximam-na de várias formas, nomeadamente das panelas, tachos ou mesmo dos pequenos potes sem asa, de acordo com as nomenclaturas criadas por cada autor.

O perfil da peça desta sepultura é semelhante à panela 15 do Alto do Cidreira (Cascais), que a autora situa do ponto de vista cronológico entre os séculos III d.C. e IV (NOLEN, 1988: 102, Est. VI), com base num paralelo de *Conimbriga* (ALARCÃO: 1974: 110-111, Est. XXXIII, n.º 694), ainda que esta última peça seja provida de um lábio em rim com a aba ligeiramente descaída, que nesse aspecto se distancia da peça do Casal do Rebolo.

Nas necrópoles do Alto Alentejo foram recolhidas várias peças com perfis aproximados a esta, por exemplo em algumas formas do grupo dos potes de bojo ovóide, particularmente com alguns das variantes do grupo 2 E de Nolen, e mais especialmente com as variantes do grupo 2 F (NOLEN: 1985: 120, Est. XLIII e XLIV). As cronologias apontadas para as peças da última variante situam-se entre o século II d.C. e meados do século seguinte, ainda que de forma interrogada (NOLEN, 1995-1997: 374). Apesar de aquelas peças apresentarem de facto semelhanças formais próximas com as do Casal do Rebolo, os potes alentejanos têm o bordo mais descolado do colo.

Na cerâmica comum de Mérida existem também paralelos para a peça do Casal do Rebolo, nomeadamente nas panelas da forma I B, de corpo ovóide, ombros arredondados e pouco vincados com o bordo a formar uma pequena aba horizontal, dobrada sobre o colo, de base plana. A peça desta sepultura está formalmente mais próxima da peça n.º 4 de Mérida, que tem dimensões ligeiramente maiores (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992: 22, fig. 3). A autora reforça a ideia de que apesar de existirem paralelos em contextos do século I e II d.C. provavelmente esta é uma forma com uma cronologia bastante ampla (*Idem*: 22). Para enquadrar cronologicamente a peça de Mérida, a autora estabelece paralelos com materiais da necrópole da Valdoca, nomeadamente na panela da sepultura 234 e com o pote número 3 da sepultura 244, este último associado a um conjunto com um prato de *terra sigillata* clara C da forma Hayes 50, datada pelo menos do primeiro quartel do século III d.C. (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: 59, Est. XVII). Ainda de Valdoca, parece haver uma clara proximidade formal com o pote 1 da sepultura 402, recolhido num conjunto com um prato de *terra sigillata* clara com cronologias igualmente de meados do século III d.C. (*Idem*: 80, Est. XXIX), ou mesmo com a peça 3 do enterramento 356 (*Idem*: 81, Est. XXVI).

Assim, apesar de se verificar que este tipo de peças pode apresentar uma larga diacronia, no caso da sepultura 2 do Casal do Rebolo, o conjunto votivo tem também duas peças de cerâmica fina de importação que estabelecem uma cronologia entre meados do século II d.C. e meados da centúria seguinte para o contexto, que será extensível também a esta peça de cerâmica comum, restringindo o seu âmbito cronológico àquele intervalo de tempo.

O conjunto dos vasos destinados ao serviço e consumo de líquidos é composto por duas peças, funcionalmente pouco distintas, um púcaro (número 8, não representado devido às reduzidas dimensões dos fragmentos) e uma púcara (número 7, anexo III: 4). À semelhança do que se verificou na sepultura 1, também o púcaro desta necrópole se encontra em mau estado de conservação, tendo sido recolhidos apenas alguns fragmentos do fundo, do bojo e uma asa com parte do bordo. Uma vez que estes fragmentos conservam algumas características formais deste tipo de peças, foi possível fazer uma classificação tipológica. O púcaro tem o bordo exvertido, a carena arredondada com uma canelura no colo, duas asas de fita, e o fundo com pé

de base ligeiramente reentrante, que se enquadram na forma dos púcaros de bordo contracurvado de Nolen, agrupados no seu tipo 3 (NOLEN, 1985; 1995-1997). A descrição e discussão da cronologia destes materiais foram feitas atrás, na apresentação do púcaro 1 da primeira sepultura, onde foram também recolhidos vários fragmentos de um púcaro de bordo contracurvado. A cronologia para esta forma é bastante ampla, situando-se entre os finais do século I d.C. ao século III, talvez mesmo ainda nos inícios do século IV (NOLEN, 1995-97: 371; RAPOSO, 1990: 141, fig. 27; CUNHA, 2004: 48), ainda que neste caso a presença de *terra sigillata* clara A restrinja o seu âmbito cronológico até ao século III d.C.

Uma segunda peça destinada ao serviço de alimentos líquidos presente neste conjunto corresponde à púcara, que apesar de ser formalmente muito semelhante aos púcaros apresenta proporções distintas, nomeadamente ao nível do diâmetro do bordo. Esta púcara tem duas asas de fita decoradas com sulco central, o bojo largo com carena arredondada abaixo da raiz das asas, colo largo e as paredes ligeiramente inclinadas para o interior, mas quase verticais, decorado com uma suave canelura. O bordo é contracurvado e revirado para o exterior, com o pé discóide de assentamento praticamente plano.

Alarcão não distingue os púcaros das púcaras, no entanto, de acordo com o critério definido por Nolen, a distinção entre ambos reside no diâmetro do bordo, que no caso das últimas é igual ou superior a 10 cm (NOLEN, 1985: 70). Provavelmente teriam funções análogas no quotidiano, que estariam relacionadas com o serviço e consumo de líquidos e pequenos condimentos alimentares. De acordo com aquele critério, a peça desta sepultura deverá ser classificada como púcara. Dos paralelos que foi possível identificar para esta forma, nenhum tem o perfil exactamente igual, verificando-se sempre algumas pequenas diferenças, particularmente ao nível da forma do bordo. O perfil da púcara desta sepultura, com as paredes quase verticais, faz também lembrar as copas de paredes finas, de menores dimensões. As pequenas copas de parede carenada da necrópole de Santo André fazem igualmente lembrar esta peça, ainda que tenham sempre menores dimensões (NOLEN e DIAS, 1981: 90-91, Est. VI, C 4.1 (4); Est. X, 8.5 a; Est. XLIV, F 3.8). Do conjunto de copas daquela necrópole, a peça 1.2 da sepultura I é, apesar de algumas diferenças no bordo, aquela que possui maiores semelhanças com esta púcara do Casal do Rebolo, mas para a qual não foi possível estabelecer uma cronologia segura, possivelmente do século I d.C. (*Idem*: 90, est. LV).

O púcaro da sepultura 3 do Porto dos Cacos, com colo largo e paredes quase verticais, tem também algumas semelhanças com o perfil desta púcara, mas com uma cronologia do século III d.C. ou inícios do IV (RAPOSO, 1990: 141; SABROSA, 1996: 290).

Na cerâmica das necrópoles do Alto Alentejo, as peças que mais se aproximam desta forma são as “púcaras de bordo em forma de aba horizontal, moldura saliente entre o ombro e o colo”, que constituem o tipo 2-f de Nolen (NOLEN, 1985: 72, Est. XXV), com cronologias entre o século II d.C. e meados do século III d.C. (*Idem*, 1995-97: 370). Do conjunto daqueles materiais, o paralelo mais próximo corresponde à peça número 187 de Vila Viçosa, que a autora integra já na variante 2-g, que correspondem a peças muito semelhantes aos materiais da forma 2-f, mas de menores dimensões. A autora aponta uma cronologia para aquela peça também entre os meados do século II d.C. e primeira metade do século seguinte (NOLEN, 1985: 73, Est. XXVI, n.º 187).

Na cerâmica comum de São Cucufate (Beja) estão também representadas formas semelhantes, nos potinhos X-A-4, que Inês Vaz Pinto relaciona precisamente com as púcara do tipo 2-f de Nolen, mas também com um pote encontrado no centro produtor do Pinheiro, este em contextos de inícios do século IV (PINTO, 2003: 405). Estas peças estão representadas em São Cucufate nos horizontes 2 a 5, ou seja, entre o segundo terço do século II d.C. e os meados do século V (*Idem*: 145).

Em *Conimbriga*, as copas números 550,553 e 556, de “cerâmica alaranjada fina” do Alto Império, com parede, asa e bordo semelhantes à peça do Casal do Rebolo, constituem igualmente paralelos próximos para a púcara. Ao contrário da peça desta sepultura, as de *Conimbriga* têm decoração brunida de losangos ou linhas entre duas caneluras no colo. Apesar de integrarem o grupo de cerâmica do Alto Império, é necessário considerar as dificuldades em separar de forma clara algumas peças produzidas neste tipo de pastas também durante o Baixo-império (ALARCÃO, 1974b: 94, Est. XXV-XXVI).

A peça de vidro transparente (número 9, não representada) que integra o conjunto votivo desta sepultura foi particularmente em mau estado de conservação, tendo sido apenas recolhidos alguns fragmentos de parede muito finos, praticamente sem colagens entre si, sem possibilidade de determinar qual o tipo de recipiente de que fariam parte.

O conjunto votivo deste enterramento é completado por um pequeno anel de ferro com mesa rectangular ou elíptica, ligeiramente saliente, com o aro a diminuir ligeiramente na parte posterior (número 10). Devido à oxidação do ferro o seu estado de conservação é mau, não sendo possível determinar com rigor a forma da secção do aro, aparentemente elíptica, ou mesmo se a mesa seria decorada ou provida de algum elemento decorativo noutra matéria-prima. A ter existido outro elemento decorativo, a sua perda poderia estar relacionada com a sua exposição ao fogo durante a cremação, assumindo que o mesmo terá acompanhado o defunto na pira funerária.

Em *Conimbriga* existem vários paralelos de anéis de mesa saliente, com formas próximas deste, para os quais são apontadas cronologias de segunda metade do século II d.C. ao século IV (FRANÇA, 1969, 26: Est. I, nºs 16-19) ou do século I d.C. ao III (*Idem*, Est. II, nºs 62, 63), todos de bronze. Outros anéis de mesa rectangular ou elíptica, mais tardios, são provenientes de Marim (Algarve) e da Abujarda (Cascais) (ALMEIDA, 1962: 237, Est. LX, fig. 331 e Est. LXI, fig.334 a 337). O anel da necrópole da Silveirona, com cronologias entre os séculos V d.C. e o VII (CUNHA, 2004: 240 e 331), tem também algumas semelhanças ao nível da forma com a peça desta sepultura. O estado de conservação dos anéis descritos é bastante melhor que o da peça desta sepultura, verificando-se que muitos deles apresentam mesa decorada, não sendo por isso possível fazer uma aproximação mais detalhada à forma do anel deste conjunto, para além daquelas que foram descritas. As cronologias dos materiais de *Conimbriga* enquadram-se no âmbito temporal proposto para esta sepultura, definida pela presença de duas peças de *terra sigillata* clara A, que estabelecem uma data entre meados do século II d.C. e meados da centúria seguinte.

N.º cat.	Descrição (tipo serviço)	Tipologia	Cronologia
4	Prato (comer)	TScI A H 27	150 -250+
5	Tigela (comer)	TScI A H 17; B-10	15 -250
6	Pote (comer)	2 F de Nolen	100-250+
7	Púcara (beber)	2 F e 2 E de Nolen	150 -300+
8	Púcaro (beber)	3 C de Nolen	150 -300+
9	Vidro	Indeterminado	Indeterminada
10	Anel	Anel de mesa	150 -300+

Tabela 2: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 2

### 6.2.3. Sepultura 3

O espólio votivo associado à sepultura 3 é composto por 4 peças, correspondendo a uma tigela, uma lucerna, um objecto em ferro e uma moeda. Este contexto funerário encontrava-se selado por lajes de cobertura ainda na sua posição original, circunstância que garante uma maior segurança da integridade do conjunto votivo ali depositado e que não se verifica numa grande parte das sepulturas desta necrópole.

A tigela (número 11, anexo III: 5) corresponde a uma produção de cerâmica comum de corpo hemisférico com o bordo a formar uma aba horizontal, ligeiramente descaída para o exterior e um pequeno pé circular com uma convexidade central externa.

Esta forma é frequente na cerâmica romana, produzida em *terra sigillata* mas também em cerâmica comum. Frequentemente, como parece ser este o caso, as produções de cerâmica comum procuraram imitar as formas de larga difusão e bem conhecidas de *terra sigillata*, numa tentativa de copiar em fabricos de menor qualidade técnica, de âmbito local ou regional, peças mais finas de importação. A sua forma pode assim, ser inspirada em várias formas e produções de *terra sigillata*, designadamente nas Dragendorff 35 e 36, que no caso das produções hispânicas podem alcançar os meados do século V d.C., no caso da primeira (BUSCAMANTE ÁLVAREZ, 2010: 312) ou no caso da segunda, entrar pelo século III d.C. (*Idem*: 313). O seu perfil está também próximo das formas Hispânicas 4 e 5, dos séculos I e II d.C. (MAYET, 1984: 47, Est. XXVIII; BUSCAMANTE ÁLVAREZ: 2010, 228 e 309), mas também na forma 6 de *sigillata* Hispânica tardia, com cronologias que alcançam o século V d.C. (MAYET, 1984: 252, Est. CCXXXVIII). Nas produções norte africanas, tem paralelos também nas formas 3 e 6 de Hayes, de *terra sigillata* clara A (HAYES, 1972: 21 e 29), ou nas formas mais tardias de *terra sigillata* clara C, designadamente nas 44 e 52 A, com cronologias entre 220/40 d.C. ao fim do século III d.C. e 280/300 ao final do século IV d.C., respectivamente (*Idem*, 59-62; 74-76).

Tratando-se de uma forma com um grande âmbito cronológico, são relativamente frequentes os paralelos em cerâmica comum para este tipo de peças. Na necrópole de incineração de Casal de Pianos (Sintra) foi recolhida uma taça de

cerâmica comum de forma muito semelhante à desta sepultura, ligeiramente mais pequena, associada a uma taça de *terra sigillata* Hayes 14 C (MONTEIRO, 2003: 36, Est. XXIII). De forma análoga, regista-se na olaria do Pinheiro a taça de cerâmica comum 89, de contextos do século II d.C. (MAYET e SILVA, 1998, fig. 28). No conjunto de cerâmica comum das necrópoles alentejanas estas tigelas estão representadas pelas taças da forma 7-e de Nolen, semelhantes às formas de *terra sigillata* Dragendorff 35 (das necrópoles do Padrão, Padrãozinho, e Horta da Serra) (NOLAN, 1985: 105-106, Est. XXXIX, nºs 394-397, 401 e 404), com cronologias entre os Flávios e meados do século III d.C. Esta forma está também presente na necrópole de Valdoca (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: 98, Est. XXXIV, sepultura 477, n.º 4).

Em São Cucufate (Beja), esta forma tem paralelos com vários tipos de tigelas, particularmente nas variantes III-C-1-b, III-C-2 e III-C-2-b, que no caso das primeiras se encontram presente em todos os horizontes de ocupação do sítio até meados do século V d.C., com as últimas duas variantes representadas apenas até meados do século IV d.C. (PINTO, 2003: 249-252).

Esta forma tão recorrente encontra-se presente num vasto âmbito cronológico no conjunto da cerâmica romana e, no caso particular da tigela desta sepultura, a sua cronologia genérica é definida pela sua associação à lucerna que faz parte deste conjunto votivo, que pode ser enquadrada nos séculos II - III d.C.

A lucerna desta sepultura (número 12, anexo III: 6) tem o corpo praticamente circular, o disco é convexo e está separado por uma canelura da orla, que é horizontal e está decorada. O orifício de alimentação encontra-se descentrado para a direita do disco, ficando marginal relativamente à sua decoração. O bico é arredondado e desenvolve-se a partir da orla sem qualquer elemento delimitador. O fundo é liso e está decorado com duas caneluras concêntricas. A peça tem vestígios de alisamento e acabamentos na asa e bico, reflectindo o pouco cuidado tido na fixação daqueles elementos ao reservatório, que conferem um aspecto um pouco assimétrico à lucerna.

A decoração do disco corresponde à representação de um busto de *Helios* coroado por sete raios, possivelmente com o braço direito erguido segurando o chicote no ar. A orla é decorada com oito motivos, dispostos de forma simétrica, mas a sua pouca definição não permite esclarecer exactamente o que representam, tratando-se aparentemente de motivos vegetalistas, designadamente de cachos de uvas, ou talvez mesmo de grandes pérolas, com alguns paralelos, por exemplo numa lucerna da Lage do Ouro (CAETANO, 2002: 206, Est. V). A pouca definição da peça desta sepultura torna os motivos decorativos pouco perceptíveis, tanto no disco como na orla, dificultando a sua caracterização e o estabelecimento de paralelos mais exactos.

A iconografia relacionada com *Helios* encontra-se bem representada na decoração das lucernas romanas, sendo mesmo a divindade mais presente no conjunto de Santa Bárbara (Castro Verde), testemunhando a grande aceitação que este motivo mereceu. Naquela colecção alentejana, as representações da divindade com coroa de sete raios, como a do Casal do Rebolo, encontram-se em lucernas do tipo Dressel 20, apesar de se encontrarem também presentes outras figurações da divindade em lucernas Dressel 15 e Loeschcke VIII (MAIA e MAIA, 1997: 51).

Em Mérida este motivo decorativo é recorrente sobretudo entre as lucernas do século I d.C., correspondendo a um dos motivos que na capital da província perdura nos séculos II e III d.C. (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002: 67 e 217, figura V, nºs 59-66 e laminas XV-XVII, nºs 66-73). As representações de *Helios* distribuem-se nos materiais

*emeritenses* preferencialmente pelas formas Deneauve V-A e D, VIII-B, abarcando o período entre meados do século I d.C. e meados do século seguinte. Há ainda fragmentos para os quais não foi possível atribuir forma, mas com base nas suas características, o autor avança com cronologias dos séculos II e III d.C. (*Idem*, 69). É precisamente num destes fragmentos de disco de lucerna em cerâmica comum que se encontra a decoração mais próxima da peça do Casal do Rebolo, de *Helios* segurando o chicote do lado direito (*Idem*: 69, fig. V, n.º 64, Lam. XVI, 71).

Do conjunto *emeritense*, a lucerna número 62 é aquela que formalmente se aproxima desta sepultura, particularmente ao nível da forma e da decoração da orla, já que o disco tem uma representação de *Helios-Serapis*, bastante diferente da peça do Casal do Rebolo. Ao contrário das outras daquela colecção, esta lucerna tem a orla decorada com oito cachos de uvas e, ainda que na peça de Sintra a decoração se encontre muito pouco definida, é provável que a decoração seja semelhante. Esta lucerna de Mérida é do tipo Deneauve VIII-B/Ponsich III-C/Dressel-Lamboglia 30-A, com cronologias entre a segunda metade do século II d.C. e inícios da centúria seguinte (*Idem*, 69, fig. V, 62 e Lam. XVI, 70).

O enterramento [305] do Alto do Cidreira (Cascais), datado dos séculos III/IV d.C., tem entre o seu espólio uma lucerna Dressel-Lamboglia 30 B, que apesar de ter o disco liso, tem uma forma e decoração da orla muito próxima também da peça desta sepultura (NETO e REBELO, 2007: 233).

Nas lucernas da *Mauritânia* encontram-se duas representações do busto de *Helios* com coroas de raios em lucernas dos séculos I e II d.C., mas que segundo o autor corresponde a um motivo que perdura até ao fim do século III d.C. (PONSICH, 1961: 51, fig. 14, nºs 125 e 227, Pl. XII e XVIII).

Ainda no Norte de África, em Cartago, a figura de *Helios* surge também nas lucernas 581 e 705, dos tipos V-D e VII-A respectivamente, anteriores ao século III d.C. (DENEAUVE, 1969, pág. 150 e 166, Pl. LX e LXVIII).

Em *Conimbriga*, as lucernas com representações de *Helios* encontram-se numa lucerna Dressel-Lamboglia 27, que a autora relaciona precisamente com a lucerna n.º 705 de Cartago da forma VII A (Deneauve, 1969: 166, Est. LXVIII) e numa outra do tipo Dressel-Lamboglia 30 B (Belchior, 1969: 53 e 69, Est. XIV, n.º 1 e Est. XXIII, n.º 3).

Em Portugal registaram-se ainda representações de *Helios* no disco no conjunto de Peroguarda, numa lucerna Dressel 20 (RIBEIRO, 1959: 97, Est. VI, n.º 24), na necrópole da Lage do Ouro, numa lucerna com a representação de *Helios* radiado segurando o chicote, datada do século III d.C. ou mesmo inícios do IV (CAETANO, 2002: 203, Est. III), que o autor associa a uma peça com decoração do disco análoga proveniente de Torres Vedras, datada do século III d.C., mas com uma representação da divindade bastante diferente do motivo da peça do Casal do Rebolo (SEPULVEDA e SOUSA, 2000: 49-50).

Tratando-se de um motivo decorativo do disco que se encontra presente em lucernas entre o século I d.C. e o fim do século III e, na ausência de paralelos exactos para a peça do Casal do Rebolo, a sua cronologia deverá ser procurada não exclusivamente com base na decoração do disco, mas através das suas características tipológicas. O facto de se tratar de uma lucerna produzida por remoldagem faz com que alguns elementos, nomeadamente os decorativos, se encontrem bastante esbatidos e por isso difíceis de caracterizar, impedindo uma

aproximação mais rigorosa da sua forma dentro do grupo das lucernas de disco. Ainda assim, considerando as suas principais características tipológicas, a sua forma parece estar mais próxima das lucernas de disco com bico cureiforme, particularmente do tipo Dressel-Lamboglia 28 B, Ponsich III ou Deneauve VIII. A variante VIII-C de Deneauve tem como uma das suas características a ausência das linhas curvas a assinalar a delimitação entre o bico e a orla, onde é colocado apenas um ponto (DENEAUVE, 1969: 206). Neste caso, tratando-se de uma peça de sobremoldagem, é natural que este discreto elemento, a ter existido nesta peça, tenha desaparecido com a sobremoldagem, como se verificou com o esbatimento dos restantes elementos decorativos.

A decoração do fundo, com círculos concêntricos, encontra-se presente em vários tipos de lucernas, nomeadamente nas do tipo Deneauve VIII, que têm também orlas decoradas em relevo e frequentemente diâmetros entre 80-90 mm (BONIFAY, 2004: 329), como neste caso.

O conjunto de objectos votivos desta sepultura é completado pela presença de uma peça em ferro, composta de duas partes (número 14, anexo III: 6). A parte funcional, tem cerca de 150 mm de comprimento e um pequeno gume assimétrico na extremidade, de secção rectangular, com 16x7 mm. A outra parte da ferramenta corresponde ao encaixe para o cabo de madeira, com 80 mm de comprimento e de secção circular, com um diâmetro de 25 mm. As suas características, particularmente a forma do gume, apontam para que se trate de uma ferramenta, ainda que não tenha sido identificado nenhum paralelo para esta forma.

A forma desta peça faz lembrar algumas armas, designadamente as lanças, funcionalidade aparentemente reforçada pelo sistema de fixação do cabo. No entanto, a ausência de gume longitudinal na sua parte funcional, que tem uma "lâmina" de secção rectangular, não permitem a sua classificação como arma, devendo corresponder efectivamente a uma ferramenta, cuja funcionalidade é desconhecida.

A presença de armas, nomeadamente de pontas de lança, em contextos funerários encontra-se documentada em várias necrópoles da Lusitânia, nomeadamente na necrópole da Silveirona, onde foram identificadas armas de ferro em sete sepulturas, em contextos do século II d.C. e Visigóticos (CUNHA, 2004: 34) e na sepultura 16 do Porto dos Cacos, com cronologia do século IV d.C. (SABROSA, 1996: 291-293).

Da análise do conjunto votivo desta sepultura, ressalta o facto de corresponder ao único contexto funerário desta necrópole onde não foi recolhido qualquer tipo de recipiente destinado ao serviço de líquidos (púcaros, potinhos ou copos).

A sua cronologia é definida pela forma da lucerna, enquadrada nos séculos II-III d.C. A tigela inspirada nas formas de *terra sigillata* com larga difusão, enquadra-se também nesta cronologia e no âmbito temporal desta necrópole.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
11	Tigela (comer)	CC de TSH/TScI A-C	s II-III+
12	Lucerna	D-L 28B; Den. VIII C; Ponsc. IIIC.	s II-III
13	Ferramenta de metal	Ferramenta	Indeterminada
14	Moeda	Ilegível	Indeterminada

Tabela 3: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 3

#### 6.2.4. Sepultura 4

O espólio funerário associado a este enterramento é constituído por um prato covo, dois copos de cerâmica, um púcaro de duas asas e uma lucerna, todos de cerâmica comum. O conjunto é completado por uma moeda e ainda por um recipiente em vidro, do qual apenas se conservou a base.

Esta sepultura foi também parcialmente afectada por acções antrópicas numa fase prévia à intervenção arqueológica, que se reflectiu em danos na estrutura sepulcral, nomeadamente na remoção quase total da sua cobertura, que provavelmente seria de telha, bem como em algumas lajes que a delimitavam. Estas acções afectaram também parte do seu espólio votivo, particularmente o recipiente de vidro e um dos copos de cerâmica comum, do qual foram recolhidos o fundo e parte do bojo e do bordo, que se encontravam localizados na extremidade Este da sepultura, junto da cabeça do enterramento.

O prato covo (número 15, anexo III: 7) tem o corpo hemisférico, com o bordo a formar uma pequena aba plana horizontal e pé com uma convexidade central para o exterior, num fabrico de cerâmica comum. Aquilo que foi dito para a tigela 11 da sepultura 3 desta necrópole relativamente à sua inspiração em formas de cerâmica de importação é, em grande medida, aplicável a esta peça. Apesar de neste caso ser de maiores dimensões, corresponde a uma forma relativamente comum e com uma larga diacronia, que lembra precisamente um conjunto de materiais produzidas em *terra sigillata*, com paralelos em várias formas nas produções hispânicas, mas também nas produções mais tardias do Norte de África.

No centro produtor da olaria do Pinheiro (Alcácer do sal), encontram-se alguns materiais em contextos do Alto Império com paralelos com a peça desta sepultura (MAYET e SILVA, 1998: 85, fig. 39, n.ºs 34 e 36; pág. 86, fig. 40, n.º 38). Na mesma região (Casas Novas) foi também recolhido um fragmento de prato covo em associação com outros materiais com cronologias entre o século I d.C. a IV, sem que fosse possível precisar com maior rigor o seu contexto e cronologia (DIOGO, 1987: 103, Est. XIV, n.º 14).

Em *Conimbriga*, há também peças de cerâmica comum formalmente próximas deste prato, produzidas em cerâmica siltosa do século I d.C. ou inícios do II d.C. (ALARCÃO, 1974b: 90-91, Est. XXIII, n.º 495) e em cerâmica alaranjada fina, também do Alto Império (*Idem*: 93-95, Est. XXV n.º 533). No conjunto de materiais tardo-romanos, designadamente na cerâmica alaranjada fina, algumas tigelas e pratos covos apresentam igualmente esta forma (*Idem*: 103-108, Est. XXIX, n.ºs 625 e 630; Est. XXX, n.º 653-a).

Nas *villae* de São Cucufate (Beja) esta forma está representada pelos pratos da forma I-C-2-b, do segundo terço do século II d.C. ao século IV (PINTO, 2003: 205).

Em Mérida foram identificados vários paralelos nos pratos de cerâmica comum com “paredes hemisféricas, com bordo em aba horizontal exterior, com canelura no bordo e pé anelar” (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992: 33). Um dos exemplares publicados é proveniente da necrópole oriental daquela cidade (*Idem*: 33, fig. 7, n.º 29) e um segundo foi recolhido na necrópole do Cuartel de Artillería, num contexto associado a lucernas de várias épocas, sendo as mais tardias dos séculos II-III d.C. (*Idem*: 34). A autora salienta as semelhanças destes pratos com a forma 6 A de Hayes, da segunda metade do século II d.C. (*Ibidem*).

Nas necrópoles alentejanas há igualmente várias peças análogas, nomeadamente nas tigelas do tipo 7-f e 7-j de Nolen (NOLEN, 1985: 107-108, Est. XXXIX e XL, nºs 406 e 413), que a autora situa entre a segunda metade do século I d.C. a meados do século seguinte no caso das primeiras, e da segunda metade do século II d.C. nas segundas (NOLEN, 1995-97:374).

Fora da Lusitânia, os pratos desta forma correspondem ao tipo III-2, das cerâmicas comuns que imitam as formas de *terra sigillata* Dragendorff 35/36, com cronologias entre o século I d.C. e o III ou mesmo início do IV, identificados na necrópole da Fraga (Marco de Canaveses) (DIAS, 2006: 214-216, Est. 5).

Trata-se de uma forma prática e funcional e por isso recorrente em contextos romanos, documentada pelo menos desde o século I d.C. até contextos mais tardios, alcançando o século IV d.C.

O conjunto de peças destinadas ao serviço e consumo de líquidos é composto por um púcaro de duas asas (número16, anexo III: 7), um copo (número17, anexo III: 8) e uma peça da qual apenas se conserva a base, alguns fragmentos do bojo e de bordo, sem colagem entre si, dificultando a percepção da sua forma, que provavelmente corresponde também a um copo (número18, anexo III: 8).

O copo número 17 tem o bordo vertical de lábio semicircular, com as paredes quase verticais e o bojo arredondado, formando quase um perfil em “S”, com um assentamento discóide ligeiramente reentrante. A peça foi recuperada em mau estado de conservação, tendo sido restaurada e parcialmente reconstruída. À semelhança dos copos de cerâmica comum de outras sepulturas, também para esta peça não foi encontrado nenhum paralelo exacto. Na necrópole de Valdoca, os copos de cerâmica 3 e 2 das sepulturas 22 e 411 respectivamente, têm formas que se aproximam da peça desta sepultura. O primeiro foi recolhido junto de lucernas com cronologias entre os séculos II-III d.C. e mesmo inícios do IV d.C., e o segundo provém de um contexto sem cronologia precisa (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: 17 e 81, Est. III e XXVIII).

Da necrópole de Santo André (Montargil) é proveniente um potinho de forma piriforme, cujo perfil e dimensões se assemelham à peça desta sepultura, de contextos anteriores ao século III d.C. (NOLEN e DIAS, 1981: 108, Est. LXI, J 4.2). Talvez se possa ainda relacionar o copo desta sepultura, apenas no que respeita ao perfil, com alguns potinhos das necrópoles da região de Elvas, particularmente com a peça 430, para a qual é proposta uma cronologia do século I d.C. e II (NOLEN, 1985: 114, Est. XLI).

A segunda peça recolhida neste conjunto destinada ao serviço de líquidos, corresponde ao copo 18, que se conservou apenas parcialmente. Os fragmentos recuperados correspondem à sua metade inferior, com um pequeno pé circular de

base plana, conservando ainda parte do bojo. As suas paredes são verticais, a desenvolverem-se para o exterior a partir do fundo que é mais estreito. Foram ainda recolhidos outros fragmentos que correspondem ao bordo, que é vertical e de lábio semicircular, mas sem ligação física com o mesmo, situação que dificultou a obtenção de um perfil completo da peça. Entre os materiais de cerâmica comum, o perfil definido para esta peça encontra paralelos nos copos mas também entre alguns tipos de potinhos.

Apesar de não ter sido identificado nenhum paralelo exacto para esta peça, os fragmentos de bordo dos copos da *villa* do Alto do Cidreira (Cascais) talvez se possam relacionar com a mesma, particularmente o número 46 daquele conjunto, que apesar ter um bordo espessado, apresenta algumas semelhanças formais ao nível da forma do bojo (NOLEN, 1988: 112, Est. VIII, nºs 45-46). A autora relaciona aqueles materiais da *villa* de Cascais com várias peças de *Conimbriga*, realçando também a falta de outros paralelos para as mesmas e o facto de corresponderem a formas presentes em todas as épocas da ocupação daquela cidade romana, evidenciando tratar-se de uma forma de larga diacronia (*Idem*: 112).

Os dois copos de cerâmica comum desta sepultura fazem também lembrar algumas formas de materiais produzidos noutro tipo de fabricos, designadamente em produções de paredes finas ou mesmo alguns copos de vidro.

O conjunto de peças destinadas ao serviço de líquidos é completado por um púcaro de bordo exvertido formando uma pequena aba inclinada para o interior, o bojo com carena arredondada, com o colo largo e com duas asas decoradas por duas caneluras, com pequeno pé ligeiramente reentrante (número 16, anexo III: 7). Esta peça apresenta um grau de deformação que terá ocorrido com a pasta ainda fresca, sendo particularmente evidente esta anomalia no bojo, originando um perfil desnivelado, inclinado para um dos lados, como se a peça tivesse suportado um peso maior do que aquele que poderia aguentar durante o processo de secagem. Para além desta deformação, este é o único púcaro de todo o conjunto recolhido nesta necrópole que não apresenta o colo decorado por uma canelura, facto que pode eventualmente estar relacionado com o facto de se tratar de uma peça defeituosa que não foi correctamente terminada.

A utilização de peças com pequenos defeitos de fabrico, particularmente os ocorridos durante o processo de secagem, está documentada noutras necrópoles, designadamente em Valdoca (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: Est. II, sepultura 12, n.º 1; Est. V, sepultura 61).

A forma do bordo deste púcaro é próxima do tipo X-A-4 de São Cucufate, dos “potinhos de bordo em pequena aba levemente oblíqua ou horizontal, pança larga e, por vezes, asas verticais” (PINTO, 2003: 404). Aquela autora relaciona esta forma com as púcaras tipo 2-f de Nolen e com o pote número 100 recolhido na olaria do Pinheiro (Alcácer-do-Sal) (*Idem*: 405). O púcaro do Casal do Rebolo tem também paralelos com a peça 119 da necrópole da Silveirona (Estremoz), que a autora relaciona igualmente com o tipo 2-f de Nolen, com cronologias entre meados do século II d.C. e meados da centúria seguinte (CUNHA, 2004: 229).

O púcaro da sepultura 3 do Porto dos Cacos (Alcochete), proveniente de um contexto de meados do século III d.C. a meados da centúria seguinte, tem também um perfil semelhante à peça desta sepultura (SABROSA, 1996: 298, fig. 2).

O conjunto votivo desta sepultura é ainda composto por uma lucerna, que corresponde igualmente a uma produção de cerâmica comum (número 19, anexo III: 9). Tem o reservatório circular com o bico redondo, queimado e mal definido, ligado directamente à orla sem qualquer elemento delimitador, com uma configuração tendencialmente piriforme. A peça apresenta uma forma bastante irregular, em virtude de se tratar de uma produção de remoldagem executada com pouco cuidado, o que torna praticamente impossível a correcta caracterização de alguns elementos, nomeadamente da orla e do disco. A orla é irregular e quase lisa, arredondada, sem decoração e o disco é ligeiramente côncavo e praticamente sem evidências de motivos decorativos. A localização do orifício de alimentação, que se encontra deslocado para o quadrante inferior direito, poderá corresponder a uma evidência da existência de decoração no molde original, situação talvez reforçada pela presença de alguns elementos em relevo nos limites entre o disco e a orla, mas que nesta peça se encontram já completamente imperceptíveis, não sendo mesmo claro se correspondem a uma alteração mais casual da superfície do disco depois de remoção da peça do molde, ou se efectivamente testemunham uma decoração da qual mais nenhum elemento se conservou.

O fundo da lucerna é liso, não apresenta marca e a asa tem uma fractura antiga, possivelmente anterior à sua deposição na sepultura, uma vez que durante o processo de escavação deste enterramento não foi recolhido qualquer fragmento de cerâmica que pudesse corresponder àquele elemento.

No conjunto de *Conimbriga* encontra-se uma lucerna com características semelhantes, que apesar de apresentar dimensões um pouco menores que a desta sepultura, tem uma forma parecida: sem separação entre orla e o disco, com grandes orifícios de alimentação e de combustão e com a asa fracturada. A autora integra-a nas lucernas redondas com asa de fita, com cronologias dos finais do século III d.C. e século IV d.C. (BELCHIOR, 1969: 69, Est. XIX, n.º 2).

A lucerna do Casal do Rebolo corresponde a uma produção de execução de má qualidade, particularmente evidente no pouco cuidado evidenciado relativamente ao seu aspecto final. Foi produzida a partir de remoldagem, numa pasta relativamente grosseira provavelmente de âmbito local ou regional, num contexto cronológico em que proliferam as pequenas oficinas de cariz local, que frequentemente reproduzem modelos a partir da remoldagem de peças importadas, gerando muitos materiais de pouca qualidade técnica, como é o caso. A sua forma enquadra-se genericamente nas lucernas de disco com bico redondo sem volutas, com tendência piriforme, tipo Dressel-Lamboglia 30 A.

O conjunto artefactual desta sepultura comportava ainda uma peça em vidro (número 20, anexo III: 9), sobre a qual poucos comentários se podem fazer, em virtude do mau estado de conservação em que se encontra, restando apenas uma base espessa e circular, a partir da qual se desenvolve o bojo. É possível que corresponda a um copo, apesar de a possibilidade de se tratar de um unguentário ter de ser também considerada.

Este fundo é semelhante a algumas peças da necrópole de Monte Molião (Lagos), para as quais não foi igualmente possível determinar a forma e respectivo enquadramento cronológico (ARRUDA, SOUSA e LOURENÇO, 2010).

Durante a escavação foram ainda recolhidos alguns fragmentos de metal localizados junto do pulso direito do esqueleto e que podem corresponder a vestígios

de vestuário ou mesmo adorno, cuja forma é impossível de determinar, dado o seu mau estado de conservação.

O conjunto artefactual é completado por uma moeda (número 21, anexo III: 9) de Alexandre Severo, cunhada entre 231-235 d.C. (MATTINGLY, H. *et alli*, 1938: 121), que funciona como elemento de datação *post quem* para a realização do enterramento, a partir do segundo terço do século III d.C., provavelmente em meados ou segunda metade do século. A imobilização da moeda terá ocorrido numa fase em que a mesma tivesse já alguma circulação, pelo que é verosímil aceitar a sua deposição na sepultura já na segunda metade do século III d.C.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
15	Prato	Nolen 7 F e 7 J	s I - IV
16	Púcaro (beber)	2 F de Nolen	150-300+
17	Copo (beber)	Copo CC	s I - IV
18	Copo (beber)	Copo CC	s I - IV
19	Lucerna	D-L 30A	s III-IV
20	Base de vidro	Copo?	Indeterminada
21	Moeda		231-235

Tabela 4: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 4

### 6.2.5. Sepultura 5

A sepultura 5 corresponde a um dos três contextos funerários desta necrópole que ainda conservavam as lajes de calcário da sua cobertura no início da escavação, situação que confere maior segurança à integridade do seu conjunto votivo, que é composto por um prato, uma tigela, dois púcaros, uma lucerna e uma moeda.

Dentro do conjunto assume particular relevância, pela baliza cronológica que define para a sepultura, a presença de uma produção de *terra sigillata* clara C da forma Hayes 50 A (número 23, anexo III: 23). Corresponde a um prato com as paredes esvasadas e rectilíneas de bordo de lábio semicircular. Na ligação da parede com o fundo, no interior da peça, existe um pequeno sulco, e no exterior do fundo tem um pequeno pé bem definido. As superfícies conservam ainda algum do verniz com que originalmente se encontravam revestidas mas que de um modo geral não se conservou. Este revestimento é pouco brilhante e tem tendência para lascar, conservando vestígios de alisamento junto do pequeno pé exterior no fundo.

As cronologias propostas para estas produções situam-se do segundo quartel do século III d.C. em diante, concretamente entre 230/240 a 325 (HAYES, 1972: 73). Nesta necrópole foi recolhido um segundo prato inteiro desta forma integrado no conjunto votivo da sepultura 8, para além de vários fragmentos recolhidos na parte habitacional da *villa* (sondagens 7 e 8), confirmando que se trata de uma das formas mais frequentes de *terra sigillata* clara C no território actualmente português (VIEGAS, 2003: 172).

O serviço de loiça de serviço destinada ao consumo de alimentos é completado por uma tigela de cerâmica comum com carena, com a parte superior da parede vertical e levemente esvasada, com o bordo ligeiramente espessado no interior e com

o lábio em bisel. A base é quase plana, e o pé tem uma pequena convexidade central para o exterior, criando quase o efeito de um pequeno pé anelar (número 22, anexo III: 10). A forma desta tigela parece ser inspirada nas formas 14 A ou 15 de Hayes, produzidas em *terra sigillata* clara A (HAYES 1972: 39).

As cronologias propostas por Hayes para as produções da forma 14 A são de meados do século II d.C. (*Idem*: 41), no entanto, segundo Bonifay esta variante arcaica da forma 14 deve situar-se entre o fim do século II d.C. e o início do século III (BONIFAY, 2004: 159). Para a forma 15, com a qual esta tigela tem também semelhanças, são apresentadas cronologias de inícios a meados do século III d.C. (HAYES, 1972: 41), ou mesmo já da segunda metade do século III d.C., alcançando o século IV (BONIFAY, 2004: 159). A presença de um prato em *terra sigillata* clara C produzido a partir do segundo quarto do século III d.C. neste conjunto votivo, situa também a produção desta tigela claramente dentro daquele século.

As tigelas com carena produzidas em cerâmica comum inspiradas nas formas 14/17 de Hayes são relativamente frequentes. Nesta necrópole encontram-se outras duas peças que claramente podem ser incluídas neste grupo, que correspondem às tigelas 43 e 59 das sepulturas 11 e 13 respectivamente. As cronologias propostas para estas duas tigelas situam-se também claramente dentro do século III d.C. A peça da sepultura 11, pela associação a uma moeda cunhada em meados daquele século e na sepultura 13, pela presença de um prato de *terra sigillata* clara C da forma 45 B, produzido a partir do segundo quarto do mesmo século.

Apesar de serem produzidas em pastas distintas, as peças da sepultura 5 e 13 apresentam bastantes semelhanças, desde logo pelas suas dimensões, que são muito próximas, mas também na forma da parede superior, que nas duas situações é ligeiramente oblíqua e com o lábio do bordo com um ligeiro espessamento interior. Outra particularidade destas duas peças, que também as distingue da tigela recolhida na sepultura 11, é a forma da base do seu pé, ligeiramente anelar e com uma convexidade central no exterior.

As tigelas de *terra sigillata* clara A atribuídas às formas Hayes 14/17 encontram-se bem documentadas em alguns centros de consumo da Lusitânia (VIEGAS, 2003: 169; QUARESMA, 2009: 167), verificando-se também a sua ocorrência na região em estudo, designadamente na parte habitacional da *villa* do Casal do Rebolo, no Telhal (FERREIRA, 2009), ou na necrópole de Casal de Pianos (MONTEIRO, 2003: 36). A esta presença de materiais importados não serão certamente alheias as produções locais e regionais, que se inspiram naquelas formas das cerâmicas mais finas. Nos centros produtores do vale do Tejo foram identificadas cerâmicas desta forma na olaria da Quinta do Rouxinol (Seixal), na cerâmica comum do forno 1, em contextos do século III-IV d.C. (DUARTE, 1990: 106, fig. 20, n.º 47) e no Porto dos Cacos, em contextos de meados do século I d.C. ao século V (RAPOSO e DUARTE, 1996: 251, fig. 9, n.º 2) e entre o século III d.C. e o V (SABROSA, 1996: 287, fig. 6, n.º 17).

Na zona do Sado, também proveniente de um local de produção em Casas Novas (Alcácer do Sal) regista-se uma tigela incompleta mas de perfil muito semelhante a estas formas (DIOGO *et alli*: 1987: 103, Est. XIV, n.º 13). Na mesma região, na olaria do Pinheiro, nas produções de cerâmica comum do Baixo Império, regista-se também uma tigela com esta forma (MAYET e SILVA, 1998: 197, 218, fig. 103, n.º 211)

Na sepultura 13 da já referida necrópole de incineração de Casal de Pianos (Sintra) foi recolhida uma tigela carenada de cerâmica comum semelhante a estas, num contexto da transição entre o século II d.C. e o III (MONTEIRO, 2003: 31, Est. XX).

Na necrópole de Valdoca foram recolhidas nas sepulturas 40, 73, 356 e 419, várias peças de cerâmica comum com carena, base plana e de dimensões muito semelhantes e, ainda que apresentem alguma variação entre si, todas se encontram formalmente próximas das formas 14/17 de Hayes (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966, Est. XXXVI, VI, XXVI e XXIX). Todas são provenientes de contextos sem materiais com cronologias mais finas.

Na colecção de materiais do Paço Ducal de Vila Viçosa regista-se também a presença de peças de cerâmica comum cuja forma se inspira claramente nestas formas de Hayes, nomeadamente a taça número 376 e talvez mesmo a 375, de menores dimensões, com cronologias propostas a partir da segunda metade do século I d.C. e que se podem estender até ao século III (NOLEN, 1985 e 1995-1997: 101, Est. XXXVII).

Em São Cucufate (Beja) as tigelas da forma III-A-4 e variantes correspondem provavelmente também a materiais inspirados na forma 14 de *terra sigillata* clara A, presentes particularmente nos horizontes de ocupação do sítio na transição do Alto para o Baixo Império (PINTO, 2003: 232-236).

Na cerâmica comum de Mérida esta forma também se encontra representada pela forma I dos “cuencos carenados”, e forma I das “escudilhas”, que a autora relaciona com a forma 14 B de Hayes, propondo uma cronologia da segunda metade do século III d.C. (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992: 29 e 32, fig. 6, nºs 21 e 27).

As peças destinadas ao serviço de líquidos estão representadas neste conjunto por dois púcaros de duas asas que foram recuperados inteiros e em bom estado de conservação. O púcaro 24 (anexo III: 11) tem o bordo revirado para o exterior e boleado no dorso, bojo largo com carena alta arredondada, decorada por uma canelura acima da raiz das asas, de secção aproximadamente oval, o colo mais estreito e o fundo plano. Tem paralelos nos púcaros de bordo contracurvado do tipo 3-c de Nolen, com cronologias propostas entre meados do século II d.C. a meados do século seguinte (NOLEN, 1995-97: 371). O seu perfil, no entanto, tem também algumas semelhanças com púcaros de outras variantes do tipo 3, particularmente nas peças 197, 202, 204 e 207, de Vila Viçosa (NOLEN, 1985, Est. XXVI e XXVII). A cronologia apontada para estas peças situa-se entre o fim do século I d.C. e meados do século III d.C. (NOLEN, 1995-97: 371), ou mesmo até ao início do século IV d.C. (CUNHA, 2004: 48), conforme foi dito atrás, designadamente a propósito da peça número 1 desta necrópole. O púcaro recolhido nesta sepultura é particularmente semelhante, do ponto de vista da forma e das características de fabrico, aos púcaros 33, 29, 45, 46 e 60 do Casal do Rebolo. Estes púcaros de bordo contracurvado com carena, mais ou menos arredondada, são uma forma frequente e estão presentes em vários conjuntos. Em Valdoca, encontram-se na sepultura 244 em associação a *terra sigillata* clara C, do segundo quartel do século III d.C. em diante (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: 65.66, Est. XVII), situação semelhante à verificada nesta sepultura do Casal do Rebolo; na necrópole do Monte Farrobo estão representados nas sepulturas 17 e 25 (ALARCÃO, 1974a: 24, Est. V-VI); em São Cucufate (Beja) os “potinhos de bordo alto e oblíquo e pança larga, por vezes com asa vertical”

apresentam também perfis com alguma semelhança com estas peças e estão presentes de forma homogénea durante toda a ocupação do sítio, com excepção para o período entre meados do século IV d.C. a meados do século seguinte (PINTO: 2003: 408).

A segunda peça destinada ao consumo de líquidos presente neste conjunto (número 25, anexo III: 11), tem o bordo de lábio arredondado ligeiramente soerguido, formando uma pequena aba oblíqua, com carena arredondada, decorada por uma moldura saliente entre o ombro e colo. A peça tem duas asas de fita decoradas com duas caneluras longitudinais, e a base praticamente plana com um espessamento no interior. O ombro é decorado com linhas brunidas dispostas de forma oblíqua relativamente ao eixo vertical da peça. A decoração encontra-se delimitada por uma moldura no colo e pela canelura da carena arredondada.

Tal como se verificou para a peça 7 (sepultura 2), e segundo os critérios definidos por Jeannette Nolen, as peças com um diâmetro de bordo superior a 10 cm e com forma análoga aos púcaros são classificadas como púcaras (NOLEN, 1985: 70). Desta forma, esta peça deverá assim ser classificada, encontrando paralelos próximos nas peças de tipo 2-f de Nolen, com cronologias entre meados do século II d.C. e meados do século seguinte, com paralelos em *Conimbriga*, na cerâmica alaranjada fina do Alto Império. (*Idem*: 72).

A decoração brunida do bojo desta púcara corresponde a um dos poucos casos de peças decoradas nesta necrópole, com excepção de algumas lucernas e da roleta aplicado na aba do bordo do prato da sepultura 14. Nas necrópoles do Alto Alentejo, no entanto, este tipo decorativo encontra-se presente nos púcaros das formas 1b, 1c, 1d, 2-e e 3-a de Nolen, com cronologias entre meados do século I d.C. e meados do século III (NOLEN, 1985 e 1995-1997).

Nos materiais da colecção do Paço Ducal de Vila Viçosa, a púcara 185 (de Torre das Arcas?) apresenta algumas semelhanças com a púcara desta sepultura, ao nível de dimensões e tipo de decoração, apesar de ter a aba do bordo soerguida e mais oblíqua em relação ao que se observa na peça do Casal do Rebolo (NOLEN, 1985: 72, Est. XXVI), sendo apontada uma cronologia para aquela peça de meados do século II d.C. e meados do século III (NOLEN, 1995-1997: 370).

Os paralelos de *Conimbriga* encontram-se entre as copas produzidas em cerâmica alaranjada fina do Alto Império, ainda que seja necessário ter em linha de conta as já referidas dificuldades em separar de forma clara algumas peças produzidas neste tipo de pastas também durante o Baixo Império (ALARCÃO, 1974b: 94). A peça que formalmente mais se aproxima da púcara desta sepultura corresponde à copa número 550, com decoração brunida a formar losangos entre duas caneluras no ombro, que apesar de ter o ombro mais vertical, tem asas e bordo semelhantes à peça desta sepultura. Neste âmbito, será de realçar também a copa número 553, com decoração e perfil mais próximos da púcara deste conjunto (*Idem*: 93-96, Est. XXV-XXVI).

Esta forma encontra paralelos também nos potinhos da forma X-A-4 de São Cucufate, alguns com decoração no ombro semelhante à peça da sepultura 5 (PINTO, 2003: 405). A autora relaciona aqueles materiais precisamente com as púcaras do tipo 2-f de Nolen e com a já referida peça número 100 da olaria do Pinheiro (Alcácer do Sal), esta última recolhida num contexto já do século IV d.C. (MAYET e SILVA, 1998, fig. 90).

Tratando-se de uma peça com uma larga diacronia, as cronologias são, como se viu, e à semelhança do constatado para os púcaros, bastante latas, situando-se neste caso entre os meados do século II d.C. e meados do século III d.C., podendo mesmo alcançar o século IV d.C. Nesta situação, a cronologia desta peça é estabelecida pela presença de um prato em *terra sigillata* Clara C, que determina um momento posterior ao primeiro quarto do século III d.C. para esta sepultura.

A lucerna deste conjunto tem o reservatório circular e largo, com a orla plana, separada do disco por duas caneluras, o bico é triangular com a ponta arredondada, ladeado por duas volutas, com a separação do reservatório assinalada na parte inferior por uma linha em relevo. A asa é vertical e perfurada e o fundo é plano, com quatro círculos concêntricos. A decoração do disco é feita em relevo, com a representação de uma figura de pé, vestido com uma túnica e virado para a frente, com as pernas afastadas, o braço direito paralelo ao corpo, ligeiramente flectido e o braço esquerdo a segurara um objecto de forma circular ao ombro. O orifício de alimentação está deslocado para a direita do disco, afastado da sua decoração (número 26, anexo III:12).

Corresponde a uma produção de remoldagem, com alguns acabamentos mal executados, particularmente visíveis na união das duas partes da peça e que lhe conferem um aspecto pouco equilibrado, mais evidente ao nível do reservatório.

O paralelo quase exacto para esta lucerna e decoração do disco é proveniente da Mauritânia, numa peça com dimensões muito próximas com a desta sepultura, ainda que mais bem moldada, do tipo Ponsich II A 2 (PONSICH, 1961: 32, fig. 12, n.º 32 e Pl. V, n.º 33).

Esta forma de lucerna enquadra-se também no tipo X A de Deneauve, de bico triangular e volutas, com cronologias propostas entre meados do século II d.C. e o início do século III d.C. (DENEAUVE, 1969: 210). Bonifay integra estas lucernas no seu tipo 15 (BONIFAY, 2004: 335 =Deneauve X/ subtipo 2), com uma cronologia entre 175-250 d.C., datação reforçada pela presença de uma destas peças numa sepultura de *Pupput*, num contexto de meados ou mesmo da segunda metade do século III d.C. (*Idem*: 337).

Trata-se de um tipo de lucerna pouco frequente nos contextos do Ocidente da Lusitânia, com paralelos numa peça recolhida em *Conimbriga*, de que apenas se conserva um fragmento de bico de uma produção grosseira, dura e pouco homogénea (CAETANO, 2001). Segundo este autor, correspondem a produções tipicamente africanas, possivelmente cópias tardias da forma Loescke I que atravessam todo o século III d.C. (*Idem*). Em Portugal são conhecidas poucas peças desta forma, uma delas sem contexto e em depósito no Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, a outra proveniente das escavações arqueológicas realizadas na Alcáçova de Coimbra (*Idem*).

A cronologia da lucerna do Casal do Rebolo enquadra-se no âmbito cronológico proposto para estes materiais, com a datação de século III d.C. perfeitamente estabelecida nesta sepultura pela associação ao prato Hayes 50 A, de *terra sigillata* clara C, com cronologias do segundo quarto daquele século em diante.

O conjunto votivo é completado por uma moeda cunhada no Noroeste peninsular entre 27 e 23 a.C., durante as guerras Cantabras possivelmente por uma Ceca militar móvel e que estão associadas especialmente a *Lucus Augusti* (RIPOLLÈS e ABASCAL, 2000: 237; CENTENO, 1987: Est. XXIII). Tem a representação de

Augusto, com a cabeça virado à esquerda, com a legenda IMP AUG DIVI F. O reverso, sem legenda, tem a representação da *caetra*, o escudo redondo dos povos do Norte peninsular, com representação lateral da falcata, a adaga e duas lanças ao centro.

É significativa a presença desta moeda num contexto tão tardio relativamente à sua cunhagem, particularmente considerando o relativo bom estado de conservação em que a peça se encontrava na altura em que foi depositada na sepultura, que não parece consentâneo com uma eventual circulação contínua durante mais de dois séculos. A sua conservação estará provavelmente relacionada com o seu valor intrínseco em metal, ainda que a representação de Augusto no anverso possa também ter valorizado o significado da moeda. Apesar do seu valor em metal, penso não ser despiciente considerar que tenha sido conservada como “jóia” de família, particularmente pela sua associação às campanhas militares do Noroeste.

A cronologia proposta para este enterramento é definida pelo prato Hayes 50 A, que determina uma data posterior ao primeiro quartel do século III d.C. A lucerna situa o contexto, provavelmente, ainda dentro daquele século.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
22	Tigela (comer)	CC de H-14 A	150 300
23	Prato (comer)	TScI C H-50 A	230/240 – 325
24	Púcaro (beber)	3 de Nolen	100.-300+
25	Púcaro (beber)	2 F de Nolen	S II a 250/300+
26	Lucerna	Den. X-A; Bon. 15	175-250+
27	Moeda		27-23 a.C.

Tabela 5: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 5

### 6.2.6. Sepultura 6

O único espólio associado a este enterramento que foi recuperado na escavação corresponde a uma moeda, com as superfícies muito desgastadas, que não permitem leitura.

### 6.2.7. Sepultura 7

O conjunto votivo da sepultura sete é constituído por uma lucerna (número 30, anexo III: 13) e um púcaro de duas asas recuperado em mau estado de conservação (número 29, anexo III: 13). Esta peça encontrava-se reduzida a uma grande quantidade de fragmentos, muitos de pequenas dimensões, que foram em grande parte reconstituídos, apesar da falta de alguns fragmentos, especialmente do bojo, impossibilitarem a sua reconstituição total. À semelhança dos púcaros recolhidos noutras sepulturas em estado de conservação semelhante, neste caso foi também possível determinar a sua forma e reconstruir integralmente o seu perfil.

Trata-se de um púcaro de bordo revirado para o exterior, o bojo com carena arredondada decorada por uma canelura, conservando as duas asas de fita. A base é circular e ligeiramente reentrante, quase plana e está um pouco destacada do bojo.

A sua forma integra-se no tipo 3 de Nolen, dos púcaros de bordo contracurvado, com semelhanças de perfil com o púcaro da necrópole do Padrãozinho (Elvas), datado da primeira metade do século III d.C. (NOLEN, 1985, Est. XXVI, n.º 193). Esta peça tem ainda algumas semelhanças, particularmente ao nível do bordo, com o púcaro da sepultura 3 do Porto dos Cacos (Alcochete), datado do século III d.C. (RAPOSO, 1990: 141, fig. 27). Os púcaros de bordo contracurvado têm uma diacronia bastante dilatada, do fim do século I d.C. a meados do século III d.C. (Nolen, 1995-97: 371), ou mesmo até ao início do século IV d.C. (RAPOSO, 1990: 141, fig. 27, sepultura 20), como se viu já a propósito dos púcaros de outras sepulturas desta necrópole onde este tipo de materiais se encontra representado. Neste caso em particular, verifica-se que o púcaro foi produzido com a pasta do tipo 3, que nesta necrópole parece estar associada a esta forma específica de cerâmica comum, presente em contextos com outros materiais que a enquadram no século III d.C., encontrando-se ausentes das sepulturas datadas duma fase mais antiga, entre o fim do século II d.C. e o início do seguinte.

A lucerna desta sepultura tem o reservatório circular, um pequeno bico redondo com vestígios de fogo, o disco é pequeno e côncavo, sem decoração e com o pequeno orifício de alimentação no centro, com uma canelura a marcar a separação da orla, que é larga, muito irregular e desproporcionada, mais larga de um dos lados, ligeiramente convexa ou arredondada, com vestígios de decoração. O fundo é liso, sem decoração ou marca e um pouco irregular. Conserva vestígios de uma asa perfurada, desenvolvida desde o fundo (tipo Ponsich 7 ou 8), que se encontra incompleta, devido a uma fractura antiga. Corresponde claramente a uma produção a partir de sobremoldagem de pouca qualidade, situação particularmente visível na decoração da orla, quase imperceptível, bem como na forma assimétrica do reservatório.

A pouca definição da peça e o desgaste da sua superfície dificultam a caracterização dos elementos decorativos presentes na orla, sendo apenas perceptíveis, de forma muito vaga, indícios de uma possível decoração com estrias paralelas em relevo, que na metade direita da orla aparentam ter sido definidas com os dedos. As decorações da orla com motivos radiais em relevo encontram-se presentes em vários tipos de lucernas de disco, correspondendo a uma diversidade de motivos decorativos, que no estado em que esta peça se encontra é difícil caracterizar com rigor. Esta situação constitui, naturalmente, uma dificuldade acrescida para o estabelecimento de paralelos para o presente exemplar.

Em *Conimbriga*, a peça 146, do tipo Dressel-Lamboglia 30 A (BELCHIOR, 1969: 63, Est. XIX, n.º 1) apresenta a orla decorada com “sulcos lenticulares”, que a autora relaciona com a lucerna 319 da Mauritânia, com decoração similar na orla (PONSICH, 1961). De Torre das Arcas é proveniente uma lucerna do tipo XI C de Deneauve, com a orla também decorada com estrias oblíquas (ALARCÃO e PONTE, 1976: 78, Est. VI, n.º. 40). No conjunto de lucerna de *Scallabis* este tipo decorativo encontra-se também representado em alguns fragmentos, no entanto, segundo Carlos Pereira, por se tratar de um motivo decorativo frequente a partir do século II d.C. é difícil fazer um enquadramento cronológico mais restrito (PEREIRA, 2008: 92).

Em Mérida, a decoração da orla com linhas incisivas (motivos decorativos do tipo 1 e 2), com um efeito semelhante ao da peça do Casal do Rebolo, enquadra-se

segundo o autor, num novo estilo decorativo das orlas, particularmente associado às formas Deneauve VIII B e VIII C (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002: 225, Fig. XX).

Nos materiais norte africanos registam-se também várias lucernas com a orla decorada com estrias paralelas, designadamente em Cartago, em peças do tipo VII B e VIII B de Deneauve (DENEAUVE, 1969, Pl. LXXVII, nºs 835-844; Pl. LXXXIV, nºs 920-926). Bonifay publica também algumas peças com este tipo de decoração na orla, que se encontram presentes nos seus tipos 5 e 9 (formas Deneauve VII, subtipo 2 e 6, respectivamente), associadas a contextos da segunda metade do século II d.C. a primeiro terço do século seguinte, no caso das primeiras (BONIFAY, 2004: 322, fig. 180, n.º 5-6), sendo que no segundo caso, a lucerna é proveniente de uma sepultura de meados ou mesmo segunda metade do século III d.C. (*Idem*: 329, fig. 183, n.º 1). Daquele conjunto, a lucerna 6, incluídas no seu tipo 5 e sem qualquer tipo de decoração no disco, é aquela que mais se aproxima da peça do Casal do Rebolo.

Ainda no Norte de África, na Mauritània, este motivo decorativo da orla está presente em peças do tipo III B 1 (PONSICH: 1961, Pl. XVII e XVIII, nºs 192, 197 e 225, 249, respectivamente), tipo III B 2 (*Idem*, Pl. XXIII, n.º 315 e 319) e tipo III C (*Idem*, Pl. XXIV e XXV, nºs 323, 330 e 339), num âmbito cronológico entre meados do século I d.C. e o século III.

A forma da lucerna, com reservatório circular e pequeno bico redondo, remete genericamente para as formas produzidas desde meados do século I d.C. ao século III, num contexto de proliferação de pequenas olarias de âmbito local ou regional, com produções frequentemente de pouca qualidade, como se pode ver neste exemplar, situação que dificulta a caracterização das formas.

O conjunto votivo recuperado nesta sepultura é composto apenas por esta lucerna e por um púcaro, ambos de cerâmica comum. A associação do púcaro à pasta do tipo 3, presente nesta necrópole em contextos com associação a materiais do século III d.C. a inícios do seguinte, como se viu atrás, sugere também aquela cronologia para esta sepultura. A forma e fabrico da lucerna enquadram-se também nesta fase mais tardia.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
29	Púcaro (beber)	3 de Nolen	100-250/300+
30	Lucerna	Den.VII-VIII; Ponsc. III-B-1; Bon. 5 e 9; D-L 30A	S II-III+

Tabela 6: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 7

### 6.2.8. Sepultura 8

O conjunto votivo associado a este enterramento é composto por seis peças de cerâmica, de que fazem parte um prato e uma tigela de *terra sigillata* clara C, dois púcaros, uma lucerna e uma panela. Tal como se verificou nas sepulturas 3 e 5, as lajes de cobertura ainda se encontravam na sua posição original, o que garante a integridade do conjunto funerário, que de um modo geral se encontrava bem conservado.

O prato (número 31, anexo III: 14) tem a parede levemente arqueada, com o ângulo pouco vincado na sua ligação ao fundo, que na parte externa tem um pequeno

sulco que corresponde ao pequeno pé, mas que neste caso não se encontra bem definido. As superfícies são revestidas por um engobe fino e pouco brilhante, de cor vermelho alaranjado. A superfície externa pouco é homogénea e tem algumas manchas mais vermelhas. Corresponde a uma produção de *terra sigillata* Clara C da forma Hayes 50, ainda que as suas características de fabrico pareçam indicar uma produção mais tardia dentro daquela forma, para as quais são propostas cronologias entre os inícios e meados do século IV d.C. (HAYES, 1972: 73).

A segunda peça deste conjunto destinada ao serviço de comida corresponde a uma tigela de corpo hemisférico, com bordo em aba horizontal ligeiramente descaída para o exterior e um pequeno pé anelar (número 32, anexo III: 16). As suas superfícies são cobertas por um verniz que se encontra muito mal conservado. Corresponde igualmente a uma produção de *terra sigillata* Clara C, da forma Hayes 44, com cronologias entre 220/240 d.C. e o fim do século III (HAYES, 1972: 59-62).

O púcaro de duas asas (número 33, anexo III: 15) tem o bordo revirado para o exterior e boleado no dorso, o bojo tem uma carena arredondada, com o colo decorado por uma canelura localizada acima da raiz das asas e por uma segunda linha incisa, menos profunda, localizada no ombro, abaixo do bordo, com a base plana. O seu perfil enquadra-se nos púcaros de bordo contracurvado, do tipo 3-c de Nolen, com uma cronologia entre meados do século II d.C. a meados do século III (NOLEN, 1985, Est. XXVII; 1995-1997: 371).

Os púcaros de bordo contracurvado têm uma grande presença em vários conjuntos, incluindo o desta necrópole, em alguns casos com cronologias mais tardias que os meados do século III d.C. propostos para as peças de necrópoles alentejanas (ver atrás, sepultura 5, púcaro 24). No Porto dos Cacos, a título de exemplo, para o púcaro da sepultura 20 são propostas cronologias já do século IV d.C. (RAPOSO, 1990: 141, fig. 27, sepultura 20).

A peça desta sepultura apresenta grandes semelhanças formais e de fabrico com outros púcaros desta necrópole, particularmente com os 24, 29, 45, 46 e é praticamente igual ao número 60 da sepultura 13, todos produzidos com a pasta do tipo 3.

O segundo púcaro deste conjunto (número 34, anexo III: 17) tem bordo exvertido e boleado no dorso, sublinhado por uma pequena canelura no ombro, um bojo de perfil ovalado, marcado sensivelmente a meio por uma canelura junto da raiz das asas. Conserva apenas uma asa de fita, decorada com uma canelura central, apesar de conservar os pontos de ligação ao bojo de um segundo elemento de preensão, que não foi recolhida no interior da sepultura durante o processo de escavação. O facto de esta sepultura conservar ainda as lajes de cobertura em calcário reforça a ideia de que a peça foi ali depositada já quando conservava apenas uma das asas. A base é plana, tendo no interior uma impressão executada na pasta fresca, de forma circular, provavelmente feita com uma ferramenta (talvez uma cana utilizada no acabamento da peça), cujo significado não é perceptível, mas pode corresponder a uma marca de fabrico. Pelo facto de se encontrar completa e em bom estado de conservação, não foi possível caracterizar a sua pasta.

Na região de Sintra os púcaros de perfil ovóide foram identificados na necrópole de Casal de Pianos, em âmbitos cronológicos estimados entre os séculos I e III d.C. (MONTEIRO, 2003: 30, Est. XIX; pág. 36, Est. XXVII) e também um nas

sepulturas do Magoito, para o qual é proposta uma cronologia em torno dos séculos II e III d.C. (SOUSA, 2000: 385, n.º 1).

Na necrópole do Porto dos Cacos, os púcaros de perfil ovóide estão representados nas sepulturas 20 e 26, da primeira metade do século IV d.C. (RAPOSO: 1990: 141) e do século III d.C. a inícios da centúria seguinte respectivamente (SABROSA, 1996: 295).

A peça da sepultura em análise apresenta ainda paralelos muito próximos com o púcaro de bordo contracurvado número 207 da colecção do Paço Ducal de Vila Viçosa (NOLEN, 1985: 75, Est. XXVII), com cronologias propostas entre meados do século II d.C. a meados do século seguinte (*Idem*, 1995-1997: 371). Na necrópole da Silveirona (Estremoz) tem paralelos na peça número 68, classificada pela autora como do tipo 3-a de Nolen. Aquela peça tem dimensões um pouco menores que a do Casal do Rebolo e uma cronologia bastante ampla, entre a segunda metade do século I d.C. e meados do século V d.C. (CUNHA, 2004: 211).

No caso concreto dos púcaros desta sepultura do Casal do Rebolo, encontram-se associados a um conjunto votivo de que fazem parte um prato e uma tigela em *terra sigillata* Clara C, com cronologias do segundo quartel do século III d.C. em diante, definindo assim a baliza temporal das peças de cerâmica comum para uma cronologia plenamente integrada no século III d.C., até ao início do seguinte.

O conjunto de cerâmica comum desta sepultura é completado por uma panela de bordo oblíquo, bojo ovóide ligeiramente mais largo que a abertura, com o fundo praticamente plano. Corresponde à única panela recuperada nos conjuntos votivos desta necrópole, utilizada como oferenda votiva, já que a sua associação clara a uma inumação afasta a sua utilização enquanto urna funerária, uma utilização relativamente frequente para estas peças em necrópoles de incineração de contextos mais antigos.

A distinção entre panelas e potes nem sempre é fácil, dada a grande proximidade existente entre as duas formas, situação particularmente dificultada quando se tratam de peças fragmentadas. Neste caso, uma vez que a peça se encontra inteira, é mais fácil integrá-la no conjunto das panelas sem asa, uma vez que reúne alguns dos atributos geralmente considerados para definir a forma.

Jorge de Alarcão define estas peças como tendo bojo ovóide e boca larga, raramente com asas, utilizada para cozinhar (1974: 35). Jeannette Nolen descreve as panelas como recipientes que geralmente têm maior altura que largura e o diâmetro maior na parte superior do bojo, com colo e ombro reentrantes, quase sempre sem asas. Têm grande diversidade de tamanhos e formas e finalidades múltiplas, que seriam produzidas local ou regionalmente (NOLEN, 1985). Inês Vaz Pinto considera as panelas como recipientes fechados com bojo ovóide ou piriforme, de base plana e que pode ter ou não asas. O diâmetro do bordo é inferior à altura e o bojo pode ser mais largo que o bordo. Serve para cozinhar, por isso as superfícies externas raramente têm engobe ou decoração, tendo frequentemente marcas de fogo. Com base nestes critérios separa as panelas e os potes, com formas por vezes análogas, mas de funções eminentemente distintas (PINTO, 2003).

No conjunto de materiais do Alto do Cidreira (Cascais) várias formas de potes apresentam o perfil do bordo semelhante à peça desta sepultura, ilustrando a dificuldade de classificar fragmentos de formas próximas (NOLEN; 1988: 122-124, Est. X-XI, nºs 76, 77, 79, 81 e 82). Tal como noutros sítios, também aqui a autora

constatou a dificuldade no estabelecimento de cronologias específicas para peças de grande perduração e com larga diacronia.

No conjunto de cerâmica comum do forno 2 do Porto dos Cacos encontram-se alguns potes de perfil aproximado ao desta sepultura, num contexto datado entre 225 d.C. e o século V (RAPOSO e DUARTE, 1996: 251, fig. 9).

A panela desta sepultura enquadra-se no tipo VIII-B-2 de São Cucufate, que se encontra presente em todos os horizontes do sítio arqueológico de forma significativa, com muitos paralelos na cerâmica comum do Sul de Portugal. Tratando-se de uma forma de larga diacronia e de produção regional ou local, aquela autora reconheceu a dificuldade em estabelecer paralelos cronológicos seguros para as peças (PINTO, 2003: 348). Aponta vários paralelos para a forma, que se encontra presente em panelas mas também em potes, reforçando a ideia de se tratar de um tipo de material relativamente recorrente (*Idem*: 350).

O conjunto desta sepultura é completado por uma lucerna formalmente derivada das peças de disco e corpo circular, mas que neste caso apresenta o reservatório alongado, com o bico mal definido e sem nenhum elemento de separação relativamente à orla, dando origem a um corpo de forma piriforme. O disco é pequeno e ligeiramente convexo, com orifício de alimentação localizado no centro sendo desprovido de decoração, mesmo de caneluras a delimitar a orla, que é arredondada, ligeiramente convexa e igualmente desprovida de decoração. O fundo é plano, o bico tem vestígios de fogo e a pequena asa desenvolve-se acima da orla, com um perfil próximo das asas tipo Ponsich 9 (PONSICH, 1961: 43), apesar de neste caso ter uma pequena perfuração. Corresponde a uma produção de cerâmica comum, feita a partir de remoldagem, como a generalidade das lucernas desta necrópole.

Na colecção de Torre das Arcas, a peça 24 tem um corpo semelhante à peça do Casal do Rebolo, com o bico arredondado e mal definido, do tipo Deneauve VIII B (Dressel-Lamboglia 28 A, 28 B e 30 B), que as autoras situam no século III d.C. (ALARCÃO e PONTE, 1976: 77, Est. IV, n.º 24). De Peroguarda provêm outras lucernas igualmente de corpo piriforme, com cronologias igualmente do século III d.C., algumas porventura mais tardias (*Idem*, 1976, Est. V-VI, nºs 35-38). No caso das peças 35-39, as autoras consideram que representam “o estádio mais tardio e degenerado a que chegou a evolução das formas Dressel-Lamboglia 20” (*Idem*: 78).

Em *Conimbriga* foram também identificadas lucernas de corpo piriforme mas com decoração, no disco ou na orla, do tipo Dressel-Lamboglia 30 B (BELCHIOR, 1969, Est. XXIII, nºs 2-3, D-L 30 B). Na necrópole da Quinta do Outeiro (Almada), registou-se também uma lucerna com uma forma semelhante, num contexto dos séculos IV-V d.C. (SANTOS-SABROSA, 1996: 231, fig. 3 n.º 19).

A forma piriforme do corpo da lucerna desta sepultura enquadra-se nos tipos frequentes numa fase mais tardia das lucernas de disco do século III d.C., apresentando agora os corpos tendencialmente piriformes, antecedendo a forma das lucernas mais tardias. Esta cronologia é corroborada pela relação entre os diversos materiais que compõem este conjunto artefactual.

O limite cronológico *post quem* deste enterramento é assinalado pela presença de duas peças de *terra sigillata* clara. A tigela Hayes 44 tem uma cronologia entre 220-240 d.C. e fins do século III, talvez até inícios do século IV (Hayes, 1972: 62), e o prato Hayes 50, provavelmente da primeira metade do século IV d.C. (*Idem*: 72), A

cronologia proposta para este enterramento é assim da transição do século III para o IV d.C.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
31	Prato (comer)	TScI C H 50 A	300-360
32	Tigela (comer)	TScI C H 44	220/240-300+
33	Púcaro (beber)	3 C de Nolen	150-300
34	Púcaro (beber)	3 de Nolen	100-300+
35	Panela	VIII-B-2 Pinto	S I a V
36	Lucerna	Disco: D-L 30A; Den. VIII-C	S III-IV

Tabela 7: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 8

### 6.2.9. Sepultura 9

O conjunto votivo que foi recolhido em associação com o enterramento da sepultura 9 é constituído por um prato de *terra sigillata* clara A, dois púcaros e uma moeda. Não se conservaram vestígios de uma eventual estrutura de protecção ou sinalização, encontrando-se a mesma numa área particularmente afectada por acções antrópicas. Esta situação faz com que não seja absolutamente clara a atribuição a este conjunto votivo da lucerna número 40 (anexo III: 20), recolhida já fora do seu contexto original em terras soltas sobre a área do enterramento. Por essa razão, é com algumas dúvidas que a mesma é associada ao conjunto artefactual desta sepultura

O prato tem paredes rectilíneas e ligeiramente esvertidas, com o fundo ligeiramente côncavo e com um pequeno pé anelar (número 37, anexo III: 17). Corresponde a uma produção de *terra sigillata* Clara A da forma Hayes 31, com cronologias entre início e meados do século III d.C., ainda que alguns exemplares possam ser um pouco mais tardios (HAYES, 1972: 53). No caso desta peça, a quase ausência de engobe dificulta a caracterização do fabrico

Os dois púcaros que fazem parte deste conjunto apresentam estados de conservação diferentes. Um deles (número 38, anexo III: 19) encontra-se muito fragmentado, não tendo sido possível reconstruir a totalidade da peça através do restauro, uma vez que não foram recuperadas algumas partes do bojo e do bordo. Os fragmentos recuperados desta peça permitem, apesar do seu mau estado, uma reconstituição das suas principais características formais e da quase totalidade do seu perfil. O bordo é exvertido e boleado no dorso e o bojo é ovóide, com uma fina canelura no colo junto à raiz das asas de fita, decoradas com um sulco central. O fundo é plano com um pequeno espessamento interior. Ao contrário do verificado para a maior parte dos púcaros desta necrópole, neste caso o engobe alaranjado que cobre as suas superfícies, interna e externa, ainda se conserva em bom estado, conferindo um aspecto brilhante à peça.

O seu perfil, de forma ovóide, é semelhante ao púcaro 34 da sepultura 8 desta necrópole, apesar de pertencerem a fabricos distintos. Por essa razão os paralelos formais apresentados para o púcaro desta sepultura são, de um modo geral, os mesmos da peça 34 (*vide supra*, sepultura 8). A sua presença está documentada nas

necrópoles de Casal de Pianos e do Magoito (MONTEIRO, 2003: 30, Est. XIX; pág. 36, Est. XXVII; SOUSA, 2000: 385, n.º 1) e também no centro produtor do Porto dos Cacos (Alcochete) (RAPOSO: 1990: 141; SABROSA, 1996: 295), com cronologias do século III d.C. a inícios da centúria seguinte. Estes púcaros encontram-se também nas necrópoles alentejanas, nomeadamente na Torre das Arcas (NOLEN, 1985: 75 Est. XXVII, n.º 207) com datas de meados do século II d.C. a meados do século seguinte (*Idem*, 1995-1997: 371) e Silveirona (CUNHA, 2004: 211, n.º 68), com cronologias propostas bastante dilatadas, de finais do século I d.C. a meados do século V.

O púcaro 39 (anexo III: 18) tem o bordo recto, ligeiramente arqueado, voltado para o exterior, com bojo de carena baixa arredondada, decorado com uma canelura abaixo da raiz das asas, com um pequeno pé pouco destacado do bojo e de base quase plana, conservando ainda as marcas da linha utilizada para separar a peça do torno. Conserva apenas uma asa e o arranque da segunda, que terá sido partida antes da deposição na sepultura, uma vez que a fractura é antiga e a mesma não foi recolhida no interior da vala.

A superfície externa desta peça tem algumas marcas de fogo que se prolongam também pelo bordo, que podem corresponder a uma utilização da mesma como candeia, que pode ser uma das utilizações dadas a estas peças, para além das funções de serviço na mesa (PINTO, 2003: 81). Não será de excluir também a sua utilização ao fogo, para preparar ou aquecer alimentos.

O púcaro 64 da sepultura 14 desta necrópole tem uma forma muito semelhante a este, com um perfil e dimensões praticamente iguais. Estas peças têm paralelos nos materiais das necrópoles da região de Elvas nos púcaros de bordo recto revirado para o exterior com o bojo carenado, do tipo 2-a de Nolen, com paralelos mais próximos no número 161 da colecção de Vila Viçosa (do Padrãozinho?), com cronologias que vão desde os Flávios a meados do século III d.C. (NOLEN, 1985 e 1995-1995: 370). Jeannette Nolen relaciona as peças do tipo 2-a com os púcaros de bordo rectilíneo, mas de perfil mais ovóide, presentes em Santo André, particularmente com as peças C1.3 e D2.1 (3) daquela necrópole (NOLEN e DIAS, 1981, 88-90), estes por sua vez, com paralelos em materiais das necrópoles de Valdoca (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966), de Monte Farrobo (ALARCÃO, 1974a), mas também de *Conimbriga*, recolhidos em contextos distintos e com cronologias que abarcam o período entre o século I d.C. e os séculos IV e V d.C. (NOLEN e DIAS, 1981: 88).

O bordo dos dois púcaros do Casal do Rebolo faz lembrar também alguns aspectos dos púcaros de bordo arqueado revirado para o exterior, com o bojo carenado, tipo 1-c de Nolen, com cronologias entre o século II d.C. e o século III (NOLEN, 1984: 70, Est. XXI, n.º 147; Est. XXII, n.º 149 e 1995-1995: 370).

Os potinhos do tipo X-A-8 de São Cucufate (Beja) correspondem também a uma forma próxima destas duas peças, que se encontram presentes praticamente em todas as fases de ocupação do sítio, aproximadamente entre os séculos II e V d.C. (PINTO, 2003: 409). Apesar de algumas pequenas diferenças verificadas ao nível da forma do bordo e do bojo, a autora aproxima estes potinhos de alguns materiais do tipo 2-a de Nolen, especialmente com o número 160 (NOLEN, 1985: 189, Est. XXIII). Outros paralelos apontados para as peças de São Cucufate encontram-se na necrópole do Porto dos Cacos (SABROSA, 1996: 290) e na Ilha do Pessegueiro (TAVARES DA SILVA *et alli*, 1984: 38), ambos em contextos entre os séculos III a IV d.C.

A lucerna, cuja associação a este conjunto não é absolutamente certa, pelas razões atrás expostas, corresponde a uma peça de reduzidas dimensões, com o reservatório circular e o bico redondo com vestígios de fogo. O disco é convexo e decorado com duas folhas de palma largas afrontadas, com o orifício de alimentação no centro e um segundo buraco mais pequeno, junto da ligação do disco com o bico, possivelmente destinado a facilitar a entrada de ar no depósito. O disco é delimitado por uma moldura simples e a orla é pequena e desprovida de decoração. A asa é pequena e vertical, com perfuração central redonda, o fundo é plano com dois círculos concêntricos, sem qualquer evidência de marca, que se encontra presente em peças de outros conjuntos, com as quais foi estabelecido um paralelo formal.

A representação das folhas de palmeira está relacionada com a Vitória e a Fortuna encontrando-se presente em algumas lucernas mais antigas de volutas, mas particularmente entre as peças de disco sem volutas, como é o caso (MAIA e MAIA, 1997:119; PALANQUES, 1992: 82).

Tratando-se de uma peça produzida a partir de sobremoldagem, provavelmente numa oficina de âmbito local ou mesmo regional, algumas características da peça original que foi copiada ter-se-ão perdido, situação que como já se viu é comum a outras lucernas deste conjunto, e que dificulta a sua integração nos vários modelos tipológicos existentes. A decoração do disco reproduz um tema relativamente frequente, para o qual foram recolhidos vários paralelos, alguns em lucernas formalmente muito próximas da peça do Casal do Rebolo.

Em *Conimbriga* esta decoração está presente numa lucerna que formalmente é semelhante à desta sepultura (ALARCÃO *et alli*, 1976: 100, estampa XXV, n.º 45), para a qual os autores estabelecem como paralelo uma peça de Cartago (DENEAUVE, 1969, n.º 833) e outra da Mauritânia (PONSICH, 1961, estampa XIX, n.º 255).

No conjunto de Santa Bárbara (Castro Verde) foram recolhidos trinta e quatro peças decoradas com as duas palmas afrontadas, ainda que em algumas delas a decoração seja acrescida de uma coroa entre as palmas, em lucernas do tipo Dressel 20 e Loeschcke VIII, algumas também feitas em remoldagem (MAIA e MAIA, 1997:120). Dos materiais publicados naquele conjunto alentejano, a peça Lu 470, do tipo Dressel 20, é a que se encontra formalmente mais próximo desta lucerna do Casal do Rebolo (*Ibidem*).

Em *Pollentia* a representação das duas palmas afrontadas está presente em várias lucernas de disco com orla lisa, em peças do tipo Dressel 19 e 28 e Loeschcke VIIIIL (PALANQUES, 1992: n.ºs 551, 601, 680, 634, 890 e 1086).

No Norte de África este tipo decorativo está presente nos materiais da Mauritânia na forma III-B-1, em lucernas de orla lisa (PONSICH, 1961, Pl. XVII, n.º 200) e com a orla decorada com óvulos (*Idem*, Pl. XIX, n.º. 255). Num terceiro caso, a decoração das duas palmas é completada com a presença de duas pequenas coroas florais (*Idem*, Pl. XXI, n.º.268). Estas lucernas da Mauritânia têm, para além da forma e decoração do disco, dimensões muito próximas com a desta sepultura e de um modo geral apresentam também um segundo furo mais pequeno no *discus*, que segundo aquele autor é frequente nesta forma (*Idem*: 35).

Em Cartago foram também reconhecidas várias lucernas da forma VII-A de Deneauve com esta decoração, ainda que numa delas as palmas se encontrem invertidas em relação à sua disposição mais frequente (DENEAUVE, 1969, Est.

LXXIV, nºs 790, 791 e 792). Naquele conjunto registou-se ainda a sua presença em peças da variante VII-B (*Idem*, Est. LXXVII, número 833). Também do Norte de África, em concreto na necrópole de *Pupput*, foram recolhidos materiais de decoração análoga, que Michel Bonifay integra no grupo geral das lucernas de bico redondo, sendo uma delas do seu subtipo 1, variante B das lucernas do tipo Deneauve VII, equivalente ao tipo 4 de Bonifay. Uma segunda peça integra-se no subtipo 2 da referida forma VII, equivalente ao seu tipo 5 (BONIFAY, 2004: 319, fig. 179, n.º 16 e fig. 180, n.º 3). As cronologias propostas para o subtipo 1 são da segunda metade do século II d.C., ainda que a associação de lucernas da variante B na necrópole de *Pupput* a outras do subtipo 2 avance a sua cronologia para meados ou mesmo para o fim daquele século (*Idem*, 321). Segundo o mesmo autor, as lucernas do tipo 5 (Deneauve VIII/subtipo 2) são formalmente próximas das do tipo 4, sendo também frequentes nestas a decoração de duas palmas a envolver o orifício de alimentação. O fundo das peças do tipo 5 é delimitado por dois sulcos concêntricos, como se verifica na lucerna do Casal do Rebolo (*Idem*: 322-323, fig. 180, n.º 3), ainda que a peça africana tenha dimensões ligeiramente maiores. A cronologia proposta para estas lucernas abarca a segunda metade do século II d.C. e o primeiro terço da centúria seguinte (*Idem*: 322).

À semelhança do verificado para outros conjuntos desta necrópole, e não obstante a larga diacronia registada para as peças de cerâmica comum, a presença de um prato de *terra sigillata* clara A da forma Hayes 31 neste conjunto enquadra os restantes materiais no século III d.C., particularmente na sua primeira metade, o que condiz com as balizas cronológicas propostas para esta lucerna. Os pratos Hayes 31 antecedem as produções em *terra sigillata* Clara C da forma Hayes 50 (presente nas sepulturas 5 e 8), que são bastante frequentes em contextos de meados do século III d.C. Esta relação diacrónica entre as duas formas de *terra sigillata* reflecte também um desfaseamento cronológico entre as duas sepulturas dentro do século III d.C., com os enterramentos 5 e 8 mais tardios que este.

A cronologia proposta para este enterramento é, assim, do século III d.C., possivelmente ainda na sua primeira metade, já que a presença do prato Hayes 31 determina, em princípio, uma datação *post quem* do início do século III d.C. para o conjunto.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
37	Prato (comer)	TScI A H-31	20 - 250+
38	Púcaro (beber)	3 de Nolen	50 - 300+
39	Púcaro (beber)	2 A de Nolen	Flávios - 250
40	Lucerna	D-L 28; Pons. III-B-1; Den. VII-A e B; Bom. 4 e 5.	s II-III
41	Moeda	llegível	

Tabela 8: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 9

#### 6.2.10. Sepultura 10

O espólio recolhido em associação a este enterramento corresponde apenas a uma moeda. O estado de conservação em que este contexto se encontrava quando foi definido não permite determinar se o conjunto votivo era apenas composto pela numisma, ou se outras peças foram removidas no âmbito da afectação que o sítio sofreu previamente à intervenção arqueológica, conforme a descrição apresentada no capítulo 6 deste trabalho.

As superfícies da moeda encontram-se muito desgastadas, sem possibilidade de leitura.

#### 6.2.11. Sepultura 11

O conjunto votivo desta sepultura é composto por sete peças, a que correspondem duas tigelas, sendo uma delas carenada e outra com bordo em aba horizontal, dois púcaros, um copo, uma lucerna e uma moeda. Todas as peças em cerâmica são produções de cerâmica comum. Para além das peças acima descritas, foi recolhido um fragmento de bordo em vidro. Apesar desta sepultura não se encontrar completamente intacta, não foram recolhidos outros fragmentos de vidro durante a sua escavação ou nos depósitos próximos que indiquem que a mesma tivesse sido sujeita a acções de destruição.

O fragmento de vidro pertence a uma peça de bordo exvertido, com um diâmetro de 53 mm, conservando-se numa altura de apenas 110 mm. Esta forma pode ter pertencido a um copo de bordo exvertido, ainda que as suas reduzidas dimensões não permitam uma classificação mais correcta da sua forma.

A tigela número 43 (anexo III: 19) tem uma carena bem vincada, com a parte superior da parede vertical e o bordo ligeiramente biselado no interior, com uma base plana, ligeiramente reentrante, conservando as marcas da linha que separaram a peça da roda de oleiro.

Esta peça juntamente com as tigelas número 22 e 59 (das sepulturas 5 e 13 respectivamente) constituem o conjunto de produções locais ou regionais inspiradas nas formas Hayes 14/17, de *terra sigillata* Clara A (HAYES, 1972: 41). A tigela desta sepultura apresenta algumas características formais que a distinguem das outras duas, como sejam a sua parede superior vertical, o lábio sem espessamento interno e ainda as suas menores dimensões, que a aproximam particularmente da variante B da forma 14 de Hayes (equivalente ao tipo 7 de Bonifay) (HAYES, 1972: 41; BONIFAY, 2004: 158), com cronologias da segunda metade do século II d.C. (HAYES, 1972: 41) a inícios do século seguinte, talvez durante a sua primeira metade (BONIFAY, 2004: 159). Tratando-se de uma produção de cerâmica comum, a tigela desta sepultura está também próxima da forma Hayes 15 (tipo 8 de Bonifay), com cronologias de inícios a meados do século III d.C. (Hayes, 1972: 41) ou mesmo da segunda metade do século III e século IV d.C. (BONIFAY, 2004:159).

Conforme foi referido atrás, a propósito da tigela 22 da sepultura 5, as peças africanas das formas Hayes 14/17 de *terra sigillata* clara A encontram-se bem representadas em alguns centros de consumo lusitanos (QUARESMA, 2009; VIEGAS, 2003; MONTEIRO, 2003). Da mesma forma, são relativamente frequentes as peças de produções locais e regionais com este tipo de perfis, como se viu nos paralelos apontados para a referida tigela do enterramento 5. As particularidades formais da peça desta sepultura, no entanto, encontram-se especialmente próximas de alguns

materiais em particular, designadamente ao nível da forma do seu assentamento, forma da parede e do bordo.

Na olaria da Quinta do Rouxinol, na cerâmica comum do forno 1, em contextos do século III-IV d.C., foi produzida uma peça praticamente igual à do Casal do Rebolo (DUARTE, 1990: 106, fig. 20, n.º 47).

Na cerâmica comum de Mérida, a peça número 21 do catálogo é também bastante próxima da peça do Casal do Rebolo, apesar de esta ser de dimensões ligeiramente maiores e proporcionalmente menos alta que a de Mérida, que a autora relaciona também com a forma Hayes 14-B (SÁNCHEZ SÁNCHEZ: 1992: 29-30, fig. 6, n.º 21).

No caso particular da tigela desta sepultura, a sua associação a uma moeda cunhada em meados do século III d.C., situa o conjunto provavelmente na segunda metade daquele século. A peça do forno 1 da Quinta do Rouxinol atrás referida, é também proveniente de contextos do século III-IV d.C., reforçando este carácter mais tardio da forma (DUARTE, 1990: 106, fig. 20, n.º 47), mais consentânea com as cronologias propostas para a forma Hayes 15 (HAYES, 1972: 41; BONIFAY, 2004: 159).

A segunda tigela deste conjunto, número 44 (anexo III: 21) tem um corpo hemisférico, e um bordo a formar uma aba larga horizontal e pequeno pé anelar, numa produção de cerâmica comum, com uma pasta pouco depurada, com bastantes componentes não plásticos visíveis, sobretudo porque as suas superfícies se encontraram muito mal conservadas, sem vestígios do engobe que as terá coberto originalmente. À semelhança do verificado para outros materiais desta necrópole, também neste caso a sua forma parece claramente inspirada nas produções mais finas de *terra sigillata*, com paralelos em formas de distintas produções. Muitos dos paralelos apontados atrás para a tigela 11 da sepultura 3 desta necrópole são também válidos nesta situação. O seu perfil está próximo das formas Dragendorff 35 e 36, também presentes nas produções hispânicas, com cronologias que podem alcançar os meados do século V d.C. no caso da primeira (BUSCAMANTE ÁLVAREZ, 2010: 312) ou entrar pelo século III d.C., no caso da segunda (*Idem*: 313). Com um perfil semelhante, regista-se também a forma 6 de *sigillata* hispânica tardia, com cronologias que alcançam o século V d.C. (MAYET, 1984: 252, Est. CCXXXVIII). Nas produções norte africanas, tem paralelos próximos na forma 2 de Hayes em *terra sigillata* clara A, de época Flávia (HAYES, 1972: 19), e particularmente nas formas de *terra sigillata* clara C, nomeadamente nas 44 e 52 A. A primeira com cronologias entre 220/240 d.C. ao fim do século e a segunda entre 280/300 d.C. ao final do século IV (*Idem*, 59-62; 74-76).

As dimensões da peça de cerâmica comum deste conjunto estão próximas das medidas frequentes na forma 44 de Hayes (1972: 61), situação constatada na peça 32 da sepultura 8 desta necrópole, que corresponde precisamente a uma tigela Hayes 44 de *terra sigillata* Clara C, com dimensões próximas da peça deste conjunto, que é no entanto ligeiramente mais alta.

O conjunto de peças destinadas ao serviço e consumo de líquidos é representado por um copo e dois púcaros de formas distintas e também com diferentes estados de conservação. O púcaro número 45 (anexo III: 22) encontra-se muito fragmentado, não tendo sido recuperadas algumas partes do bojo, sendo possível, ainda assim, fazer a reconstituição completa do seu perfil. O seu bordo é

revirado para o exterior, o ombro é decorado por uma canelura acima da raiz das asas e o bojo é largo, com o fundo plano. Conserva uma asa de secção aproximadamente oval e apenas o arranque da segunda, que não foi recuperada durante a escavação.

A sua forma tem paralelos entre os púcaros de bordo contracurvado, do tipo 3 de Nolen (1995-97: 371. A forma do bordo exvertido, quase a formar uma pequena aba sobre o ombro, aproxima esta peça em particular do púcaro proveniente do Padrãozinho, com cronologias propostas do século II d.C. a meados do século seguinte (*Idem*, Est. XXVI, n.º 195; 1995-1997: 371). Este púcaro enquadra-se num conjunto de materiais muito semelhantes e todos produzidos com a pasta 3, correspondendo aos números 24, 29, 33 e 60 desta necrópole e também o número 46 desta sepultura. Trata-se de uma forma bem representada nos conjuntos romanos, como se pode verificar pelos paralelos apontados na descrição das peças atrás referidas, alguns claramente de cronologias posteriores a meados do século III d.C., como parece ser o caso das peças desta sepultura. Estes exemplos mais tardios encontram-se, por exemplo, no Porto dos Cacos (Alcochete), em contextos do século IV d.C. (RAPOSO, 1990: 141, fig. 27), em Valdoca (Aljustrel), em associação a materiais do segundo quartel do século III d.C. em diante (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: 65, 66, Est. XVII) ou em São Cucufate (Beja), onde esta forma se encontra documentada praticamente em todos os horizontes da ocupação romana (PINTO: 2003: 408).

O segundo púcaro deste conjunto (número 46, anexo III: 22) tem o bordo revirado para o exterior e boleado no dorso, com a carena arredondada decorada por uma canelura arredondada no colo, com apenas uma asa e a base plana ligeiramente reentrante. A presença de apenas uma asa não se deve a um qualquer acidente em que a mesma se possa ter perdido, como se verifica noutros púcaros desta necrópole (números 34 e 39), mas corresponde à sua forma original. O número de asas nos púcaros não parece ter um significado cronológico, já que estas peças podem ser providas de uma ou duas asas (ALARCÃO, 1975: 34; NOLEN, 1985: 67) ou mesmo serem desprovidos destes elementos de preensão (PINTO, 2003: 81). A sua forma, muito semelhante à maioria dos púcaros desta necrópole, reflecte uma utilização semelhante, que justifica a sua integração nesta categoria, apesar de esta singularidade permitir também a sua classificação como caneca.

Fora do contexto deste cemitério, a peça 46 tem paralelos em alguns materiais análogos de apenas uma asa, designadamente no púcaro 1 da sepultura 439 de Valdoca, que os autores datam com algumas reservas do século IV d.C. (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: 92, Est. XXXII) e no púcaro 1 da sepultura 470 da mesma necrópole, de perfil ligeiramente mais ovóide, sem cronologia sugerida (*Idem*: 96, Est. XXXIII).

Do conjunto de materiais conservados no Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa é proveniente uma peça de perfil aproximado e também de apenas uma asa, mas sem canelura no colo ou no bojo, que Jeannette Nolen relaciona também com as duas peças de Valdoca acima citadas (NOLEN, 1985: 75, Est. XXVII, n.º 211) e com o número 569 de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1974b: 97, est. XXVI). Segundo a autora, esta forma simples e de grande utilidade tem uma “vida longa” (*Idem*: 76).

Para além da diferença do número de asas, os dois púcaros desta sepultura enquadram-se na forma dos púcaros de bordo contracurvado, o tipo 3 de Nolen (NOLEN, 1985, 73-75, Est. XXVI-XXVII), com cronologias bastante dilatadas, entre o

século II d.C. a meados do século III ou mesmo inícios do IV d.C. (NOLEN, 1995-1997: 371 e CUNHA, 2004: 48).

O copo de cerâmica deste conjunto (número 47, anexo III: 21) tem as paredes verticais com o bordo revirado para o exterior e uma carena baixa e arredondada junto ao fundo, com o pé discóide de base ligeiramente reentrante. Os materiais de cerâmica comum com alguma proximidade formal com este copo apresentam sempre algumas diferenças, particularmente visíveis na forma do bordo, que se pode apresentar mais ou menos extrovertido, nas paredes mais verticais ou campanulares e na forma da base, não tendo sido recolhido nenhum paralelo exacto para a mesma.

Na necrópole de Casal de Pianos (Sintra) foi também recolhido um copo de cerâmica comum, cuja forma se aproxima da peça desta sepultura, recolhida sem outros materiais de datação mais precisa, sendo sugeridas datas da segunda metade do século I d.C. e da centúria seguinte para a sua produção, com base nas semelhanças tipológicas com outro tipo de materiais, designadamente com a forma Dragendorff 30 de *terra sigillata* hispânica (MONTEIRO, 2003: 32, Est. XXI).

Entre as produções de cerâmica comum, a peça com um perfil mais próximo do copo desta sepultura foi recolhida em Mérida. Trata-se de pequeno copo de corpo cilíndrico, com carena baixa pouco marcada, bordo exvertido e base plana (SANCHÉZ SANCHÉZ, 1992: 42, fig. 8, nº. 43). Ainda em Mérida foi recolhida uma outra peça de perfil muito semelhante a esta (*Idem*: 67, fig. 17, nº. 97) mas provida de uma asa. As duas peças referidas são de menores dimensões que o copo do Casal do Rebolo, que tem também o bordo mais vertical em relação aos recolhidos na capital da Lusitânia. Infelizmente, a falta de contextos arqueológicos seguros para as duas peças emeritenses impede o estabelecimento de enquadramentos cronológicos.

Da necrópole de Torre das Arcas é proveniente uma peça que, apesar de ser ligeiramente mais larga e o seu bordo ser vertical, apresenta um perfil carenado, semelhante ao copo desta sepultura. Ainda que se encontre associado a duas lucernas do século III d.C., Jeannette Nolen considera que se trata de uma forma simples e com uma longa duração, com paralelos, por exemplo, na forma XLIII de Mayet (1975), em paredes finas, do período Cláudio-Vespasiano (NOLEN, 1985: 136, est. XLVII, n.º 510). A autora relaciona ainda a peça alentejana com o número 1049 de *Conimbriga*, que Jorge de Alarcão integra no conjunto das peças de cronologia incerta (ALARCÃO, 1974b: 141, Est. LIX).

Na cerâmica comum do Alto do Cidreira (Cascais), o fragmento do copo 45 apresenta também algumas semelhanças com a peça deste conjunto. A autora aponta paralelos com alguns materiais de *Conimbriga*, no entanto, salienta o carácter prático e utilitário da forma, que está presente durante toda a fase de ocupação daquela cidade romana (NOLEN, 1988: 112, Est. VIII).

Para além destes paralelos de cerâmica comum, a sua forma parece ser claramente inspirada noutra tipo de materiais, nomeadamente nos copos de vidro, ou mesmo em algumas produções de paredes finas, designadamente em algumas peças das formas XII (MAYET, 1975, Pl. XXII) ou XIV (*Idem*, Est. XXIII). A sua forma faz lembrar também alguns copos de vidro, nomeadamente as peças de corpo campanulado, com os bordos verticais ou ligeiramente esvasados. Dentro deste conjunto genérico de características, podemos incluir várias formas, conhecidas e representados em vários sítios arqueológicos do território português, que de uma forma geral apresentam as paredes mais inclinadas para o exterior do que o copo de

cerâmica desta necrópole, bem como algumas diferenças ao nível da forma do bordo. Os copos de vidro com estas formas foram recolhidos nas necrópoles de Valdoca (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: 26, 30 e 53 Est. VII, VIII e XIV, n.º 4 da sepultura 100, n.º 2 da sepultura 113 e n.º 8 da sepultura 198), e Santo André (NOLEN e DIAS, 1981: 40, Est. LI, G 3.18), em Aramenha (NEVES, 1972: 24, Est.VIII n.º. 8) e Vila Viçosa (ALARCÃO, 1967: 9, Est. 3, n.ºs. 14 e 15).

A peça do Casal do Rebolo não se enquadra exactamente em nenhuma das formas atrás referidas, pelo que não é possível fazer uma atribuição cronológica muito precisa. Parece ser inspirado nos copos de paredes esvasadas, que são uma forma relativamente simples e frequente, com uma larga diacronia, entre meados do século I d.C. até pelo menos o fim do século III d.C.

A lucerna deste conjunto tem o depósito circular, com o bico redondo desenvolvido directamente a partir da orla, sem nenhum elemento delimitador e com vestígios de fogo. O disco é pequeno e côncavo, com o orifício de alimentação descentrado para a esquerda, o que poderá estar relacionado com a existência de decoração na peça original que foi copiada, da qual apenas restam agora as irregularidades visíveis na sua superfície. No lado direito do disco conservam-se vestígios de uma canelura, já muito ténue e apenas parcialmente conservada nesta peça, encontrando-se totalmente imperceptível na outra metade. A asa é pequena, compacta e sem perfuração, desenvolvida sobre o disco, formalmente próxima do tipo Ponsich 9, mas com o perfil mais irregular, arredondada e baixa. A presença de uma asa maciça e não perfurada pode indicar uma cronologia mais tardia, do fim do século III d.C. ou mesmo início do século seguinte (ALARCÃO e PONTE, 1976: 77), ainda que neste caso essa circunstância se possa ficar a dever mais ao pouco cuidado da sua modelação que a uma intenção específica da produção. Esta lucerna corresponde igualmente a uma produção de cerâmica comum, com um pasta muito semelhante à da lucerna 30 (sepultura 7), ambas de uma execução por remoldagem bastante pouco cuidada, responsável pelo quase total desaparecimento dos motivos decorativos. A classificação tipológica desta peça não se afigura fácil, podendo ser genericamente enquadrada nas produções de disco sem volutas com bico arredondado.

Este conjunto votivo é completado ainda por uma moeda com o busto do Imperador Filipe I, cunhada entre 244-249 ou 245-247 d.C. (MATTINGLY, H. *et alli*, 1949: 90). Considerando que a moeda fornece um *terminus post quem* dos meados do século III d.C., é evidente que a deposição na sepultura terá decorrido, no mínimo, na segunda metade daquele século.

A cronologia proposta para este enterramento é assim da segunda metade do século III d.C. a inícios do IV.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
43	Tigela (comer)	CC H-14 B/H15	150– s III+
44	Tigela (comer)	CC H 44	220/240 - fim s III
45	Púcaro (beber)	3 C de Nolen	150– 250+
46	Púcaro (beber)	3 C de Nolen	150– 250+

47	Copo (beber)	CC Isings 87/96	fim s I d.C. – s III+
48	Lucerna	De disco	s III+
49	Moeda		244- 249

Tabela 9: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 11

### 6.2.12. Sepultura 12

Esta sepultura não conservava nenhum vestígio de tampas de protecção ou sinalização e encontrava-se praticamente à superfície do terreno, razão pela qual não é possível afirmar com rigor se o seu conjunto votivo teria outros materiais para além das ferramentas de ferro (anexo III: 24).

Deste conjunto, apenas a pequena foice e o pico podem ser classificados, quanto à sua forma, com segurança. O estado de conservação dos restantes objectos é bastante mau, com muita oxidação do ferro, que alterou muito a sua forma original. Para as ferramentas 53, 54 e 55 não é possível, por exemplo, determinar com exactidão se a parte funcional corresponde à sua extremidade mais larga, ou se pelo contrário, esta se encontra na sua zona mais fina. O estado de conservação em que estas peças se encontram é de tal forma frágil que não foi possível removê-las do local onde se encontram em depósito para fazer o seu registo gráfico adequado. Uma vez que não foi possível pegar naqueles materiais, foram fotografados e tiradas algumas medidas (ver apêndice com descrição de materiais).

A definição da parte funcional das ferramentas pode ter algum significado, mas não altera significativamente a sua funcionalidade, que estará sempre relacionada com o trabalho da madeira. Apesar do mau estado de conservação e das já referidas dificuldades em determinar qual a área funcional destas ferramentas, é possível que as partes mais finas se destinem a fixá-las a um cabo de madeira. Outra hipótese, que deve ser também colocada, é a de a parte mais espessa de ferro corresponder à parte que recebe o impacto do martelo, com a zona funcional propriamente dita na outra extremidade, mais fina, destinada a executar um trabalho porventura de maior detalhe.

As ferramentas de percussão (tipo escopro, formão, ponteiro, etc.) são utensílios relativamente frequentes e com formas que pouco se alteraram ao longo do tempo. Estes instrumentos são utilizados nos trabalhos de marcenaria, mas com formas muito próximas das peças análogas utilizadas nas actividades relacionadas com o trabalho da pedra. Porém, os utensílios correspondentes utilizados naquela actividade são, regra geral, totalmente feitos de ferro e mais robustos, o que lhes confere uma resistência que permite o eficaz desbaste dos blocos pétreos (BESSAC *et alli*, 1999, fig. 11 e 19; ADAM, 1989: 34, fig. 45-46).

De *Conimbriga* conhecemos várias ferramentas destinadas ao trabalho da madeira, algumas delas com formas semelhantes às deste conjunto. As peças 53, 54 e 55 desta sepultura são semelhantes aos punções documentados naquela cidade. Correspondem a ferramentas de marcação, que servem para marcar pontos ou linhas sobre a madeira a ser trabalhada posteriormente. Podem ter um cabo de madeira (SALETE, 1974: 47-48, Est. I, nºs 4-5) ou serem peças únicas, compostas por cabeça, haste e ponta, tudo em metal (*Idem*, nºs 1-2), estes últimos particularmente semelhantes às peças já referidas desta necrópole. Os utensílios de *Conimbriga* têm paralelos em contextos do fim do século I d.C. ao século III (*Idem*, 47).

De *Conimbriga*, podem ainda referir-se duas ferramentas de ferro semelhantes às peças 53 e 54 desta sepultura (ALARCÃO *et alli*, 1979 Pl. II). Em São Cucufate (Beja) foram também recolhidas várias ferramentas de percussão para trabalhar a madeira e a pedra, de que destaco os ponteiros 18 e 19, destinados ao trabalho da madeira, idênticas a estas peças do Casal do Rebolo, particularmente o segundo (*Idem*: 240, Pl. XCVII).

A pequena foice de lâmina curvada, com o gume formando um semicírculo e a terminar em bico seria fixa, através de um espigão de ferro, a um cabo de madeira. A sua funcionalidade em actividades agrícolas não parece levantar grandes dúvidas. Seria utilizada na recolha de vários frutos, particularmente empregues na vindima, o que justifica a sua designação latina de *falcula vineatica*, com paralelos formais muito próximos nas duas pequenas foices de São Cucufate (ALARCÃO *et al*: 239, Pl. XCVI, nºs 9 e 10). À semelhança de muitas ferramentas utilizadas nas actividades agrícolas anteriormente à sua mecanização, também esta pequena foice manteve a sua forma quase inalterada durante muito tempo. A representação de peças praticamente iguais numa iluminura medieval, utilizadas precisamente na vindima, reforça a sua funcionalidade agrícola e particularmente nesta actividade (*Idem*: 236).

Para além das peças de São Cucufate, foi encontrado um fragmento de uma ferramenta de forma semelhante na sepultura 16 da necrópole do Porto dos Cacos, datada do século IV d.C. (SABROSA, 1996: 293, fig. 5, nº. 10).

Na necrópole do Casal do Rebolo foi recolhida uma segunda foice de maiores dimensões que a desta sepultura, que reflecte igualmente a realização de actividades agrícola. Esta peça foi encontrada em contextos sem associação a qualquer sepultura.

O pico número 52 é uma ferramenta com duas extremidades opostas e formalmente distintas. Uma delas com secção aproximadamente quadrada e extremidade pontiaguda (pico), a outra é mais larga, com secção rectangular e menos espessa (lâmina). A meio das duas partes da ferramenta tem um orifício circular para encaixe do cabo de madeira.

A forma desta ferramenta manteve-se praticamente inalterável até aos nossos dias, não obstante, foi recolhido apenas um paralelo na *villa* do Alto do Cidreira (Cascais), na sepultura [305], num contexto igualmente datado dos séculos III – IV d.C. (NETO e REBELO, 2007: 62).

Estas peças correspondem a exemplares de menores dimensões de forma igual à da vulgar picareta, com paralelos em contextos romanos nos materiais de São Cucufate (Beja), que naturalmente tem dimensões bem maiores que estas. A associação formal entre estas ferramentas permite deduzir também para as peças do Casal do Rebolo e do Alto do Cidreira uma utilização relacionada com o trabalho da terra (ALARCÃO, Pl. XCV, n.º 1).

A sua parte mais contundente, o pico, tem uma tipologia que faz lembrar algumas ferramentas utilizadas no desbaste e corte da pedra, mas que de um modo geral têm o bico mais rombo, mais espesso e também menos comprido, conferindo a robustez necessária às peças que permite a sua utilização sobre suportes materiais mais duros, como a pedra, (BESSAC *et all*, 1999: 22, fig. 14; ADAM, 1989: 34, fig. 45). O comprimento e pouca espessura do pico desta ferramenta não seria certamente muito eficaz, nem teria resistência suficiente para trabalhar a pedra de forma eficaz, não devendo ser essa a sua utilização.

A parte mais larga da ferramenta, semelhante a uma lâmina, para além da sua evidente aptidão para o trabalho da terra, pode também ser útil no trabalho da madeira, nomeadamente nos trabalhos iniciais, de desbaste e remoção da pele da madeira, ainda que para esse efeito existam ferramentas específicas de lâmina mais larga.

O pico foi depositado na sepultura ao lado da parte superior do corpo, ao passo que as restantes quatro ferramentas foram agrupadas ao lado dos pés. Dada a sua disposição é possível que se encontrassem originalmente dentro de uma bolsa de material perecível, designadamente tecido ou pele que não se conservou.

No conjunto há ainda duas peças de metal que não correspondem propriamente a ferramentas, a argola e o espigão em forma de “J”, que podem ter feito parte de um objecto ou ferramenta com outros materiais perecíveis, que não se conservaram, eventualmente como elemento de suspensão.

A ausência de outros materiais no conjunto votivo desta sepultura dificulta o seu enquadramento cronológico, porque as ferramentas de metal não permitem datações tão precisas como os outros materiais. Ainda assim, algumas peças com as quais se estabeleceram paralelos, apesar de terem uma diacronia bastante larga, abarcam o período cronológico que propomos para esta necrópole, durante os séculos III e IV d.C., devendo ser também essa a cronologia deste enterramento. Como se viu no capítulo 5.4 deste trabalho, a presença de ferramentas em sepulturas está associada a enterramentos dos séculos III e IV d.C.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
50	Argola de ferro	indeterminada	s III-IV
51	Gancho de ferro	indeterminada	s III-IV
52	Pico de ferro		s III-IV
53	Escopro		F s I – III/IV
54	Escopro		F s I – III/IV.
55	Escopro		F s I – III/IV
56	Foice de lâmina curva		s III-IV

Tabela 10: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 12

### 6.2.13. Sepultura 13

O conjunto votivo da sepultura 13 é constituído por cinco peças, correspondendo a um prato de *terra sigillata* clara C, uma tigela, um púcaro de duas asas, uma lucerna e uma moeda, que devido ao mau estado de conservação das suas superfícies se encontra ilegível.

O prato deste conjunto tem corpo hemisférico, bordo formando uma aba horizontal larga e ligeiramente inclinada para o interior, com a base plana. Corresponde a uma produção de *terra sigillata* clara C, que apesar de se encontrar completo, tem as superfícies em bastante mau estado de conservação, havendo apenas vestígios muito residuais do engobe, que tem uma cor muito semelhante à da pasta (número 58, anexo III: 23). Trata-se do prato da forma Hayes 45 B, produzido entre 230/240 d.C. e cerca de 320 d.C. (HAYES, 1972: 65).

A tigela carenada (número 59, anexo III: 25), tem a parte superior da parede ligeiramente exvertida, com o bordo espessado e biselado no interior, com um pequeno pé em anel com uma convexidade central no exterior. Esta tigela integra, juntamente com as peças número 22 e 43, das sepulturas 5 e 13 respectivamente, o conjunto de produções locais ou regionais inspiradas nas formas Hayes 14 ou 15, de *terra sigillata* Clara A (HAYES, 1972: 39). Apesar de ter sido produzida com uma pasta de cerâmica comum distinto do das outras duas peças, a sua forma e dimensões, apresentam grandes semelhanças em particular, com a peça da sepultura 5.

Na descrição da tigela 22 (sepultura 5) foi feita a discussão acerca das cronologias para estas formas, bem como dos contextos onde foram identificados paralelos em cerâmica comum em diferentes contextos da Lusitânia. Por essa razão, considero que não será necessário repetir aqui de forma exaustiva tudo o que foi dito acerca da cronologia e presença deste tipo de peças em contextos arqueológicos, já que as formas são as mesmas. Deve salientar-se a já referida ocorrência dos materiais de *terra sigillata* clara A que servem de inspiração a estas tigelas em vários sítios arqueológicos da Lusitânia e da região *olisiponense*, como é o caso da *villa* do Casal do Rebolo, bem como a sua imitação em produções de cerâmica comum (ver descrição das tigelas 22 e 43).

As cronologias propostas por Hayes para as produções da forma 14-A situam-se entre meados do século II d.C. (HAYES, 1972: 41) e o início do século III (BONIFAY, 2004: 159). A forma 15 será mais tardia, entre os inícios e meados do século III d.C. (HAYES, 1972: 41), ou mesmo já da segunda metade daquele século, alcançando o século IV (BONIFAY, 2004: 159). Tal como se viu atrás (sepulturas 5 e 11), as formas de cerâmica comum inspiradas nestes materiais mais finos encontram-se também nesta região em contextos dos séculos III e IV d.C.

O púcaro desta sepultura tem o bordo exvertido com o dorso boleado, uma carena arredondada decorada por uma canelura acima da raiz das duas asas e uma moldura discreta no colo, abaixo do bordo. O seu fundo é ligeiramente reentrante e um pouco destacado do bojo. O seu perfil de bordo contracurvado aproxima-se dos púcaros tipo 3-c de Nolen (NOLEN, 1985, 73-75, Est. XXVI-XXVII), com os paralelos mais próximos nos púcaros 24, 29, 45 e 46 desta necrópole, sendo praticamente igual ao número 33 da sepultura 8. Os paralelos e propostas cronológicas apresentados para aquelas peças são equivalentes para o púcaro desta sepultura. A sua integração no tipo 3-c de Nolen sugere cronologias entre meados do século II d.C. a meados do século III (*Idem*, 1995-1997: 371). No entanto, os púcaros que genericamente apresentam perfis de bordo contracurvado têm uma diacronia que pode ser mais tardia, prolongando-se pelo menos até ao século IV d.C. Um exemplo dessa maior longevidade encontra-se na sepultura 20 do Porto dos Cacos, um contexto já do século IV d.C. (RAPOSO, 1990: 141, fig. 27).

A lucerna deste conjunto tem o corpo circular, com o bico redondo que não parece ter indícios de uma demarcação da sua união ao reservatório. A orla é larga e ligeiramente convexa, quase plana, e está decorada, ainda que a pouca definição da peça não permita perceber exactamente os tipos decorativos utilizados. É apenas perceptível uma roseta, à esquerda da asa, alternando com outras representações imperceptíveis, porventura algumas delas correspondendo a cachos de uvas, dispostos quatro de cada lado do disco. Esta decoração da orla com rosetas e cachos

de uvas constitui um motivo decorativo típico de materiais do fim do século II e do século III d.C. (ALARCÃO e PONTE, 1976: 76).

A asa tem orifício central redondo e arranca do fundo da peça, que pelo facto de se encontrar muito mal conservado foi restaurado quase integralmente, o mesmo se verificando com parte do disco. Tem vestígios de fogo no bico e depósito.

O disco é convexo e está separado da orla por uma moldura, tendo como decoração um busto feminino com a cabeça virada para a esquerda com uma fita a segurar o cabelo, com os seios descobertos sobre um manto ou vestes, tendo do lado esquerda um jarro sobre um suporte de pés curvados, e à direita uma representação de um objecto cuja forma não é clara, correspondem eventualmente a um candelabro.

O paralelo mais próximo para esta lucerna provém da necrópole de Torre das Arcas, numa peça do tipo Deneauve VIII C. O seu disco não se encontra completo e a superfície está bastante estragada com a decoração pouco perceptível, sendo ainda assim possível reconhecer os seus motivos decorativos. O mesmo se constata na orla, que tem uma decoração igualmente próxima da peça desta sepultura (ALARCÃO e PONTE, 1976: 12, Est. 4, n.º 23).

Para além daquela lucerna, não foram encontrados outros paralelos exactos para este motivo decorativo nos trabalhos consultados, ainda que em dois exemplares de *Conimbriga* e outros dois de Mérida se tenham registado fragmentos de disco com decorações parcialmente análogas. Daqueles, o fragmento de disco mais completo é proveniente de *Conimbriga* e conserva a figura feminina com o jarro na mesma posição da decoração da peça do Casal do Rebolo e com a orla decorada com pelo menos quatro motivos, numa área que corresponderá sensivelmente a metade do disco, sendo que pelo menos um desses motivos decorativos é igual ao da peça do Casal do Rebolo. As suas reduzidas dimensões não permitem uma atribuição tipológica, ainda que a autora considere que poderá datar do século III d.C. ou mesmo anterior, pela sua qualidade técnica e pela semelhança com outros materiais (BELCHIOR, 1969: 63-64, estampa XX, N.º 2).

O segundo fragmento de lucerna proveniente daquela cidade conserva uma figura feminina, mas sem a representação do possível candelabro no lado direito, não sendo possível perceber se figurava o jarro na outra metade do disco, já que a mesma não se conservou. Outro aspecto em que difere da peça do Casal do Rebolo é no facto de esta de ter a orla lisa. A autora incluiu aquela peça no tipo Dressel-Lamboglia 11-B, apontando para cronologias do século I d.C. (*Idem*: 43, estampa X, n.º 2).

Os fragmentos de Mérida têm uma figura feminina na mesma posição, com a cara virada para a direita, muito semelhante às lucernas de *Conimbriga*. A peça que conserva a metade direita do disco (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002, lamina XXVIII, n.º 142) ostenta o que parece ser um candelabro em frente do rosto, ao passo que o segundo fragmento, do qual se conserva a metade esquerda com parte da orla, que é lisa, não tem representado o jarro sobre suporte com pés curvos, que figura na lucerna do Casal do Rebolo e no exemplar de *Conimbriga* com a orla decorada. O autor aponta como paralelos para estes materiais apenas as peças de *Conimbriga* já referidas e outras recolhidas na Suíça (*Idem*, 2002: 99, lamina 28, n.º 141 e 142, fig. V, n.º 73 e 74).

O facto de as peças de Mérida corresponderem a fragmentos de reduzidas dimensões e de serem produções de cerâmica comum, dificultam a sua classificação tipológica e atribuição cronológica. O autor refere a proposta cronológica de Belchior

para os materiais de *Conimbriga*, do século I d.C., apesar de as características dos materiais emeritenses apontarem mais para datas do século II d.C. (*Idem*, 99).

Apesar de a superfície da lucerna do Casal do Rebolo não se encontrar em muito mau estado de conservação, os vestígios de engobe são residuais. Provavelmente trata-se de uma peça de remoldagem, o que poderá explicar o esbatimento de algumas características típicas das lucernas de bico cureiforme, que neste caso não se conservaram, para além do esbatimento também da decoração da orla. As características da sua forma e dimensões aproximam esta lucerna dos tipos Dressel 27-28, Ponsich III-C ou Deneauve VIII-A. Estas lucernas são frequentes a partir da segunda metade do século II d.C., encontrando-se bem documentadas produções locais e regionais, para além da sobremoldagem atestada em períodos mais tardios, com uma cronologia que perdura até meados ou mesmo ao longo de todo o século III d.C. (PEREIRA, 2008: 70).

O contexto desta lucerna ajuda a balizar o seu enquadramento cronológico, já que foi recolhida num conjunto com um prato de *terra sigillata* clara C da forma 45-B de Hayes, com cronologias do segundo quartel do século III d.C. em diante, portanto mais recentes que as cronologias propostas para as peças de *Conimbriga* e de Mérida com decoração semelhante.

A proposta de cronologia desta sepultura é estabelecida por aquele prato em *terra sigillata* clara C da forma Hayes 45 B, produzido a partir do segundo quarto do século III d.C., situando o contexto entre meados a segunda metade do século III d.C. aos inícios do século IV d.C.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
58	Prato (comer)	TScI C H 45B	230/24-320
59	Tigela (comer)	CC H 14A/H15	150-III+
60	Púcaro (beber)	3 C de Nolen	150.-300+
61	Lucerna	De disco	s II-III
62	Moeda	Illegível	

Tabela 11: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 13

#### 6.2.14. Sepultura 14

O conjunto votivo desta sepultura é constituído por um prato, um púcaro e um copo, todos produzidos em cerâmica comum. Foi ainda recolhida uma argola em ferro igual à da sepultura 12, não sendo claro se corresponde a uma oferta intencional, como parte de um instrumento composto também por materiais perecíveis, como a madeira, que não se conservaram.

O prato (número 63, anexo III: 25) tem o corpo hemisférico e o bordo em aba larga e horizontal decorada com roleta com um sulco a decorar o interior do fundo e com a base plana. Corresponde a uma produção de cerâmica comum que procura imitar as formas de cerâmica mais fina, nomeadamente de *terra sigillata*.

A sua forma parece inspirada na forma 4 das produções hispânicas, que corresponde a um dos tipos mais difundidos na Península Ibérica, produzido praticamente em todos os ateliês de *sigillata* hispânica, situação que não se verifica com todas as formas (BUSCAMANTE ÁLVAREZ, 2010: 229). Esta forma terá sido

produzida em *terra sigillata* entre meados do século I d.C. e meados da centúria seguinte (*Idem*: 230-231), ainda que a sua cronologia tenha sido fixada antes num âmbito cronológico que podia alcançar o século IV d.C., com base na estratigrafia de Pamplona (MEZQUÍRIZ, 1961: 75). No caso de Mérida esta forma encontra-se documentada em contextos dos Flávios a meados do século II d.C. (BUSCAMANTE ÁLVAREZ, 2010: 231).

Tratando-se de uma peça de imitação de uma forma bem conhecida, será verosímil aceitar uma cronologia ligeiramente mais tardia para este prato, que neste caso em concreto pode estender-se pela segunda metade do século II d.C., talvez mesmo ao início do século seguinte.

O púcaro desta sepultura tem o bordo recto, ligeiramente arqueado e revirado para o exterior, com o bojo de carena arredondada, decorada por uma canelura junto da raiz das asas. Possui duas asas de secção sub-rectangular e a sua base é discóide de fundo ligeiramente reentrante (número 64, anexo III: 25). Este púcaro é praticamente igual ao número 39 da sepultura 9 desta necrópole, com paralelos nos púcaros de bordo arqueado revirado para o exterior, com o bojo carenado provenientes das necrópoles do Alto Alentejo, para os quais são propostas cronologias entre o século II d.C. e o início do século IV (NOLEN, 1985: 70, Est. XXI, n.º 147; Est. XXII, n.º 149). A sua forma encontra também paralelo entre alguns púcaros de bordo recto revirado para o exterior e bojo carenado, do tipo 2-a de Nolen, com paralelos mais próximos no número 161 da colecção do Paço Ducal de Vila Viçosa (proveniente do Padrãozinho?), com cronologias propostas entre os Flávios e meados do século III d.C. (*Idem*, 1985; 1995-1995: 370). A sua forma tem ainda paralelos em púcaros de outros locais (ver supra, sepultura 9, púcaro 39), com um âmbito cronológico que se pode prolongar pelo menos até ao século IV d.C.

A presença do prato de *terra sigillata* clara C na sepultura 9 circunscreve o âmbito temporal do púcaro 39 ao século III d.C., provavelmente à sua primeira metade. O púcaro desta sepultura não está associado a nenhum material de datação mais fina. No entanto, o prato de cerâmica comum número 63, inspirado na forma 4 de *terra sigillata* hispânica, remete para uma cronologia que pode recuar ainda aos finais do século II d.C.

O copo deste conjunto é uma produção de cerâmica comum, com o bordo exvertido na sequência de um perfil ovóide, com o fundo de assentamento discóide de base plana, ligeiramente destacado do bojo, que é decorado com quatro grandes depressões, profundas e arredondadas. Tem uma fina canelura a sublinhar o bordo, localizada por cima das depressões que decoram o bojo (número 65, anexo III: 26). O seu perfil e decoração faz lembrar alguns materiais de paredes finas, mas também alguns copos de vidro, onde este tipo de decoração do bojo se encontra presente em várias formas.

O paralelo mais próximo em produções de cerâmica comum corresponde a um copo proveniente da colecção do Paço Ducal de Vila Viçosa (da Horta da Serra?), de perfil semelhante, mas ligeiramente mais alto que o desta sepultura, com o bojo decorado com a mesma técnica, que a autora classifica como sendo uma imitação dos copos de vidro da forma 32 de Isings, produzida desde meados do século I d.C. até ao fim do século III d.C., ainda que naquele caso em particular deva datar de meados do século II d.C. em diante, provavelmente já do século seguinte (NOLEN, 1985: 136, Est. XLVII, n.º 509).

Um copo de vidro precisamente da forma Isings 32, proveniente de um contexto funerário de Tróia (Setúbal) é praticamente igual ao deste conjunto, inclusivamente com dimensões muito próximas, com cronologias da segunda metade do século I d.C. e século II (RIBEIRO, 2002: 523). No Museu arqueológico de Ampúrias, um copo de vidro produzido na Síria ou no Norte de Itália, tem também uma forma e dimensões praticamente iguais ao desta sepultura, datado do século II d.C. (CARRERAS ROSSEL, *et alli*, 2006: 83, n.º 84).

Efectivamente, o perfil e decoração do bojo deste copo são muito parecidos com os copos de vidro da forma 32 de Isings, que apresentam alguma variedade de perfis e que se encontram presentes em vários conjuntos da Lusitânia. Na necrópole de Valdoça, os copos de vidro n.º 3 da sepultura 16 e n.º 1 da sepultura 124 pertencem a este tipo, que os autores situam entre o terceiro quartel do século I d.C. ao final do século III d.C. (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966: 15 e 40, Est. II e X). Outro exemplo de copo de vidro enquadrado no tipo 32 de Isings, que reflecte a diversidade de perfis da forma, é proveniente de Faro (ALARCÃO, 1968: 8, Est. III, n.º. 14).

A decoração com depressões no bojo é um motivo relativamente popular, com paralelos também em decorações de cerâmica de paredes finas do século I d.C., nomeadamente na forma 6 de Mayet (MAYET, 1975), ainda que a decoração com depressões grandes e fundas na cerâmica, como é o caso do copo desta sepultura, se encontre particularmente presente a partir dos fins do século II d.C. até à segunda metade do século IV, sendo que as depressões mais arredondadas só aparecem numa fase posterior ao século II d.C. (NOLEN, 1985: 135).

O prato de cerâmica comum inspirado na forma hispânica 4 corresponde ao elemento que dá indicações mais antigas para este conjunto, talvez ainda do século II d.C. O copo apresenta uma diacronia mais ampla, porque apesar de as peças de vidro apresentarem uma cronologia do século II d.C., a forma da decoração do bojo pode situar a peça já do fim do século II d.C. ou mesmo III (NOLEN, 1985: 136). O púcaro deste conjunto é praticamente igual ao da sepultura 9 desta necrópole, datada do século III d.C., eventualmente da sua primeira metade, através associação daquela peça a um prato Hayes 31, em *terra sigillata* clara A. A cronologia proposta para este enterramento será então do fim do século II d.C. a início do seguinte, considerando as fases de produção da forma hispânica 4 e do prato de *terra sigillata* clara A.

N.º cat.	Descrição (tipo/serviço)	Tipologia	Cronologia
63	Prato (comer)	CC TSH 4	s I-II+
64	Púcaro (beber)	2 A de Nolen	Flávios-250
65	Copo (beber)	CC Isings 32	50 – s III
66	Argola de ferro		Indeterminada

Tabela 12: quadro síntese do conjunto votivo da sepultura 14

### 6.2.15. Composição dos conjuntos de oferendas votivas

A reconstituição dos conjuntos de oferendas funerárias da necrópole do Casal do Rebolo deve ser encarada com algumas reservas, uma vez que algumas sepulturas não se encontravam intactas no momento da sua escavação. Dessa forma, é impossível perceber se aqueles conjuntos se encontravam completos, sendo

possível que alguns materiais não tenham sido recuperados. Não obstante a situação atrás descrita, todos os enterramentos tinham algum tipo de oferenda, ainda que a sua quantidade e qualidade seja bastante variável.

Neste conjunto de enterramentos encontram-se representadas as várias categorias de materiais que constituem geralmente as ofertas votivas presentes nas necrópoles suas contemporâneas. As peças de cerâmica correspondem maioritariamente a produções de âmbito regional de cerâmica comum e distribuem-se pelas seguintes formas: prato, tigela, púcaro, púcara, copo, panela e pote. Também de produções regionais são as dez lucernas, que se encontram ausentes na sepultura de incineração e nas inumações 6, 10 e 12, todas elas com espólio constituído apenas por ferramentas de ferro (enterramento 12), ou simplesmente por uma moeda (enterramentos 6 e 10). As produções de *terra sigillata* são todas provenientes do Norte de África, com presença de pratos e tigelas das produções de clara A e C.

O espólio de vidro está representado por duas peças em muito mau estado de conservação, nas sepulturas 2 e 4, e ainda por um bordo na sepultura 11, todos de vidro soprado e transparente. Os fragmentos de bojo da sepultura 2 não permitem uma classificação da forma, que pode ser de um copo ou unguentário. A base redonda e espessa da sepultura 4 pode corresponder também a uma daquelas peças, talvez mais próxima dos copos, situação semelhante à do bordo do enterramento 11.

Os materiais de metal correspondem às ferramentas das sepulturas 12 e 3, a argola de ferro da 14, ao anel da incineração e ainda às moedas dos enterramentos 1, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11 e 13. Foram ainda recolhidas outros pequenos elementos de metal mas que não incluímos nesta análise, uma vez que estão relacionados com vestuário (sepulturas 10 e 12) e eventualmente com outros adornos pessoais, com formas impossíveis de determinar devido ao seu mau estado de conservação, por exemplo junto do enterramento 11. Alguns materiais podem resultar de elementos relacionados com o ritual funerário, como os pregos de caixão da sepultura 7, ou mesmo com outros elementos de fecho das mortalhas.

As lucernas, para além da sua utilização no quotidiano, são um dos objectos profiláticos mais simbólico (GONZÁLEZ VILLAESCUSA: 83), que podem também ser usadas nos rituais e posteriormente depositadas na vala, situações que os vestígios de fogo muitas vezes presentes poderão testemunhar. A este propósito, registe-se a presença de lucernas que conservavam ainda os atizadores/controladores da mecha numa sepultura romana da *villa* do Alto do Cidreira (Cascais), contemporânea desta necrópole (NETO e REBELO, 2007). No Casal do Rebolo, não é possível determinar se os vestígios de utilização decorrem da sua utilização nos rituais funerários, ou se simplesmente correspondem a peças previamente utilizadas e ali reutilizadas como parte da oferenda funerária, sendo certo que pelo menos duas delas foram depositadas nas respectivas sepulturas já sem asa. As lucernas estão representadas em dez sepulturas desta necrópole, todas com apenas um exemplar, sendo um dos objectos com grande perduração temporal em contextos sepulcrais.

O conjunto é heterogéneo relativamente à qualidade, com peças com uma qualidade de produção e da definição da decoração bastante razoável (número 61), outras em que os motivos decorativos e a forma se encontram claramente mais esbatidos e quase imperceptíveis em muitos dos seus pormenores (números 12, 26, 67 e 68) e ainda peças em que as formas e motivos decorativos, do disco e orla, são completamente imperceptíveis e nalguns casos não é mesmo certo se existiria

(número 30, 48 e 19). A lucerna número 36 encontra-se totalmente desprovida de elementos decorativos.

Correspondem na sua totalidade a produções de cerâmica comum, provavelmente provenientes do comércio local ou regional e realizadas com recurso à técnica da sobremoldagem, ainda que com diferentes níveis de qualidade. Esta situação é visível, por exemplo, na má qualidade dos acabamentos e no aspecto irregular de algumas delas, em alguns casos resultantes de um ajuste inadequado das duas partes que as constituem. Esta circunstância torna mais difícil a exacta integração das lucernas nas tipologias existentes, que se baseiam muitas vezes em pequenos detalhes, que nestas peças muitas frequentemente não se conservaram.

Na análise destes conjuntos foi praticamente impossível distinguir, em muitos casos, o que são peças de uso quotidiano do defunto, que depois de o servirem em vida continuarão a ser-lhe úteis na sepultura, possuindo um valor simbólico intrínseco, daquelas que correspondem efectivamente a oferendas dos seus familiares. Independentemente da origem dos materiais que acompanham o defunto, a sua presença destina-se a dotá-lo dos mesmos objectos que lhe foram úteis em vida, que até certo ponto se procura replicar na sepultura. No caso da presença de ferramentas, essa associação entre o defunto e os objectos é naturalmente mais imediata.

Numa perspectiva mais pragmática e economicista, a utilização de materiais que já não se encontram nas melhores condições representaria certamente uma forma de imobilizar na sepultura as peças já com algum defeito, não se achando necessidade de, para o efeito, despender dinheiro na aquisição de novos objectos em melhores condições (TUFFREAU-LIBRE, 2000: 54). A imobilização destes materiais claramente utilizados previamente pode ainda decorrer da necessidade de os vivos se desfazerem dos objectos que o defunto utilizou em vida, numa perspectiva da sua purificação através da eliminação do seu contacto com os vivos (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 82). Nestas situações, é relevante analisar o contexto em que estas peças se integram. No caso de dois púcaros sem asa das sepulturas 8 e 9, os respectivos conjuntos votivos são completados por materiais de importação, nomeadamente peças de *terra sigillata* clara, reflexo de alguma capacidade aquisitiva de bens importados. Esta situação talvez possa reflectir o exemplo de deposição na sepultura de peças de valor simbólico para a pessoa sepultada, independentemente do seu estado de conservação. Situação eventualmente extensível à moeda da sepultura 5 e a outras peças de cerâmica comum com vestígios de fogo, eventualmente vestígios de uma utilização prolongada antes da sua imobilização na sepultura, situação verificada também noutras necrópoles (DIAS, 2006: 52).

A presença de materiais com evidentes sinais de uso nestas sepulturas é visível, para além das lucernas e dos dois púcaros referidos atrás, nas peças com sinais de fogo nas sepulturas 5, 8 e 11. A utilização destes materiais parece indicar também que não haveria um fabrico específico destinado aos conjuntos votivos, sendo empregue para esse efeito os mesmos materiais utilizados no quotidiano.

Estão representadas maioritariamente as peças destinadas ao serviço de líquidos, através de púcaros e copos de cerâmica e talvez também de vidro. Em grande quantidade, encontram-se também os recipientes destinados ao serviço da comida, os pratos e tigelas. A maior parte dos conjuntos que associa aquela duas categorias de materiais apresenta também lucerna e moeda, que reflecte a crença na necessidade de pagar o óbolo a Caronte. Os recipientes de cerâmica comum que não

se integram na categoria da loiça de serviço, encontram-se representados apenas pela panela da sepultura 8 e talvez pelo pequeno pote do conjunto da incineração, ainda que este, pelas suas reduzidas dimensões, possa também ter servido à mesa. Naturalmente, outras peças destinadas ao serviço podem ter cumprido outras funções, nomeadamente na preparação dos alimentos ao fogo, situação atestada pelas marcas de fogo que algumas delas ainda conservam.

Em 8 sepulturas verifica-se uma grande homogeneidade na composição dos conjuntos, com presença de peças do serviço de comer e beber, distribuídos pelos conjuntos tipo 1 e 2. O último grupo distingue-se do primeiro pela ausência de lucerna e de moeda entre o espólio. A presença de materiais destinados ao serviço de líquidos e de comida é frequente nas sepulturas romanas e neste caso essa associação encontra-se presente nos contextos que abarcam toda a diacronia da necrópole. Como se viu, não é certo que a ausência de espólio entre junto das sepulturas 6, 10 e 12 se deva a factores ocorridos posteriormente à sua realização, ou manifesta uma intenção nesse sentido, nomeadamente na última, com um conjunto constituído apenas por ferramentas.

No total da necrópole existem 19 peças integradas no serviço de líquidos (púcaros, púcaras e copos) e 15 destinadas ao serviço de alimentos, considerando apenas os materiais de cerâmica. Com excepção da sepultura 13, em todos os conjuntos de oferendas o número de peças de serviço de líquidos é igual ou superior às peças de serviço de comida. Na necrópole da Lage do Ouro predominam igualmente os recipientes destinados ao serviço de líquidos, sendo bastante frequentes as associações deste tipo de peças com pratos, taças ou tigela (FRADE e CAETANO, 1991: 51). No País Valenciano, a associação nos conjuntos de lucernas, recipientes de sólidos e de líquidos é igualmente frequente até ao século IV d.C. (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 85).

Dos conjuntos votivos constituídos por peças em cerâmica relacionadas com o serviço, apenas a sepultura 3 não tem recipiente para consumo de líquidos, enquanto a presença de peças para consumo de alimentos sólidos não está presente nas sepulturas 1, 6, 7, 10 e 12. Estas cinco situações verificam-se em sepulturas mal conservadas e nalguns casos parcialmente destruídas, com três situações distintas relativamente aos seus conjuntos votivos: na última, o espólio é constituído apenas por ferramentas em ferro, nas restantes o espólio recuperado é residual ou encontra-se parcialmente destruído, o que pode efectivamente alterar os dados em análise.

O número de enterramentos escavados nesta necrópole é manifestamente insuficiente para o estabelecimento de uma tipologia exaustiva dos tipos de conjuntos de oferendas votivas. Cada conjunto é único e, ainda que se repita a associação entre distintos tipos de materiais, a sua quantidade é sempre variável em cada um deles.

Os seis conjuntos tipo de associação de materiais presentes na necrópole do Casal do Rebolo são os seguintes:

Tipos de conjuntos de oferendas		
Tipo 1	comer/beber/lucerna	4; 5; 8; 9; 11; 13
Tipo 2	Comer/beber	2; 14
Tipo 3	Lucerna/comer/moeda/ferramenta	3
Tipo 4	Lucerna/beber	1; 7
Tipo 5	Moeda	6; 10
Tipo 6	Ferramentas	12

Tabela 13: diferentes tipos de associações de materiais nas sepulturas.

Os conjuntos integrados no tipo 1, de associação entre peças destinadas ao serviço de comer e beber com lucerna são os mais frequentes, ainda que a quantidade de cada um destes materiais seja variável de acordo com cada contexto. De toda as sepulturas com esta associação de materiais, apenas o enterramento 8 não tem moeda entre o espólio.

Os conjuntos com presença de materiais destinados ao serviço de comer/beber, sem presença de lucerna ou de moeda, encontram-se na sepultura de incineração, número 2, e no enterramento 14, ambas da fase mais antiga da necrópole. A ausência de moeda no primeiro caso pode reflectir a pouca expressividade que as mesmas assumem nos contextos de incineração, apesar de se encontrar documentada a sua presença em conjuntos de distintas cronologias associadas àquele rito (ABREU, 2002: 84). Na região do Casal do Rebolo, constata-se que estes materiais se encontram ausentes nos conjuntos mais antigos de incineração, do século I d.C. ou mesmo anteriores, do Casal do Silvério (GONÇALVES, 2011) e Granja dos Serrões (Sintra), ou mesmo na já referida sepultura de incineração das Almoinhas (Loures) (COELHO, *et alli*, 2006), que se encontrava bem conservada e tinha entre o espólio peças de prata e ouro, pelo que a ausência de moeda neste caso em particular estará relacionada com uma questão ritual e não de cariz económico, que pode justificar a sua ausência noutros contextos. Note-se ainda esta ausência nas incinerações de Casal de Pianos (Sintra) (MONTEIRO, 2003) realizadas entre I d.C. e III d.C., e a sua presença numa incineração das Almoinhas datada do primeiro quartel do século III d.C. em diante (OLIVEIRA, 1998: 35).

A realização de uma incineração implica alguns custos acrescidos relativamente à opção de inumação (FRADE e CAETANO, 1991: 54), pelo que a explicação da ausência de moeda naqueles conjuntos por razões estritamente económicas deve ser vista com algum cuidado. A sepultura 8 desta necrópole, que conservava ainda as lajes de cobertura, não tinha associado ao seu espólio nenhuma moeda, apesar de o conjunto ser constituído por seis peças, incluindo um prato e uma tigela de *terra sigillata* clara C, pelo que a ausência de moeda naquele conjunto deverá estar mais relacionada com questões de âmbito cultural que propriamente económicas, designadamente com o facto de a assimilação do ritual funerário não incluir todos os aspectos do ritual romano (ABREU, 2002: 84).

A ausência de lucerna nos conjuntos votivos das duas sepulturas mais antigas do Casal do Rebolo pode, antes de mais, estar relacionada com o estado de conservação do sítio. Como se viu atrás, trata-se de uma peça bem representada no mundo funerário romano e de larga perduração naquele âmbito, apesar de nas incinerações de Casal de Pianos estes materiais se encontram ausentes até ao século

II d.C. (MONTEIRO, 2003: 42), situação inversa ao constatado na incineração da Granja dos Serrões, que apesar de ser mais antiga, tinha uma lucerna entre o espólio.

A sepultura 3 apresenta uma associação de materiais singular nesta necrópole, com loiça de serviço, que corresponde a um prato covo, uma lucerna, uma ferramenta de ferro e uma moeda. É o único conjunto com loiça de serviço sem qualquer peça destinada ao serviço de líquidos. A presença de lajes de cobertura na vala de inumação reforça a integridade do espólio e intencionalidade da sua composição. Igualmente único é o conjunto do enterramento 12, constituído exclusivamente por ferramentas de ferro.

As sepulturas 1 e 7 têm conjuntos compostos por uma peça destinada ao serviço de líquidos e uma lucerna. No caso dos enterramentos 6 e 10 foi recolhido apenas uma moeda em cada um deles.

Apesar de o sítio ter sido profundamente afectado e as análises quantitativas acerca do espólio que constitui os conjuntos votivos estarem assim condicionadas, verifica-se uma diferença significativa da quantidade de peças de cada um deles.

Os conjuntos mais numerosos têm sete peças e encontram-se em apenas três (sepulturas 2, 4 e 11). No extremo oposto, dois enterramentos têm apenas como oferenda uma moeda. São dois os conjuntos com seis peças (sepulturas 5 e 8), dois apresentam cinco peças (sepulturas 9 e 13), a sepultura 3 tem o único conjunto de quatro peças, os enterramentos 1 e 14 têm três e com duas peças encontra-se apenas a sepultura 7.

Pela descrição que foi feita atrás, torna-se perceptível a dificuldade em estabelecer de forma clara uma relação cronológica entre a maior ou menor presença de materiais nos conjuntos votivos. Relativamente à sua composição, verificamos a presença de loiça de serviço, com associação de formas para comer e para beber, nas sepulturas mais antigas desta necrópole, relação que se mantém nos enterramentos mais tardios.

A quantidade de materiais depositados numa sepultura obedece a factores de vária ordem. As possibilidades económicas do defunto e dos familiares que realizam o funeral serão certamente um factor importante que condiciona a quantidade e a qualidade do espólio. Ainda assim, a progressiva diminuição do espólio nas fases mais tardias é, de um modo geral, um dado adquirido no mundo funerário romano (FRADE e CAETANO 1993: 867; CAETANO, 2002:331; ABREU, 2002: 82).

No caso em estudo, verificamos que a sepultura 14, cujos materiais remetem para contextos mais antigos, tem apenas três peças, bastante menos que alguns conjuntos que datam pelo menos de meados do século III d.C., talvez mesmo da segunda metade. A diacronia desta necrópole atravessa precisamente todo o século III d.C., talvez um período de tempo demasiado pequeno para reflectir esta evolução na composição dos conjuntos, para além do facto, já referido, de estarmos perante um pequeno número de enterramentos.

Para além da análise quantitativa, impõe-se também uma pequena observação de carácter qualitativo acerca dos materiais que compõem os conjuntos votivos. Verificam-se poucas variações ao nível das formas, muito repetitivas, mas também dos fabricos, denunciando uma aquisição de materiais preferencialmente no mercado local e regional. Os vidros encontram-se residualmente representados, apenas por três peças. Num conjunto com 34 peças de cerâmica destinadas ao serviço, apenas 7 correspondem a produções mais finas de importação, de *terra sigillata*, todas

provenientes do Norte de África, distribuídas pelos fabricos A e C, com formas que se encontram bem documentadas nos mercados da Lusitânia.

#### **6.2.16. Localização do espólio no interior das sepulturas**

O estado em que o sítio arqueológico se encontrava no início dos trabalhos impede a análise da distribuição vertical de outros vestígios que eventualmente pudessem ter existido, nomeadamente os resultantes da deposição de materiais a uma cota mais elevada em relação aos enterramentos, nas terras de enchimento das valas ou mesmo sobre as suas coberturas. Estes materiais resultam normalmente da frequência do espaço funerário, podendo materializar-se em peças de cerâmica ou em restos de alimentos resultantes da realização do banquete funerário.

A distribuição dos materiais dentro das valas de inumação do Casal do Rebolo obedece a três estratégias distintas, relativamente à sua relação com o defunto. Grande parte das peças encontra-se depositada directamente sobre o corpo ou apenas parcialmente apoiada nele e nas paredes da vala, localizando-se estes casos geralmente na metade inferior das sepulturas, nas pernas e pés.

Uma segunda solução verifica-se na deposição do espólio sem ter contacto com o defunto, com os materiais colocados ao seu lado, junto das paredes da vala, ou das pedras da caixa no caso da sepultura 4. Nestes casos, não se verifica uma preferência para a localização específica das peças relativamente à zona do corpo em que os materiais se encontram. Nas sepulturas 4 e 14 isto ocorre junto à cabeça, na 11 junto às pernas e na 9 aos pés.

A sepultura 7, que tem os únicos vestígios consistentes da utilização de caixão, pode representar uma terceira estratégia da disposição dos materiais na sua relação com o enterramento. O púcaro foi colocado lateralmente, entre o corpo e a vala, encontrando-se com o bordo virado para cima e assente no fundo da vala, ao passo que a lucerna se encontrava virada ao contrário. Esta posição da peça pode naturalmente dever-se a vários factores, entre eles a possibilidade de a mesma ter sido colocada sobre o caixão. O colapso provocado pela decomposição do material orgânico daquela estrutura poderá ter feito com que a lucerna se virasse ao contrário, assentando o disco directamente sobre o fundo da sepultura. Esta possibilidade de deposição dos materiais numa posição mais elevada relativamente ao corpo, ainda dentro da vala, encontra-se documentada na necrópole da Lage do Ouro (Crato), onde um cântaro se encontrava acima da cota dos pregos, mas ainda dentro da vala de inumação, provavelmente colocado sobre o caixão (FRADE e CAETANO, 1993: 867). Uma situação semelhante verifica-se na necrópole de Serrones, mas com presença de alguns materiais já no exterior, sobre as lajes das sepulturas, situação que possivelmente também terá ocorrido em algumas sepulturas da Lage do Ouro (*Idem*). No Casal do Rebolo não foi possível analisar eventuais vestígios de uma disposição vertical do espólio no exterior das sepulturas, já que as terras que as cobriam praticamente não se conservaram.

Na distribuição espacial dos materiais dentro das sepulturas, registam-se três situações relativamente à sua localização: na zona da cabeça, ainda que nestas situações possam existir mais materiais dispostos ao longo do corpo; deposição na zona do tronco e braços, e a distribuição mais frequente, na parte posterior do corpo, junto das pernas e pés.

Apenas as sepulturas 4 e 14 têm espólio junto da cabeça, sendo a última a única da necrópole com o espólio localizado exclusivamente naquela zona. O espólio colocado na área central corresponde à ferramenta de ferro da sepultura 3, ao púcaro da 7 e talvez ainda o da 1, cuja localização no contexto da sepultura não é certa.

Nesta necrópole verifica-se uma predominância para a deposição do espólio na zona central da sepultura, particularmente sobre a sua metade inferior, frequentemente sobre as pernas do defunto. Algumas peças são colocadas sobre os pés, ou mesmo para além dos limites da área ocupada pelo corpo. Algumas destas sepulturas têm também materiais noutros locais, como o enterramento 4, com peças também junto à cabeça. Dentro dos conjuntos de materiais dispostos na parte inferior dos enterramentos, verifica-se ainda alguma variedade. Nas sepulturas 3, 5, 8, 12 e 13, as peças encontram-se depositadas entre as pernas e os pés. No enterramento 11, os materiais estão apenas ao lado das pernas e no caso da sepultura 9, encontram-se exclusivamente aos pés, incluindo a moeda. A lucerna associada a esta sepultura foi recolhida em terras revolvidas, não sendo possível determinar a sua localização precisa em relação ao corpo.

As moedas encontram-se na zona da cabeça nas sepulturas 3, 4 e 10, no peito nos enterramentos 1, 5, 11 e 13 e aos pés, apenas no caso do 9. A moeda da sepultura 6 foi recolhida em terras soltas sobre o enterramento, não sendo certa a sua localização específica no contexto da sepultura.

A disposição do espólio dentro da vala da única sepultura de incineração registada nesta necrópole merece também atenção. Apesar de este contexto ter sido parcialmente destruído, foi ainda possível perceber que o espólio se concentrava numa pequena vala circular, com algumas peças empilhadas sobre outras. Não se conservando a totalidade do contexto, não é possível determinar se as peças recolhidas correspondem à totalidade do conjunto, uma vez que noutras necrópoles com sepulturas de incineração é relativamente frequente verificar-se uma distribuição espacial distinta das peças no interior das valas, juntamente com os restos da cremação.

Tratando-se maioritariamente de sepulturas de inumação, a presença do corpo condiciona de forma evidente a distribuição dos materiais dentro da vala, que nestes casos não seguem uma disposição específica, com alguma diversidade relativamente aos locais em que o espólio é colocado. Ainda assim, verifica-se uma tendência nestes enterramentos para a sua concentração na metade inferior das sepulturas, com algumas peças nas extremidades, junto aos pés ou à cabeça.

A forma de disposição do espólio no interior das valas de inumação verificada no Casal do rebolo integra-se perfeitamente no ritual funerário da região *Olisiponense* e da Lusitânia Ocidental (CAETANO, 2002: 330). Nas necrópoles romanas do País Valenciano a disposição do espólio parece obedecer a algumas regras, segundo vários eixos, tendo como principal o sentido longitudinal, entre a cabeça e os pés, com espólio depositado ao longo do mesmo, atrás da cabeça, no peito, entre as pernas e sobre os pés ou à sua frente. No sentido transversal o espólio pode ser repartido pelo eixo da cabeça, com as peças dispostas em redor da mesma, normalmente púcaros, copos e jarras. Os outros dois eixos transversais localizam-se junto das mãos e dos pés, onde também é frequente a disposição de peças (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 69). No entanto, não parece verificar-se haver uma forma privilegiada de distribuição dos materiais nas sepulturas (*Idem*: 70).

A distribuição do espólio funerário das sepulturas do Casal do Rebolo é a seguinte:

#### Sepultura 1

O conjunto artefactual desta sepultura é composto por um púcaro localizado junto do braço direito, uma lucerna junto das pernas e uma moeda no peito, junto da omoplata direita.

#### Sepultura 2

No que foi possível reconstituir da organização da deposição do espólio no local, verificamos que no fundo da pequena fossa circular foram primeiro colocados um pequeno pote com restos ocasionais de vestígios osteológicos humanos e de cinzas, a púcara, a tigela e uma peça indeterminada de vidro, unguentário ou copo. Sobre estas peças foi colocado o prato. O púcaro de duas asas e o anel teriam sido as últimas peças a ser colocadas dentro da sepultura, mas pelo facto de terem sido recolhidos fora do seu contexto primário, nas terras remexidas à superfície, não é possível atribuir com clareza o local da sua deposição original.

#### Sepultura 3

O espólio deste enterramento corresponde a uma tigela colocada sobre a perna direita, junto dos joelhos e apoiada na parede da sepultura, com o bordo virado para cima. A lucerna encontrava-se ente as pernas, abaixo dos joelhos, quase junto aos pés. A ferramenta de ferro encontrava-se apoiada sobre a anca esquerda, tendo sido possivelmente colocada na mão esquerda de onde se terá deslocado no decorrer dos processos de decomposição. A moeda foi recolhida sobre a cabeça.

#### Sepultura 4

Três das peças destinadas ao consumo de líquidos foram colocadas junto da cabeça. O púcaro de duas asas foi colocado no lado esquerdo, um dos copos no lado direito e a peça em vidro atrás. O outro copo encontrava-se sensivelmente a meio do corpo, junto da mão esquerda, apoiada sobre a anca. O prato covo foi colocado sobre a perna esquerda, em cima do fémur, muito próximo de um dos copos. A lucerna encontrava-se entre a perna direita e as lajes da caixa da sepultura, junto do fémur direito. A moeda foi recolhida sob a cabeça, possivelmente por ter sido colocada dentro da boca do defunto. Os três recipientes colocados em redor da cabeça foram provavelmente originalmente dispostos de pé, conservando-se apenas nessa posição o recipiente de vidro, uma vez que o copo de cerâmica e o púcaro de duas asas se encontravam caídos para o interior da sepultura. Durante a escavação foram identificados pequenos fragmentos alguns de ferro junto do pulso direito, talvez restos de uma peça de adorno pessoal, cuja forma não foi possível determinar, em virtude do seu estado de conservação.

#### Sepultura 5

O prato foi depositado próximo dos pés, sobre as pernas. A posição do esqueleto, apoiado lateralmente na parede da vala, provavelmente é responsável pela presença do restante conjunto num nível mais baixo, assente directamente sobre a rocha do fundo da sepultura. As restantes peças de cerâmica encontram-se alinhadas,

na sequência do prato. Provavelmente todo o conjunto (composto ainda por uma tigela carenada, dois púcaros de duas asas e uma lucerna) encontrar-se-ia inicialmente sobre as pernas. A moeda foi recolhida junto ao peito, sobre a clavícula direita.

#### Sepultura 6

O único espólio que é possível associar a este enterramento é uma moeda, recolhida à superfície do local onde mais tarde viria a ser identificada a sepultura, sem possibilidade de determinar a sua localização específica relativamente ao esqueleto.

#### Sepultura 7

O espólio é constituído por um púcaro, localizado no lado exterior do braço direito e por uma lucerna, no mesmo lado da sepultura mas na zona da anca. A primeira peça encontrava-se muito fragmentada, mas encontrava-se ainda na sua posição original, com o bordo voltado para cima.

#### Sepultura 8

O conjunto desta sepultura, composto por um prato, uma tigela, dois púcaros, uma panela e uma lucerna, foi todo depositado ao fundo da vala, disposto sobre o corpo, entre a perna esquerda e a parede.

#### Sepultura 9

O espólio é constituído por um prato, dois púcaros de asas, uma moeda e possivelmente uma lucerna que foi recolhida nas terras sobre a sepultura. O conjunto encontrava-se junto do fundo da vala, aos pés do esqueleto, mas sem se sobrepor ao defunto. Os púcaros encontram-se ao lado do prato, estando um tombado para o interior da vala.

#### Sepultura 10

Esta sepultura encontra-se em muito mau estado de conservação e talvez isso ajude a explicar o pouco espólio a ela associada. Foi recolhida uma moeda junto ao crânio, para além das tachas de *caliga* junto do pé esquerdo, o único que se conservou neste enterramento.

#### Sepultura 11

O espólio desta sepultura é constituído por duas tigelas, 2 púcaros, um copo e uma lucerna, sendo o conjunto completado por uma moeda e por um fragmento de bordo de recipiente de vidro. A maior parte do conjunto artefactual foi depositado de forma alinhada entre a perna esquerda e a parede da sepultura, com excepção de um púcaro, colocado junto da perna direita. Apesar de algumas peças se encontrarem bastante fragmentadas é evidente que todas foram cuidadosamente dispostas em linha junto ao corpo, sempre com o bordo virado para cima. O fragmento de vidro encontrava-se junto dos restantes materiais, sem presença de outros fragmentos que se pudessem eventualmente relacionar com ele.

Nas terras de enchimento da sepultura foram recolhidos alguns fragmentos (7) de bojos de cerâmica comum, três pequenos fragmentos de ferro localizados junto da parte esquerda do crânio, talvez relacionados com a utilização de algum adorno,

elementos de vestuário ou mesmo alfinetes da mortalha. O mau estado de conservação em que se encontravam não permite aferir qual a sua forma. Registou-se ainda a presença de outros elementos de ferro (eventualmente pregos), dispostos aleatoriamente, que dificilmente se podem relacionar com a utilização de caixão.

#### Sepultura 12

O espólio desta sepultura difere de todas as demais, na medida em que é constituído apenas por um conjunto de cinco ferramentas em ferro, depositadas na parte inferior da sepultura, ao lado da perna esquerda, com o pico em ferro colocado junto da perna direita e mais próximo das mãos. Foram ainda recolhidas 28 tachas de ferro junto aos pés, que faziam parte do seu calçado, indicando que para além das ferramentas pessoais, o defunto foi também provavelmente sepultado com as suas roupas.

#### Sepultura 13

O espólio desta sepultura é composto por um prato, uma tigela, um púcaro de duas asas, uma lucerna e uma moeda. O prato encontra-se ao fundo da sepultura, sobre os pés, apoiando-se parcialmente no púcaro, localizado entre o pé esquerdo e a parede da vala. A tigela encontra-se também entre a parede e o joelho direito. A lucerna está virada ao contrário e parcialmente coberta pelo osso coxal esquerdo, e a moeda sobre o peito.

#### Sepultura 14

O espólio desta sepultura é composto por um prato, um púcaro de duas asas, um copo e uma argola em ferro. O conjunto foi depositado junto do ombro esquerdo, num nível ligeiramente acima do corpo. O prato foi colocado sobre os dois recipientes destinados ao consumo de líquidos e com o bordo virado para baixo, como se estivesse a servir de tampa ao púcaro e ao copo, talvez a proteger o seu conteúdo.

Nas terras de enchimento da sepultura foram recolhidos 12 fragmentos de bojos de cerâmica comum, de peças cuja tipologia não foi possível determinar, mas também um dente de mamífero de grande porte (porco?). Todos estes materiais se encontravam dispostos de forma aleatória no interior da sepultura, misturados com as terras de enchimento, sem qualquer conexão ou organização entre si reconhecida.

### 6.3. Outros materiais da necrópole e o seu enquadramento cronológico

Enquanto espaços de memória os cemitérios são frequentados com alguma regularidade pelas pessoas que se deslocam até lá para homenagear os antepassados ali sepultados. O resultado desta utilização e circulação do espaço sepulcral resulta frequentemente na presença de materiais fragmentados à superfície e não raras vezes de vestígios de fauna, resultantes da realização dos banquetes no âmbito dos rituais funerários. Muitas vezes é impossível determinar se os materiais recolhidos nos níveis superiores das necrópoles correspondem a vestígios desta frequentação do espaço ou simplesmente a restos de sepulturas destruídas.

No Casal do Rebolo foi impossível definir os níveis de frequentação do espaço, que não se conservaram devido ao mau estado de conservação em que o local se encontrava no início dos trabalhos arqueológicos. Ainda assim, foram recuperados

materiais nas terras revolvidas, que em alguns casos provavelmente correspondem àquele tipo de evidências. Noutras situações, particularmente entre as peças que se encontravam inteiras mas sem associação a contextos preservados, é mais difícil aferir a natureza ou o significado da sua deposição, designadamente uma lucerna e uma ânfora completas.

Não é possível determinar qual a razão para a presença daqueles materiais inteiros no local, mas provavelmente estará relacionada o seu cariz funerário. Nesse sentido, a sua análise pode ajudar a definir o âmbito cronológico da frequentação da necrópole, da qual não é certo que se tenham conservado todas as sepulturas.

Os materiais recuperados nos depósitos fora das sepulturas não são muito significativos, sendo constituído maioritariamente por cerâmica comum com um âmbito cronológico bastante dilatado. Nesse sentido, no âmbito deste trabalho, apesar de terem sido observados todos os materiais, foram apenas estudados aqueles para os quais é possível apontar balizas temporais mais específicas, nomeadamente a *terra sigillata* e as ânforas.

O conjunto recuperado na escavação dos depósitos de abandono do tanque revelou igualmente poucos materiais, todos de cerâmica comum e em mau estado de conservação. A sua análise, como se viu atrás, não permite aferir a cronologia do seu abandono ou estabelecer uma relação diacrónica com os contextos funerários. Os únicos materiais para os quais foi possível atribuir cronologia correspondem a residuais fragmentos de ânfora Dressel 14 recolhidos nos depósitos de superfície que se encontravam sobre o tanque e misturados com peças de cronologia muito recente.

A cerâmica fina de mesa está representada por *terra sigillata*, designadamente por produções hispânicas e africanas, as últimas também presentes através de cerâmica de cozinha africana. Praticamente todos os fragmentos integrados nestas categorias são de reduzidas dimensões, apresentam arestas roladas e os vernizes muito mal conservados, situação que dificulta a sua caracterização mais específica. A única peça das produções africanas deste conjunto que permite classificação tipológica corresponde a um fragmento de *terra sigillata* clara D da forma Hayes 63, decorado com dois sulcos na parede exterior (anexo III: 28). Segundo Hayes corresponde a uma forma pouco frequente, apontando as estampilhas que decoram estes pratos para datar o seu fabrico cerca do último quarto do século IV d.C. (HAYES, 1972: 109), cronologia que poderá ser alargada ao início do V d.C. (VIEGAS, 2003: 198).

Do conjunto das produções hispânicas destaca-se o fundo anelar de uma produção de Tricio, eventualmente de uma taça Dragendorff 27, com selo de difícil leitura, de caixilho rectangular de cantos arredondados<sup>10</sup>. O conjunto das produções hispânicas está representado ainda por dois fragmentos de fundo anelar (anexo III: 28) e por vários fragmentos de parede e bordo, de dimensões muito reduzidas, sendo impossível determinar as suas formas e respectivas cronologias específicas.

---

<sup>10</sup> O fragmento integrou um estudo de marcas de oleiro no âmbito de um trabalho académico ainda em curso de Rodrigo Banha da Silva, razão pela qual a peça é apenas referida mas não reproduzida.

No que respeita aos contentores de transporte e armazenamento, foram recolhidos alguns fragmentos de ânforas dos tipos Dressel 14 e Almagro 51 c, para além da ânfora Lusitana 3 que foi recolhida completa, forma da qual se recolheram também outros fragmentos de menores dimensões (anexo III: 32).

Na área a Nordeste do tanque e da área das sepulturas, numa zona onde o substrato geológico se encontrava praticamente definido desde o início dos trabalhos, foi recolhida uma lucerna completa, sem associação a outros tipos de materiais (número 67 do catálogo em apêndice, anexo III: 26). Apesar de se tratar de uma remoldagem esta lucerna enquadra-se no tipo Deneauve VII-VIII/Dressel-Lamboglia 28, com cronologias dos séculos II e III d.C., enquadrando-se no âmbito temporal definido para a utilização da necrópole. À semelhança do que se verificou para as outras lucernas desta necrópole, esta corresponde a uma produção de âmbito regional. Na mesma área foi também recolhida uma moeda, cujo estado de conservação não permite leitura e conseqüente atribuição cronológica.

Apesar das limitações que resultam da quantidade pouco expressiva de materiais recuperados nestes depósitos, a sua análise reflecte um âmbito cronológico coerente com a construção das sepulturas, que terá ocorrido durante a segunda metade do século II d.C., no século III e IV. As ânforas Dressel 14 (PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 126-129; FABIÃO, 2004a: 390) e Lusitana 3 (FABIÃO, 1998: 186) podem testemunhar a ocupação ainda anterior ao século III d.C. A fase final de ocupação do espaço estará documentada pelo já referido fragmento de prato da forma Hayes 63, que corresponde à *terra sigillata* para a qual foi possível determinar forma com cronologia mais recente de todo o conjunto ali recuperado, já do século IV d.C. Ainda neste âmbito, os vários fragmentos de ânfora Almagro 51c podem também alcançar estas cronologias mais tardias no contexto da necrópole (PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 132; FABIÃO, 2004a: 390).

O conjunto artefactual recolhido fora das sepulturas é pouco expressivo quantitativamente. A presença de materiais ligeiramente mais tardios junto da necrópole pode ficar a dever-se a várias situações, nomeadamente à sua integração em contextos funerários que não se conservaram, mas também ao facto de estarem relacionados com a frequentação do espaço numa fase ligeiramente posterior à construção das sepulturas. Os enterramentos 10 e 12, provavelmente os mais recentes registados nesta necrópole, enquadram-se aparentemente já no século IV d.C. Neste âmbito, importa referir que do conjunto artefactual recuperado, apenas o fragmento de prato em *terra sigillata* clara D atrás referido tem uma cronologia de início de produção já numa fase avançada do século IV d.C.

A diacronia das sepulturas e do conjunto de materiais recolhidos na área da necrópole enquadra-se no âmbito cronológico definido para a ocupação da *villa*, aferida através da análise dos materiais das sondagens 7 e 8.

#### 6.4. Materiais recolhidos em contextos habitacionais do Casal do Rebolo: a cronologia da ocupação da *villa*

A intervenção arqueológica na zona habitacional da *villa* (sondagens 1, 7 e 8) foi condicionada, do ponto de vista da metodologia e da estratégia de intervenção, por questões técnicas (ver Capítulo 3.1). Nesse sentido, foram escavados, na maior parte das situações, apenas os níveis superficiais que cobriam os níveis de abandono das estruturas romanas. Naturalmente, os materiais recolhidos nestes contextos reflectem

sobretudo a última fase de ocupação e abandono do sítio, encontrando-se na maior parte dos casos misturados com materiais de cronologia Moderna. A estratigrafia do sítio encontrava-se bastante alterada numa área considerável da sondagem 7 (ver capítulo 4.1), com os níveis revolvidos praticamente até ao alicerce das construções, onde os próprios derrubes se encontravam muito dispersos. Esta situação, que reflecte as limitações na interpretação da ocupação do sítio, reflecte também o grau de revolvimento dos níveis arqueológicos e a conseqüente mistura de materiais de distintas cronologias.

Ainda assim, foram seleccionados alguns materiais daquelas intervenções no sentido de aferir a diacronia da ocupação romana no local, uma vez que o estudo da necrópole constitui a parte principal deste trabalho. Nesse sentido foram apenas estudados os materiais de cronologia mais fina e específica, designadamente a *terra sigillata* e as ânforas, excluindo desta análise a cerâmica comum. Não se pretende fazer um estudo exaustivo e comparativo das distintas produções ou das formas representadas, mas apenas identificar os materiais que definem a diacronia da ocupação do sítio. São apresentados em conjunto os materiais da sondagem 7 e da 8, uma vez que se localizam em áreas próximas e se verificou que se enquadram no mesmo âmbito cronológico.

No anexo III, de desenhos e fotografias de materiais, são ainda apresentados dois fragmentos de coluna produzidos com a característica matéria-prima desta região, designadamente de Pero Pinheiro e Lameiras. Aqueles dois elementos arquitectónicos encontravam-se reutilizados nos muros modernos da propriedade, onde se registou também a presença de grandes blocos de *opus signinum*, para além das pedras de calcário com formas e dimensões iguais às que se encontram nas construções romanas. É ainda apresentada uma imagem de um fragmento de canalização de cerâmica recuperado na sondagem 8 e uma sítula de bronze com mascarão, encontrado nos níveis superficiais da sondagem 7. Aquela peça de bronze corresponderia provavelmente a um elemento de suspensão de balde, do qual farão parte ainda outras pequenas peças de metal recuperadas e não reproduzidas, designadamente elementos de asa. Os paralelos para esta sítula encontram-se num elemento de suspensão presente num balde de metal recuperado durante a escavação de um poço romano na Torre dos Namorados (Fundão) (MARQUES, 1969, Est. V), que o autor compara a uma peça análoga proveniente da Mina do Fojo das Pombas (Valongo) (*Idem*, Est. X), atribuindo uma cronologia entre os séculos I-II d.C., com algumas reservas (*Idem*: 74).

As ânforas mais antigas correspondem maioritariamente a produções lusitanas, designadamente Dressel 14 (PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 126-129; FABIÃO, 2004a: 390) e Lusitana 3 (FABIÃO, 1998: 186) com cronologias entre o século I e II d.C., até inícios do III d.C. Os fragmentos de produções béticos estão representados neste âmbito pela Dressel 20 (PEACOCK e WILLIAMS, 1986:136), com pelo menos um fragmento da fase de produção atribuída aos séculos I-II d.C. Os materiais mais tardios estão representados pelas Almagro 51C, da fase tardia de produção dos fornos lusitanos, do século III d.C. a meados do V (FABIÃO, 2004a: 390; PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 132). Desta fase regista-se ainda um fragmento cuja classificação levanta algumas dúvidas, que pode corresponder a uma ânfora Keay XVI.

As cerâmicas finas de importação desta área encontram-se em relativo bom estado de conservação, por oposição ao verificado com a *terra sigillata* recolhida na

necrópole. Registaram-se produções hispânicas, dos centros produtores de Trício e Andujar, e também Norte Africanas, designadamente *terra sigillata* clara A, C e D.

Do conjunto de fragmentos de *terra sigillata* hispânica foi possível identificar a presença da tigela Dragendorff 27, a forma 37a, para além do prato da forma 17. A primeira tem uma cronologia de início de produção no século I d.C., sendo mais difícil determinar o fim da sua produção, que pode alcançar o século III e talvez mesmo o IV d.C. (BUSCAMANTE ÁLVAREZ, 2010: 295 e 301). A tigela da forma 37a é decorada com três cordões ondulantes e uma métopa, sendo produzida desde meados do século I d.C. pelo menos até meados do III (*Idem*:430). A cronologia do prato da forma 17 hispânica, inspirada nas produções gaulesas, deve iniciar-se entre o fim do século I d.C. e o início do II, perdurando até inícios do século III d.C. (*Idem*: 261).

No conjunto das produções de *terra sigillata* clara A, recolheram-se alguns fragmentos do prato da forma Hayes 3 C, com cronologias de inícios e meados do século II d.C. (Hayes, 1972: 25). Daquela produção está também documentada a tigela da forma Hayes 14/17, com cronologias entre meados do século II d.C. a meados do século seguinte (HAYES, 1972: 41), ou talvez mesmo até ao seu fim, alcançando ainda o século IV d.C. (BONIFAY, 2004: 157). A forma Hayes 8 A está também representada por vários fragmentos, apresentando cronologias dos Flávios a meados do século II d.C., talvez um pouco mais tardia (HAYES, 1972: 35). Uma terceira forma desta produção identificada corresponde à tigela Hayes 9 B, da segunda metade do século II d.C. (*Idem*: 37). As formas 8 e 9 são frequentes e encontram-se geralmente nos mesmos conjuntos, correspondendo às formas mais frequentes de *terra sigillata* clara A do século II d.C. (*Idem*, 34).

Foram recolhidos outros fragmentos do fabrico de clara A, mas para os quais não foi possível determinar a forma. Alguns pequenos fragmentos de fundo e de bordo correspondem possivelmente ao prato Hayes 31, também do século III d.C. (*Idem*: 53).

As produções de *terra sigillata* clara C estão representadas pelos pratos das formas Hayes 45 A e 50 A, com inícios de produção no segundo terço do século III d.C. até ao primeiro quartel de século IV d.C. (*Idem*: 65 e 73). Alguns fragmentos de parede testemunham também a presença de *terra sigillata* clara D, no entanto, a sua reduzida dimensão não permite a caracterização das formas representadas. A exceção é um bordo de prato da forma Hayes 61 B, que corresponde a uma forma bem representada na bacia do mediterrâneo, com cronologias entre inícios e meados do século V d.C. (HAYES, 1972: 100-107). Este prato corresponde à peça, para a qual foi possível determinar a forma que apresenta cronologia mais tardia no Casal do Rebolo. Apesar das limitações já referidas relativamente a esta intervenção, é possível que a *villa* tenha sido abandonada no século V d.C., situação que apenas trabalhos mais desenvolvidos permitirão aferir.

Apesar de não ter sido feito um estudo exaustivo da *terra sigillata* da parte habitacional, a sua observação permitiu registar uma maior predominância dos materiais africanos relativamente às produções hispânicas tardias, que se encontram escassamente representadas. Esta relação entre as distintas produções está relacionada com a maior distribuição dos produtos hispânicos tardios nos vales do Douro e do Ebro, alcançando a zona do vale do Tejo de forma secundária (BELTRÁN, 1990, *apud*, VIEGAS, 2003: 196). Este facto estará relacionado com a forte presença dos produtos africanos nos mercados dos centros urbanos costeiros, mas também

com grande difusão nos sítios rurais de interior, particularmente a partir de meados do século II d.C. (VIEGAS, 2003: 196; 201).

Situação análoga foi registada na região de Sintra, concretamente na necrópole de incineração de Casal de Pianos, onde foi também reconhecida uma ausência de *terra sigillata* hispânica, que terá sido substituída pelos produtos norte africanos contemporâneos numa fase mais tardia (MONTEIRO, 2003: 43). No estudo dos materiais de Povos (Vila Franca de Xira), Luisa Ferrer Dias identificou o mesmo padrão de distribuição de *terra sigillata*, com presença de algumas formas antigas das produções africanas, designadamente de clara A, indiciando este contacto comercial preferencial da região com o Norte de África desde épocas antigas (DIAS, 1998: 20). Estas relações comerciais acentuam-se em épocas posteriores, com a presença quase residual de *terra sigillata* hispânica tardia, face às produções africanas contemporâneas (*Ibidem*).

Neste sentido, regista-se uma maior predominância das produções hispânicas na pedreira de Colaride (Sintra), mas que foi ocupada entre os séculos I-II d.C. (COELHO, 2008: 533).

Ainda que os dados devam ser vistos com alguma reserva, dadas as limitações dos contextos escavados, a cronologia definida pelos materiais de distintas categorias recolhidos até ao momento permite caracterizar a ocupação da *villa* entre a segunda metade do século I d.C./século II, prolongando-se pelo menos até ao século V d.C., em grande medida contemporânea da utilização da necrópole.

## 7 – Considerações finais

A necrópole do Casal do Rebolo tem documentada uma utilização desde a segunda metade do século II d.C. ou inícios do III até ao século IV, coincidindo com a fase de transição do ritual funerário nas províncias ocidentais do Império, com a incineração a ser progressivamente substituída pela prática da inumação (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 77), situação documentada neste cemitério. A única sepultura de incineração desta necrópole reflecte uma estratégia mais tardia no âmbito daquele rito, com a deposição das cinzas directamente na vala sem urna, situação que é coerente com a cronologia do seu espólio votivo.

No mundo funerário romano do *ager olisiponensis*, onde esta necrópole se localiza, está comprovada a utilização do rito da incineração durante o século I d.C. e II d.C. com deposição das cinzas e restos osteológicos humanos em urna, situação registada arqueologicamente na área mais ocidental deste território na Granja dos Serrões, Casal de Pianos (MONTEIRO, 2003) ou Casal do Silvério (GONÇALVES, 2011). Este rito encontra-se ainda documentado de forma mais indirecta através das *cupae* com cronologias precoces no âmbito da presença romana na região, identificadas em grande número neste território (CAMPOS, 2011), que estariam associadas precisamente à deposição de urnas. É igualmente nesta fase que se enquadra a maior parte da epigrafia funerária desta região (RIBEIRO, 1982-83: 160), documentada no Casal do Silvério e na Granja dos Serrões, mas ausente no Casal do Rebolo, que como se viu são sítios muito próximos.

A inumação mais antiga da necrópole do Casal do Rebolo terá sido realizada entre a segunda metade do século II d.C. e os inícios do III d.C., sendo provavelmente contemporânea da incineração ou estar temporalmente pouco distante, reflectindo precisamente a fase de transição de ritos, que podem ter coexistido no local em determinado momento, situação que se encontra documentada também noutras necrópole lusitanas (*vide* capítulo 5.2).

A análise das sepulturas não revelou evidências concretas da organização interna do espaço funerário, no sentido da existência de áreas específicas destinadas a sepultar homens, mulheres ou mesmo crianças. No entanto, registou-se uma evolução na ocupação do local, com os enterramentos mais antigos localizados na área mais elevada da colina e os últimos na zona mais baixa. Algumas sepulturas mais tardias não apresentam alterações significativas relativamente às primeiras ali realizadas no que diz respeito à sua construção e em alguns aspectos da composição dos conjuntos funerários, ainda que a presença de ferramentas e vestígios de roupa em alguns deles pareçam reforçar o seu carácter mais tardio dentro da cronologia da necrópole (FRADE e CAETANO, 1993: 868).

O único enterramento infantil tem uma vala com orientação distinta da maior parte das restantes e corresponde ao único contexto com evidências consistentes do uso de caixão. No *territorium* de *Olisipo* estão documentadas situações de enterramentos infantis com algumas semelhanças, designadamente no Alto do Cidreira (Cascais). Nesta região, foi ainda utilizada outra estratégia relacionada com os sepultamentos de crianças, utilizando para o efeito dois *imbrices*, com as sepulturas localizadas próximas da área habitacional, normalmente sobre derrubes ou estrutura abandonadas de fases mais antigas, estando estas situações associadas a contextos dos séculos III e IV d.C. (*vide* capítulo 5.2). Estas duas estratégias distintas

relativamente ao sepultamento de crianças reflectem provavelmente a aplicação diferenciada do ritual funerário de acordo com as idades das crianças.

O tanque e aqueduto de abastecimento identificados na área da necrópole podem estar relacionados com o carácter funerário do local, providenciando a água necessária aos rituais funerários, situação documentada noutros cemitérios romanos (ALMEIDA, 2009; VAQUERIZO, 2001). No caso desta necrópole não foi possível determinar, através de relações estratigráficas ou dos materiais arqueológicos, uma relação sincrónica ou diacrónica entre estas construções de cariz hidráulico e a utilização do local como cemitério. A organização das sepulturas em redor do tanque, sem que no entanto a estrutura tivesse sido reutilizada para realizar enterramentos, parece reforçar uma coexistência da utilização das duas realidades.

Se considerarmos que o tanque está efectivamente relacionado com a necrópole, assumindo que as sepulturas foram dispostas em seu redor, devemos ter em conta que a qualidade empregue na construção não parece consentânea com um cemitério rural de reduzidas dimensões. Esta observação reforça a perspectiva de que algumas sepulturas desta necrópole foram destruídas numa fase mais antiga. No sentido da existência de sepulturas destruídas, parecem apontar a recolha de uma lucerna inteira e de uma moeda sem associação a outros contextos, ou a recuperação de restos osteológicos humanos nas terras previamente revolvidas, para além dos fragmentos em mau estado de conservação de *terra sigillata* hispânica e africana. A presença de um fémur humano na vala de drenagem do tanque documenta também possivelmente uma acção de destruição de uma sepultura.

Por outro lado, devemos ter em conta que todos os enterramentos identificados se encontravam dentro de estruturas negativas ou em caixa de pedra. Mesmo nas situações em que as sepulturas foram mais afectadas, verificou-se que os esqueletos se conservaram quase intactos. A ausência de outras valas na rocha e a recolha pouco significativa de vestígios osteológicos humanos, de cinzas ou de materiais arqueológicos parecem indicar que este cemitério, apesar de poder ter originalmente mais algumas sepulturas, seria possivelmente de reduzidas dimensões.

Apesar de se verificar uma relativa homogeneidade na associação de materiais dos conjuntos votivos, estes assumem ainda assim alguma variedade relativamente à sua quantidade e qualidade, situação que reflecte, entre outros aspectos, a capacidade económica de cada indivíduo. Na maior parte das sepulturas está representado o serviço tradicional que acompanha o defunto, com loiça de serviço para comer e beber, a que se junta frequentemente uma lucerna e uma moeda. Esta associação de materiais corresponde à composição mais frequente nos conjuntos regionais sendo igualmente recorrente num âmbito geográfico mais alargado (*vide* capítulo 6.2). A sepultura 12, com espólio constituído exclusivamente por ferramentas de ferro, documenta provavelmente a fase final da utilização do cemitério, quando este tipo de práticas se generaliza, no sentido da diminuição progressiva do número de peças dos conjuntos votivos e introdução de ferramentas e outros objectos pessoais. Ainda assim, não é certo que este enterramento não tivesse originalmente outros materiais que não se conservaram.

A maior parte das cerâmicas que se encontram nos conjuntos correspondem a produções de âmbito local ou regional, algumas com evidentes sinais de terem sido utilizadas previamente.

Apesar das dificuldades sentidas na caracterização social da população inumada nesta necrópole, a relação entre os dados biológicos (ANTUNES-FERREIRA, 2005b), (2005), as estruturas funerárias e os conjuntos artefactuais parecem revelar um grupo de baixa condição social, mas que ainda assim teve alguma disponibilidade económica para adquirir produtos de importação, nomeadamente *terra sigillata*. Neste âmbito, deve destacar-se a idade dos indivíduos, todos adultos maduros ou idosos (*Idem*).

O início da ocupação da *villa* deverá situar-se entre a segunda metade do século I d.C. e o século II, cronologia que a ausência, até ao momento, de *terra sigillata* itálica e sudgálica parece confirmar. A ocupação desenvolve-se no local pelo menos até ao século V d.C., documentada pela presença do prato de *terra sigillata* clara D da forma Hayes 61 B, mas também por vários fragmentos de ânfora Almagro 51 C., podendo ser um pouco mais tardia que as últimas sepulturas identificadas, que se integram provavelmente ainda no século IV d.C.

Registe-se ainda que não foram recolhidos materiais significativos nas sepulturas ou na área da necrópole, que indiquem a sua utilização muito para além do século IV d.C. Os materiais mais tardios correspondem a *terra sigillata* clara C, com cronologias que alcançam o século IV d.C. Com excepção do já referido fragmento de *terra sigillata* clara D da forma Hayes 63, recolhido à superfície, e do prato Hayes 50 da sepultura 8, não se registaram outros materiais com início de produção naquele século.

A *terra sigillata* clara presente, na necrópole e *villa*, corresponde às formas mais comuns e que se encontram bem representadas noutros locais, particularmente os da orla litoral, reflectindo um abastecimento privilegiado de materiais africanos por oposição às produções hispânicas contemporâneas (DIAS, 1998: 20; VIEGAS, 2003: 196).

A ocupação do Casal do Rebolo, especialmente da necrópole, coincide em grande medida com algumas mudanças económicas no mundo romano, com reflexos na organização do mundo rural da Lusitânia (RODRÍGUEZ MARTÍN e CARVALHO, 2005). É também durante o século III d.C. que se assiste a uma crise, perceptível por exemplo nos centros produtores dos estuários do Tejo e Sado (FABIÃO 2004a: 404). Do ponto de vista económico parece haver algum abrandamento nesta fase, a que se associa porventura alguma instabilidade social, reflectida também na tendência de entesouramento de moedas na Lusitânia, e nas outras províncias hispânicas, verificada desde o início do século III d.C. e que se mantém durante todo o século. Os dados numismáticos sugerem que a Península atravessa um momento crítico no terceiro quarto do século III (RUIVO, 2008: 93), ainda que esta instabilidade económica não signifique um retrocesso tão significativo como se poderia pensar (*Idem*: 316), como parecem demonstrar as *villae* construídas ou reformuladas nesta fase (RODRÍGUEZ MARTÍN e CARVALHO, 2005).

Apesar das limitações das áreas escavadas no Casal do Rebolo, verifica-se que durante aquela fase o sítio continua a receber materiais de importação, designadamente *terra sigillata*, situação verificada noutras *villae* da região, algumas reformuladas nesta fase (BELCHIOR, 1996; COELHO; 2006; COELHO, 2007; SILVA, 2000; SOUSA, 2001 e 1992), frequentemente com instalação de painéis de mosaico (CAETANO, 1997), que provavelmente existiriam também neste sítio, ainda que estejam documentados apenas de forma indirecta.

Na *villa* Granja dos Serrões, localizada a cerca de 4 km do Casal do Rebolo, foi identificada uma necrópole do século VIII d.C., cuja relação com a *villa* existente no local não está ainda devidamente percebida, tendo sido considerada a possibilidade de aqueles enterramentos se encontrarem associadas a um templo que não foi ainda identificado (BELCHIOR, 1996). Não é possível estabelecer uma relação directa entre aquele local e o Casal do Rebolo, mas os vestígios mais tardios ali identificados, incluindo a construção de uma muralha tardia, parecem apontar no sentido de o local ter assumido um papel mais relevante ou centralizador no âmbito do povoamento regional, podendo corresponder a uma grande *villa* tardia, situação que está documentada no interior da Lusitânia (RODRÍGUEZ MARTÍN e CARVALHO, 2005).

A continuidade na ocupação de algumas *villae* nesta região durante a Alta Idade Média está comprovada, quer apenas através da presença de materiais arqueológicos ou mesmo pela presença de vestígios mais concretos de ocupação (NOLEN, 1988: 63; BELCHIOR, 1995-95; COELHO, 2007: 134; NETO e REBELO, 2007: 76; FERREIRA, 2009).

Como acontece frequentemente nos trabalhos de investigação, durante o seu desenvolvimento surgem sempre novas questões que se relacionam com as matérias tratadas e que extravasam o âmbito deste trabalho. Nesse aspecto este estudo não constitui uma excepção. Durante a realização deste trabalho deparámo-nos com inúmeras questões relacionadas com o tema tratado, tendo constatado que a complexidade do mundo funerário romano do *ager olisiponensis*, nas suas variadas vertentes continua pouco documentada. O mesmo se passa relativamente aos outros aspectos da ocupação romana, onde faltam estudos que analisem a sua dinâmica e especificidades.

Nesse sentido, parece-nos relevante o estudo de algumas colecções de materiais provenientes de trabalhos antigos, mas também de escavações mais recentes. O tratamento desta informação deveria ser assumido como uma prioridade na investigação daquelas realidades à escala regional.